

E. P. Thompson

AS PECULIARIDADES
DOS INGLESES
E OUTROS ARTIGOS

Organização
Antonio Luigi Negro
Sergio Silva

EDITORA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Rector

Carlos Henrique de Brito Cruz

Coordenador-Geral da Universidade José Tadeu Jorge Pro-
Rector de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel
Filho Diretor Executivo Paulo Franchetti *Conselho Editorial*
Alcir Pécora – Antônio Carlos Bannwart – José A. R. Gomijo
Paulo Franchetti – Ricardo Anido

es

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Thompson, E. P.

T372p As peculiaridades dos ingleses e outros artigos / E. P. Thompson; organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

I. História social. 2. Inglaterra - História. 3. Classe média (Inglaterra) - História. 4. Movimento operário. 5. Comunismo. 6. Socialismo. I. Negro, Antonio Luigi. II. Silva, Sergio. IV. Título.

CDD . 901 . 335.4
. 942 . 320.531
. 301.4410942
. 322.20942

ISBN: 85-268-0535-5

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|---|-------------|
| 1. História social | 901 |
| 2. Inglaterra - História | 942 |
| 3. Classe média (Inglaterra) - História | 301.4410942 |
| 4. Movimento operário | 322.20942 |
| 5. Comunismo | 335.4 |
| 6. Socialismo | 320.531 |

Copyright © by Editora da UNICAMP, 2002

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Imagem de capa

William Hogarth, *A campanha eleitoral: o triunfo do eleito*, 1758. Soane's Museum, Londres.

1ª reimpressão



Edward Thompson era o historiador contemporâneo britânico mais conhecido fora da Inglaterra. Sua influência mundial sobre os estudantes de história tem sido incalculável. Mas ele não era igualmente apreciado pelo *establishment* histórico inglês: a Academia Britânica tardou em elegê-lo como membro até 1992. O que irritava era o vasto sucesso de seu grande livro *A formação da classe operária inglesa* (de 1963), que fundou o valor da história a partir de baixo. Como Karl Marx, Thompson caminhou na contramão ao usar a literatura como fonte para a história social e econômica; seu primeiro livro foi sobre William Morris. Quem — senão Thompson — citaria Chaucer, Tristram Shandy, Wordsworth, Dickens e os poetas do século XVIII Stephen Duck e Mary Collier em um artigo sobre “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”? Ele não tinha paciência alguma com o determinismo demográfico e estatístico nem com termos enganosamente “neutros” como “modernização” e “industrialização”, usados com o fito de evitar o rude termo “capitalismo”. O marxismo de Thompson era inteiramente alheio a dogmas preconcebidos.

CHRISTOPHER HILL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9	
INTRODUÇÃO		
E. P. Thompson (<i>E. J. Hobsbawm</i>)	15	
Peculiaridades de E. P. Thompson (<i>Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes</i>)	21	
Thompson, Marx, os marxistas e os outros (<i>Sergio Silva</i>)	59	
AS PECULIARIDADES DOS INGLESES E OUTROS ARTIGOS		
As peculiaridades dos ingleses	75	
Nota sobre “As peculiaridades dos ingleses”	181	
A história vista de baixo	185	
Modos de dominação e revoluções na Inglaterra	203	
Folclore, antropologia e história social	227	
Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”	269	
OUTROS ESCRITOS E ENTREVISTAS DE THOMPSON		283

APRESENTAÇÃO

Este trabalho começou anos atrás, com a tradução de “As peculiaridades dos ingleses”, a fim de estudar e discutir, mais facilmente, um ensaio fundamental para a compreensão do pensamento de Thompson então indisponível em português.

É esse o objetivo desta coletânea. Escolhemos “outros artigos” em que Thompson apresenta preocupações teóricas, textos que podem ser estudados ao lado de outros já traduzidos, como “Patricios e plebeus” (*Costumes em comum*), “O domínio da lei” (*Senhores e caçadores*) ou o polêmico ensaio *A miséria da teoria*.

Nem de longe pretendemos negar que a contribuição teórica de Thompson para a história e as ciências sociais possa — ou mesmo deva — ser estudada a partir de seus trabalhos mais propriamente históricos: como teoria em ação. Isso significaria negar exatamente um de seus pontos centrais.

Este livro pode ser considerado como uma outra forma de examinar suas idéias. Uma forma certamente complementar, na medida em que não se pode passar ao largo do

estudo de suas obras principais, mas uma forma também fundamental, na medida em que permitiria novas leituras dessas obras e facilitaria sua contraposição direta às teorias sociais.

A tradição marxista abraçada por Thompson está presente em todos os textos que selecionamos:

- seu entendimento do materialismo histórico como simples e indispensável orientação teórica à pesquisa das "peculiaridades" dos processos históricos reais;
- a necessária opção por uma "história vista a partir de baixo" que ela determina;
- a variedade dos "modos de dominação e revoluções", das lutas nas quais as classes se fazem e fazem a história;
- a afirmação de "classe" e "consciência de classe" como conceitos históricos;
- a discussão sobre conceitos básicos de Marx à luz da relação entre antropologia e história.

Introduzimos este conjunto com uma biografia intelectual — as peculiaridades do próprio Thompson — e um pequeno ensaio sobre sua crítica a Marx e, sobretudo, à tradição marxista dominante, estes dois antecededidos por um artigo de Eric Hobsbawm, escrito imediatamente após a morte de Thompson. Uma bibliografia sua pode ser encontrada no final do livro.

Esperamos ter preparado um livro útil e de leitura agradável, não somente para professores e estudantes de história, ciências sociais e humanas em geral, mas também para todos aqueles que se interessam pelos caminhos — e descaminhos — da reflexão teórica e política sobre a sociedade em que vivemos.

Agradecemos a todos aqueles que colaboraram com este trabalho e à Editora da UNICAMP, por transformá-lo em livro. Os créditos relativos às traduções e revisões estão, em notas de pé de página, no início de cada artigo. Neste mesmo local, o leitor encontrará as referências às publicações originais. Agradecemos a Hobsbawm e a todos aqueles que nos permitiram republicá-las em português.

Um agradecimento especial a Dorothy Thompson, cujo imediato acordo com a edição deste livro veio acompanhado de gentil comentário: "Embora Edward não tenha escrito muita coisa sobre teoria — preferindo demonstrá-la no processo de escrita da história —, ele sempre se mostrou muito preocupado com as questões de seu uso e abuso e, estou certa, estaria interessado nesta coletânea"

Antonio Luigi Negro
Sergio Silva

INTRODUÇÃO

E. P. THOMPSON*

E. J. Hobsbawm

E. P. Thompson, historiador, socialista, poeta, ativista, orador, escritor — em seu tempo — da mais fina e polêmica prosa do século XX, provavelmente gostaria de ser lembrado pelo primeiro termo dessa lista. E, de fato, quando suas várias campanhas tiverem sido esquecidas, *A formação da classe operária inglesa* e muitos outros trabalhos seus ainda serão lidos com admiração e inflamação.

Tanto como historiador quanto na vida pública, Edward Thompson projetou-se como um foguete. *A formação*, publicado em 1963 e escrito por um professor da área de educação popular praticamente desconhecido fora dos estreitos círculos da velha e da nova esquerdas, foi instantaneamente reconhecido como um clássico e tornou-se aquilo que foi certamente o mais influente livro de história oriundo do radicalismo anglo-saxão dos anos 60 e 70. E

* Originalmente publicado no jornal *The Independent*, de 30 de agosto de 1993. Republicado em *Radical History Review*, nº 58, 1994. Tradução: Antonio Luigi Negro. Revisão: Michael Hall.

não só entre os radicais, diga-se. Nos anos 80, Thompson era, de acordo com *Arts and humanities citation index*, o historiador do século XX mais recorrentemente citado em todo o mundo e um dos 250 autores mais freqüentemente citados de todos os tempos. Quando se lançou nas campanhas contra o desarmamento nuclear nos anos 80, galgou, com rapidez impressionante, uma posição similar à desfrutada — numa fase anterior do movimento — por Bertrand Russell. Não fosse o isolamento da pequena esquerda marxista, o dom de Thompson para a proeminência teria sido reconhecido desde logo e de forma mais ampla. Em 1956, foi (junto com John Saville) o primeiro líder da oposição pública ao stalinismo no interior do Partido Comunista — do qual era, há muito, dedicado integrante.

As fadas que o visitaram em seu berço — se a metáfora é correta para uma criança filha de missionários metodistas anglo-americanos magnânimos, liberais e de longa data antiimperialistas — trouxeram-lhe muitos dons: um poderoso intelecto aliado à intuição de poeta, eloqüência, amabilidade, charme, presença de espírito, uma voz maravilhosa, uma admirável expressão dramática, que ficou grisalha e fendida com o passar do tempo, carisma e celebridade em profusão.

As únicas coisas negadas por elas foram capacidade de edição — ele invariavelmente escreveu mais que pretendia — e habilidade para planejar sua carreira (com a exceção de, logo cedo, esposar sua parceira e colega historiadora Dorothy). Seguindo um curso intuitivo e flexível, moveu-se segundo os ventos e correntes da experiência política e da privada, ou da combinação de ambas. Assim, a produção historiográfica de Thompson foi interrompida por sua noção de isolamento, como um homem de esquerda das

várias “novas esquerdas” dos anos 60 e 70 e, de novo, por sua militância antinuclear. Repetidamente, ele parecia suspender um veio de pesquisa enormemente promissor para perseguir uma outra presa intelectual. Seu trabalho acerca da história social da Grã-Bretanha pré-industrial, cuja escrita começou a transformar por meio de profundos ensaios no início dos anos 70, produziu finalmente a coletânea *Cas-times em comum* (1991), publicada em edição de bolso pela Penguin nas suas últimas semanas de vida. Seu livro sobre Blake (a quem, junto com Vico, Marx e William Morris, via como antepassado) encontra-se no prelo.*

Com o tempo, as fronteiras entre história e autobiografia tornaram-se indistintas, tanto que, em certas ocasiões, voltou-se para inquirir algum aspecto da trajetória dos Thompsons, pois se pensava profundamente marcado por suas origens, em que despontavam sua trajetória e a relação póstuma com seu irmão mais velho, Frank, supostamente mais brilhante e certamente mais favorecido. Frank o precedeu no Partido Comunista e foi morto aos 21 anos, enquanto trabalhava no Executivo de Operações Especiais na Bulgária, onde recebeu o modesto reconhecimento de herói do povo búlgaro. Tradição e lealdade, dentro e fora do círculo familiar, eram caras a Edward Thompson.

Progressivamente, escreveu sobre história e qualquer outra coisa na apresentável figura de um cavaleiro rural inglês (e não britânico) e tradicional da esquerda radical. Esse papel, embora não persuasivo, coadunou-se bem com a profundidade de sua imersão na história de seu povo e sua Constituição e com a paixão de sua vinculação a homens

* O livro já se encontra publicado: *Witness against the beast*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. (N. do T.)

e mulheres do passado que ele tanto interpretou e que, em sua magnífica sentença, buscou “resgatar [...] dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade”.

O primeiro trabalho importante de Thompson foi a biografia de William Morris, *Romantic to revolutionary* (publicada em 1955 e revista em 1977). Suas mais importantes publicações em história depois de *A formação da classe operária inglesa* vieram a público durante os anos 70 principalmente e eram referidas ao século XVIII. *Senhores e camponeses* e *Albion's fatal tree* (de que era co-autor) saíram em forma de livro, assim como a coletânea alemã de seus brilhantes e enormemente influentes artigos. Uma versão inglesa, mais elaborada, surgiu com *Costumes em comum*.^{*} Sua influência internacional expandiu-se após 1969, quando passou a integrar o corpo editorial de *Past and Present* e começou a participar de mesas-redondas internacionais sobre história social, organizadas (principalmente) sob os auspícios da Maison des Sciences de l'Homme em Paris. Sua principal obra teórica, *A miséria da teoria*, elaborada em cima de críticas dirigidas a Althusser (então muito influente) e a algumas teses defendidas por Anderson e Nairn na *New Left Review*, apareceu em 1978.

A obra de Thompson aliou paixão e intelecto, os dons do poeta, do narrador, do analista. Ele foi o único historiador que conheci dono não só de talento, brilhantismo e erudição — e da dádiva da escrita — como também capaz de produzir algo qualitativamente diverso de tudo aquilo que o resto de nós produzimos, implausível de ser medido

* Outra coletânea de Thompson foi publicada recentemente sob o título *Making history. Writings in history and culture*. Nova York: The New Press, 1994. (N. do T.)

pela mesma escala. Chamemos simplesmente de genial, no sentido tradicional da palavra. Nenhum trabalho de sua maturidade poderia ter sido escrito por qualquer outra pessoa. Seus admiradores perdoam-no muito por isso, inclusive por seu humor flutuante, uma incerta relação com organizações políticas e seus dirigentes e ocasionais erros e acertos das incursões do seu imaginativo intelecto pela teoria. Seus amigos perdoam-no por tudo.

Após romper com o Partido Comunista em 1956, persistiu, essencialmente, como um lobo solitário da esquerda, posição da qual derivou um certo conforto ao não trajar insígnias do sistema, algumas das quais a ele injustamente negadas. Por um período breve, lecionou em uma universidade britânica, mas depois disso viveu como um estudioso independente, ora ensinando em universidades estrangeiras, ora escrevendo história, teoria e polêmica política, para não mencionar poesia e pelo menos um romance de ficção científica, *The Sykaos papers* (1988). Por fim, quando não atuava, cuidava de seu jardim em Wrotham, Morre. Morreu após longa enfermidade. Igualmente memorável como escritor, como trajetória pública e privada, legou traços profundos a todos os que o conheceram e à maioria de seus leitores.

Sua morte os deixa desolados. A perda para a vida intelectual, para a história e para a esquerda britânica não pode ainda ser dimensionada.

PECULIARIDADES DE
E. P. THOMPSON*

Alexandre Fortes
Antonio Luigi Negro
Paulo Fontes

[...] a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos telelogistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido.

E. P. THOMPSON, "As peculiaridades dos ingleses"

* Agradecemos a Adelaide Gonçalves, Cláudio Nascimento e Huw Beynon a cessão de vários textos usados aqui.

Vida e história

Nascido em Oxford a 3 de fevereiro de 1924, Edward Palmer Thompson era uma pessoa de muitas idéias, muitas palavras e muitas atitudes. Isso não significa que fosse volúvel; ao contrário, suas motivações foram bastante estáveis. Idéias, palavras e atitudes se alimentaram mutuamente, refletindo-se na sua vida de modo duradouro. Dono de um pensamento hábil e original, eloqüente e apaixonado, lançou-se em inúmeros “combates pela história”. Não se tratou, aliás, de campanhas circunscritas à universidade, às salas de aula e a encontros acadêmicos. Muito além desses recintos, sua biografia foi marcada pela imbricação entre a história estudada e a história vivida.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Thompson interrompeu seus estudos na Universidade de Cambridge (onde, ao acompanhar o caminho do irmão mais velho Frank, havia aderido ao Partido Comunista) e foi servir no Exército, sendo deslocado para as frentes africana e italiana. (Há registros sobre ter sido oficial de comando.)¹ No fim do conflito, carregava consigo as esperanças abertas com a vitória sobre o nazi-fascismo e com a ascensão de forças de esquerda em vários países europeus, tanto no “Leste” como no “Ocidente”. Porém, igualmente, trazia uma grande dor, a morte de Frank, capturado e executado em 1944 na Bulgária (a quem Eric Hobsbawm — como se pode ler nessa coletânea — reputa ainda mais brilhantismo).²

Formado em 1946, Thompson alistou-se como voluntário em uma brigada de solidariedade à Iugoslávia e contribuiu para o reerguimento do país ao lado de outros voluntários (com origens as mais diversas), participando da construção de estradas de ferro. Aí ficou até 1947. No ano seguinte, casou-se com Dorothy Towers, com quem parti-

lhara não só a experiência de brigadista como também o interesse pelo ativismo político e pela história social (de fato, Dorothy é uma das maiores especialistas em história do cartismo).³

Entre fins dos anos 40 e meados dos 50, Thompson dedicou-se intensamente a grandes predileções suas: a tradição da dissidência,⁴ a educação “popular” (ou de adultos), num ramo universitário classificado como “extramuros”, “extracurricular”, porque dirigido a um público não acadêmico, e o Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), do qual sairia em 1956, convencido da necessidade de um “socialismo humanista”, indo engajar-se na New Left (Nova Esquerda).

Em 1963, foi impresso seu mais famoso livro, *A formação da classe operária inglesa*, instantaneamente acolhido como profundamente renovador — não só no campo da história operária, diga-se. Dois anos depois, já reconhecido como pesquisador, publicou “As peculiaridades dos ingleses”, ensaio que constitui o núcleo fundador desta coletânea. Em ambos os trabalhos, desponha seu dom de aliar a boa escrita, a incisividade de suas afirmações e o pendor à polêmica. Além da epígrafe deste artigo, destacamos do prefácio de *A formação*⁵ não só a tradicional passagem na qual afirma pretender resgatar os excluídos da história dos “imensos ares de condescendência da posteridade”, mas ainda outro trecho — lido com igual entusiasmo em diferentes épocas e lugares — no qual rejeita a leitura histórica feita “à luz da evolução posterior”, apontando “causas [...] perdidas na Inglaterra”, mas que podem ser “ganhas na Ásia ou na África” (E na América Latina, acrescentamos.)

Em meio a tantos outros, esses momentos da obra de Thompson, que versou não só acerca do movimento operá-

rio, mas também sobre crime, protestos (individuais e coletivos) e o caráter tradicional e ativo da cultura popular, concorreram decisivamente para inspirar e dar forma e conteúdo a um modo diverso de se pensar, pesquisar, analisar e redigir a história, vista a partir “de baixo”. A ampliação de suas pesquisas e a força de suas interrogações e reflexões lhe garantiram o que o tradicional *establishment* universitário britânico lhe negou: uma recepção entusiástica. Segundo Christopher Hill, na Europa, Índia, Austrália, Brasil e Estados Unidos, ele tem sido o historiador britânico mais reconhecido.⁶ Essa disseminação mundial se deve, entre várias razões, a uma postura característica: “somente ao encerrar a oposição sou minimamente capaz de organizar meus pensamentos”, Thompson revelou.⁷

O debate, a polêmica e os compromissos políticos assumidos, aspectos determinantes tanto para sua distância ante a academia quanto para o largo alcance de seu trabalho, são decorrência não só da experiência da luta antifascista ou da militância no Partido Comunista, na Nova Esquerda, no movimento pacifista, ou ainda da sua formação familiar. As bases para a repulsa e o apoio foram angariadas nas salas de aula onde Thompson encontrava interlocução e estímulo, classes freqüentadas por homens e mulheres comuns (trabalhadores manuais, bancários, funcionários de escritório, profissionais da seguridade social e professores da rede de ensino não universitária), durante os cursos de educação de adultos da Universidade de Leeds. “Quando falava com eles do mundo do trabalho”, lembrou,

percebia uma tradição oral muito vivaz e um grande ceticismo com relação à história oficial. Com freqüência, esse ceticismo está bem fundamentado. Por

exemplo, os livros dizem simplesmente que em tal ou qual ocasião foi aprovada uma série de leis sobre a jornada de trabalho. Porém não contam como muitos eram escondidos em cestas erguidas até o teto quando da passagem dos inspetores.⁸

Os desdobramentos desse encontro lhe valeram o feito de enfrentar, com firmeza de opinião e original análise, várias visões consagradas da História Inglesa Oficialmente Correta. Mencionadas no prefácio de *A formação*, a escola funcionalista, a marxista estruturalista, a ortodoxia fabiana, a ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos, bem como a ortodoxia do *Progresso do peregrino*, foram encarasadas com posições cultivadas desde 1948, quando se mudou para Halifax e trabalhou para a Universidade de Leeds.

Lecturando extramuros

Aos 24 anos, Thompson foi admitido nos quadros do Departamento de Cursos de Extensão da Universidade de Leeds. Fundado em 1946, o departamento fazia parte da expansão da universidade inglesa no pós-guerra, e seu chefe era o economista Sidney Raybould, muito reputado na época. Apontado como o grande responsável pela respeitabilidade adquirida pelo departamento — um dos maiores no setor extramuros —, Raybould se notabilizou por sua atuação na área administrativa e por sua iniciativa quanto a publicações, ganhando a confiança da direção da universidade.⁹

Como vimos, Thompson foi militante do Partido Comunista até 1956 e foi, portanto, como membro desse partido que viveu o período de euforia e retração políticas

na Grã-Bretanha. Aparentemente, já no momento de sua contratação em Leeds, a estrutura universitária britânica começava a se tornar refratária a professores vinculados às esquerdas.¹⁰ Não obstante, numa entrevista, esse tempo ainda pôde ser recordado como uma época quando “a sociedade estava muito aberta e estimulante, cheia de espaços para ocupar”¹¹

De todo modo, deve ter causado contragosto e inflamação uma declaração de Thompson em uma de suas primeiras reuniões de departamento. Quando afirmou ter em mente “criar revolucionários”, não encontrou mais que dois aliados, formando uma pequena minoria. Tal divisão iria, a bem da verdade, além de princípios políticos. O departamento mantinha convênios com a AET (Associação Educacional dos Trabalhadores, fundada em 1903), mas essa parceria não era vista com bons olhos por Raybould, alguém ansioso por equiparar o seu departamento aos mais altos padrões acadêmicos da tradicionalíssima universidade inglesa.

Já o pequeno grupo de Thompson propugnava uma relação entre professor e aluno pouco afeita aos rígidos padrões vigentes. O grupo queria, antes de mais nada, romper a relação entre professor-expositor e audiência passiva-receptora, advogando que a experiência trazida para dentro das salas de aula pela “gente comum” era um poderoso recurso didático, no qual os alunos não deviam enxergar motivos de vergonha ou de autodesmerecimento.¹²

Para Thompson, seus alunos ofereciam um retorno fabuloso, alimentando duas grandes paixões, a literatura e a história social. “O professor acredita”, escreveu em um relatório sobre suas aulas em Cleckheaton no ano letivo de 1948-1949, “que aprendeu tanto quanto comunicou” Esta

relação foi, evidentemente, de particular importância para redigir *A formação*. Em outro relatório, sobre as aulas em Morley no ano letivo de 1963-1964, o professor cogitou ser difícil acreditar que a Revolução Industrial já tinha passado por lá. Impressionado com o “fundo de memória” emergido nas discussões, pareceu-lhe que toda uma atmosfera do tempo de seu livro era ali revivida.

Não apenas o mestre registrou esses fatos. Seus alunos também o fizeram. Em uma das entrevistas feitas por Peter Seaby, uma ex-aluna recorda que as “aulas [...] tinham esse efeito de fazer com que você se dê conta de que a história não era algo separado e à parte”. Pelo contrário, quando o assunto era a Revolução Industrial, os tecelões de Yorkshire ou os ludditas, “rapidamente se apercebia o quanto você e sua gente eram parte daquilo tudo”. Os ludditas, por exemplo, eram uma matéria central dessa nova versão da história inglesa: a de que, novamente segundo sua aluna, “tinham um problema terrível, que estavam tentando resolver, vivendo em uma sociedade por eles vista como depreciadora.”¹³

Não por acaso, o que era para ser apenas um capítulo de um livro sobre a história do movimento operário inglês tornou-se *A formação da classe operária inglesa*. O recuo em direção ao final do século XVIII, quando a Sociedade Londrina de Correspondência foi organizada, pensada do talvez como um recurso de narrativa, veio a dar origem a um dos livros mais importantes da historiografia.

Como professor, Thompson é lembrado com acuidade por seus ex-alunos não acadêmicos. Severo mas gentil, incisivo mas elegante, polêmico, carismático, inteligente, eloquente. Amante do debate, neles provocou a curiosidade pela história e literatura. Ou mais, suscitou o apreço por essas duas matérias. Não terá sido fácil, decerto. Mas o tes-

temunho de uma ex-aluna mostra quanto os objetivos da AET foram alcançados: "O calor humano e afeição que muitos de seus ex-alunos ainda nutrem em relação a ele não se devem àquilo que se tornou mais tarde, mas ao que era".¹⁴

Em 1965, Thompson transferiu-se para a Universidade de Warwick, onde lhe foi oferecida a direção do recém-criado Centro de Estudos de História Social. Todavia, mesmo aí, não viveria uma carreira acadêmica absolutamente plena.

Mesmo assim, tal como Raybould em Leeds, foi um elemento decisivo para a consolidação do centro. Montou-o a partir de seminários que reuniam pesquisadores seniores e das novas gerações. Asa Briggs, Royden Harrison, John Saville e Eric Hobsbawm lá estiveram, assim como David Montgomery, um dos norte-americanos visitantes, que para lá foi como parte das estreitas relações entre o estudo da história social estadunidense e britânica.¹⁵ Entre os jovens pesquisadores, nem todos orientandos de Thompson, podemos citar Iorwerth Prothero, Gareth Stedman Jones, Eileen Yeo, Stephen Yeo, Peter Linebaugh, Sheila Rowbotham, Douglas Hay, entre outros.

Das pesquisas e discussões provém *Albion's fatal tree*. Adicionalmente, Thompson começou a publicar seus artigos sobre o século XVIII (hoje reunidos na coletânea *Cosmopolitanism*), aderindo ao encontro entre história e antropologia. De novo, o que era apenas para ser um capítulo (desta vez para a coletânea *Albion's fatal tree*) tornou-se uma empreitada de fôlego muito maior. Seu artigo sobre a Lei Negra, determinação que aumentou o número de penas capitais na Inglaterra, deu origem ao livro *Seuborn's and the*.

Acontecimentos relativos ao movimento estudantil abriram sua permanência em Warwick. Ao vasculharem os

arquivos da universidade, ocupada pelos estudantes, estes descobriram que David Montgomery estava na mira da espionagem da Polícia, que visava à sua expulsão. Até então pouco tolerante com a rebeldia jovem de fins dos anos 60, Thompson não silenciou. Divulgou os planos e abreviou sua carreira na universidade como professor regular, desligando-se em 1971. Somente quatro anos mais tarde publicaria a coletânea e o livro citados.¹⁶

O grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico

Um aspecto fundamental na formação intelectual de Thompson foi sua militância no PCGB. Sem dúvida, ele pode ser considerado um dos exemplos mais destacados da ligação indissolúvel entre militância e produção intelectual, que Hobsbawm aponta como uma das principais características dos historiadores formados entre 1946 e 1956.¹⁷

Constituído pela vontade de A. L. Morton de discutir com outros historiadores marxistas uma segunda edição do seu livro *A people's history of England*, o grupo de historiadores viria a se tornar não apenas uma das seções profissionais e culturais mais ativas e promissoras do PC como também um dos principais núcleos de elaboração do marxismo na Inglaterra.

Com o rápido crescimento da adesão de membros, a maioria dos quais jovens recém-formados, que em 1946 nem sequer tinham definido claramente qual viria a ser sua área de pesquisa, o grupo desenvolveu em pouco tempo uma estrutura organizacional própria no interior do partido (coordenação, secretaria e comitê) e passou a organizar-se por seções de "períodos" (antiga, medieval, séculos XVI-

XVII e século XIX), além da seção de professores e dos ramos locais estabelecidos em Manchester, Nottingham e Sheffield. As atividades desenvolvidas e o conteúdo dos debates do grupo passaram também a ser divulgados em um boletim próprio (*Our History*), além de outros órgãos da imprensa partidária.¹⁸

Nos seus dez anos de atuação, o impacto desta produção intelectual sobre os comunistas ingleses foi tamanho que a história veio a substituir as ciências naturais (representadas no interior do partido por ilustres membros da Cambridge High Science, que predominaram por um longo tempo em seu periódico teórico *Modern Quarterly*) como principal paradigma de análise marxista. Essa mudança, largamente desenvolvida num período posterior pela Nova Esquerda, possibilitou a crítica a uma visão determinista pela qual o socialismo era considerado tanto o apogeu da realização histórica da racionalidade científica (com ênfase na economia planejada) quanto a passagem para um enfoque na capacidade de opção e ação humanas na construção de um novo projeto de sociedade.

Já no que diz respeito à influência mais geral da atuação do grupo e de seus desdobramentos, Hobsbawm lista cinco grandes legados: 1) o próprio estabelecimento das idéias de "história social" e da "história de baixo para cima", com a incorporação de movimentos e formas de expressão populares como parte ativa do processo histórico; 2) o desenvolvimento de uma história social contra a hagiografia e a propaganda, mas atendendo aos requisitos disciplinares da produção de conhecimento histórico; 3) uma redefinição do campo de debates sobre a Revolução Inglesa do século XVII, seu significado e caráter (incluindo a participação dos setores populares e a existência de pro-

jetos alternativos ao que acabou se estabelecendo); 4) uma mudança significativa no ensino de história, a partir até mesmo de livros didáticos; 5) a consolidação de *Past and Present*, criada a partir da iniciativa de membros do grupo, em plena Guerra Fria, para ser um espaço de debate entre historiadores marxistas e não marxistas, como uma das revisitas históricas de maior importância internacional.¹⁹

A influência historiográfica de maior destaque nas origens desse trabalho coletivo foram, sem dúvida, a publicação, ainda em 1946, de *Studies in the development of capitalism*, de Maurice Dobb²⁰ (sendo ele um dos únicos seniores), e a polêmica de caráter internacional que se seguiu, na qual outros integrantes, como Christopher Hill e Rodney Hilton, tomaram parte ativa. Conforme Hobsbawm, Dobb "formulou nosso problema principal e central"²¹

A necessidade de uma compreensão *histórica* do desenvolvimento do capitalismo inglês numa perspectiva marxista tornou-se, assim, o elemento aglutinante das energias intelectuais desses jovens historiadores. Essa grande tarefa coletiva, por outro lado, adequava-se perfeitamente às necessidades políticas do PCGB, o qual, após a experiência de luta antifascista, passava a abandonar progressivamente a estratégia "soviética" de revolução e a esboçar o que foi consagrado no Congresso de 1951 como "a via britânica para o socialismo". Tal estratégia envolvia basicamente a busca do alargamento das conquistas democráticas, heranças de lutas populares ancestrais, como caminho para a construção do socialismo.

A conjuntura, que rapidamente evoluiu da euforia do pós-guerra (com as perspectivas de uma ampla frente democrática antifascista) para a Guerra Fria, mostrava-se, entretanto, adversa a este tipo de vinculação entre tradições

democráticas e socialismo. Afora isso, no campo da historiografia, nomes como Hayek²² não apenas semeavam as bases do que viria a ser o neoliberalismo, com sua afirmação da superioridade do capitalismo como modelo de desenvolvimento econômico, como também moldavam retrospectivamente a interpretação de processos históricos decisivos — como a Revolução Industrial —, invocando a racionalidade de leis históricas excludentes das resistências e alterações políticas derrotadas e negando qualquer crédito às lutas sociais do passado na construção da democracia e da prosperidade britânicas.

Neste contexto de estreita relação entre política e historiografia, reconstruir historicamente o processo de desenvolvimento do capitalismo numa perspectiva marxista passava a ser, imperiosamente, resgatar não apenas os antecedentes históricos que pudessem situar o PC como herdeiro de um longo passado de lutas populares, mas ainda o modo como essas lutas tinham contribuído efetivamente para as conquistas materiais e culturais do povo inglês, assim como a permanente ação repressiva das classes dominantes no sentido de alijar as maiorias populares da condução do processo histórico. Na pauta das palestras públicas programadas pelo grupo, esta tradição de lutas incluía a rebelião camponesa de 1381, o utopista Thomas Morus, os setores extremados no interior da Revolução Inglesa (*levellers* e *diggers*), o socialismo utópico de Owen e os cartistas, assim como a liderança socialista de Tom Mann na constituição do “novo sindicalismo” do final do século XIX.

As ferramentas teórico-metodológicas utilizadas pelos membros do grupo para o desenvolvimento deste projeto ambicioso de construção de uma visão alternativa articulada sobre o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra

ra provinham (além da obra de Dobb citada acima) de três vertentes principais.

A primeira delas eram o resgate e aprofundamento de problemas históricos presentes nas obras de Marx, Engels e Lênin, os quais Dona Torr, uma das principais articuladoras do grupo, traduzira e editara a partir da década de 30. Tanto Hobsbawm quanto Thompson salientam o impacto da *Selected correspondence of Marx and Engels* sobre o grupo, especialmente no que se refere às questões relativas ao papel da ação humana no processo histórico diante do peso das determinações estruturais, formuladas, por exemplo, nas últimas cartas de Engels.

Em segundo lugar, o trabalho do grupo era não apenas influenciado como também se considerava seguidor da longa tradição da historiografia liberal-radical inglesa, cujo exemplo mais recente se encontrava na obra *The common people* (1938), de Cole e Postgate. Sob fogo cerrado das correntes conservadoras e neopositivistas predominantes no meio acadêmico inglês, essa historiografia seria resgatada de modo crítico, mas simpático, no trabalho posterior de membros destacados do grupo, como ocorreria com Christopher Hill em relação a Tawney (um dos formuladores da teoria da importância da ética protestante na ascensão do capitalismo) e com E. P. Thompson em relação aos Hammonds²³ (pioneiros da história do movimento operário inglês).

Finalmente, os historiadores do Partido Comunista Britânico seriam profundamente afetados pelos debates no âmbito da crítica literária, tanto no envolvimento de membros e simpatizantes do partido como nas polêmicas com o setor aglutinado em torno da revista *Scrutiny*, cujo membro de maior destaque era Q. D. Leavis. Apesar da abor-

dagem elitista de Leavis, que considerava os grandes escritores sínteses isoladas da cultura nacional e negava qualquer capacidade de produção cultural própria às classes dominadas, sua visão da "organicidade" entre cultura e civilização (associada a uma vaga noção de "cultura popular") como base da mais alta tradição de literatura inglesa e a denúncia dos malefícios da massificação faziam com que o PC o visse como um aliado nessa frente de luta "ideológica". Essa relação com o debate literário e a problemática cultural teria servido, na visão de Hobsbawm, como uma garantia contra o determinismo econômico e viria a contribuir para que os membros do grupo se empenhassem em desenvolver uma "história social das *idéias*"³⁴ especialmente da relação entre valores, crenças e representações e as formas de ação histórica dos setores populares, encontrando um de seus pontos altos no desenvolvimento dos trabalhos de Christopher Hill sobre a Revolução Inglesa e nas análises de Thompson sobre William Morris e William Blake.

Embora simpatizantes dessas três vertentes, os historiadores comunistas distinguiram-se delas pelo seu projeto coletivo de construção de uma história britânica a partir da perspectiva nacional-popular. A enorme dimensão dessa tarefa, seja no aspecto da pesquisa, seja no do debate teórico-metodológico, fortaleceu o caráter coletivo da atuação desses historiadores. Deste modo, mais do que seguidores de algum membro mais destacado no seu meio (como do próprio Dobb, que permaneceu participando ativamente dos debates), eles vieram a construir a sua identidade intelectual como parte de um grupo.

Seria possível afirmar que, no difícil contexto colocado pela Guerra Fria, o voluntarismo antifascista central ao

retos dos jovens membros do grupo foi canalizado para o resgate dos vínculos entre lutas passadas e os problemas e necessidades colocados pela construção de um projeto socialista nacional, antes que absorvido por um envolvimento mais intenso na militância tradicional dentro de um partido cujo debate interno era cada vez mais difícil. Deste modo, chama a atenção o fato de que, apesar do destaque intelectual e da importância relativa do grupo como organismo partidário, ele possuía peso praticamente nulo na direção do PC, e o único de seus membros a possuir algum cargo em 1956 (após dez anos de atuação no grupo e 16 de filiação individual) era Edward Thompson, membro do Comitê Distrital de Yorkshire.³⁵

Afastados da condução política geral do partido e contando com a simpatia dos responsáveis pela área cultural, os membros do grupo poderiam, segundo Hobsbawm, gozar de uma boa margem de autonomia intelectual. Esta independência adviria de quatro fatores: 1) o fato de que a produção historiográfica marxista existente no período lida com "problemas históricos reais" com significado relevante para a evolução da história como disciplina, em vez de simples justificações ideológicas para a ação partidária; 2) a inexistência de uma "linha" partidária definida para a interpretação da maior parte da história inglesa; 3) o fato de a maior tarefa do grupo ser o combate à historiografia conservadora e suas implicações reacionárias; 4) um certo "realismo antiquado" no interior do partido, que tendia a evitar que absurdos derivados de formulações teóricas abstratas fossem impostos à análise histórica.³⁶

A exceção dizia respeito à história recente do movimento operário e do próprio partido. A única tentativa de produção a respeito fracassou pela impossibilidade de se

chegar a um projeto que compatibilizasse os interesses da direção partidária com a abordagem dos historiadores.²⁷

Poderíamos localizar aqui a origem do nó central da crise de 1956 que levou a maior parte do grupo a abandonar o partido. De um lado, este desenvolvimento de uma produção historiográfica crítica e aberta à investigação possibilitou ao grupo um alto desenvolvimento de questionamentos éticos e políticos que colocavam o imperativo de um posicionamento explícito sobre as questões históricas do presente, incluindo os próprios problemas do partido e da construção do socialismo. De outro, o tratamento dado pela direção partidária a esses mesmos problemas pautava-se, no auge do stalinismo, pela supressão do debate e ocultação de fatos “desagráveis” ou “incômodos”, o que chocava com a postura teórico-metodológica dos historiadores.

De um lado, o grupo começava a ganhar visibilidade pública, por meio de trabalhos como *Democracy and the labour movement* (1954), no qual Hill apresentava seu artigo sobre o “jugo normando”,²⁸ colocando em novas bases o debate sobre soberania popular e democracia. De outro, a morte de Stálin abria caminho para que a dimensão do significado de seu totalitarismo fosse pela primeira vez plenamente conhecida pelos comunistas ocidentais, muitos dos quais tinham passado quase duas décadas atribuindo as informações a respeito apenas à propaganda imperialista. Um choque de grandes proporções se aproximava, e a partir daí os caminhos abertos pelo grupo de historiadores se afastariam em grande medida do PCGB, ainda que alguns de seus membros (a exemplo do próprio Hobsbawm) tenham permanecido até sua extinção, no início dos anos 90.

1956

Quando o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética encerrou-se, em fevereiro de 1956, suas resoluções pareciam abrir perspectivas de uma gradativa flexibilização e democratização, tanto da Urss e países do Leste Europeu quanto do movimento comunista internacional.²⁹ A avaliação feita sobre o período stalinista nesse congresso assumia a existência de erros e atribuía sua responsabilidade ao próprio Stálin.

Porém não tardou para que rumores sobre a existência de um informe secreto na sessão de encerramento (em que a referência a “erros” genéricos era substituída por um relato detalhado de crimes atrozes) comesçassem a se espalhar. Embora os “delegados fraternos” do estrangeiro estivessem oficialmente fora dessa sessão, havia evidências (que somente se ampliaram desde então) de que tiveram acesso ao menos às informações centrais sobre o seu conteúdo, que pouco a pouco começou a ser debatido em órgãos dos partidos comunistas da própria Urss, Polônia, Itália, Estados Unidos, entre outros, meses antes que a própria grande imprensa britânica viesse a publicar na íntegra o informe secreto. Já no que diz respeito à Inglaterra, os três membros presentes, Harry Pollitt (secretário-geral), George Matthews (secretário-geral assistente) e R. Palme Dutt (vice-líder do partido e seu principal teórico), omitiram durante meses qualquer referência ao informe secreto e, posteriormente, minimizaram reiteradamente sua gravidade e importância.

A possibilidade de acesso a publicações estrangeiras levou os historiadores do partido a uma consciência precoce (em relação ao conjunto da militância) sobre a dimen-

são do problema político colocado. Por outro lado, como salienta Hobsbawm, a situação os questionava diretamente por meio de dois problemas históricos básicos: o que havia acontecido? E por que tinha sido ocultado?³⁰

Não é de espantar, portanto, que os três episódios mais marcantes de oposição à forma como a direção partidária tratou a questão tenham sido protagonizados por historiadores do grupo: a publicação da revista *Reasoner* por E. P. Thompson e John Saville, a carta publicada nos periódicos partidários *New Statement* e *Tribune* e, finalmente, o informe da minoria no XXV Congresso, em 1957.³¹

No caso particular de Thompson e Saville, filiados em Yorkshire, a iniciativa originalmente adotada foi a de escrever cartas e artigos para a imprensa partidária, inicialmente respondidos de forma oficial e burocrática e, depois, à medida que incluíam réplicas, excluídos da publicação.

Baseando-se na identificação de uma ampla crise partidária, que exigiria livre e profunda discussão, e tendo o espaço interno negado, ambos lançaram-se à edição da *Reasoner*, publicação mimeografada que possuía, na primeira edição, 32 páginas, datilografadas pelo próprio Thompson e remetidas por trem a Saville, que as duplicava no escritório de um amigo e organizava mutirões para montar e grampear os exemplares em sua casa, após transportar as cópias de bicicleta. É a este amadorismo voluntarista na defesa de uma causa identificada como moralmente imperativa que Thompson se refere na página final de "As peculiaridades", ao dizer que contra esta negação da experiência e da investigação (representada então pelo stalinismo e, posteriormente, pelo estruturalismo althusseriano e sua versão inglesa de Perry Anderson e Tom Nairn) "uns poucos dentre nós pilotamos nossas copiadoras em 1956".

A enorme repercussão da *Reasoner* provocou uma advertência, feita inicialmente pelo Comité Distrital e, posteriormente, pelo Comité Central do partido. Apesar das ameaças, a publicação (que já estava com o segundo número pronto) não seria encerrada enquanto não houvesse garantias de livre debate nos canais oficiais do partido. Thompson e Saville afirmavam estar, entretanto, dispostos, antes da impressão do novo número, a recorrer das medidas disciplinares que lhes seriam imputadas (suspensão ou expulsão) e levar adiante a luta no interior do partido até onde fosse possível. Durante este processo, irrompeu a crise do Canal de Suez e deu-se uma intervenção brutal dos exércitos inglês e francês contra os egípcios, mobilizando toda a militância socialista inglesa na denúncia da agressão imperialista e em defesa da paz mundial. Porém, na véspera da impressão da *Reasoner*, a Urss desencadeou uma intervenção militar na Hungria, encerrando as expectativas de que seria possível, no Leste Europeu, o desenvolvimento de um processo de desestalinização e democratização gradativa.

Diante da avaliação deste quadro internacional e do esgotamento das esperanças de abertura de canais de discussão internos ao partido na Inglaterra, Thompson e Saville, ao serem suspensos em decorrência da publicação do terceiro número da *Reasoner*, optaram pela desfiliação, assim como a maioria dos membros do grupo de historiadores e 7 mil outros militantes comunistas (quase um quinto do total de afiliados). De uma só vez, o PC Britânico perdeu não apenas um brilhante grupo de intelectuais engajados, com crescente projeção e influência internacional, como também uma grande possibilidade de vir a se constituir em uma organização importante e influente no interior do movimento operário inglês.

Os dissidentes do PCGB em 1956 constituíram o principal núcleo do movimento político que passou a ser conhecido como Nova Esquerda. Dele faziam parte grandes nomes da intelectualidade marxista inglesa, como Raymond Williams, Doris Lessing, Raphael Samuel, Ralph Miliband, Dorothy Thompson, E. P. Thompson, John Saville, entre outros.³²

Thompson e Saville, dando continuidade a sua atuação como dois dos mais proeminentes dissidentes comunistas, partiram da experiência na publicação da *Reasoner* para fundar a revista *New Reasoner*, que imediatamente se tornou o principal porta-voz da Nova Esquerda britânica. O próprio nome da revista, inspirado em uma publicação editada no início do século XIX por John Bone, já indicava o interesse de seus fundadores em continuar recuperando os elos de ligação com socialistas e radicais ingleses do passado. Particularmente Thompson, empenhado em seus estudos sobre William Blake e William Morris, insistia nas possibilidades da confluência destas tradições com o marxismo para a renovação da esquerda e a elaboração de um "socialismo humanista".³³

A revista era um espaço aberto tanto de debate e divulgação de reflexões da dissidência comunista quanto de crítica ao stalinismo e à política social-democrata. Sua amplitude não se restringia apenas à Grã-Bretanha. Autores como o dissidente húngaro Imre Nagy e o poeta Adam Wazyc, documentos e debates sobre Antonio Gramsci, temas como a luta contra o colonialismo e as campanhas pelo desarmamento nuclear desencadeadas pelo Campaign for Nuclear Disarmament (CND) encontraram guarida em suas páginas.

Em 1959 a *New Reasoner* fundiu-se com a *Universities and Left Review* (criada por um grupo de estudantes socialistas de Oxford), surgindo assim a *New Left Review*, principal instrumento de divulgação do debate político e teórico da Nova Esquerda britânica durante vários anos e existente até os dias de hoje.

Após um rápido crescimento no final dos anos 50, com a ampliação da tiragem da *New Left Review* e o surgimento, em toda a Inglaterra, de uma série de grupos, clubes e centros de atividade socialista inspirados em suas idéias e debates, a Nova Esquerda entrou em declínio, não conseguindo firmar-se como uma forte alternativa política na esquerda britânica.³⁴ No começo da década de 60, praticamente todo o grupo que havia dado origem à revista estava dissolvido e politicamente desarticulado. Além disso, a *New Left Review* encontrava-se em séria crise financeira, e os clubes e centros de discussão e atividade refluíam. E. P. Thompson resumiu assim a situação do grupo em 1963:

Creio que não revelo nenhum segredo se afirmo que o movimento que durante algum tempo se considerava a "nova esquerda" se encontra agora completamente disperso tanto organizativa como, em certa medida, intelectualmente. Fracassamos na realização de nossos propósitos originais e na conservação do aparato cultural que havíamos nos proposto a colocar de pé.³⁵

Foi nesse momento que uma nova geração de intelectuais marxistas assumiu a direção da *New Left Review*. A maioria dos membros do antigo grupo fundador experimentou, a partir de então, um forte isolamento e afastamento de uma vida política mais ativa. Ao mesmo tempo,

Perry Anderson, um dos expoentes dessa nova geração, tornou-se, em março de 1963, o novo editor da revista.

A ascensão desse grupo, que ficou conhecido como a “segunda” Nova Esquerda, significou uma grande inflexão no debate político e alterações na linha editorial da revista. Os chamados debates teóricos no campo do marxismo passaram a predominar em suas páginas, e artigos de autores estrangeiros, como Althusser, Mandel, Balibar, Colletti, entre outros, tornaram-se constantes.³⁶

Iniciava-se uma nova fase na esquerda britânica. A influência do filósofo francês Louis Althusser e seu estruturalismo marxista fazia-se crescente (como, de resto, em grande parte da esquerda ocidental). Provavelmente sua maior consequência para o pensamento socialista tenha sido o predomínio do que Eric Hobsbawm chamou de “atração geral pela teorização pura”³⁷ durante um período de mais de dez anos e com algumas repercussões até os dias de hoje.

Essa nova linha editorial da *New Left Review* contrastava abertamente com o rumo adotado pelos principais participantes do grupo de historiadores do Partido Comunista, como o próprio Thompson. Basta lembrar que é nesse mesmo ano de 1963 que ele publica *A formação da classe operária inglesa*, no qual, por meio de um trabalho de altíssima densidade, tanto empírica como teórica, retoma o projeto de articulação de uma história popular inglesa, tendo como novo referencial político não mais a identificação de uma organização (o PC) como herdeira desta trajetória de lutas, mas as múltiplas experiências que expressam a classe trabalhadora em seu processo de constituição.

Nessa obra, podemos identificar a busca de resposta a um legado de problemas historiográficos herdados do grupo de historiadores do PC, como, por exemplo, a noção

de *experiência* como chave para superar a contradição entre *determinação* e *agência humana* no interior da historiografia marxista. Ao mesmo tempo, a persistência da teoria do “jugo normando” é agora reformulada na idéia de que os trabalhadores viveram a Revolução Industrial e a contrarrevolução política do final do século XVIII e início do XIX como “ingleses nascidos livres”. Assim, *A formação* dá o primeiro passo para superar a lacuna de pesquisas sobre o século XVIII e questionar o que teria ocorrido com as energias revolucionárias do século XVII até o surgimento do movimento operário.³⁸ A continuidade da longa tradição de lutas populares expressa-se, assim, não mais em uma organização singular, mas numa gama de formas organizativas permeadas por tradições e valores reelaborados pela experiência.

Por outro lado, motivados pela vitória do Partido Trabalhista nas eleições inglesas de 1964, Perry Anderson e um novo colaborador da *New Left Review*, Tom Nairn, puseram-se a escrever uma série de artigos³⁹ nos quais buscavam compreender a nova conjuntura a partir de uma análise sistemática da história britânica do ponto de vista marxista, procurando abordar o desenvolvimento do capitalismo, a formação e estrutura das classes sociais, bem como a trajetória das ideologias naquele país.

No contraste entre a ênfase nas experiências sociais, culturais e políticas da classe trabalhadora inglesa e a condenação da sua incapacidade em se tornar uma classe hegemônica (exposta nos artigos de Anderson e Nairn), estavam definidos os termos do debate político e teórico que polarizaria a esquerda inglesa por mais de dez anos.

Um ano depois, irritado com o novo conselho da *New Left Review*, Thompson publicou uma réplica indignada aos

artigos de Anderson e Nairn. O ataque, intitulado "As peculiaridades dos ingleses", arremeteu contra vários dos pressupostos do marxismo "ortodoxo". Não à toa, seria republicado 13 anos depois como complemento à edição original de *A miséria da teoria*, sua crítica (não menos contundente) ao estruturalismo de Althusser.

"As peculiaridades" permitem o contato com uma série de temáticas e debates que constituíam as principais preocupações de Thompson, tanto do ponto de vista político quanto historiográfico, presentes em praticamente quase toda sua obra. Foi uma tentativa não apenas de resgatar o conjunto do projeto historiográfico do grupo de historiadores do Partido Comunista, mas também de atualizá-lo segundo as novas condições da década de 60. Assim, as discussões historiográficas sobre a Revolução Inglesa, o século XVIII, a formação e o desenvolvimento das classes sociais ao longo de três séculos (temos uma rara oportunidade de observar como Thompson discorre sobre a história operária inglesa após 1832), bem como de suas principais ideologias, encontram-se em "As peculiaridades". Ao lado de importantes sistematizações sobre sua concepção de história e de temas centrais de sua obra, como o conceito de classe social e a crítica ao modelo de base-superestrutura, Thompson está profundamente preocupado com o desenvolvimento da pesquisa sobre as formas nacionais particulares (no caso, inglesas) de dominação de classe e de resistência popular (baseadas na experiência humana concreta), a fim de fundamentar um projeto socialista democrático e humanista.

Enfim, trata-se de um texto em que é possível travar contato com várias faces de Thompson: sua paixão pelo debate, suas cáusticas ironias, seu engajamento militante na

construção de uma nova visão de esquerda a partir de um socialismo humanista e, sobretudo, sua fantástica forma de traduzir, para uma problemática historiográfica, problemas políticos contemporâneos.

Como afirmam Huw Beynon e Christopher Hill, sua visão da história o "envolvia em perene engajamento com o presente". Ele era um "intelectual público", estando permanentemente preocupado "com a relevância da história para o presente",⁴⁰ o que o tornou uma figura pública destacada, inicialmente no seio da esquerda britânica e, posteriormente, na sociedade (a partir de sua liderança pacifista). Deste modo, Thompson contribuiu para o desenvolvimento da compreensão da história como política, entendida como compromisso com a vida e os desejos dos homens e mulheres reais.

Uma, duas, três, mil peculiaridades?

Não deve causar estranheza o longo período temporal abarcado por "As peculiaridades". Se o significado da obra de Thompson vem a ser adequadamente dimensionado quando se contextualiza sua produção histórica e teórica na relação com sua trajetória biográfica — atentando aos questionamentos que esta prática lhe colocou (e a outros integrantes de sua geração igualmente) —, vale notar que "As peculiaridades" foi escrito para polemizar com teses que buscavam no passado as origens da crise então vigente. Crise essa, basicamente, marcada pela moderação política do Partido Trabalhista e por outros fenômenos, como a burocratização das instituições da classe trabalhadora, o conservadorismo, a acomodação com a estrutura

social inglesa (fortemente ancorada no imperialismo e na hierarquia de classe) e, adicionalmente, a exaustão da Nova Esquerda.

Nos dois lados da polémica, a história da Inglaterra é escrita com os olhos voltados para seu passado, presente e futuro. Como decorrência, os contendedores percorrem o debate político contemporâneo da época e indagam os impasses, perspectivas e problemas da Nova Esquerda em particular e, em nível mais geral, da esquerda democrática e socialista.

“As peculiaridades” não param por aí. O ensaio evidencia outros elos entre a vida e obra de seu autor. Sua influência em direção ao século XVIII (que o faria “teorizar” sobre a luta de classes sem classes), o recurso recorrente ao conceito de “economia moral” e os primeiros movimentos da polémica contra o estruturalismo estão entre tais desdobramentos.

Uma de suas proposições mais inspiradoras nos leva a encarar de frente, sem rodeios, fatos e décadas indesejáveis, inconvenientes. Se há choque entre a pesquisa empírica e o modelo, é este último que há de ser reformado — e não restaurado. Acreditamos que isso não significa apoiar a profusão de mil peculiaridades nacionais, regionais ou microscópicas, pois é preciso cautela diante de nossas heuréticas, supostas excepcionalidades.

Em uma comunicação a propósito da legislação trabalhista corporativa no Brasil, acerca de sua impressionante — e única — longevidade, investigando os paralelos existentes com sua matriz inspiradora (a Carta del Lavoro de Mussolini), seu autor alerta para os perigos das “peculiaridades dos brasileiros” e descreve nossa legislação parafra-seando, voluntariamente, o sistema estadunidense (caso

extremado de sistema de relações de trabalho liberal e de negociação direta, o alegado inverso do nosso corporativismo). Informado pelos recursos da história comparativa e concluindo serem semelhantes os efeitos alcançados (o preço do reconhecimento legal dos sindicatos e da negociação coletiva é o controle da liberdade de ação do movimento operário), o autor propõe que consideremos o corporativismo brasileiro menos extraordinário que o geralmente admitido e conclui, de modo provocativo, que “o Brasil pode ser um país como qualquer outro”⁴¹

Se não parece haver muito futuro para a busca, em si mesma e por si só, de excepcionalidades históricas nacionais,⁴² o convite à “pesquisa árdua”, feito em “As peculiaridades”, permanece válido e atual, recolocando o problema do encontro entre modelo e investigação. Haveria, ainda assim, um universal: os grandes processos se dão de modo histórico, isto é, particular. Experiências históricas elevadas ao *status* de modelo geral conduzem a grandes equívocos. A Revolução Francesa, ou uma determinada leitura que se faz dela, não é “a” Revolução Burguesa. E o mesmo se dá com a experiência da ex-Urss, a qual não esgota nem inverte a biliz um novo projeto de transformação socialista.

Nota desse mesmo acorde, Thompson discordou da leitura pela qual a Revolução Gloriosa e uma revolução burguesa “prematura” em cujo decurso uma burguesia “débil”, “apática”, gerou um proletariado “subordinado”⁴³ Thompson deslocou essa maternidade da burguesia quanto à classe trabalhadora e foi, de modo original, buscar suas origens no século XVIII, na cultura plebéia. Disso resulta o seguinte: a classe trabalhadora não se faz apenas com o proletariado industrial fabril, assim como a história operária não é feita só de greves, levantes, sindicatos e partidos.⁴⁴

Igualmente, vale mencionar aqui um outro desdobramento do debate sobre o universal e o particular. Thompson foi muitas vezes criticado por ser insular demais, pouco europeu. Confrontado com Hobsbawm, sua vasta produção sobre história mundial, sua circulação pelos mais diversos países e sua impressionante e desenvolta cultura internacional, o primeiro pode descansar à sombra. Todavia, escrevendo aqui e ali sobre Antonio Gramsci, ele alegou não crer que “o fato de Gramsci ter fundamentado seu pensamento sobre uma interrogação da cultura e história italianas tenha feito dele algo aquém de um internacionalista.”⁴⁵

A pesquisa “ádua” nos aguarda, mas não precisamos nos fazer acompanhar de anglicismos. Levemos aos arquivos uma reflexão da história como processo em um contexto social determinado. Não precisamos, ainda, enxergar a *gentry* (descrita como, “se não única, excepcional”) no Brasil, mas nossa burguesia, tal como a inglesa, tem origem fundiária conhecida.

Thompson foi acometido por uma longa enfermidade. Amargurado, viu a Iugoslávia se despedaçar na ex-Iugoslávia imersa na guerra da “limpeza étnica”. Talvez tenha pensado no esforço dele e de seu irmão e de muitos outros igualmente, na dedicação e generosidade com que toda uma geração do pós-guerra acreditou na construção — internacionalista — de um socialismo democrático. Uma experiência a ecoar uma anterior, as brigadas voluntárias na guerra civil espanhola. Golpeadas, ambas as iniciativas foram solapadas pela acomodação dos interesses das razões de Estado das grandes potências.

Será que vidas assim foram em vão? Para responder afirmativamente, é preciso ignorar a derrota do nazi-fascismo e do Japão imperialista, a existência de um Estado de

bem-estar social na Europa ocidental, o desarmamento nuclear e a consciência ecológica internacional. E ainda será preciso desconsiderar que valores como solidariedade, coletivismo, igualdade e democracia sejam também conquistados “reais”. Tais como as “materiais”. Além disso, as idéias que expressam podem continuar a fazer sentido. Padrões de organização social mudaram e mudam, mas valores e crenças podem sobreviver às transformações. E isso depende de como práticas culturais e instituições lidam com as novas condições advindas de derrotas, crises, inovações tecnológicas etc.⁴⁶ Seja no “Velho”, seja no “Novo” Mundo.

E. P. Thompson faleceu aos 69 anos em 28 de agosto de 1993, ano da primeira edição doméstica (pelo IFCH-UNICAMP) de “As peculiaridades dos ingleses”. Lançada em setembro, no Instituto Cajamar, em uma audiência de trabalhadores e trabalhadoras com o apoio do Programa Memória e Documentação da CUT (vinculado à Secretaria Nacional de Formação), tal edição foi discutida em um encontro chamado Tributo a Edward Thompson.⁴⁷

Um evento como esse de nada nos serve se realizado para cultuar sua memória. Ele era um dissidente das ordens capitalista e socialista estabelecidas.⁴⁸ Sua importância está na possibilidade aberta para o repensar — histórico — da relação entre presente e passado, com uma perspectiva que enxerga o mundo a partir de baixo.⁴⁹

Quais implicações podemos extrair para se escrever a história de um país-continente como o Brasil? A explicação geral de ausência de revolução em uma nação impressa entre o prematuro, o tardio, o *just-in-time*, o fora de hora e lugar, um país sem burguesia e proletariado “verdadeiros”, pode, desde há muito, ser questionada. Muito da

pesquisa "árdua" feita até agora, aquela que vai ao encontro das (e não de encontro às) fontes, traz-nos muitas peculiaridades brasileiras desconhecidas. No XX Encontro da ANPOCS (realizado em 1996), se o historiador Evaldo Cabral de Melo ainda pôde lamentar a lacuna de estudos sobre mocambos de negros, consideramos que isso já não é possível. Tratando não só de negros como de índios amocambados e aquilombados pelo Brasil e pelas Guianas. A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil choca-se com o argumento de que excluído não faz história, de que escravo é uma "coisa" *aferrada* aos seus "deviões" ⁵⁰ Se esse trabalho é tão-somente um exemplo, serve ao mesmo tempo para repensarmos argumentos como "não tivemos revoluções por aqui, só acordos pelo alto entre as elites". E serve, outrossim, para elaborarmos uma história a partir de baixo capaz de dar conta da alteridade, das inconveniências, que não seja evolutivamente contada a partir da voz de um pensamento (ou partido) único.

Traçando paralelos com o Brasil por meio de um exame comparativo (procedimento salutar contra o achado incessante de peculiaridades), o sociólogo sul-africano Eddie Webster comentou quanto a teoria da dependência serviu para excluir a gente comum, a luta de classes e as próprias classes sociais da história. E destacou quanto a irrupção dos movimentos sociais no cenário político nacional de seu país (assim como no Brasil) foi importante para abrir sua entrada na universidade. ⁵¹ Confrontada com modelos explicativos daquela teoria, a experiência histórica não apresenta atores sociais clássicos. A burguesia falhou aqui na sua missão. Depois, o proletariado foi incompleto. Não apreendeu os traços europeus consagrados e mergulhou em projetos de ascensão social, ou no conformismo.

Em algum momento, se foi possível pensar que essas idéias tinham sido ultrapassadas pelas pesquisas recentes, a entrevista de um presidente da República serve como alerta em contrário. ⁵² As forças impessoais das estruturas estão vivas. Uma a uma, as teses da idiotia rural, da passividade do proletariado, da adesão popular a líderes carismáticos e populistas, da fraqueza da sociedade civil, do atraso da nossa "modernidade", no meio de diversas outras, como a da tolerância de nossas relações interpessoais, ainda estão circulando nas mais variadas falas, nos mais diferentes meios, imprensa, universidade, política, economia, cultura.

Imaginando quanto teria de relevo para o debate da "nova ordem mundial", seus neoliberalismos e suas globalizações, Perry Anderson ⁵³ indagou quanto Thompson ainda poderia produzir caso tivesse sido agraciado com a mesma fortuna de Christopher Hill, o qual, octogenário, pesquisa e escreve. ⁵⁴ Não é descabido esse exercício, pois um Thompson sem saúde editou *Witness against the beast*. ⁵⁵ Não o é, em acréscimo, porque nos ajuda a superar a lacuna aludida por Hobsbawm. Não o é, ainda mais, porque sua ausência, uma vez entendida como desafio, pode servir como estímulo para se ir adiante, desde já descartando o lamento da falta de um "guia iluminado". Hoje, tal qual ontem, a inspiração nas proposições de Thompson é essencial para formular novas dissidências.

NOTAS

- ¹ Segundo Michael Bess ("E. P. Thompson: the historian as activist", *American Historical Review*, vol. 98, nº 1, 1993, p. 20), "Edward conanizou uma tropa de tanques na Sixth Armoured Division, lutando na África e, posteriormente, na Itália". Com ironia, W. L. Webb ("A thorough English dissent", *The Guardian*, 30 ago., 1993) faz notar que "não pode ter havido muitos jovens oficiais da cavalaria, comunistas de cartelinha desde os 16 anos, no comando de um esquadrão de tanques 17/21^a Lancers na batalha de Cassino".
- ² Para Bryan Palmer (*Edward Thompson. Objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 43), Frank "era a ponte entre as limitações liberais do pai e o potencial do comunismo". Para melhor conhecer os episódios relativos à relação entre Frank e Edward, ao serviço militar de ambos e à morte de Frank, ver, no mesmo livro, as páginas 44-52. Com sua mãe, Theodosia Thompson, Edward organizou o livro *There is a spirit in Europe: a memoir of Frank Thompson* (Londres: Victor Gollancz, 1947).
- ³ Dorothy Thompson é autora de *The charists*. Nova York: Pantheon Books, 1984. Também organizou, junto com James Epstein, *The charist experience*. Londres: The Macmillan Press, 1982. Ultimamente publicou *Outsiders: class, gender and nation*. Londres: Verso, 1993.
- ⁴ Isso lhe valeu, pelo menos, a redação de dois livros. O primeiro é *William Morris: romantic to revolutionary* (Londres: Lawrence & Wishart, 1955. Republicado pela Pantheon em 1977). A primeira edição foi revista, pois Thompson discordou de muita coisa escrita por ele mesmo, especial-

mente quanto ao marxismo. Já o segundo, *Witness against the beast* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993), versa sobre William Blake.

- ⁵ William Sewall Jr. especula que o prefácio de *A formação* pode ser "o mais freqüentemente citado" desde o de Marx em *Para a crítica da economia política*. Cf. "How classes are made: critical reflections on E. P. Thompson's theory of working-class formation", in H. Kaye e K. McClelland, *E. P. Thompson. Critical perspectives*. Cambridge: Polity Press, 1990, p. 51.
- ⁶ *The Guardian*, 30 ago., 1993.
- ⁷ "An open letter to Leszek Kolakowski", in *The poverty of theory & other essays*. Londres: Monthly Review Press, 1978, apud Huw Beynon, "Um historiador comprometido com os debates de seu tempo", *Jornal do Brasil*, 4 set., 1993. (No Brasil, foi publicado apenas o ensaio principal em *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.)
- ⁸ Cf. "Entrevista a E. P. Thompson", *Quadrante*, nº 92, 1996, p. 409.
- ⁹ Para a redação deste item, estamos nos apoiando no relato de P. Scarby, J. Rule e R. Malcolmson, "Edward Thompson as a teacher: Yorkshire and Warwick", in J. Rule e R. Malcolmson (orgs.), *Protest and survival*. Londres: Merlin Press, 1993.
- ¹⁰ Cf. Bess, op. cit., p. 20.
- ¹¹ Cf. "Entrevista a E. P. Thompson", op. cit., p. 408.
- ¹² Nossa experiência na área de educação popular (de ensinar aprendendo e aprender ensinando), majoritariamente vivida em ONGs e no Instituto Cajamar (cujo presidente de honra era Paulo Freire), faz-nos ter grandes afinidades com a proposta da AET.
- ¹³ Cf. P. Scarby, J. Rule e R. Malcolmson, op. cit., pp. 9, 14 e 17.
- ¹⁴ Cf. idem, op. cit., p. 17.
- ¹⁵ O fluxo entre Warwick e pesquisadores americanos contribuiu, certamente, para a difusão da obra de Thompson nos Estados Unidos. Além de Montgomery, Herbert Gutman e Eugene Genovese reconhecerem sua influência.
- ¹⁶ Sobre isso, dois diferentes relatos se encontram em Palmer, op. cit., pp. 150-7, e Bess, op. cit., pp. 25-6. O próprio Thompson organizou um livro tendo o dito episódio como motivação. Cf. *Warwick University Ltd.* Harmondsworth: Penguin Books, 1970.

¹⁷ Eric Hobsbawm, "The historians' group of the Communist Party", in M. Conforth, *Rebels and their causes*. Londres: Lawrence and Wishart, 1978, p. 26.

¹⁸ Cf. idem, op. cit., p. 27.

¹⁹ Cf. idem, op. cit., pp. 44-5.

²⁰ A influência de Dobb sobre o grupo, incluindo a polémica sobre o determinismo económico presente na sua obra e o grau de continuidade e ruptura do grupo com a problemática por ela estabelecida, é debatida por Bill Schwarz, "The people in history: the Communist Party Historians Group, 1946-1956", in R. Johnson (org.), *Making histories*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1982, pp. 46-55.

²¹ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 23.

²² Friedrich August von Hayek, economista e cientista político de origem austríaca, celebrado como teórico do "Estado mínimo", foi um dos organizadores do livro *Capitalism and the historians* e participou ativamente da polémica sobre padrão de vida durante a Revolução Industrial, do lado oposto ao do grupo de historiadores do PC. Exerceu influência decisiva na formação de lideranças conservadoras britânicas, como Margaret Thatcher, sendo resgarado na década de 80 como um dos ideólogos do neoliberalismo.

²³ Cf. R. H. Tawney, *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1971; J. L. Hammond e B. Hammond, *The village labourer*. Londres: Longman, 1978 e *The town labourer*. Londres: Longman, 1978.

²⁴ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 44; ver também p. 38.

²⁵ Cf. idem, op. cit., p. 28 e John Saville, "The 20th Congress and the British Communist Party", in *The socialist register*. Londres: Merlin Press, 1976.

²⁶ Cf. Hobsbawm, op. cit., pp. 33-4.

²⁷ Cf. idem, op. cit., p. 29.

²⁸ Tradição popular que apontava todas as injustiças sociais e políticas da Inglaterra como decorrência da invasão normanda e idealizava a igualdade originária entre os saxões.

²⁹ O relato que se segue baseia-se fundamentalmente em Saville, op. cit.

³⁰ Cf. Hobsbawm, op. cit., p. 41.

³¹ Cf. idem, op. cit., p. 40.

³² Cf. Bryan Palmer, op. cit., p. 92.

³³ Para uma análise das ideias de Thompson e dos debates do período sobre um socialismo humanista, ver Kate Soper, "Socialist humanism", in H. Kaye e K. McClelland, op. cit. Ver também o artigo de Thompson, "Socialist humanism: an epistle to the philistines", *New Reasoner*, nº 1, 2ª trim., 1957.

³⁴ Cf. Bess, op. cit., p. 24.

³⁵ Apud Massimo Teodori, *Las nuevas izquierdas europeas*. Barcelona: Blume, 1978, p. 164.

³⁶ Como afirma Brian Palmer, demonstrando a alteração de rumos da revista e o consequente afastamento de Thompson e da geração da "primeira" Nova Esquerda: "Nessa segunda [Nova] esquerda, pouco havia de Blake, porém muito da 'ciência' da teoria marxista do continente europeu". Brian Palmer, op. cit., p. 100.

³⁷ E. I. Hobsbawm, "O marxismo hoje: um balanço aberto", in *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, vol. XI, p. 45.

³⁸ O desenvolvimento desta integração entre a história inglesa dos séculos XVII e XVIII a partir da relação entre a consciência popular de direitos e as mudanças nas estruturas macropolíticas pode ser acompanhado em Christopher Hill, *Liberty against the law — Some seventeenth-century controversies*. Londres: Penguin, 1996. Esse trabalho de Hill contribui para o conhecimento do século XVIII, assim como Thompson em *Séculos e caçadores e Customs in common*.

³⁹ Perry Anderson, "Origins of the present crisis", *New Left Review*, nº 23; Tom Nairn, "The English working class", *New Left Review*, nº 24 [republicado em Robin Blackburn, *Ideologia na ciência social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982], "The British political elite", *New Left Review*, nº 23, "The anatomy of the Labour Party 1", *New Left Review*, nº 27 e "The anatomy of the Labour Party 2", *New Left Review*, nº 28. A resposta de Perry Anderson veio em dois textos: "Socialism and pseudo-empiricism", *New Left Review*, 1966 e *Teoria, política e história. Um debate com E. P. Thompson*. Barcelona: Siglo XXI, 1985. Do mesmo autor, ver também "Diário de uma relação", *El Círculo por Asalto*, nº 6, 1993-1994.

⁴⁰ Huw Beynon, op. cit., e Christopher Hill, "From the awkward scholl", *The Guardian*, 30 ago., 1993.

⁴¹ Cf. Michael Hall, "Corporatism, fascism, and the origins of Brazilian labor law", III Brazilian Studies Association Conference, 7-10 set., 1996, King's College, Cambridge, pp. 5 e 13-4.

⁴² Cf. Sean Wilentz, "Against exceptionalism. Class consciousness and the American labor movement, 1790-1920", *International Labour and Working-Class History*, nº 36, 1984; A. Zolberg, "How many exceptionalisms?", in I. Katznelson (org.), *Working-class formation*. Princeton: Princeton University Press, 1986; F. Lenger, "Beyond exceptionalism: notes on the artisanal phase of the labour movement in France, England, Germany and the United States", *International Review of Social History*, nº 37, 1991.

⁴³ Isso nos leva a pensar que o termo "capitalismo tardio" deve ser usado com mais parcimônia e diligência.

⁴⁴ Ao mesmo tempo, *A formação* não dispensa muita atenção aos mineiros, categoria muitas vezes tomada como paradigma de proletariado industrial moderno, mas que tem uma história pregressa à aparição do capitalismo. Cf. Huw Beynon e Terry Austrin, *Masters and servants: class and patronage in the making of a labour organization*. Londres: River Oram Press, 1994.

⁴⁵ Cf. "Foreword", in *The poverty of theory & other essays*, p. iv. Sobre as críticas à insularidade de Thompson, ver Palmer, op. cit., pp. 9-10.

⁴⁶ Cf. Huw Beynon, "A destruição da classe operária inglesa?", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 27, 1995.

⁴⁷ Externamos aqui nossos agradecimentos a Maria Célia Paoli, José Sérgio Leite Lopes e Michael Hall, que aceitaram nosso convite para o diálogo lançado, integrando a mesa de debates.

⁴⁸ Thompson muito prezava a idéia de dissidência, entendida como uma discordância de valores em relação ao *status quo*. Em "As peculiaridades", ele defende como uma das especificidades da Inglaterra a existência de uma longa tradição de dissidência e pensamento independente que reunia desde eminentes membros da *gentry*, como Newton, Fielding e Gibbon, até inúmeras contribuições criativas de artesãos e dos setores populares em geral. Outros exemplos dessa tradição podem ser vistos em seus artigos reunidos em *Writing by candlelight*. Londres: Merlin Press, 1980. Paul Barker (ex-editor da revista *New Society*) inclui o próprio Thompson na rica linhagem de dissidentes ingleses, ao lado de Tom Paine, William Cobbett, William Hazlitt e George Orwell. Eles seriam alguns dos *troubleshooters* (na frase cunhada por A. J. P. Taylor's). Cf. Paul Barker, "A voice of true dissent", *Times*, 31 ago., 1993.

⁴⁹ Podemos ter, em relação a Thompson e à historiografia social britânica, postura semelhante à por ele defendida quanto ao marxismo, que via "menos como um sistema auto-suficiente e mais como uma importante

influência criativa no interior de uma tradição socialista mais ampla" Cf. "A pressav in ephology", *New Reasoner*, nº 10, 1959, apud C. Sparks, "Stuart Hall, cultural studies and marxism", in D. Marley e K.-H. Chen, *Stuart Hall. Critical dialogues in cultural studies*. Londres: Routledge, 1996, p. 75.

⁵⁰ Para maiores detalhes, cf. Flávio dos S. Gomes, A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil — Séculos XVII a XIX. Tese de doutorado, IUPERJ, UNICAMP. Campinas, 1997. Ver, especialmente, a conclusão.

⁵¹ Cf. "Sair da sala de aula e ouvir os trabalhadores", *História Social*, nº 3, 1996.

⁵² Cf. "FHC põe suas idéias no lugar", *Folha de S. Paulo*, 13 out., 1996. Ver também Silvia Lora, "Na perspectiva dos escravos", *Teoria & Debate*, nº 45, 2000.

⁵³ Cf. Anderson, "Diário de una relación", op. cit., pp. 15-6.

⁵⁴ Cf. Hill, *Liberty against the law*, op. cit.

⁵⁵ Cf., ainda, seu outro livro, editado postumamente, *The romantic. England in a revolutionary age*. Nova York: New Press, 1997.

THOMPSON, MARX, OS MARXISTAS E OS OUTROS*

Sergio Silva

Edward Thompson parece ter sido um homem de estilo e idéias polêmicas. Basta dizer que, apesar de todo o seu prestígio internacional, fiel às suas opções, ele preferiu passar sua vida de professor dando aulas em cursos secundários noturnos frequentados por trabalhadores (com algumas exceções, como aquele tempo passado na universidade para escrever *Senhores e camponeses*).

Mas essas suas características talvez só tenham alcançado o grande público leitor após a publicação de *A miséria da teoria*, que, na tradução brasileira, ficou sem os outros ensaios, entre os quais o notável "As peculiaridades dos ingleses", que já apresenta — num estilo menos agressivo e em torno de uma discussão da história da Inglaterra e da

* Esta é uma versão ligeiramente modificada (sobretudo pela inserção de três novos parágrafos no final do texto) do artigo publicado em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, coletânea de textos de E. P. Thompson editada na série Textos Didáticos do IFCH-UNICAMP.

sua "reinterpretação" por Anderson e Nairn — idéias positivamente desenvolvidas em *A miséria da teoria*.

A publicação desse ensaio e as discussões que se seguiram provocaram algumas reclamações. Por exemplo, quanto ao seu estilo, que dificultaria o debate: num seminário sobre o assunto, numa igreja da universidade, ele teria feito uma entrada triunfal, seguido por grande número de estudantes, e monopolizado a palavra, abrindo fogo em várias direções, como uma metralhadora giratória.

Quem sabe Thompson tenha acertado a "verdadeira essência" da teoria: explicitar com o maior rigor e clareza possíveis os fundamentos gerais de nossos procedimentos em determinada disciplina (ou conjunto de disciplinas), para delimitar clara e rigorosamente quem são os "nossos", o que cada um deve fazer para poder ser dos nossos e, inversamente, quem não está entre os nossos.

E, paradoxalmente, por não gostar nada disso, quando se sentiu obrigado a fazê-lo, exagerou na dose. Realmente, é muito provável que a maioria das pessoas concorde que ele não deveria ter classificado as idéias de Althusser como *Geschichtsbewusstsein*; mesmo aquelas pessoas que acham que elas são realmente *Geschichtsbewusstsein*. O ambiente exige respeito.

De qualquer modo, as idéias fundamentais e originais de Thompson já se encontram praticamente inteiras em *A formação da classe operária inglesa* (*The making*, para os ingleses). E também os fundamentos de sua complexa inserção (com o perdão do próprio Thompson) teórica. Um problema e tanto: um dos mais famosos historiadores marxistas escreve um livro para desmentir nada mais, nada menos que uma das teses mais importantes e conhecidas de *O capital*.

Para Thompson, o proletariado não seria um resultado da industrialização, como aparece no jamais suficientemente estudado "Em busca da mais-valia relativa". E esta é certamente uma idéia central do seu pensamento, uma chave mestra para a compreensão das suas relações com o pensamento de Marx e da sua oposição radical às correntes dominantes do pensamento marxista.

Na verdade, estou chamando de industrialização (nome usado, em outras correntes das ciências sociais, nas mais diversas acepções) o processo de formação e consolidação da moderna produção fabril mecanizada (e, agora, computadorizada), isto é, a popular indústria moderna, que constitui o objeto de estudo do "Em busca da mais-valia relativa".

Para Marx, esse não é senão o processo de transformação das forças produtivas — máquinas e outros instrumentos de trabalho, matérias-primas (ou objetos do trabalho) e, evidentemente, o próprio trabalho ou, para sermos mais rigorosos, a força de trabalho. O processo de transformação das forças produtivas à imagem das relações sociais (de produção) dominantes, isto é, as relações sociais capitalistas.

De acordo com Marx e, creio, a maioria dos marxistas que trataram do assunto, forças produtivas e relações sociais (de produção), em conjunto, formam as relações de produção. Pode-se dizer, simplesmente, que as relações sociais (as relações entre capitalistas e trabalhadores) representam, como o nome indica, os aspectos sociais das relações de produção. As forças produtivas representariam os aspectos técnicos das relações de produção (donde o tratamento alternativo de "relações técnicas de produção" proposto por Balibar).

Relações sociais e forças produtivas formam uma daquelas contradições que dão vida ao pensamento e movimento ao real. O movimento de um modo de produção se caracterizaria, de modo genérico, pelo movimento da contradição entre relações sociais e forças produtivas, como se pode ler no famoso trecho do famoso prefácio à introdução à crítica... de 1857, já muito criticado por um certo evolucionismo.

Imediatamente após uma transformação das relações de produção dominantes, as forças produtivas se encontram, necessariamente, do jeito que foram deixadas pelo antigo modo de produção. Durante um certo tempo (a "transição" de Bettelheim), elas seriam transformadas à imagem das novas relações de produção dominantes. Essa transformação caracterizaria o desenvolvimento "pleno" do modo de produção. O que não significaria, entretanto, o fim do desenvolvimento do modo de produção. O movimento nunca pára, e o seu prosseguimento, no caso, levaria à tendência de as forças produtivas se chocarem com as relações sociais dominantes (numa espécie de transição às avessas: não a plena formação, mas a superação do modo de produção).

Como se sabe, isso deu muito pano para manga. Mas aqui nos interessa unicamente a idéia de que forças produtivas e relações sociais representam uma unidade contraditória sob o domínio das relações sociais. No movimento resumido no parágrafo acima, pode-se ver que as forças produtivas são dominadas pelas relações sociais sob três formas: como forças ainda não adequadas às relações sociais dominantes, como forças adequadas a essas relações ou como forças que já colocam a superação dessas relações. De modo geral, a dominação das relações sociais sobre as for-

ças produtivas se afirma pelo fato de aquelas aparecerem sempre como capital (capital constante, capital variável).

Mas afinal, dirá o leitor enfatiado, para que tanta reoria? Só para dizer que a crítica de Thompson não pode dirigir-se simplesmente a uma ausência do trabalhador no movimento do capital, tal como ele é analisado no "Em busca da mais-valia relativa". O trabalhador estaria sempre presente nesse movimento, porque o que Marx chama de capital é uma relação social, a relação social capitalista de produção. O fato de que essa relação tome (concretamente, no processo de trabalho ou no processo de produção em geral e na sociedade) a forma de capital é o resultado da dominação exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores, que define a própria relação capitalista.

A crítica de Thompson, na verdade, é bem mais geral e radical. Ela se dirige ao conjunto da análise de Marx, pelo fato de esta tentar explicar o movimento da relação como um movimento imanente à própria relação e que se esgota nela mesma, de tal forma que, no final das contas, esse movimento já se encontra inscrito (em germe) nas formas iniciais da relação. Assim, a industrialização ou, mais precisamente, a constituição da indústria moderna e a formação do proletariado, a classe operária moderna, não representam senão o resultado da lógica do capital (isto é, da relação, a relação social de dominação capitalista).

Para Thompson, a lógica do capital (mesmo entendido como relação social) não pode explicar o processo histórico real. Isso não significa, de maneira alguma, que, para ele, o processo histórico não tenha uma lógica. Muito pelo contrário, ele entende justamente que somente a lógica do processo pode explicar o desenvolvimento do capitalismo, o movimento do capital, a relação capitalista de produção,

ou, no caso em pauta, especificamente, a constituição da grande indústria moderna e do proletariado.

A inversão da explicação pode ser sutil, mas me parece realmente radical. Segundo ela, não seria a industrialização que se teria imposto a capitalistas e trabalhadores, com a força de uma lei que regeria suas relações: a busca da mais-valia relativa, como lei da acumulação de capital. Ao contrário, a industrialização seria o resultado de um processo histórico real, como todo processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois, por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal. Para Thompson, a grande indústria moderna é um resultado (histórico) da luta de classes.

Como parte fundamental desse processo, poderia ser destacada a própria formação da classe operária. Para Thompson, o auto-reconhecimento dos trabalhadores como classe — que conduz à formação das organizações operárias e ao estabelecimento, por meio da luta de classes, de novas relações entre capitalistas e operários — encontra-se na base da grande indústria moderna. Assim, ao mesmo tempo em que submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da classe operária como condição e não simplesmente resultado da industrialização.

Essa inversão — formação da classe operária como condição e não mais simples resultado da grande indústria mecanizada — é impossível de ser operada na linha da busca da mais-valia relativa, em que as características formadoras do proletariado saem praticamente de dentro da fábrica moderna: a disciplina, a racionalização, o espírito coletivo, o de associação etc.

O desenvolvimento da grande indústria — isto é, das forças produtivas correspondentes ao modo especificamen-

te capitalista de produção — estaria vinculado a uma mudança de comportamento dos trabalhadores, que, reconhecendo-se como uma classe diante dos padrões, passam a valorizar objetivos tais como regulamentação da jornada e das condições de trabalho e formas de pagamento de acordo com as variadas qualificações e com a produtividade.

Nesse sentido, essas transformações aparecem também como uma resposta ao surgimento da classe operária. Mais rigorosamente, Thompson submete a transformação das forças produtivas e do modo de produção — e a famosa lógica do capital — ao desenvolvimento real, ou, para empregar os seus termos, ao processo histórico da luta de classes.

É possível argüir, em defesa de uma aproximação maior entre os dois autores, que Marx não completou *O capital*, deixando de escrever o prometido livro sobre as classes sociais. Mas é verdade, também, que as teses criticadas por Thompson constituem a base de toda uma série de análises de sociologia e ciência política sobre o desenvolvimento do capitalismo e a classe operária.

É justamente a oposição à concepção de classe social em geral e de classe operária em particular, baseada em *O capital* e largamente difundida numa certa literatura marxista, que constitui um dos pontos centrais do pensamento de Thompson e de sua vinculação, ao mesmo tempo de inspiração e crítica, em relação a Marx. De um lado, a completa e radical recusa da noção de classe social como efeito, resultado (ou qualquer coisa do gênero) do modo de produção. De outro, a afirmação da classe social como resultado da luta de classes.

Libertada da determinação unívoca e direta do modo de produção, via, notadamente, o processo de trabalho, a classe operária de Thompson cometerá um verdadeiro sa-

crilégio para o pensamento marxista dominante: ela não será mais a herdeira social da burguesia, mas a herdeira das classes dominadas dos modos de produção anteriores, cujas lutas ela continuará, sob novas formas, nas condições de dominação do capital.

Evidentemente, se a formação da classe operária se apresenta também como condição da grande indústria, não é possível limitar a sua explicação ao que acontece ao trabalhador no processo de trabalho da grande indústria ou mesmo na vida econômica em geral. Uma diversidade de fatores sociais, culturais, componentes da vida e das tradições dos trabalhadores assume, então, o primeiro plano da análise, reforçando a crítica ao determinismo econômico que constitui outro traço central do pensamento de Thompson.

A recusa do determinismo econômico e, particularmente, da idéia de classe como efeito do modo de produção tem, entre mil e uma conseqüências, a de implicar uma reconsideração da noção de consciência de classe, numa linha muito próxima daquela também seguida por Hobsbawm: a consciência de classe é aquela que a classe efetivamente produziu, no processo (histórico) de seu auto-reconhecimento e construção, e não aquela que deduzimos do modo de produção.

Tudo isso pode se prestar a muitos debates, mas tem um efeito político imediato, dentro e fora da academia. Dizer que a classe só pode ser definida dentro de um processo histórico, que ela é resultado de suas próprias lutas, que ela faz a si própria (sentido do *making original*), significa negar fundamentos teóricos e políticos aos partidos e intelectuais detentores do conhecimento sobre os "verdadeiros interesses" da classe operária.

Mas é necessário destacar, imediatamente, que isso nada tem a ver com uma proposta de abandono da militância em geral (e, no caso pessoal de Thompson, não teve mesmo). Para ele, perdeu sentido apenas a militância nesses partidos, que conhecem "os verdadeiros interesses" da classe operária.

Perdem também sentido os estudos em que o processo histórico real, a luta de classes e a classe operária aparecem apenas como recheio histórico, como realização das "leis da história", das "leis do modo de produção" (a razão redi-viva), com as devidas "peculiaridades" locais, avançadas ou tardias em relação a um modelo teórico geral e abstrato. E este é o núcleo da crítica presente em "As peculiaridades".

É normal que essa crítica — apesar de toda a sua ins-piração marxista, de sua valorização da luta de classes em geral e, especialmente, da luta da classe operária — mereça o repúdio de grande parte dos políticos e intelectuais, que, em suas práticas, apóiam-se diretamente nas concepções atacadas por Thompson.

Seja em "As peculiaridades", seja em *A miséria da teoria*, a crítica de Thompson se dirige mais especificamente ao que ele chama de marxismo althusseriano ou tradição marxist-stalinista, ao mesmo tempo em que reivindica uma outra tradição marxista, na qual poderíamos incluir, pelo menos, outros ingleses, como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Raymond Williams.

Mas a metralhadora giratória de Thompson atinge também, de modo inequívoco, a pretensão cientificista — teorizante ou empiricista — de muitos cientistas sociais e até mesmo de outros historiadores (numa crítica que vai a ponto de denunciar os malefícios causados pela pretensão da história à condição de ciência).

A pretensão de definir cientificamente os interesses desta ou daquela classe e da sociedade em geral — como sabemos muito bem, nós que vivemos nesta linda ilha de Vera Cruz — não é um apanágio da corrente marxista dominante, ainda que o marxismo acadêmico e a militância política guiada pelo marxismo dominante possam representar um cabedal valioso para inúmeros políticos e tecnocratas de plantão.

Talvez sociologia, ciência política e história estejam profundamente marcadas por essa pretensão cientificista e tenham se constituído, na prática, em poderoso instrumento de hegemonia das classes dominantes de nosso tempo. Mas a economia política é, sem dúvida, a grande mestra nesse terreno, com o seu caminhar de estatísticas, tendências e leis que tentam reduzir o homem comum e os trabalhadores, particularmente, à mais simples expressão de burrice e passividade.

Por isso, quando Thompson diz que, em *O capital*, Marx caiu na armadilha da economia política, a sua crítica é de muito difícil digestão, tanto para uma certa tradição marxista quanto para muitos cientistas sociais não marxistas. Entretanto, aqueles que não são candidatos ao Olimpo, nem mesmo como salvadores da pátria, poderão ficar satisfeitos em conhecer uma outra tradição marxista e talvez encontrem um certo reconforto na prosa irada do militante historiador inglês.

Talvez a leitura de Thompson possa também confirmar que, ao reivindicar uma certa tradição marxista, ele não estava apenas fazendo uma reverência àquela que permanece até hoje como o maior crítico do mundo moderno (uma reverência, por sinal, muito pouco conforme ao seu estilo). Talvez essa leitura permita resgatar e dar o devido destaque

não ao “verdadeiro Marx”, mas a uma tradição diretamente vinculada às preocupações centrais que norteiam *A ideologia alemã* e que levaram a *Para a crítica da economia política*.

A história como história de seres reais e pensantes (para usar a expressão de Caio Prado Jr.); a crítica do fetichismo que transforma o produto do trabalho em realidade externa ao próprio homem, em “coisa”, se não totalmente independente da ação humana, pelo menos destinada, inexoravelmente, a dominá-la; a crítica de todo pensamento social que se propõe a estudar essas “coisas” e as “leis” às quais os seres humanos (dominantes e dominados, finalmente iguais!) devem obediência.

Uma outra tradição marxista, que não pode jamais deixar de ser crítica em relação a todo e qualquer poder instituído. Uma tradição que não pode viver so de Marx, que precisa escarafunchar eternamente a história real, os modos de dominação e as formas de resistência; não apenas a resistência presente no cenário político oficial, mas também aquela diária, incansável... A passividade e burrice dos que não “entendem”. Essa tradição certamente constitui um instrumento indispensável na luta contra um pensamento que — na ciência e na mídia — serve de fundamento à ideologia do progresso, da modernização, do desenvolvimento, do capital.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- . *Ler O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson*. México: Siglo XXI, 1985.
- BASSANEZI, Carla S. B. "E. P. Thompson e a história", *Temáticas* 2, 3, jan.-jun., 1994, pp. 83-108.
- HOBBSBAWM, Eric. "Notas sobre a consciência de classe", in *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 35-55.
- KAYE, Harvey. *The British marxist historians*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- . *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PALMER, Bryan D. *The making of E. P. Thompson: marxism, humanism and history*. Toronto: New Hogtown Press, 1981.

- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. [Original: *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978.]
- . "La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases", in *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1984.
- . *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [Original: *The making of the English working class*, 1963, edição revista em 1968.]
- . *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

AS PECULIARIDADES
DOS INGLESES
E OUTROS ARTIGOS

AS PECULIARIDADES DOS INGLESES*

Há de se suportar o tosco método inglês
de desenvolvimento, naturalmente.

MARX, sobre Darwin

I

Nos idos de 1962, quando as atividades da *New Left Review* estavam um pouco confusas, a direção da Nova Esquerda convidou um hábil colaborador — Perry Anderson — para assumir a editoria da revista. Encontramos, como esperávamos, no camarada Anderson a decisão e a coerência intelectual necessárias para assegurar sua continuidade. Mais ainda, descobrimos que havíamos indicado um verdadeiro doutor Beeching** da *intelligentsia* socialista. Todos

* Ensaio extraído do livro *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978. Tradução: Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro. Agradecemos as colaborações das colegas Denise Gross e Maria Aurora de Meireles Rabelo. Revisão: Michael Hall.

** Bryan Palmer, à página 100 de Edward Palmer Thompson, *Objetões e oposições* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996), assim se refere ao doutor Beeching: "[...] lorde Beeching (1913-1985) — presidente da British

os ramos secundários não econômicos e desvios socioculturais da *New Left*, que estavam, de resto, recebendo cada vez menos tráfego, foram abruptamente desativados. As principais linhas da revista sofreram uma modernização igualmente brusca. As marias-fumaça da Velha Esquerda foram varridas dos trilhos, as paradas marginais ("Compromisso", "Qual o futuro do CND?", "Mulheres apaixonadas") foram fechadas, e as linhas, eletrificadas para o tráfego expresso da Rive Gauche marxistencialista. Em menos de um ano, os fundadores da revista descobriram, para seu pesar, que o conselho editorial vivia em um ramal que, após rigoroso balanço intelectual, foi considerado deficitário. Percebendo-nos supérfluos, colocamos nossos cargos à disposição.

Passados três anos desde a posse da nova direção, parece possível examinar a tendência geral da "nova" *New Left*. Para simplificar, pode-se localizá-la em três áreas principais: análise do "Terceiro Mundo", definições (geralmente evasivas) da teoria marxista e o ambicioso trabalho de análise da história e estrutura social britânicas iniciado por meio de uma série de artigos de Anderson e Tom Nairn.¹ A primeira delas — o Terceiro Mundo — está além do alcance deste artigo. É, indubitavelmente, a área na qual têm sido realizados alguns dos mais originais e bem documentados trabalhos dos novos redatores. Aqui, restringir-me-ei às outras duas.

Os artigos citados, vistos em conjunto, representam uma alentada tentativa de desenvolver um coerente balan-

Railroad Board [...], responsável pelo 'Plano Beeching', que levou à interrupção de várias linhas ferroviárias de pequeno porte na Grã-Bretanha". (N. dos Ts.)

* CND é a sigla do movimento Campaign for Nuclear Disarmament, do qual Thompson foi destacado integrante. (N. dos Ts.)

ço histórico da sociedade britânica. Sem dúvida, o artigo seminal é o de Anderson ("Origins of the present crisis"). Mas, se o trabalho de Nairn é menos inspirado, ainda assim ambos habitam o mesmo universo mental. Os dois se sentem à margem da "ideologia inglesa", a qual, "em sua tola velhice, dá origem a um tipo de crepúsculo no qual o 'empirismo' se tornou uma miopia, e o liberalismo, uma cegueira incômoda".² Nairn estende a acusação: "isolamento e provincianismo ingleses, atraso e tradicionalismo ingleses, religiosidade e aura moralista inglesas, 'empirismo' inglês mesquinho ou desconfiança instintiva da razão".³

Contem-se, ainda, "a nulidade das tradições intelectuais nativas", o "embrutecimento secular e insular" da cultura britânica, "o impenetrável manto de complacência" da vida social britânica, "o rígido entrenchement do conservadorismo sindical britânico" e "os séculos de constipação decadente e de um sedimentado culto dos ancestrais" da sociedade britânica. A ideologia inglesa "abraçou uma cultura literária dileitante descendente da aristocracia e a mais tosca das filosofias utilitárias lumpemburguesas, juntando-as em uma bizarra união 'Jekyll e Hyde' de atração e repulsa".⁴

"O próprio mundo urbano" inglês é "a imagem deste conservadorismo arcaico, bastardo conservadorismo, um mundo urbano que não tem nada a ver com a *civilização* urbana, tal como é concebida em outros países, com uma cultura burguesa antiga e unificada".⁵ Estes juízos estão resumidos em "Origins", de Anderson:

Os dois grandes elementos químicos desse envolvimento *sej* inglês são "tradicionalismo" e "empirismo". nele, a visibilidade de qualquer realidade social ou his-

tórica é sempre zero. Encobrindo toda a sociedade com um espesso véu simultaneamente filisteu (em relação às idéias) e mistagógico (em relação às instituições), o resultado é um conservadorismo abrangente e coagulado, conservadorismo pelo qual a Inglaterra merecidamente adquiriu uma reputação internacional.

E a essência da análise de ambos os autores sobre o tribalismo pode ser encontrada na frase de Anderson: "na Inglaterra, uma burguesia apática produziu um proletariado subordinado".⁶

Sem dúvida, em contextos particulares, algumas dessas opiniões podem ser sustentadas. Mas o que é evidente, onde quer que se imponham, é a perda do controle emocional e a destituição da análise pela condenação. Para sobre elas um quê de senhor Podsnap* às avessas. "Nós, ingleses, temos muito orgulho de nossa Constituição, sir", explicou o senhor Podsnap com um senso de meritória propriedade:

— Ela nos foi conferida pela Providência. Nenhum outro país foi tão favorecido como o nosso.

— E os *outros* países — disse o cavalheiro estrangeiro.

— Como fazem eles?

— Eles fazem, sir — retrucou o senhor Podsnap, meneando a cabeça gravemente — eles se saem bem, lamentando ser obrigado a dizê-lo, *como* eles fazem.

Mas agora os papéis estão invertidos. Inchado como uma bola para incorporar toda a cultura britânica dos últimos 400 anos, o senhor Podsnap está sendo acusado.

* Senhor Podsnap: personagem de *Our mutual friend*, de Charles Dickens. Filisteu, complacente, recusa-se a reconhecer fatos desagradáveis. (N. dos Ts.)

— E os *outros* países — disse o senhor Podsnap, cheio de remorsos. — Como fazem eles?

— Eles se saem bem — replicaram severamente *messieurs* Anderson e Nairn: — Eles fazem, lamentamos sermos obrigados a dizê-lo, Melhor Sob Qualquer Aspecto. Suas Revoluções Burguesas foram Maduras. Suas Lutas de Classe foram Sanguinárias e Inequivocas. Sua *Intelligentia* foi Verticalmente Integrada e Autônoma. Sua Morfologia foi Tipologicamente Concreta. Seu Proletariado foi Hegemônico.

De ponta a ponta, há, realmente, em suas análises, um inconfesso modelo de Outros Países cuja simetria tipológica oferece uma reprovação ao excepcionalismo britânico. Cortejada com este modelo, a classe trabalhadora inglesa é "um dos enigmas da história contemporânea",⁷ a experiência histórica da burguesia inglesa foi "fragmentada, incompleta",⁸ e os intelectuais ingleses não constituíram "uma verdadeira *intelligentia*".⁹

Toda experiência histórica é obviamente, em certo sentido, única. Muito protesto contra isso coloca em questão não a experiência (que permanece por ser explicada), mas a relevância do modelo contra o qual ela está sendo julgada. (Podemos deixar de lado o fato de que os Outros Países, se examinarmos nações industriais avançadas durante os últimos 50 anos, nem sempre, ou sob qualquer aspecto, fizeram Melhor do que os britânicos, a despeito de sua *intelligentia* vertical e seu proletariado hegemônico.) Claramente, o modelo Anderson-Nairn se aproxima de forma mais estreita da experiência francesa, ou de uma interpretação particular dessa experiência, e nisto eles seguem a tradição marxista *predominante* pré-1917. Quando colocada ao lado dela, a experiência inglesa falha em três im-

portantes aspectos. 1) No caráter prematuro e incompleto da revolução do século XVII. Nos compromissos decorrentes de 1688 e 1832, a burguesia industrial não conseguiu obter hegemonia incontestada nem refazer as instituições dominantes da sociedade à sua própria imagem. Em vez disto, ocorreu “uma simbiose sistemática e deliberada” entre a aristocracia terratenente e a burguesia industrial, na qual, entretanto, a aristocracia permaneceu como sócio majoritário. 2) Porque a revolução do século XVII foi “impura”, e a luta conduzida em termos religiosos, a burguesia, além de nunca ter desenvolvido uma visão de mundo ou autoconhecimento coerentes, satisfez-se com uma “ideologia” do “empirismo”, que tem aparentemente caracterizado a cultura intelectual inglesa até os dias de hoje: “[...] o legado ideológico da revolução foi quase nulo [...]. Deviado ao seu caráter ‘primitivo’, pré-iluminista, a ideologia da revolução não fundou nenhuma tradição significativa nem gerou conseqüências relevantes”. 3) Uma revolução burguesa prematura deu origem a um movimento prematuro da classe trabalhadora, cujas heróicas lutas durante a Revolução Industrial foram anuladas pela ausência de crescimento teórico correspondente: “[...] seu máximo ardor e insurgência coincidem com a menor disponibilidade do socialismo como uma ideologia estruturada”. Quando este movimento desintegrou-se, após o cartismo (até a “exaustão”), seguiu-se uma “incisão profunda” na história da classe trabalhadora inglesa, e a “mais insurgente classe trabalhadora da Europa tornou-se a mais entorpecida e dócil”. “O marxismo veio tarde demais”, ao passo que nos Outros Países “o marxismo arrebatou a classe trabalhadora”. Deste modo, o movimento trabalhista do pós-1880 anulou toda sua existência por expressar apenas virtudes corporativas (e

não hegemônicas) e por sujeitar-se a uma ideologia (o fabianismo)* que imita, com instrumental empobrecido, o banal empirismo da burguesia.

Nossos autores trazem para a análise o ardor de exploradores. Eles lançam-se em sua circunavegação descartando com desprezo os velhos mapas especulativos. Anderson nota a completa ausência de qualquer história global seria da sociedade britânica e “a covardia da nossa historiografia”. Nenhuma tentativa foi feita para pelo menos esboçar uma história totalizante da sociedade britânica moderna. Nairn descobre que não há “sequer um debate histórico rudimentar visando ao desenvolvimento total da sociedade britânica”. Mas nossos exploradores são heróicos e missionários. Nós seguramos nosso fôlego enquanto a primeira incursão marxista é feita por essa *northland* inexplorada. Entre a tundra e o musgo do empirismo inglês, eles estão tentando construir verdadeiras capelas para converter os pobres sindicalistas aborígenes de seus mitos corporativos à luz hegemônica:

Enredada na densa teia da arcaica superestrutura enxada no capitalismo britânico [...] a classe trabalhadora não podia distanciar-se agressivamente da sociedade e constituir seu próprio movimento autónomo em direção à hegemonia social. Estava faltan-

* Fabianismo: refere-se à Fabian Society, sociedade socialista britânica, fundada em 1883 por Edward R. Pease, com o objetivo de “reconstruir a sociedade de acordo com o mais alto ideal moral”. Teve entre seus membros H. G. Wells, Bernard Shaw e Sidney e Beatrice Webb. Desempenhou papel importante na fundação do Labour Party em 1906. Recusou vários conceitos marxistas, como o de mais-valia. Reformistas moderados, os Webbs foram intelectuais influentes. (N. dos Ts.)

do o instrumento cortante necessário para esta tarefa. Ou seja, um extrato intelectual descolado do consenso social, dotado de força suficiente e capaz de agir como catalisador da nova força lutando por expressão contra o consenso.¹⁰

O problema é “criar teoria em um meio ambiente tornado refratário à racionalidade como tal”, isto é, criar “a intensa consciência racional e a atividade” que são “pré-requisitos necessários da revolução nesta sociedade de consciência fetichizada e emasculada”.¹¹ Tapando as orelhas com seus gorros, desembarcam e avançam, lutando para levar a intensa consciência racional de seus instrumentos cortantes à “*intelligentist* tradicional”, até então “enterrada inteiramente nos ritos tribais de Oxford ou da Londres literária”.¹² Há uma crescente sensação de suspense enquanto eles — os Primeiros Marxistas Brancos — abordam os estarcidos aborígenes.

II

Isto é pouco generoso, pois “Origins”, de Anderson, é um estudo estimulante — de fato, como provocação, é um *tour de force*. Se, por si mesmo, não pode ser aceito como um enunciado histórico, é todavia um estímulo ao estudo e a uma afinação de intensidade conceptual incommum. Se não é verdade que a Grã-Bretanha seja uma *terra incógnita* para o marxismo, é também verdade que tais tentativas de autoconhecimento histórico devam ser feitas repetidamente, em cada avanço no conhecimento e em cada refinamento de nosso instrumental analítico.

Uma questão que me perturba, todavia, é se o instrumental usado por esses autores para sua tarefa foi refinado

ou só maquiado. Podemos voltar à primeira proposição do excepcionalismo inglês, isto é, à revolução do século XVII e suas consequências:

Que tipo de revolução foi ela? Pode-se, talvez, dizer que foi um conflito entre dois segmentos de uma classe de grandes proprietários de terras, nenhum dos quais era uma cristalização *direta* de interesses econômicos opostos; em vez disso, eram lentes *parcialmente* incertas mas *predominantemente* inteligíveis, nas quais as forças sociais mais amplas e mais radicalmente antagônicas vieram a ter focos temporários e distorcidos.

Porque a revolução foi basicamente disputada *dentro de uma* e não *entre* classes, embora pudesse (e de fato logrou) destruir os numerosos obstáculos institucionais e jurídicos do feudalismo ao desenvolvimento económico, não pôde alterar o estatuto básico da propriedade na Inglaterra.

O resultado foi transformar “o conjunto de proprietários de terra em uma classe basicamente capitalista”, e “ela alcançou isto transformando profundamente os *papéis* mas não o *personal* da classe dominante”.

“Neste sentido, ela foi uma revolução *capitalista* extremamente bem-sucedida. Ao mesmo tempo, todavia, deixou quase toda a estrutura social intacta.”

Isto está escrito na página 30 de “Origins”. Mas, na 39, somos avisados de que essa “amarga e catártica revolução [...] transformou a estrutura, mas não a superestrutura da sociedade inglesa”.

Que será isto? Qual modelo estão usando? Se é um simples modelo de base-superestrutura, então é difícil

conceber “uma revolução capitalista extremamente bem-sucedida” que todavia não altere o “estatuto básico da propriedade na Inglaterra”. Não tenho claro qual o sentido de “estatuto” neste contexto, mas, se fôssemos examinar a decomposição do exercício e das relações da propriedade feudal, deveríamos começar uma análise da “Revolução” muitos séculos antes do autorizado por Anderson. Se a conquista principal da revolução foi “destruir os numerosos obstáculos institucionais e jurídicos do feudalismo ao desenvolvimento econômico”, então como é possível afirmar que ela “transformou a estrutura, mas não a superestrutura da sociedade inglesa”? Em qualquer caso, tomando 1640 e 1688 juntos, supõe-se geralmente que a função de uma instituição muito importante, a monarquia, foi consideravelmente modificada, e aqui nós temos uma transformação tanto no papel quanto na pessoa.

De fato, o sentido da análise de Anderson parece ser o de que a revolução efetuou *certas* mudanças na superestrutura institucional, removendo obstáculos cruciais ao desenvolvimento capitalista na metrópole e nas colônias, mas o confronto entre as forças sociais foi, em outros aspectos, dúbio, deixando partes da superestrutura feudal (ou pós-feudal, transicional-paternalista?) intactas. Como descrição, isso é claramente verdade, embora pouco original seja.

Há, todavia, outra ambigüidade, cuja importância cresce à medida que suas análises se movem do século XVII para o XIX. Apesar das negativas, nem Anderson nem Nairn parecem capazes de aceitar, *au fond*, a noção de uma classe agrária, *rentier* ou empresarial, como uma verdadeira burguesia.¹³ Enquanto, em “Origins”, os proprietários de terra são identificados como uma “classe basicamente capitalista”, e *nos* somos avisados, além do mais, de que “não havia [...] des-

de o começo nenhuma contradição antagônica fundamental entre a velha aristocracia e a nova burguesia”, na análise do desenvolvimento do século XIX a aristocracia e a classe média industrial são descritas como “classes sociais distintas” que, após 1832, sofreram “símbioses”, um processo no qual a burguesia efetivamente capitulou diante da aristocracia (“sua coragem se foi”, “ela ganhou duas modestas vitórias, perdeu seu vigor e terminou por perder sua identidade”). Em Nairn, o contraste é ainda mais saliente: os proprietários de terra são “protagonistas de uma civilização distinta, a meio caminho entre o feudal e o moderno [...], uma civilização [...], a despeito de seus traços burgueses, qualitativamente distinta da nova ordem social”, a elite política aristocrática, suas instituições e seu ethos eram “a emanção de uma classe social distinta, independente e separada dos conflitos e questões principais da sociedade capitalista urbana”¹⁴ Além disso, cada “classe” específica projetou uma ideologia distintiva: “[...] o tradicionalismo [...] foi o idioma ideológico natural da classe latifundiária”, emergindo com Burke;¹⁵ o “empirismo”, por outro lado, “transcreveu fielmente o caráter fragmentário e incompleto da experiência histórica da burguesia inglesa”. No século XIX, ambos condensaram-se no mesmo *fig* sufocante.

Os problemas colocados aqui certamente não são fáceis. É um abuso de nossa paciência semântica imaginar uma classe de *burgueses* espalhados no campo e morando em suas propriedades, e é mais fácil ver no capital mercantil “o único núcleo verdadeiramente burguês da revolução”. Mas se esquecermos as associações com o modelo francês que o termo introduz,

* Na língua inglesa, não há um termo próprio para “burguesia”. Assim, os ingleses utilizam o francês *bourgeoisie*. (N. dos Ts.)

e pensarmos, antes, no modo capitalista de produção, então claramente deveremos seguir Marx, vendo os proprietários de terra e os *farmers** como um *nexus* capitalista muito poderoso e autêntico. É sir Giles Overreach quem prefigura a Revolução Inglesa, e é seu parente, Edmund, o Bastardo, quem derruba a Legitimidade, obtendo o título de terra não pelo nascimento, mas pela esperteza, substituindo as sanções de uma ordem mais antiga por aquelas da lei natural:

Você, Natureza, é minha Deusa, à sua Lei
Meus serviços estão subordinados, por que deveria eu
Obedecer à praga dos costumes, e permitir
A curiosidade das Nações, para despojar-me?

É essa mesma lei natural ("Natureza que odeia fidelidade") cuja cruel energia em sobrepujar "os velhos direitos" ("que podem ser sustentados ou quebrados, na medida em que os homens sejam fortes ou fracos") tanto fascinou quanto repeliu os dramaturgos elisabertanos e da qual Marvell** viu em Cromwell*** a personificação. Não podemos dizer que a revolução "tornou possível a transformação do conjunto de proprietários de terras em uma classe basicamente capitalista", porque, onde a lã ou a produção de mercadorias para Londres e os mercados urbanos predominavam, este processo já estava muito avançado. Mas,

* Grandes arrendatários. (N. dos Ts.)

** Andrew Marvell: poeta metafísico do século XVII. (N. dos Ts.)

*** Oliver Cromwell (1599-1658): líder do Parlamento na guerra civil inglesa do século XVII. Ver *O eleito de Deus*, de Christopher Hill (São Paulo: Companhia das Letras, 1988). (N. dos Ts.)

igualmente, não podemos dizer que a revolução efetuou uma aceleração dramática neste processo: o equilíbrio de forças sociais era tal que as consequências plenas da revolução foram retardadas por cem anos.

O que estava em questão, de um lado, era exatamente uma redefinição capitalista tanto do "estatuto básico da propriedade" (do "antigo direito" à "lei natural" e renda) quanto do modo e da racionalidade de produção (de uma quase auto-suficiência ao comércio de mercadorias visando ao lucro), bem como das relações produtivas (das compulsões orgânicas do senhor e da guilda às compulsões atomizadas do mercado de trabalho livre), e isso implicou um amplo conflito e a redefinição em todos os níveis. Não só a visão orgânica e mágica da sociedade cedeu lugar à lei natural, como também a ética aquisitiva transgrediu uma economia moral autônoma. E, de outro lado, o movimento real foi enormemente complexo e prolongado, começando (para conveniência histórica) com os grandes produtores de lã monásticos de Domesday e passando pelo enfraquecimento dos barões nas guerras, pelo crescimento do "trabalho livre", pelo cercamento das pastagens, pelo confisco e redistribuição das terras da Igreja, pela pilhagem do Novo Mundo, pela drenagem de pântanos para chegar, então, por meio da revolução, à consequente aceleração dos cercamentos e à reclamação das terras devolutas.

O movimento que tão freqüentemente parece reproduzir-se é o descrito por Eileen Power referente à crise financeira do século XIV, que "diminuiu o cume, enquanto ampliava as bases, das classes médias inglesas". Já três séculos antes da revolução, ela nota uma "tendência orgânica" dentro desta classe média: "[...] embora fosse continuamente recrutada da terra, tendia sempre a voltar a essa terra,

levando sua fortuna consigo”¹⁶ É impossível sequer compreender as origens do capitalismo inglês se esquadriarmos, com olhos parisienses, as “provincias” atrasadas, vendo nos proprietários de terra apenas uma aristocracia feudal “com traços burgueses”. As aldeias de lã das montanhas de Cotswold e a reconstrução rural do século XVI deixaram evidências, até os dias de hoje, de um estilo, uma solidez, uma difusão da opulência.

A revolução confirmou um título, não o da nova prioridade, mas o já existente, um título que estava ameaçado pelas exigências descontroladas da monarquia e que não encontrava sanção segura na ideologia autoritária e mágica sobrevivente a seus portadores feudais. Mas, uma vez iniciada a revolução, uma ameaça um tanto diferente à propriedade apareceu na esquerda *leveller*. * A famosa exploração de Ireton ** (“tudo de mais importante que professo se explica porque eu estaria de olho na propriedade”) prefigura o entendimento de 1688. E este entendimento registra nem um meio caminho alojado entre “feudalismo” e “capitalismo”, nem um ajuste de interesses entre uma tenaz superestrutura feudal e uma embrionária base capi-

* Movimento secular radical que buscava nivelar as disparidades sociais e econômicas existentes. Baseado nas classes subalternas, tal movimento se destacou por sua atuação na guerra civil e nas negociações de paz (1645-1649), bem como por seu apoio à execução do rei em 1649. A respeito dele, Cromwell, antigo aliado, agora transformado em adversário, teria dito: “[...] você não tem outro jeito para lidar com estes homens a não ser quebrá-los, ou eles acabarão contigo” (cf. *Dictionary of English and European history, 1485-1789*. Harmondsworth: Penguin Books, 1986, pp. 109 e 262). (N. dos Ts.)

** Henry Ireton (1611-1651): comandante supremo de Cromwell durante a guerra civil. (N. dos Ts.)

talista, mas um arranjo precisamente afinado com o equilíbrio das forças sociais naquele momento — tão delicadamente elaborado e, mesmo assim, nas suas ambigüidades, tão flexível que iria durar não apenas uma centena de anos de relativa estase social, mas também através dos subseqüentes 50 anos das revoluções duais.

Os beneficiários do entendimento foram exatamente aquelas pessoas representadas no Parlamento, ou seja, os homens de propriedade substancial, especialmente propriedade de terra.¹⁷ O título para o usufruto de sua propriedade foi assegurado pelos mecanismos constitucionais com os quais a Coroa foi cercada e pelo domínio de uma lei que era tão desapaixonada no seu reconhecimento de direitos de propriedade substancial quanto apaixonadamente vingativa contra aqueles que transgrediam estes direitos. Ao mesmo tempo, um sufrágio limitado e manipulado e medidas restritivas tais como a Test Act e a Corporation Act* limitaram a ação dos pequenos manufatureiros, artesãos etc. O reduzido carisma da Coroa e da aristocracia ajudou a manter coesa a ordem social, sem (graças à agitação jacobita)** permitir uma base para a reafirmação da velha autoridade. A trópega magia de uma Igreja sordidamente erastiana*** (ela própria sob controle local da *gentry*^Δ) su-

* Test Act: lei de 1673 que impunha a todo candidato a cargo público a doutrina anglicana e o repúdio aos dogmas católicos. Corporation Act: lei de 1661 que excluía os não anglicanos das corporações. (N. dos Ts.)

** Jacobita: seguidor de Jaime II. (N. dos Ts.)

*** Erastianismo: refere-se à doutrina de Thomas Liber, chamado Erasto, médico e teólogo suíço do século XVI que negou a autonomia administrativa e disciplinar da Igreja diante do Estado. (N. dos Ts.)

Δ É possível encontrar o termo *gentry* traduzido como pequena nobreza ou fidalguia. Optamos, porém, por mantê-lo no original. Embora a

plementou a autoridade dos proprietários sobre o povo. Em Locke, com sua teoria naturalista da delegação de poderes ao magistrado principal no interesse do individualismo possessivo, a *gentry* encontrou um apologista da consecração.

No século XVIII, o capitalismo agrário assenhoreou-se plenamente de sua herança. Em torno da *gentry*, associaram-se (como Anderson nos lembra) “grupos afins”, não apenas o capitalismo mercantil propriamente, mas também a (largamente dispersa) indústria manufatureira, ainda em busca do abrigo protetor do Estado. O capitalismo agrário ascendente acarretou não apenas melhorias nas formas de arrendamento e cercamentos, mas também mudanças de largo alcance nos negócios, moagem, transporte, comércio de exportação e importação. Enquanto isto, a *gentry* foi capaz de empregar uma classe profissional de serviços recrutada no baixo clero, advogados do interior, cirurgiões, agrimensores, professores etc. A “complexa interpenetração” da riqueza agrária, mercantil e industrial, à qual Anderson dirige sua atenção, tem sido uma preocupação antiga de nossa “historiografia covarde”, e os delicados mecanismos — sejam eles econômicos (crédito e transações

gentry, pela sua riqueza e influência política, pudesse pretender e, eventualmente, obter títulos nobiliárquicos, no contexto do século XVIII inglês era um grupo social distinto da nobreza. Dona de cerca de metade das terras do país, a *gentry* determinava os padrões de poder local, como juizes de paz e responsáveis pelas milícias (ver A. Briggs, *A social history of England*. Londres: Penguin Books, 1991, pp. 169-70 e 200). Adenais, o próprio Thompson a define como sendo constituída por vigorosos capitalistas agrários, uma peculiaridade inglesa, se não única, excepcional. Ver, neste livro, o item “As classes: *gentry* e plebe”, em “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra” (N. dos Ts.)

bancárias ou interesses dos proprietários de terra no carvão, transporte, madeira), sociais (casamentos preestabelecidos)* ou políticos (compra de influência política ou terra como um passo nesta direção) — pelos quais tal interpenetração era regulada não deixaram de ser examinados. A co-média de costumes ocorrida neste processo de ajuste de estilos foi de fato uma preocupação central da cultura literária do século XVIII:

Todo novo rico de fortuna, equipado de adereços da moda, desfila em Bath [...]. Funcionários e agentes das Índias Orientais abarrotados de espólio das províncias saqueadas; senhores de engenho, feitores e mascaretas de nossas fazendas americanas, enriquecidos sabe-se lá como; agentes, comissários e empreiteiros que engordaram, em duas guerras sucessivas, com o sangue das nações; agiotas, corretores e atravessadores de todo tipo; homens sem berço, e nenhuma educação, encontraram-se repentinamente elevados a um estado de afluência, desconhecido em épocas anteriores, e não admira que seus cérebros estejam intoxicados de orgulho, vaidade e presunção [...]. Todos eles correm para Bath, por que aqui, sem nenhuma qualificação extra, podem misturar-se aos príncipes e nobres da terra. Mesmo as esposas e filhas de pequenos homens de negócios, que, como tubarões de faro acumulador, sugam óleo daquelas inculcas baleias da fortuna, são infectadas com a mesma mania de ostentar sua importância, e a mínima indisposição serve-lhes de pretexto para insistir em ser levadas a Bath, onde podem coxear danças campestres e quadrilhas em meio a frangores de

* No original, *marriage settlements*, quer dizer, convergência ou criação de estatutos de propriedade para manter os bens na mesma família, ou para juntar os de duas diferentes. (N. dos Ts.)

sangue azul, cavaleiros, conselheiros e clérigos [...]. Tal é a composição da chamada companhia da moda em Bath, onde uma proporção irrelevante de gente de bem está perdida no meio de uma turba de atrevidos plebeus [...] (Smollett, *Humphrey linker*).

Mesmo uma familiaridade superficial com as fontes deve dissipar todas as dúvidas sobre o fato de a *gentry* do século XVIII ter gerado uma classe capitalista soberbamente bem-sucedida e autoconfiante. Eles combinaram, em seu estilo de vida, características de uma cultura agrária e urbana. Em suas bem abastecidas bibliotecas, o "senhor Urban", do *Gentleman's Magazine*, mantinha-os mensalmente informados sobre os assuntos da cidade. Suas elegantes capitais provincianas e suas sólidas cidades comerciais proporcionavam alguma vida social em época de baixa estação, seus filhos foram urbanizados em Oxford e Cambridge, no London Inns of Court e nas viagens pela Europa, e suas filhas e esposas, na vida social de Londres. Para compensar o isolamento do interior, suas mansões (segundo seletos exemplos urbanos) foram alargadas para acomodar esse intercâmbio social ampliado, que fornecia assunto para os romances da moda. Em Bath, Harrogate, Scarborough, eles produziram monumentos peculiares a uma civilização na qual uma urbanização sofisticada significava um rito de passagem periódico para os adolescentes, para os casadouros, as matronas e os doentes de gota. Uma burguesia que ainda não tinha aprendido a hipocrisia, eles se avaliavam reciprocamente não por meio de escalas de educação e anti-güidade, mas pelos seus consideráveis rendimentos anuais.

O cálculo econômico não parou por aí. Há talvez um importante momento de transição, em meados do século,

quando mais e mais integrantes da *gentry* (incluindo os magnatas aristocráticos) deixaram de perceber suas funções em termos *passivos* (como beneficiários de renda e proprietários de parques com um rendimento mais ou menos estável) e, em vez disso, tomaram uma postura agrária mais *agressiva*, tanto em sua capacidade de abastados fazendeiros donos de si mesmos quanto no estímulo, entre seus arrendatários, àquelas melhorias sobre as quais deviam estar fundadas suas esperanças de uma receita crescente. Uma olhada no mais destacado dos periódicos de negócios, *Annals of Agriculture*, em cujas nobres páginas clérigos e homens comuns se engajaram na discussão das vantagens da adubação, custo dos cercamentos e criação de gado, serve para impressionar-nos com o estilo profundamente capitalista de pensamento desta classe tão prazerosamente aquisitiva quanto meticulosa em relação à contabilidade.

Além do mais, a penetração do ethos capitalista teve um resultado cuja importância teve alcance ainda maior. Supõe-se comumente (fato subestimado por Anderson e Nairn, mas, certamente, não por Marx) que a contribuição específica da ideologia inglesa no final do século XVIII não tenha sido nem o tradicionalismo nem o empirismo, mas uma economia política naturalista (mais notadamente com Adam Smith). Porém, devido aos eventos de 1832 e o subsequente conflito entre interesses agrícolas e manufatureiros acerca das Corn Laws,* freqüentemente esquecemos que o

* O conflito a que se refere Thompson girava em torno da acirrada disputa sobre a alíquota de importação de produtos agrícolas estrangeiros. No final da década de 40 do século XIX, tal taxa foi drasticamente reduzida, satisfazendo os interesses não-intervencionistas do *laissez-faire*. (N. dos Ts.)

laissez-faire emergiu não como a ideologia de algum *lobby* manufatureiro nem como a lorota intelectual produzida pela indústria têxtil algodoeira, mas no grande cinturão cerealista. O argumento de Smith deriva, em grande parte, da agricultura: um dos seus principais oponentes era a regulamentação paternalista do comércio de cereais, que — mesmo em um avançado estágio de decomposição real — era, contudo, sustentado por um substancial corpo da teoria econômica paternalista e por uma enorme força do sentimento popular (e urbano). A revogação da velha economia moral de “provisão” não foi obra de uma burguesia industrial, mas dos fazendeiros capitalistas, proprietários de terras participantes do progresso técnico, grandes moageiros e comerciantes de cereais. Enquanto Arkwright disciplinava a obscurantista teimosia de sua primeira força de trabalho e as indústrias de lã e de malhas estavam presas ao tradicionalismo, o interesse agrícola abraçou uma economia política oposicionista cujas severas purgações de perdas e lucro esvaziaram o corpo político das velhas noções de dever, mutualidade e cuidado paternal. E foi exatamente esta ideologia que forneceu uma ponte, durante as guerras napoleônicas, que ligava os interesses do algodão e os da terra. As primeiras administrações profundamente imbuídas da perspectiva do *laissez-faire* foram não aquelas formadas após 1832, mas as de Pitt, Percival e lorde Liverpool.

É difícil ver como a experiência desta classe, que usufruiu desta longa ascendência e deu à luz esta ideologia, pode ser descrita como “fragmentária” ou “incompleta”. Pareceria ser incomumente plena. É bem verdade que a mistura capitalista-agrária inglesa foi, se não única, excepcional. Ela adveio, tal qual *toda* situação histórica real, de um equilíbrio de forças particular; era apenas uma entre um

número aparentemente infinito de mutações sociais, que a história real fornece com tal profusão (em que cada uma, todavia, mantém uma afinidade genérica com as demais surgidas de conjunções comparáveis). Se não há lugar para ela no modelo, é este que deve ser abandonado ou refinado.

O que parece oferecer dificuldades a nossos autores é a passagem do capitalismo agrário e mercantil do século XVIII para o capitalismo industrial do XIX. Eram os capitalistas agrários e industriais grupos com interesses diferenciados no interior da mesma — e ampla — classe social ou eram classes sociais distintas? Se a mútua interpenetração já era bastante fluente no século XVIII, como dar conta do conflito (realmente considerável) ocorrido em 1832? O que *era*, de qualquer modo, a “Velha Corrupção”? O que particularmente os incomoda é o fracasso da burguesia industrial em levar a cabo uma experiência “jacobina” avançada, como qualquer burguesia bem alimentada e educada deve fazê-lo.

A solução pela qual Anderson e Nairn optam já está implícita na sua incapacidade de levar a sério a revolução burguesa do século XV ao XVIII. Capitalistas agrários e industriais *eram* classes sociais distintas, ainda que não tão hermeticamente impermeáveis entre si a ponto de serem irreconciliáveis os antagonismos. Mas, substituindo-se progressivamente o termo “capitalismo agrário” por “aristocracia” (com suas associações feudais), algo de portentoso pode ser feito dos antagonismos secundários ideológicos e das formas institucionais. O medo inspirado pela Revolução Francesa e o desafio posto por um proletariado doméstico insurgente jogaram essas duas classes uma nos braços da outra:

[...] nenhum “compromisso” ou “aliança” — termos usualmente empregados — foi, de fato, possível entre duas civilizações opostas. Nenhum arranjo tácito consciente, nenhum acordo temporário era concebível entre forças sociais de tal complexidade e magnitude. Amalgamar-se era a única possibilidade real, uma fusão de classes diferentes e de culturas diversas em uma ordem social capaz de garantir estabilidade social e manter o proletariado em seu lugar.

Isso não é um paradoxo dialético genuíno, é um embuste dialético: duas forças (nos dizem eles) eram tão incompatíveis em interesses e pontos de vista que nenhum compromisso era possível, mas, num piscar de olhos, descobrimos a *fusão* de uma com a outra. A decepção lógica é encoberta por uma insinuação de que não se tratava de uma fusão genuína, já que a aristocracia, em face da inevitável fraqueza política e ideológica da burguesia emergente, sobreviveu como governante do sistema capitalista mais dinâmico do mundo: “E a civilização fundiária sobreviveu com eles como um padrão de vida, cultura e linguagem, um tipo de personalidade e psicologia, todo um etos dominante”¹⁸

Nessa “simbiose” de duas classes, a aristocracia emergiu como “*scilicet*”, mantendo o “controle do Estado e de seus principais órgãos” e permanecendo como “a vanguarda da burguesia”. O fracasso da burguesia (que neste estágio da argumentação de Anderson torna-se uma “classe média” subordinada a uma “classe dominante”¹⁹ aristocrática) em alcançar uma hegemonia incontestada e racionalizar as instituições do Estado é a principal condição histórica para a “profunda, difusa mas obscura crise” que aflige a sociedade britânica: “[...] o palimpsesto vivo, que é o bloco diri-

gente na Grã-Bretanha, agora está em decadência devido a seus imemoriais acréscimos”²⁰

Naturalmente, é possível encarar a Grã-Bretanha deste modo depois de se ver sir Alec Douglas-Home* na televisão. E se esta análise se refere à perpetuação de um certo *estilo* aristocrático e certas continuidades institucionais arcaicas, então ela é tão verdadeira quanto importante. Mas sugere-se muito além disto: “todo um etos dominante”, “governantes”, “controle do Estado”, “vanguarda” ou (em outro momento de “Origins”) “classe hegemônica”, que foi “confrontada com a ascensão da burguesia”²¹ Deste modo, não se pretende oferecer uma análise de estilos, mas do movimento real e do equilíbrio das forças sociais. E, como tal, não funciona. Não vou insistir na tese de Marx ter visto “a mais burguesa das nações” de maneira muito diferente. O questionável — à parte a supressão de cláusulas históricas inteiras — é o procedimento pelo qual deslizamos por uma terminologia cambiante cuja traiçoeira instabilidade é despiada por uma certa virtuosidade metafórica.

É verdade que qualquer um que persiga este tipo de análise de classe da história britânica moderna termine por ser envolvido pela confusão terminológica.²² As ambigüidades forçam seu caminho na análise porque elas estão lá na própria história. Mas um modo de abordar isso é divertir-se por um momento com um jogo de história no qual supomos que “A” não aconteceu, e “B”, que não aconteceu, aconteceu. Sugeri, em *A formação da classe operária inglesa* (daqui em diante *A formação*), que, em 1832, uma explo-

* Sir Alec Douglas-Home: primeiro-ministro de 1963 a 1964, derrotado pelo Partido Trabalhista em 1965. Posteriormente foi ministro de Relações Exteriores no governo Heath. (N. dos Ts.)

são revolucionária foi evitada somente na hora derradeira. Havia razões, mas não razões esmagadoras, para que essa explosão fosse evitada. Se ela não o fosse, seria razoável supor que a revolução teria precipitado um processo muito rápido de radicalização, passando por (e indo além de) uma experiência jacobina, e, fosse qual fosse a forma que uma contra-revolução e uma estabilização daí decorrente pudessem ter assumido, é pouco provável que muitas instituições do século XVIII sobrevivessem: a Câmara dos Lordes, a Igreja Oficial, a monarquia, as elites jurídica e militar seriam provavelmente varridas do mapa, ao menos temporariamente. Agora, se tivesse acontecido assim, pelo menos os construtores do modelo estariam então satisfeitos. O ano de 1832 seria "a" Revolução Burguesa inglesa, e 1640 teria caído no esquecimento como uma explosão "prematúra", um tipo de amálgama de guerras huguenotes e da fronda. A tendência de insinuar que algum tipo de sociedade "feudal" existiu na Grã-Bretanha até a véspera de 1832 (como testemunha a curiosa noção, que brota das margens de algumas interpretações marxistas da Revolução Francesa, de que o feudalismo prevalecia na França em 1788) seria reforçada.

Rearrume agora as peças para começar o jogo com uma abertura diferente. Nesse caso, iremos supor que 1832 aconteceu como aconteceu, mas (menos plausivelmente) 1640 não, que a reação laudiana foi menos provocativa, que Carlos capitulou diante da Grand Remonstrance* e que uma monarquia constitucional e limitada foi estabelecida sem

* Declaração das reivindicações do Parlamento contra o rei Carlos I, de 1641. (N. dos Ts.)

derramamento de sangue em 1640, sem Marston Moor,* a fermentação *leveller*, a execução do rei e a Revolução Gloriosa. Neste caso, os construtores do modelo estariam completamente perdidos em localizar "a" Revolução e, paradoxalmente, poderiam, por força das circunstâncias, sair-se melhor como historiadores porque teriam de construir — a partir das Guerras das Rosas, da monarquia Tudor (há um Robespierre prematuro em Henrique VIII, um ditador da burguesia?), da cassação dos ministros reais e dos conflitos religiosos dos séculos XVI e XVII, bem como a partir de 1832 — peças daquele grande arco que, de fato, em termos históricos, formam a revolução burguesa.

Estou-me opondo a um modelo que concentra a atenção sobre um episódio dramático — "a" Revolução —, ao qual tudo o que vem antes e depois deve ser relacionado e que institui um tipo ideal desta revolução contra o qual todas as outras devem ser julgadas.²³ Mentes que ansiavam por um platonismo asseado logo se tornam impacientes com a história real. A Revolução Francesa foi um momento fundamental na história do Ocidente e, em sua rápida passagem por toda uma gama de experiências, forneceu in-comparáveis apreensões e prefigurações de conflitos subsequentes. Mas, pelo fato de ter sido uma gigantesca experiência, não foi necessariamente típica. Longe de uma avançada e igualitária fase jacobina de esquerda ser uma parte intrínseca de qualquer revolução burguesa plena, pesquisas recentes sobre o papel da multidão parisiense, a real composição social das seções e das instituições do Terror e dos

* Batalha travada em 1644, quando o Exército do Norte, principal esperança dos realistas, foi destruído pelas forças ligadas ao Parlamento e à Escócia. (N. dos Ts.)

exércitos revolucionários,²⁴ bem como sobre a emergência nacional da ditadura de guerra, colocam em questão em que medida é procedente, de alguma forma, caracterizar o jacobinismo do ano II como uma experiência "burguesa" autêntica. E, certamente, à burguesia *industrial* não podem ser dados os créditos de "vanguarda" do jacobinismo nem de principal força social de sustentação deste momento político profundamente ambíguo.

Aconteceu de um jeito na França e de outro na Inglaterra. Não estou discutindo a importância da diferença — e das diferentes tradições sucessivas —, mas a noção de tipicidade. Quando levado para a Inglaterra, o modelo nos empurra sub-repticiamente na direção de uma tentativa que explique, conjuntamente, 1832 e os distúrbios em torno das Corn Laws como um tipo de reprodução, pusilânime e menor, do conflito na França. O termo "aristocracia" fornece a ponte: ambos foram conflitos entre aristocratas e burgueses, mas quão insignificante e inconcluso um parece ao lado do outro! A profunda diferença nas situações de vida de uma *ordem* aristocrática e de uma *gentry* capitalista (bem como nas dos grupos descontentes) torna-se indistinta em meio a uma *mélange* esquemática aceitável.

Pode-se oferecer uma outra explicação sobre o que estava em jogo no conflito de 1832. A despeito de tudo o que se tem observado, desde o tempo de Marx, sobre a operação de elites, burocracias etc., os marxistas geralmente buscam reduzir os fenômenos políticos ao seu "real" significado de classe e, freqüentemente, na análise, deixam de reconhecer uma distância suficiente entre um e outro. Contudo, na verdade, aqueles momentos em que as instituições governantes aparecem como os órgãos diretos, acen- tuados e imediatos da "classe dominante" são excessivamente

te raros, bem como transitórios. Mais freqüentemente, estas instituições operam com uma boa margem de autonomia (e, algumas vezes, com interesses bem definidos e próprios), em um contexto geral de poder de classe que não só prescreve os limites além dos quais esta autonomia não pode ser estendida sem maiores riscos como também, muito geralmente, revela as questões que surgem para decisão executiva. Tentativas de abreviar as análises acabam por não explicar nada.²⁵

Uma análise sobre a elite governante da Inglaterra antes de 1832 deve certamente proceder neste nível. O acordo de 1688 inaugurou um século de relativa estase social no que diz respeito a um conflito de classe aberto ou a um amadurecimento da consciência de classe. Os principais beneficiários foram aqueles vigorosos capitalistas agrários, a *gentry*. Mas isto não significa que as instituições governantes representassem desqualificadamente a *gentry* como uma "classe dominante". Em nível local (a magistratura), elas o fizeram de maneira espantosamente desca- rada. Em nível nacional (obsolescência das velhas restrições ao comércio, estímulo aos cercamentos, expansão im- perial), avançaram seus interesses. Mas, ao mesmo tempo, em um período prolongado de estase social, são comuns a degeneração das instituições predominantes, o estabelecimento da corrupção, a obstrução dos canais de influência e o entrincheiramento de uma elite em posições de poder. Uma distância desenvolveu-se entre a maioria da baixa e média *gentry* (e grupos associados) e certos grandes magnatas agrários, comerciantes capitalistas privilegiados e seus parasitas, que manipularam os órgãos estatais em prol de seus interesses particulares. Esta não foi uma simples tensão "de classe" entre uma aristocracia de grandes magnatas e a

baixa *gentry*. Certos magnatas apenas estavam "lá dentro", e a influência oscilou de acordo com a política faccionária, a diplomacia da conexão de grandes famílias, o controle de distritos e tudo o mais.

Isto quer dizer que o exercício do poder na segunda metade do século XVIII era realmente muito daquilo que o marxista invertido sir Lewis Namier* descreveu em *The structure of politics*, embora, inexplicavelmente, não tenha prosseguido e caracterizado tal exercício de poder como um sofisticado sistema de banditismo, que deveria ser visto menos como um governo de uma aristocracia (um estado distinto com estilo de vida e ponto de vista comuns e institucionalmente legitimado) e mais como *parasitismo* — uma maracutaria em que o próprio rei não poderia entrar sem se tornar o crupiê. Não era de todo um parasitismo: os negócios da nação tinham de ser levados adiante, de tempos em tempos a *gentry* "independente" — e seus representantes no Parlamento — tinha de ser contemplada. Havia mesmo ocasiões — embora tenham sido, uma após outra, questionadas à medida que os discípulos de Namier violavam os arquivos dos últimos dos grandes mafiosos — em que os interesses da nação ou da classe, mais que os da família ou facção, eram considerados. Nem era *apenas* um parasitismo: sendo conduzido em escala gigantesca (com base em fortunas públicas e privadas de tal magnitude) e mobilizando a influência que mobilizou, pelos meios mais diretos, dentro do Exército, Marinha, companhias explo-

* Sir Lewis Namier (1888-1960): historiador inglês (nascido na Polónia) cujas obras influentes sobre a história do século XVIII enfatizaram as relações pessoais da classe dominante, negando a importância de questões políticas mais amplas. (N. dos Ts.)

radoras de concessões reais, Igreja, magistratura, não havia escolha a não ser congelar-se em algo semelhante a um estado, envolver-se em um casulo de apologética ideológica e nutrir um estilo de vida de consumo conspícuo (de fato, espetacular) que é associado à verdadeira aristocracia. Realmente, estes grandes bandoleiros constitucionais vieram, não sem razão, a confundir-se com seus primos franceses, prussianos e até russos — uma confusão que sairia cara à Europa durante as guerras.

Todavia, tudo isto não chega a constituir plenamente uma aristocracia concebida como classe dominante. Ela foi... nada, a não ser si mesma. Uma formação única. A Velha Corrupção. Mal poderia ter sobrevivido ao século XVIII se a Revolução Francesa não tivesse aparecido, providencialmente, para salvá-la. Se ela exerceu imensa influência, também gerou iguais ressentimentos. Alienou as irmãs, os primos e os tios daqueles que não lograram ascender, os oficiais que não foram promovidos, os clérigos que não conseguiram protetores, os empreiteiros que não tiveram encomendas, os talentosos que foram preteridos, as esposas que foram desprezadas. Algo disso pode ser visto no deleite irresponsável com que muitos dos proprietários de terra apoiaram Wilkes. Não eram apenas elementos da *City* de Londres e da nascente burguesia industrial que viam a Velha Corrupção com um olhar crítico. A distância aberta depois da independência americana entre a camarilha e a *gentry* da qual, em última análise, aquela derivava seu poder pode ser vista no vigor do movimento da Associação de Wývill nos condados — aqueles encontros de condado pela reforma que foram uma das poucas ocasiões, no século XVIII, em que a *gentry* se reuniu e se expressou como uma classe.

A Revolução Francesa salvou a Velha Corrupção por razões evidentes. (Aqui ao menos estou de acordo com Anderson e Nairn.) A inimizade entre a *gentry* e os fazendeiros evaporou no ápice dos cercamentos e dos preços dos cereais. Pitt, outrora um filho dileto dos associacionistas, conseguiu, em alguma medida, racionalizar o Estado. A burguesia industrial foi mantida de bom humor. Seu maquinário foi protegido, os sindicatos, reprimidos, a legislação de proteção ao trabalho, desmantelada.²⁶ A "simbiose" entre riqueza agrária, comercial e manufatureira continuou nos níveis político, social e econômico. Mas a Velha Corrupção emergiu das guerras, apesar de todas as modificações, quase do mesmo jeito que nelas havia ingressado. Em certos aspectos, por meio de seu envolvimento com a reação europeia, de sua repressão aos impulsos democráticos (e a auto-supressão deles entre a *gentry* e as classes médias), da proliferação de credores da dívida pública e do acréscimo do misticismo à ideologia do constitucionalismo, ela emergiu com uma forma ainda mais parasitária que a anterior. E Cobbett, caracterizando-a como a Velha Corrupção, ou "a Coisa", pode ter sido melhor marxista que aqueles marxistas que tentaram corrigi-lo.

Assim, deve-se ter cautela na caracterização de 1832. O inimigo dos reformadores não era um estado aristocrático nem a classe capitalista agrária como um todo, mas um complexo secundário de interesses predatórios. Enquanto a burguesia industrial tinha ressentimentos particulares e desempenhou um papel, como um grupo, de longe mais ativo que o verificado nas agitações reformistas anteriores, uma parte considerável da *gentry* também restou insatisfeita. Da década de 1770 em diante, o movimento pela reforma sempre encontrou apoio na *gentry*, e de seu meio

muitos dirigentes eram egressos (Cartwright, Wyvill, Burdett, Hunt), ao passo que Cobbett sempre possuíra público entre os fazendeiros. Nas eleições gerais cruciais precedentes a 1832, a Velha Corrupção agarrou-se à maioria de seus próprios burgos podres, mas os condados (onde, confesadamente, havia muitos votos urbanos) foram ganhos pela reforma. E a reforma foi promulgada no Parlamento por uma facção da *gentry* e grandes magnatas contra outra.

Quando veio o confronto, a Velha Corrupção descobriu o pouco que tinha atrás de si, além daquilo que sua própria generosidade podia comprar, e as instituições do Estado em si mesmas. Se tivesse realmente havido uma confrontação direta entre burguesia industrial e agrária, então a revolução deveria ter ocorrido. Mas, de fato, à medida que a crise se revelou, pareceu crescentemente que "a Coisa" e o povo estavam "em jogo". E isto também explica por que é tão tentador afirmar que os beneficiários do acordo de 1832 foram as "classes médias". Se a burguesia industrial foi excluída do jogo político em 1688, não o foi porque sua propriedade fosse industrial, mas porque era insignificante. Ao tornar-se mais substancial, acusou um corresponsável acréscimo de ressentimento, mas tal ressentimento foi compartilhado por muitos de seus primos (e às vezes literalmente primos) no campo e na cidade. O ano de 1832 trocou não um jogo por outro, mas as regras do jogo, restaurando a flexibilidade de 1688 em um contexto de classe profundamente alterado. Forneceu um esquema dentro do qual nova e velha burguesias podiam ajustar seus conflitos de interesses sem recorrer à força. Estes conflitos, não apenas de interesses diretos, mas de pontos de vista, estilo de vida, religião, eram consideráveis; porém assim também eram as forças de atração. Podemos situar, de um

lado, o conflito envolvendo as Corn Laws. Contudo, de outro lado (e simultaneamente), devemos situar a existência de um inimigo comum no cartismo, o *boom* ferroviário, ao qual um Parlamento ainda abarrotado de *gentry* deu bênçãos tardias, e os benefícios partilhados pela *gentry*.

É verdade que nisso tudo o papel da burguesia industrial não foi especialmente heróico: a condução do Parlamento estava nas mãos de uma seção da *gentry* e de advogados; ela deixou aos plebeus radicais a maior e mais difícil parte da agitação, enfiando-se na brecha aberta por estes contestadores, não sendo nisso totalmente atípica em relação a outras burguesias industriais. Proprietários de fábricas, contadores, organizadores de companhias, banqueiros provinciais, não são historicamente notórios por sua desesperada propensão a precipitar-se, cartucheiras nos ombros, em barricadas. Mais geralmente, adentram a cena quando as batalhas decisivas da revolução burguesa já foram travadas.

Em seguida, alargaram sua influência em geral conforme o ritmo do seu avanço sobre o poder socioeconômico real. Examinar esta afirmação requereria não um exercício de virtuosidade teórica, mas um exame intensivo, esculpido e — aí de nós — empírico da história real, do tipo do oferecido, para um importante momento, 1867, por Royden Harrison.²⁷ Requereria uma anatomia sociológica dos componentes das “classes médias” — pequena *gentry*, fazendeiros, empresários industriais com interesses diversos, pequenos e grandes financistas, grupos profissionais (autônomos e assalariados), serviço público, instituições do imperialismo —, seus conflitos e acomodações, diferentes pontos de vista e estilos. Requereria, também, um exame em termos estritamente políticos de como as posições so-

breviventes do velho privilégio foram desgastadas, de como interesses diferentes selecionaram um ou outro dos dois partidos básicos como seu protagonista, de como as mediações do sistema partidário tornaram-se mais complexas e de como o apelo a (e a confecção de) uma opinião pública de classe média tornou-se uma parte importante do jogo. Poder-se-ia encontrar, na trajetória política de Joseph Chamberlain — desde o radicalismo individualista dos negócios familiares competitivos, passando pela racionalização municipal e, eventualmente, pelo Estado, e daí, à medida que a indústria armamentista, com suas encomendas estatais e seu imbricamento com o capital financeiro, cresceu em importância, chegando ao imperialismo, para, enfim, attingir o endurecimento da competição mundial, o protecionismo e a racionalização imperial —, uma representação, quase oportuna demais, do processo.

Anderson conclui que a “coragem” da burguesia industrial esvaniu-se após 1832. Mas que necessidade essa burguesia tinha de coragem se o dinheiro melhor lhe servia? Por que empunharia armas contra a primogenitura se, com rapidez crescente, a terra estava-se tornando apenas mais um interesse, ao lado do algodão, ferrovias, ferro e aço, carvão, navegação e finanças? Classes não existem como categorias abstratas — platônicas —, mas apenas à medida que os homens vêm a *desempenhar* papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se *pertencentes* a classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes. No caso dos conflitos entre 1760 e 1832, há certamente momentos em que a *gentry* e os manufatureiros parecem oferecer os pólos em torno dos quais instituições antagonísticas de classe podem, de fato, ser vistas: magistratura e Igreja, de um lado, e encontros quacres ou

unitaristas e crescimento da imprensa de classe média de outro. Os *motins Priestley* (Birmingham, 1791) mostram a que extremos esse antagonismo de classes podia crescer. Dado isso ou aquilo, tudo poderia ter acontecido de um modo diferente. Mas de fato não aconteceu. Após a Revolução Francesa, o evangelicalismo obscureceu algumas das diferenças entre as instituições oficiais e o não-conformismo (a compartilhada preocupação em disciplinar as ordens inferiores facilitou o movimento).²⁸ Alguns dos manufatureiros tomaram seus lugares na magistratura. O carvão e os canais os uniram, tais como a participação no Corpo de Voluntários das Forças Armadas, o esforço comum contra o luddismo, o ressentimento comum contra o imposto de renda. Eles partilharam, embora com graus variados de intensidade, um ressentimento comum contra a Velha Corrupção. Portanto, tudo aconteceu como aconteceu. Dado o mais perfeito modelo de relações dos meios de produção ("base"), ninguém, em 1760 ou 1790, poderia estar certo de como as formações culturais e institucionais de fato se configurariam. Mas, acontecendo como aconteceu, registrou-se o fato de elas não terem tomado parte na história como antagonistas de classe. Ao contrário, a "simbiose" entre esses dois grupos sociais já estava bem avançada.

Em que sentido, então, podemos aceitar a tese de Anderson e Nairn, pela qual a aristocracia emergiu disso tudo como "senhor" e "vanguarda" do "controle do Estado"? É evidente que o acordo de 1832 permitiu a perpetuação de certas instituições "aristocráticas", áreas de privilégio e um estilo de vida aristocrático. Tal acordo forneceu também alguma contribuição ao "etos" do grupo dirigente (embora não o "etos dominante") e às normas de liderança que (como Anderson destaca) se mostrariam valiosas na

administração do Império. Mas, quando nos aproximamos, a conclusão deve ser mais qualificada. No plano do governo local (exceto no interior), a influência aristocrática foi geralmente deslocada: lorde Lieutenancy efetivamente desapareceu, a magistratura foi parcialmente tomada, o Corpo de Guardas e os órgãos do governo municipal eram instituições satisfatoriamente urbanas e burguesas, e a força policial (um dos primeiros frutos de 1832) situava-se em um modelo burguês-burocrático aceitável. No plano nacional, o desenrolar dos fatos foi ambíguo. Se modos aristocráticos foram perpetuados na *City* londrina, eles foram muito menos evidentes nas grandes instituições do capitalismo industrial. Se a Velha Corrupção ainda preside Oxford e Cambridge, em Londres, as universidades públicas, as faculdades técnicas etc. desde logo se desenvolveram sob padrões diferentes. Se o privilégio aristocrático persistia nas Forças Armadas, seu controle da imprensa começou a fraquejar mesmo antes de 1832 e nunca o obteve sobre os meios de comunicação mais recentes.

Logo, com o mais breve exame da evidência comumente observada, o quadro aparece muito distinto do retrato excessivamente estridente de nossos autores. Este senhor aristocrático surgiria seja governando a monarquia, a Câmara dos Lordes, as Forças Armadas, Oxford e Cambridge, a *City* londrina e as instituições do Império, seja possuindo uma excessiva influência sobre os dois partidos políticos mais antigos. Esta é, sem dúvida, uma lista impressionante, mas ela se torna menos surpreendente se lembrarmos que as Forças Armadas (por razões que são bem resumidas por Anderson)²⁹ nunca exerceram, no interior da elite britânica de poder, uma influência comparável àquela verificada na história americana contemporânea ou na his-

tória alemã e, ainda, se lembrarmos que a influência da Câmara dos Lordes foi progressivamente restringida. Além do mais, o exemplo das velhas universidades e dos antigos partidos políticos é excessivamente complexo e, no caso destes últimos, muitíssimo mais complexo do que os meros quantitativos de análise pós-namierista poderiam nos levar a supor. Em uma frase: os políticos de quem o povo se lembra são Peel, Bright, Gladstone, Disraeli, os Chamberlains, Lloyd George e Baldwin e não lordes Derby ou lordes Salisbury, ou mesmo, injustamente, lordes Palmerston.

Mesmo assim, a influência aristocrática é formidável. Mas, para apresentar a aristocracia como uma “vanguarda”, há de se mostrar uma série de momentos históricos significativos, nos quais tal influência foi, direta e efetivamente, oposta a importantes interesses da burguesia então emergente. Momentos assim podem ser encontrados (a Velha Corrupção transplantou sua bandeira, após 1832, para o Castelo de Dublin), mas não são comuns, sendo geralmente ambíguos ou insignificantes em seus resultados. O *locus classicus* que Anderson e Nairn parecem ter menosprezado é a *English constitution*, de Bagehot (1867), pois o cinismo devastador com que Bagehot justifica o destaque dado, na Constituição, a “uma viúva aposentada e a um jovem desempregado” é uma questão muito diferente do “tradicionalismo sufocante” que eles supõem ter perdurado desde o tempo de Burke.³⁰ O problema não é saber se o argumento de Bagehot é acurado ou não, mas que o tipo de cinismo — e também a autoconfiança — nele exemplificado emasculou o republicanismo burguês na Inglaterra. Locke tinha dado para a *gentry* uma justificação aceitável e naturalista das instituições da monarquia. Na crise da Revolução Francesa, Burke inflou de naturalismo um tradicionalismo

no qual a sabedoria das eras passadas aparecia como uma vasta dívida pública cujo serviço de juros estava por ser perpetuamente pago pela geração do momento. Bagehot ressaltou o naturalismo de Locke, mas de uma maneira descaradamente utilitária. As instituições monárquicas e aristocráticas (a “parte dignificada da Constituição”) foram julgadas *úteis*, distraíndo a atenção da operação real de poder na “parte eficiente” (que Bagehot não duvida estar sob o controle “despótico” das classes médias). O “espetáculo teatral” da parte dignificada mantinha as massas reverentes e se tornou mais — antes que menos — necessário após 1867, visto que, como destacado em sua introdução à segunda edição de 1872, “em todo caso deve-se lembrar que a combinação política das classes baixas como tal e com seus próprios objetivos é uma desgraça de primeira magnitude”. Bagehot até encontrou uma justificativa para a perpetuação de alguma influência aristocrática na parte efetiva:

Enquanto mantemos um duplo conjunto de instituições [...] devemos tomar cuidado a fim de combaterem bem e esconder onde uma começa e a outra termina. Isto é alcançado, em parte, concedendo-se algum poder subordinado à augusta parte de nossa comunidade política, mas é igualmente auxiliado pela manutenção de um elemento aristocrático na parte útil de nossa comunidade política.

E a história tem confirmado perfeitamente a tese de Bagehot. Em 1688, um parlamento burguês exilou um rei porque este ameaçou abusar demais das partes eficientes da Constituição. Em 1937, bastou um primeiro-ministro burguês para outro rei ser posto em xeque, dada sua infe-

licidade em desempenhar satisfatoriamente a augusta parte do "espetáculo teatral".

Apresento Bagehot, entretanto, não como um cientista social, mas como um momento interessante na ideologia burguesa. Ele deu às classes médias uma apologia das partes aristocráticas da Constituição no melhor dos termos burgueses: 1) proporcionaram segurança e 2) ajudaram a manter a classe trabalhadora em ordem. Bagehot e Gilbert-e-Sullivan,* tomados em conjunto, recordam-nos a soberba confiança da classe média vitoriana em face da "vanguarda" de Anderson. Eles nos dão as razões pelas quais a classe média tolerou a abominável imperatriz Brown e falhou em dar apoio a Dilke. Entretanto, como indicam as descobertas que até os marxistas estão fazendo, a história não funciona com o cinismo bem azeitado proposto por Bagehot. O etos aristocrático ainda possuía uma vida própria e algumas bases reais para um crescimento continuado. Uma das melhores passagens de "Origins" é aquela em que discute o sangue doado pelo clímax imperialista, após 1880, a essa influência.³¹ Mas mesmo aqui se pode sugerir uma certa dialética — um limite de tolerância além do qual não seria permitido o crescimento da influência aristocrática. Isso pode ser detectado desde a Revolução Francesa: a retórica de Burke provocou a cáustica resposta de Byron. A pompa crescente do espetáculo teatral no clímax imperialista foi rapidamente seguida pela sua retração, quando até mesmo Churchill podia ameaçar os lordes com a memória dos

* Sir William S. Gilbert (1836-1911) e sir Arthur S. Sullivan, (1842-1900): respectivamente, libretista e músico de uma modalidade de teatro musical muito popular na Inglaterra do final do século XIX. (N. dos Ts.)

"lanceiros de armadura", e Lloyd George (como chanceler do Tesouro) podia se dirigir a animadas plateias em tons inequivocamente emprestados de Tom Paine: os nobres "não necessitam de credenciais. Eles não precisam sequer de um certificado médico. Não necessitam ser são nem no corpo nem na mente. Apenas requerem uma certidão de nascimento, somente para provar que foram os primeiros da ninhada. Você não escolheria um *spaniel* nessas bases [...]".³²

E, na patética coda do nosso próprio tempo, a nervosa recaída conservadora que levou à ascensão de lorde Home foi um achado caído do céu para o trabalho, produzindo, por meio de um reflexo profundamente condicionado, a face *tecnocrática* e o sotaque nortista de Harold Wilson* e o falsete de Gilbert-e-Sullivan em *That was the week that was*.

A aristocracia britânica certamente mostrou ser, como Beatrice Webb** a descreveu, "uma substância curiosamente resistente" Mas se devemos apreender a real correlação de forças, em vez de importar o esquema de Sartre de "totalidade sem totalizador",³³ poderíamos piorar as coisas se não fizéssemos referência ao relato mais completo de Webb sobre

* Harold Wilson: líder do Partido Trabalhista, primeiro-ministro de 1964 a 1970 e de 1974 a 1976. Em seu primeiro governo, deu-se a nacionalização da siderurgia. Para ser confirmado na liderança trabalhista em 1973, aliou-se à ala esquerda do partido. (N. dos Ts.)

** Beatrice Webb e seu marido, Sidney Webb, são autores de *The history of trade unionism* (1894) e *Industrial democracy* (1920). O casal foi fundador da Fabian Society, da London School of Economics, do Reconstructed Labour Party, da *New Statesman* e da *Political Quarterly* (cf. Harvey Kaye, *The British marxist historians*. Cambridge: Polity Press, 1984, p. 136). (N. dos Ts.)

a “sociedade londrina” no clímax do imperialismo. Esta aristocracia, na sua observação, certamente envolvia e solidificava a “sociedade” e sem dúvida influenciava seu estilo de vida. Todavia,

[...] ela não cercou ou isolou a Corte, já era um membro no gabinete e [...] estava pouco representada no grupo sempre mutante de financistas internacionais que dirigiam o mercado financeiro. O grosso da massa cambiante de ricos que estavam conscientes de pertencer à sociedade londrina [...] era, no último quarto do século XIX, de fazedores de lucro profissionais: antigas e estabelecidas famílias de banqueiros e cervejeiros, freqüentemente de ascendência quacre, atingindo facilmente a proeminência social, um ou dois grandes editores e, a distância, armadores, diretores de ferrovias e de algumas outras grandes empresas, os maiores dos banqueiros comerciais — mas ainda não os varejistas.

Não havia “barreiras de classe fixas” de nenhum tipo: “Mas, no fundo do instinto gregário inconsciente da classe dirigente britânica, *havia* um teste de aptidão para o ingresso neste que era o mais gigantesco dos clubes sociais, um teste porém raramente reconhecido por quem o aplicava e menos ainda por quem o recebia, o *domínio de alguma forma de poder sobre outras pessoas*”³⁴

A admissão à elite não constava, de fato, das prerrogativas da aristocracia. Esta, antes disso, registrava essas mudanças e flutuações de poder que ocorriam em qualquer outra parte e honrava uma “sociedade” que veio a existir independentemente de sua influência. Eram como o pessoal de um grande e prestigioso hotel que não podia de modo algum influenciar as idas e vindas da clientela — quem ou

a que horas e com quem —, mas podia preparar o baile e escolher o mestre-de-cerimônias.

A caracterização de Beatrice Webb precede o notório “silenciamento” da Corte e da aristocracia depois da ascensão de Eduardo VII: a admissão dos barões da imprensa (que alçaram, durante a guerra, o principal inimigo da aristocracia ao cargo de primeiro-ministro) — sem mencionar vulgarizações mais recentes. É verdade que cada burguesia nacional tem sua própria característica desagradável, que é freqüentemente herdada da classe que a antecedeu. Entre os alemães, militarismo e estatismo, entre os franceses, chauvinismo e metropolitomania intelectual, entre os italianos, corrupção, e, entre os americanos, a rude celebração de uma natureza humana feroz e sanguinária. É verdade, também, que a repelente peculiaridade da burguesia britânica está na descarada observância do *status* e na obsessão por uma fidalguia espúria. É verdade, por fim, que as partes “dignificadas” da Constituição têm sido, neste século, fonte eficaz de mistificação e que — como Ralph Miliband documentou em *Parliamentary socialism* — o Partido Trabalhista tem sido, no Parlamento, o primeiro e mais ansioso objeto de hipnose. Tudo isso é importante, mas, ao sugerir-se que a racionalização capitalista está hoje aleijada por sua herança aristocrática e que isso é o elemento mais importante de nossa crise atual (“Origins”, de Anderson, conclui: “O trabalho inacabado de 1640 e 1832 deve ser retomado onde foi abandonado”), penso que nossos autores leram mal nossa história e confundiram o verdadeiro caráter de nossa classe dirigente.

Além do mais, seu tom tem uma incômoda afinidade com aquele diagnóstico jornalístico sobre a enfermidade britânica que afirmam desprezar. Tudo isso, a fúria contra

o *establishment*, as reclamações sobre as técnicas comerciais britânicas, a falta de conforto do aeroporto de Londres ou as práticas restritivas dos sindicatos britânicos, o atrasado empirismo inglês e o sufocamento aristocrático, está muito na moda hoje em dia. O senhor David Frost, o senhor Shanks e o camarada Anderson estão dizendo coisas diferentes, mas há a mesma rispidez em cada voz. Uma grande parte do que dizem é verdadeiro, porém o que me alarma são as coisas que nenhum deles diz: que há, ao mesmo tempo, certas forças e tradições humanas na vida britânica de que Outros Países (incluindo aqueles cujos aeroportos são soberbos, cujo marxismo é maduro e cuja mercadologia é altamente poderosa) nem sempre dispõem.

Para além disso, não estou de todo certo quanto a terem individualizado o antagonista real. A Velha Corrupção faleceu. Contudo, um novo e completamente diferente complexo predatório ocupa o Estado. Não é certamente a esse novo complexo — com sua interpenetração entre indústria privada e Estado (encomendas governamentais de uma magnitude sem precedentes, especialmente para material bélico, subsídios, endividamento municipal para finanças privadas etc.), com seu controle sobre os principais meios de comunicação, com sua chantagem sobre a *City*, com a redução do setor público a papéis subordinados e com sua capacidade de ditar as condições nas quais um governo trabalhista deve operar —, não é certamente, em vez de se sair à caça de alguma quimera aristocrática, a esta nova Coisa, com sua vasta influência alcançando o serviço público, as profissões, adentrando os sindicatos e o próprio movimento trabalhista, que uma análise das forças políticas do nosso tempo deve ser dirigida?

III

É extraordinário, na discussão de nossos autores sobre a “ideologia inglesa”, o grau com que eles próprios estão enredados na visão miope tão dedicadamente desprezada, jamais imaginando o grande arco da cultura burguesa. Podem ver, na ideologia burguesa, apenas dois momentos significativos: o iluminismo e o instante em que o marxismo surgiu. Em ambos (sugerem), a burguesia britânica não tomou parte. Sobre 1640: “Devido ao seu caráter ‘primitivo’, pré-iluminista, a ideologia da Revolução não fundou nenhuma tradição significativa, nem gerou consequências relevantes. Nunca uma ideologia revolucionária importante foi tão completamente neutralizada e absorvida. Politicamente, o puritanismo foi uma paixão inútil.”³⁵

Depois disto, a burguesia inglesa cumpriu seu destino por meio do “empirismo cego” e tornou-se “alheia à corrente central da evolução burguesa posterior”. Ela ficou à margem da Revolução Francesa e deixou o jacobinismo (“o ápice do progresso burguês”) passar ao largo. “A burguesia inglesa [...] podia dar-se ao luxo de dispensar o instrumento cortante da razão e abastecer a mente nacional com lixo histórico.”³⁶ Ela não transmitiu à classe trabalhadora “impulsos de libertação, nem valores revolucionários, nem linguagem universal. Em vez disso, repassou os germes mortais do utilitarismo” — a “única ideologia autêntica e articulada” que foi capaz de produzir.³⁷ Quanto ao marxismo, não se conhece nenhum tráfico entre ele e estas costas bárbaras.

Os equívocos são tão grandes que é tentador capitalizar diante deles. Eles pressupõem, em todo caso, divisões

herméticas entre culturas nacionais um tanto irreal (pensem-se Hobbes e Descartes, Hume e Rousseau, Coleridge e a filosofia alemã).³⁸ Mas o que nossos autores fizeram, *inter alia*, foi (após saltar toda a fase da anunciação heróica do individualismo burguês na qual a contribuição inglesa, se de algum modo tardia, não foi negligenciável, seja qual for a interpretação dada): 1) ignorar a importância da herança protestante e democrático-burguesa; 2) desconsiderar a importância da economia política capitalista como uma "ideologia autêntica e articulada"; 3) esquecer a contribuição, durante mais de três séculos, dos cientistas naturais britânicos; e 4) confundir um idioma empírico com uma ideologia.

Deveria ser suficiente mencionar estes pontos para que se tornassem auto-evidentes. E mais poderia ser acrescentado. Poderia ser apresentada uma discussão do romance realista, ou do romantismo, se ainda não se foi advertido pela referência de Nairn sobre "uma cultura literária dilatante descendente da aristocracia" — o pensamento de uma cultura literária *profissional* e genuinamente burguesa, que mereceria a aprovação *daquela* tom, é suficiente para nos fazer recuar. A questão não é correr em defesa das tradições intelectuais britânicas, ou minimizar suas limitações características. É, sim, pedir uma análise mais serena e informada, que leve em conta, de algum modo, sua efetividade histórica. Mau humor não é um instrumento cortante particularmente eficaz.

A Grã-Bretanha é, afinal, um país *protestante*. O catolicismo (como centro de autoridade espiritual ou intelectual) foi esmagado neste país mais minuciosamente que em qualquer parte da cristandade, salvo duas ou três exceções. Mais ainda: o foi não por uma ideologia religiosa rival com

sua própria autoridade, disciplina e teologia bem estruturada, mas pela decomposição comparativa de qualquer centro de autoridade. Todos aqueles sermões e panfletos, todas aquelas preces antes das batalhas, toda aquela briga sobre juramentos, altares e bispos, toda aquela fragmentação sectária, considerada tão obscurantista por Anderson, tão tristemente distanciada dos motivos econômicos reais, fizeram, de fato, parte de uma confrontação cultural de época. A Revolução Inglesa foi disputada em termos religiosos não porque seus participantes estavam confusos com relação aos seus interesses reais, mas porque a religião *importava*. As guerras giraram, em boa medida, em torno da autoridade religiosa. Um direito de propriedade do homem sobre sua própria consciência e lealdades religiosas tornara-se tão real quanto (e momentaneamente *mais* real que) direitos de propriedade econômica. Exatamente aqui, neste ponto da história, teve lugar uma crise psíquica entre velhas e novas práticas.

Nossos autores a prefeririam se tivesse ocorrido não em torno da religião, mas contra qualquer religião. Um historiador não pode se preocupar com este tipo de objeto. É mais importante notar as consequências daquilo que realmente aconteceu. Sugerir que o "legado ideológico da revolução foi quase nulo" é confundir atributos formais com atributos reais. Ao destruir a magia instituída da Igreja, o protestantismo triunfante tornou possíveis a multiplicação da racionalidade e a dispersão de iniciativas racionais por todo o país e em diferentes meios sociais. Mesmo antes de tomar posse da economia de mercado, a iniciativa privada e um *laissez-faire* qualificado já haviam assumido a direção da economia cultural. Na Grã-Bretanha, para uma *intelligentsia* radical, não era necessário mobilizar-se sob

seus chefes para atacar o clericalismo e o obscurantismo, porque o inimigo, embora persistisse, não tinha poder para obstruir a vida intelectual. E, uma vez que mal se pode afirmar que a Igreja do século XVIII tinha uma ideologia articulada, era desnecessário, para seus críticos, nessa área pelo menos, desenvolver uma oposição sistemática. Na França, as forças da ortodoxia e do iluminismo enfrentaram-se face a face. Porém a Grã-Bretanha assemelhou-se mais a um país debilmente ocupado onde, a cada vez que a ortodoxia repelisse um pequeno ataque frontal, ela própria se encontraria molestada nos flancos, na retaguarda ou até em seu meio. O iluminismo desenvolveu-se na Grã-Bretanha não como uma enchente arremetendo contra um dique a despedaçar-se, mas como uma corrente a escorrer em margens erodidas, planícies lamacentas e córregos de um estuário cujos declives estão prontos para recebê-la.

Outros países podem ter produzido uma "verdadeira *intelligentsia*", uma "comunidade intelectual internamente unificada", mas é absurdo sugerir que há alguma mutilação incapacitadora no fracasso dos intelectuais britânicos em formar "um enclave intelectual independente" no interior do corpo político. Em vez disso, no século XVIII haviam-se formado *diásporas* de enclaves intelectuais dispersos pela Inglaterra, País de Gales e Escócia, compensando a perda em termos de coesão com a multiplicidade de iniciativas proporcionadas por tais bases e (como todo registro do avanço científico e técnico testemunha) com as oportunidades criadas para a interpenetração entre teoria e prática. Muito do melhor de nossa cultura intelectual sempre veio não das antigas universidades nem dos círculos metropolitanos autoconscientes, mas de indistintas e longínquas regiões. O que nossos autores negligenciavam é a enorme

importância dessa parcela de herança revolucionária que pode ser descrita, em sentido secular, como a tradição da *dissidência*.

Em um extremo da escala, a *gentry* (Newton, Fielding, Gibbon) fez uma contribuição, e, no outro extremo, os artesãos (com seu grande número de inventores) fizeram outra. Oxford e Cambridge, no seu esforço de instituir um platonismo teocrático irrelevante, contribuíram pouco, salvo uma repulsa que acentuou o tom cético dos que eram repelidos. Edimburgo e Glasgow foram mais além (Hume, Smith, os fisiocratas escoceses e até — *hélas* — James Mill e a *Edinburgh Review*), compensando a insularidade do pensamento inglês por meio de sua conversação mais fluente com a França. No meio disso tudo, como principal portadora dessas tradições, estava aquela sociedade de classe média mista, fosse ela metropolitana ou provinciana, um tanto unitarista no seu caráter — as faculdades de Hoxton, Hackney e Warrington, a Sociedade Lunar de Birmingham, a Sociedade Literária e Filosófica de Manchester e aqueles círculos em Norwich, Derby, Nottingham ou Sheffield cuja conversação Coleridge considerou (quando trabalhava para *The Watchman*, em Birmingham) ser "sustentada com tal animação [e] enriquecida com tal variedade de informação".

Esses burgueses ingleses não eram, todos eles, os idiotas completos que Nairn e Anderson supõem. Não é uma controvérsia entre eles e os de Outros Países. Aconteceu de um modo na França e de outro aqui. A experiência francesa foi marcada por uma confrontação nítida, uma *levée en masse* da *intelligentsia* e uma disposição para a sistematização e a hierarquia intelectual — os chefes de equipe, adidos (e por aí vai) que se agruparam em torno dos grandes

chefs de bataille radicais. A experiência inglesa certamente não encorajou esforços de síntese persistentes. Dado poucos intelectuais terem assumido proeminência num conflito com a autoridade, poucos sentiram necessidade de desenvolver uma crítica sistemática. Pelo contrário, imaginavam-se como produtos especializados de troca num mercado razoavelmente livre, e a soma de suas mercadorias intelectuais criou a soma do "conhecimento". Isto estimulou, em algumas áreas, negligência e irresponsabilidade. Mas o número de produtores especializados era muito grande, e o historiador da cultura intelectual britânica no final do século XVIII e em grande parte do XIX fica impressionado com o vigor da tradição da dissidência, as múltiplas colissões e mutações — não a superioridade deste ou daquele intelecto, mas a quantidade de talentos menores, cada qual com alguma particular porém limitada distinção.

Pode-se concordar que uma tal tradição fosse incapaz de gerar um Marx, embora sem ela *O capital* não pudesse ter sido escrito. Ela foi, todavia, capaz de gerar Darwin, e a importância com que esse momento ilumina a vitalidade de certas tradições intelectuais ilumina também a cegueira fatal da crítica Anderson-Nairn ao "empirismo". Com a recusa usual e teimosa em conformar-se às propriedades esquemáticas de muitos fenómenos britânicos, foi dado à ciência inglesa um estatuto não por enciclopedistas insurgentes, mas por lorde Chancellor, um partidário do rei. Vale a pena relembrar seus termos:

Porque o espírito e a mente do homem, se trabalham sobre a matéria, que é a contemplação das criaturas de Deus, trabalham de acordo com a substância e são limitados desse modo, mas se trabalham sobre si

mesmos, tal qual a aranha prepara sua trama, então infinitos são e efetivamente levam adiante as teias do aprendizado, admiráveis pela fineza do fio e elaboração, mas de nenhuma solidez ou proveito.³⁹

E nos calcanhares disso seguia-se a espantosa exortação: "O fim de nossa instituição é o conhecimento das causas e dos movimentos secretos das coisas e o alargamento dos limites do império humano, para a resolução de todas as coisas possíveis"⁴⁰

A natureza exata da relação entre a burguesia e as revoluções científicas na Inglaterra está aberta. Entretanto, ambas eram claramente algo além de apenas boas amigas. Em questão de poucas décadas, grandes territórios de fenómenos naturais, que haviam sido vedados ao público intelectual, foram abertos. A casuística de Bacon de primeiras e segundas causas ("a contemplação das criaturas de Deus") dissociou claramente fenómenos manifestos — cuja exploração foi amplamente autorizada — de causas ideológicas ulteriores* (em relação às quais se previa uma reverência ritual formal cuja influência efetiva podia ser ignorada). E isto combina muito bem com o estado de espírito daqueles intelectuais no século XVIII que, achando-se pouco incomodados pela autoridade teológica, estavam bem satisfeitos em ignorá-la e em prosseguir com a exploração da natureza. Muitos dos próprios clérigos, da segurança de suas instituições eclesásticas, foram capazes de impulsionar o iluminismo. Mesmo o atroz bispo de Llandaff fundou sua reputação, em um primeiro momento, sobre suas contribuições

* Ulterior, em inglês, pode ser algo inconfesso, dissimulado, ou que esta além ou depois de alguma coisa. (N. dos Ts.)

não à teologia, mas à química. Os unitaristas empurraram Deus para tão longe, dentro de seu paraíso baconiano de primeiras causas, que Ele se tornou um tanto inócuo, ex-ceto para propósitos de encantação moral. Foi deixado sozinho (ai de mim!), para ser trazido de volta mais tarde contra o povo, como um papa furioso), enquanto a burguesia se lançou à sua verdadeira herança: a exploração da natureza.

Não deveria ter acontecido desse modo. O céu deveria ter sido assaltado, *molto con brio*, e os frutos do conhecimento deveriam ter sido arrancados das garras dos padres. Mas aconteceu do jeito que aconteceu. (O contraste entre, deixem-nos dizer, Zola, de um lado, e Hardy e George Moore, de outro, ou entre Anatole France e E. M. Forster, salienta uma persistente diferença de estilos literários.) Foi um acontecimento que marcou época, de tal modo que podemos desculpar nossos autores por não percebê-lo: freqüentemente vemos as casas, mas ignoramos a paisagem. Contudo, foi um avanço que, mesmo espetacular, estava contido no interior de suas próprias limitações ideológicas. De um lado, a estrutura dada por Newton à física e às ciências naturais tendia a partilhar a mesma inclinação naturalista e mecânica com a teoria constitucional inglesa. De outro, a licença para explorar a natureza não foi estendida com a mesma liberalidade à exploração da natureza *humana*, a sociedade.

É isto o que torna o momento de *A origem das espécies* tão provocante e, em seus próprios termos, uma confirmação do método empírico. Pois, da sua base nas "causas secundárias", as ciências naturais estavam aglutinando suas forças contra a própria Primeira Causa ou, se não contra Deus (que, como os fatos evidenciaram, estava disposto a aceitar sua transferência para um império ainda mais re-

moto), então contra interpretações mágicas sobre a origem do mundo natural e do homem. Biologia, geologia, história natural, astronomia, após décadas de acumulação empírica, eram um conjunto de questões prementes para resolução. E a ruptura, o momento de síntese, veio não com algum Voltaire inglês imerso no tumulto metropolitano, mas com um homem neurótico, solitário, intelectualmente evasivo, outrora destinado a uma carreira clerical, que, entretanto, foi o protagonista de um hábito empírico herdado, o qual, crescendo nele a tal grau de intensidade, traduziu-se em uma coragem intelectual de tirar o fôlego, à medida que, laboriosamente, reestruturou ciências inteiras e efetuou uma nova síntese. Não podemos ir adiante de qualquer explicação sobre Darwin sem a convicção de que o respeito pelo fato não é apenas uma *técnica*: também ele consegue ser uma força intelectual por si mesmo. Aprontado o labor, o conflito podia começar. Huxley podia assaltar o céu. Mais sábio, Darwin lançou mão de uma ação sutil e ofereceu um comentário sobre fertilização de orquídeas.⁴¹ Ele sabia que ninguém no paraíso tinha paciência de estudar cracas o suficiente para dar-lhe alguma resposta. Lembramos Huxley como ideólogo e Darwin como cientista.

Isso indica um lugar no qual a tradição intelectual inglesa ofereceu algo além de "nulidade". Em certo sentido, o darwinismo aparece como resultado natural e inevitável de uma cultura de capitalistas agrários, que haviam investido décadas em horticultura e pecuária empíricas. A maioria das revoluções no pensamento tem essa aparência "natural", de tal modo que alguns estudiosos se perguntam por que o darwinismo demorou tanto para acontecer e não como conseguiu fazê-lo. Em outro sentido, nada foi

natural com relação a uma transmutação do pensamento científico que derrotou categorias estabelecidas vigentes há séculos e que efetuou uma nova visão da natureza humana. Deveria ter havido mais crise do que realmente houve, mais comoção nos céus ideológicos, os intelectuais deveriam ter assinalado seus compromissos, firmado manifestos, identificado suas lealdades nas revistas. O fato de isso ter ocorrido em escala comparativamente pequena pode ser satisfatoriamente explicado pelo fato de Darwin dirigir-se a um público protestante e pós-baconiano, o qual há muito havia assumido que, se Deus estava em questão diante de um Fato considerável (ou se um dogma estava em desacordo com a consciência humana), era o primeiro quem deveria se render. A *intelligentia* de Outros Países tem sido mais afortunada, podendo travar suas batalhas com mais *panache* e mais apelo a Universais, pois, até hoje, tem conseguido manter a Igreja Sagrada como antítese.

Duas outras heranças ideológicas da revolução (ambas despercebidas por nossos autores) têm a mesma aparência "natural". Não posso examinar aqui a tradição democrático-burguesa além de insistir em que, para o bem ou para o mal, contribuiu enormemente mais para o universo intelectual da classe trabalhadora inglesa que o utilitarismo, ao qual é dada tanta importância. Foi uma contribuição feita não apenas em nível institucional e articulado, mas também para o consenso subpolítico de um povo o qual (como dois marxistas ingleses razoavelmente perspicazes uma vez notaram) "sempre se sentiu ofendido diante de uma organização mecânica e rígida de qualquer tipo".⁴² (É certamente essa resistência — largamente reforçada pela experiência stalinista — que tem engendrado uma grande objeção à ampla aceitação do "marxismo"? Tenho frequente-

mente notado o olhar desanimado proveniente de uma audiência de trabalhadores quando é abalroada por um estridente advogado desta ou daquela tendência do marxismo ortodoxo, como se o *tom*, muito mais que o argumento, provocasse no seu inconsciente coletivo alguma lembrança do oficial de justiça ou dos tribunais eclesiásticos.)

Já comentei sobre a gênese da economia política capitalista. Foi uma ideologia altamente estruturada e, de longe, mais sistemática do que está para ser encontrado em áreas puramente políticas ou filosóficas. Foi assim, em parte, porque os mais avançados agricultores, bem como alguns dos manufatureiros, encontravam-se impedidos tanto pelo sistema de teoria mercantilista e paternalista, que era razoavelmente sistemático (embora em desintegração), quanto pelas restrições estatutárias. Um sistema gerou outro, contrário e superior.

Bacon expeliu Deus das ciências naturais. Adam Smith expeliu-O da teoria econômica. Tawney e Hill examinaram as fases preparatórias, as representações morais cambiantes dos homens em suas relações econômicas, as quais conduziram a esta súbita e veloz desmoralização de todas elas. Smith levou às funções econômicas do Estado a mesma ciosidade que Locke demonstrara ter com suas funções políticas. Tal como Locke, desejou que o poder e a iniciativa fossem disseminados entre os proprietários.

Nenhuma exortação ao cuidado do soberano pode jamais contrabalançar o menor desencorajamento ao desvelo do senhor de terras. O cuidado do soberano pode, no melhor dos casos, ser apenas uma consideração geral e vaga daquilo que é adequado contribuir para o melhor cultivo de maior parte dos seus

domínios. O zelo do senhor de terras é uma consideração, particular e minuciosa, do que é mais apropriado à aplicação mais vantajosa possível de cada polegada do solo sob sua posse. O principal cuidado do soberano deve ser o de estimular, através de todos os meios a seu dispor, o zelo tanto do senhor de terras quanto do grande arrendatário, permitindo a ambos perseguir seus próprios interesses por seus próprios meios.

O protestantismo econômico — a economia “política” (mas, mais verdadeiramente, antipolítica) — fundado por Smith não ameaçou derrubar o Estado. Virou-lhe as costas simplesmente, deixando-lhe somente funções residuais: manutenção da segurança, facilitação do transporte, remoção das restrições sobre o comércio. O triunfo dessas teorias e o modo satisfatório de seu funcionamento explicam a relativa indiferença da burguesia industrial quanto à teoria política como tal: ela não importava. Quando cotejada com essa ideologia imensamente coerente e com suas persuasivas analogias com processos “naturais”, o utilitarismo não aparece como a “única ideologia autêntica” da burguesia, mas simplesmente como uma tradição subordinada no interior desta, um lembrete (a cada dia tornado mais premente pelas complexidades do industrialismo) de que o Estado tinha funções importantes e um esforço para racionalizar suas instituições.

De qualquer maneira, a construção teórica de Smith e de seus sucessores não foi igualmente produto do “empirismo cego”, consistindo em uma configuração sistemática de pensamento tão abrangente e, ao mesmo tempo, tão flexível que moldou a estrutura em cujo interior as ciências sociais e o pensamento político da Inglaterra vitoriana

ainda estavam inscritos. Ela assegurou o imperialismo comercial, conquistou a inteligência da burguesia do mundo inteiro. E, após uma resistência aguda e impressionante (Hodgskin, Owen, O'Brien), o movimento operário inglês capitulou diante dela, reorganizando-se a fim de maximizar seus benefícios dentro dos marcos por ela ditados. Por fim, sobreviveu, menos na sofisticada teoria que na mitologia popular, até os dias de hoje. É em nome de alguma lei “natural” da livre iniciativa que o público tolera sua falta de liberdade em face de monopólios, especuladores de terra e donos de meios de comunicação.

Como é possível aos marxistas ignorá-la quando o próprio Marx, em um relance, enxergou-a como seu mais formidável oponente ideológico, dedicando o esforço de uma vida para derrubá-la? Mas em tudo isso não consigo ver, de modo algum, o empirismo como uma *ideologia*. Anderson e Nairn confundiram um *idioma* intelectual, que por várias razões históricas tornou-se um hábito nacional, com uma ideologia. Bacon e Hazlitt,* Darwin e Orwell, podem ter, todos eles, empregado este idioma, mas apenas tenuemente podem ser vistos como estando ligados aos mesmos inconfessos postulados ideológicos. Tem havido recentemente uma tentativa, é verdade, de estabelecer o empirismo *como* uma ideologia, ou fim-de-ideologia. Mas, embora isso sem dúvida tenha sido uma lisonja para com os britânicos, não conseguiu ser convincente, e a moda esta bem próxima de seu ocaso.

Sem dúvida, nossos autores sofreram uma penosa exposição a esta fase da Guerra Fria intelectual, e sua rebelião

* William Hazlitt, ensaísta britânico do começo do século XIX, admirador de Napoleão Bonaparte. (N. dos Ts.)

contra ideólogos ingleses — Popper, Hayek, Beloff, Elton — lhes dá algum crédito. Minha objeção vai de encontro a transformar um momento de rebelião em uma interpretação da história. Eles dizem algo de verdade. O idioma não é sem importância, pois o idioma empírico pode favorecer resistências insulares e oportunismo conceitual. Mas pode também disfarçar uma inteligência aguda e uma firmeza conceitual antes imanente que explícita. No melhor dos casos, tem sustentado o realismo do romance inglês e tem servido (notadamente nas ciências naturais) como um idioma soberbamente adaptado à interpenetração entre teoria e prática.

Após um encontro com um amigo, Darwin escreveu numa carta antiga que tinha “um grande fato de um certo dente molar no triássico”⁴³ Marx também tinha este respeito por “grandes fatos”, e em ambos podemos ver essa estimulante dialética de fazer-e-destruir, a formação de hipóteses conceituais e a produção de evidência empírica para reforçar ou quebrar essas hipóteses, a fricção entre pesquisa “molecular” e generalização “macroscópica” a que Wright Mills freqüentemente se referia. Em qualquer tradição intelectual vital, esta dialética, esta zona candente entre modelos e particularidades, é sempre evidente. O que é tão profundamente deprimente em muitas das diversas variantes do marxismo desde a morte de Engels é sua resistência teimosa a todos os “grandes fatos” que o século XX jogou na nossa cara e sua defesa igualmente teimosa (ou apenas modificações triviais) do modelo herdado. Podemos concordar sobre a mediocridade, indolência e paroquialismo de muito do pensamento britânico contemporâneo. E nós devemos concordar que o movimento da classe trabalhadora britânica “*necessita* da teoria como nenhum outro”⁴⁴

Eu mesmo posso concordar em que essa teoria possa derivar da tradição marxista, embora de modo algum isso seja auto-evidente. Mas Anderson e Nairn estão muito tristemente enganados se acham que, nesses últimos tempos, irão destronar o “empirismo” em nome de um sistema marxista auto-suficiente, independentemente de este sistema ter sido adornado com alguns neologismos. Nem deveria lhes ser permitido empobrecer o criativo impulso da tradição marxista deste modo. Pois o que falta ao seu esquema é o controle dos “grandes fatos”, e é improvável a Inglaterra capitular ante um marxismo incapaz de ao menos entabular um diálogo com o idioma inglês.

IV

As versões que Anderson e Nairn nos oferecem da história da classe trabalhadora britânica encorajam de modo rarefeito a investigação. À medida que escorregamos pelas ladeiras da prosa de Nairn (em *Anatomy of the labour party*), não há terra firme nem afloram fatos históricos nos quais possamos nos agarrar — estejam eles atrofiados ou parcialmente enraizados. Os fabianos aparecem com uma surpreendente influência e longevidade — e a eles, com exceção dos Webbs, nenhum nome é dado —, uma “esquerda” é repretendida e permanece, de 1900 a 1960, quase anônima e sem voz; os sindicatos são movimentados em torno do tabuleiro retórico, mas não se diz *quais* sindicatos. A história é aplaiada, estreitada, condensada, fatos inconvenientes não são mencionados, décadas inconvenientes (por exemplo, de 1920 a 1940) são simplesmente suprimidas. Mais adiante, o tom farisaico se torna (para pegar emprestada uma frase) sufocante. Não é apenas o fato de ninguém jamais ter acer-

tado, ninguém jamais esteve errado sequer de modo interessante ou respeitável. É “duvidoso [...] se algum outro movimento da classe trabalhadora produziu tantos ‘traidores’ [...] como o trabalhismo” Mas esta tese deve ser contrabalçada por um escárnio da “denúncia irada dos líderes a quem os sectários e a esquerda trabalhista têm sempre se entregado”. Esta “esquerda”, jamais identificada, é açoitada por seu “moralismo característico”, por sua “afitiva e vergonhosa impotência”, por sua “desajuzada paixão, que é apenas o anverso de sua submissão ideológica”, e por sua “total ignorância sobre como o partido funciona e como deveria fazê-lo”. O “etos dominante” do trabalhismo tem sido a “medrosa rabugice e o moralismo funerário”, “afundados em rotinas desesperadamente enfiadas pelo tempo e em uma retórica indescritivelmente entediante”, com “seu lugar certo no firmamento britânico, a meio caminho entre a Casa dos Lordes e os escoteiros”.

Todos, entre nós, fazemos este tipo de careta às vezes, mas não tomamos carranca por alta teoria. Podemos selecionar quatro áreas críticas de fraqueza apresentadas pelos dois autores. Primeiro, denotam inabilidade em compreender o *contexto político* das idéias e escolhas. Segundo, sente-se a ausência de qualquer dimensão sociológica séria em suas análises. Terceiro, há uma crucial vulgarização da noção gramsciana de “hegemonia”. E, quarto, não revelam o menor discernimento quanto ao impacto do comunismo sobre o movimento trabalhista britânico.

O primeiro ponto — a inocência política de nossos autores — é de mais difícil discussão, uma vez que seria satisfatoriamente perseguido apenas por meio de um exame íntimo de peculiaridades. É a opacidade de suas argumenta-

ções, saliente a cada vez que nos aproximamos de contextos históricos particulares, que inibe o debate e dá às suas teses uma certa plausibilidade compulsiva. De vez em quando, Nairn suspende momentaneamente seu serviço de condenação para indicar, do modo mais esquemático possível, algum evento histórico real. Porém somos logo empurrados adiante por frases como “os episódios particulares e personalidades do período” são de “pequena monta”, retomando a lengalenga fanfarrônica do presbítero de Igreja marxista.

A história, todavia, é composta de episódios e, se não podemos adentrá-los, não podemos adentrar a história absolutamente. Isto tem sido sempre inconveniente para os esquemáticos. Tal como Engels notou em 1890: “[...] a concepção materialista de história [...] tem muitos amigos hoje em dia, a quem serve como desculpa para não estudar a história”.

Nossa concepção de história é acima de tudo um guia para o estudo, não uma alavanca para construção à maneira dos hegelianos [...]. O que ocorre é que muitos dos jovens alemães simplesmente se aproveitam da frase materialismo histórico [...] a fim de obter seu próprio conhecimento histórico relativamente miniguado [...] encaixado em um sistema arrumado o mais breve possível, e então pensam ser algo de realmente maravilhoso.⁴⁵

O tema da argumentação de nossos autores é: a tragédia da nossa história foi o fato de o marxismo ter passado em branco pela classe trabalhadora britânica. A culpa é colocada sobre a insularidade e o conservadorismo sociológico dos sindicatos britânicos e sobre a omissão dos intelectuais britânicos. Um modelo simples de objetividade—

subjetividade é empregado. Por meio dele, os sindicalistas são vistos como cegos, práxis instintiva, e os intelectuais, como a encarnação de uma consciência política articulada. Visto que faltava a *intelligentia* marxista, os trabalhadores ficaram sujeitos a uma corrente tributária da ideologia capitalista, o fabianismo. Há mais do que uma insinuação de um novo voluntarismo elitista — bastaria que os nossos Primeiros Marxistas Brancos tivessem nascido mais cedo e o curso da história teria sido alterado.

Se, no entanto, inserirmos este modelo em um contexto político particular, ele não funciona tão bem assim. Em qualquer momento entre 1890 e os dias de hoje, encontramos uma tradição minoritária muito substantiva, associada à esquerda organizada, influenciando alguns dos principais sindicatos. Encontraremos uma sistemática formação marxista de base — SDE, NCIC, Partido Comunista — a qual, embora indubitavelmente doutrinária, não tem sido mais doutrinária que o marxismo (até recentemente) oferecido ao proletariado de Outros Países. Ao mesmo tempo, um exame do registro factual mostraria que nossos autores exageraram bastante a influência dos “fabianos” e, se deixarmos de lado a influência direta do comunismo, a maior parte dos intelectuais com influência relevante sobre o movimento trabalhista britânico entre 1920 e 1945 era tanto de reformadores sociais no interior da tradição liberal (J. A. Hobson, Beveridge, Boyd Orr) quanto de *marxists* independentes (Brailsford, Laski, Strachey, Cole), ou mesmo de socialistas éticos (Tawney, Orwell), e sua contribuição foi além do “moralismo sentimental”. Nem um desses grupos vagamente definidos ajusta-se à caracterização de Anderson do fabianismo — “confusão complacente de influência com poder, admiração bovina pela burocracia,

cia, desdém mal disfarçado de igualdade, filistinismo abismal”. A influência do “verdadeiro” fabianismo webbiano nesses anos foi pequena e, principalmente, confinada a certos políticos de carreira do Partido Trabalhista, tornando-se muito mais importante após 1945 (mas aqui deveríamos examinar o contexto político que favoreceu essa tendência no lugar de outras, que estavam disponíveis e pareciam mais influentes em 1945). O que nossos autores fizeram foi pinçar uma impressão casual do conservadorismo sindical e da inércia intelectual dos últimos 15 anos para oferecê-la como uma interpretação de uma centena de anos de história.

A história real revelar-se-á somente depois de pesquisa muito árdua e não irá aparecer ao estalar de dedos esquemáticos. Todavia, se quisermos começar a compreender a esquerda britânica desde 1880, devemos considerar muito mais seriamente o contexto internacional e imperialista. Um dos “grandes fatos” do século XX, ao qual o modelo marxista ortodoxo encontra dificuldade para se ajustar, é o ressurgente nacionalismo do clímax imperialista. Este clima político-cultural hediondo, que contamina profundamente as massas nos países metropolitanos, tem apresentado problemas bastante excepcionais à esquerda. É um disparate total apresentar os últimos 80 anos sugerindo-se que, durante todo esse tempo, têm sido oferecidas à esquerda alternativas claras de desenvolvimento de uma estratégia “hegemônica”, com vistas à conquista do poder de classe ou de capitulação ante formas capitalistas. Houve momentos fugazes — o início da década de 1890, 1911-1914, 1945-1947 — quando, em termos políticos reais, uma viçosa estratégia socialista era viável. O movimento da década de 1890 ruíu perante a Guerra dos Boers, a vaga

sindicalista de 1911-1914 foi sufocada na Primeira Guerra Mundial, enquanto as potencialidades de 1945-1947 foram abolidas pela Guerra Fria. Foi a noite de Mafeking, quando as mais sagradas distinções de classe dissolveram-se em histeria nacionalista, que assinalou o mergulho nessa época terrível. Na ação dos portuários das docas Victoria e Albert, que se recusaram a trabalhar qualquer navio não decorado em honra à rendição de Mafeking — aqueles mesmos portuários sobre cujo suporte Tom Mann havia buscado fundar o internacionalismo proletário —, já podemos ver as derrotas esmagadoras que estavam por vir.⁴⁶

Desde então, a experiência comum da esquerda britânica tem sido a de encontrar-se em um contexto que oferece uma oportunidade muito pequena para um avanço estratégico, mas, ao mesmo tempo, impõe excepcionais deveres de solidariedade para com outros povos. A mentalidade “oposicionista” da esquerda britânica é certamente uma perspectiva limitante, mas desenvolveu-se simplesmente porque nossa esquerda tem tido muita coisa ruim a que se *opõe*. Qualquer um que possua mais que um conhecimento livresco da esquerda sabe que é assim.

Esta esquerda, seja a classe trabalhadora ou os intelectuais, com sua recusa tosca e sem dúvida “moralista” em se comprometer com o imperialismo, não aparece no cânone de Anderson-Nairn. De fato, em alguns pontos a versão é, simplesmente, falsificada:

Todos os grupos políticos conservadores — liberais e fabianos — foram militantemente imperialistas em suas aspirações [...]. O nascente movimento socialista partilhou do chauvinismo geral, Webb, Hyndman e Blatchford — fabiano, “marxista” e partidário do International Labour Party (ILP) —, respec-

tivamente o mais influente, o mais “avançado” e o mais popular porta-voz da esquerda, foram todos, a seu modo, abertamente imperialistas.⁴⁷

Isso é retalhar a história para ajustar um modelo a uma vingança. Anderson só pode fazê-lo ignorando as agudas tensões no interior do liberalismo (o conflito irlandês, Lloyd George emergindo como “pró-Boer” etc.), confundindo a tradição socialista com o pequeno grupo elitista fabiano⁴⁸ e colhendo os exemplos cautelosamente. William Morris, Tom Mann e Keir Hardie teriam apresentado uma interpretação diferente. (Da mesma forma, Nairn apresenta a notória erupção de chauvinismo de Tillett no I Congresso Anual do ILP como se fosse o autêntico ILP, não mencionando que Tillett foi imediatamente repreendido.)⁴⁹ É certamente verdade que o imperialismo se enraizou profundamente dentro do movimento operário e até mesmo em grupos socialistas. Esta é a tragédia do socialismo europeu do século XX. Contudo, um exame dos próprios exemplos citados por Anderson — a suspeita com que foi recebido o chauvinismo dissimulado de Hyndman e Blatchford por uma parte substancial dos seus próprios seguidores e a rapidez com a qual perderam esses seguidores quando o mesmo chauvinismo se expôs às claras — revelaria um quadro muitíssimo mais complexo.

A esquerda britânica, nos últimos 80 anos, não tem jamais se confrontado com opções teóricas abstratas, mas tem estado imersa em inelutáveis contextos políticos característicos do poder imperialista metropolitano. Se cerremos os olhos sobre os últimos 50 anos tomando as questões em torno das quais o conflito esquerda-direita foi mais agudamente travado, descobriremos que a maior parte de-

las nasceu deste contexto: oposição a guerra, reação à Revolução Russa, independência da Índia, ascensão do fascismo, guerra civil espanhola, segundo *front*, Guerra Fria, rearmamento alemão, guerras do Quênia e Chipre, CND. E este é o recorrente ciclo de vida de uma esquerda sobre a qual nossos autores nunca cessam de acumular escárnio por sua insularidade. A paróquia em cujo interior eles supõem estar confinada a esquerda britânica é, em realidade, a paróquia de sua própria compreensão histórica imperfeita. Crescentemente comprometida (tanto quanto confundida) por suas reações ao comunismo, é uma tradição que perdeu muito de sua coerência e autoconfiança desde a última guerra. Não obstante, está ainda lá, e o triunfo temporário do CND no Labour's Annual Conference, em 1960, aparece não como um "milagre" (como Nairn indica), mas como a expressão autêntica de uma tradição, profundamente enraizada não apenas em uma *intelligentsia*, mas nos sindicatos e nas bases do partido.

Naturalmente, os triunfos têm sido raros. Inclusive nos Outros Países (os definitivos, pelo menos). Porém só o platonista supõe ser a política uma arena onde o iluminado pode ingenuamente perseguir apenas fins teleológicos, como "a conquista do poder de classe". Há hoje os que vivem, os que sofrem e aqueles que são oprimidos, e política se faz tanto sobre eles quanto sobre o futuro. Uma política que ignore solidariedades imediatas se tornará peculiarmente teórica, impiedosa e autodestrutiva. Há, até mesmo, um sentido (mas não um sentido fabiano) pelo qual, em um país imperialista metropolitano, a política da esquerda deve ser, em certas ocasiões, aquela infame arte do possível. Têm nossos autores realmente começado a perceber a escala do sofrimento humano neste século, e

quantas questões *eminentes* particulares têm sido atiradas sobre nossa esquerda sem que obrigações de solidariedade permitissem opção alguma? Agora os prisioneiros de Mearut, depois Munique, logo Suez, agora Ibadan, logo Rodésia, depois Abissínia, logo o Quênia, agora Espanha e agora mesmo o Vietnã.

Geralmente, a derrocada do imperialismo não tem sido o primeiro item da agenda, mas vindo logo abaixo — entre outras tarefas —, quando fizemos a tentativa de salvar essas vidas ou, quiçá, impedir a aniquilação de todas as agendas históricas. Entretanto, tem sido possível protestar, alertar a opinião pública, mobilizar grupos de pressão a fim de mitigar o controle imperialista ou expressar solidariedade para com Outros Países. Com suas inumeráveis defesas contra qualquer derradeira confrontação de forças de classe, as estruturas democráticas britânicas apresentam, todavia, oportunidades excepcionais para o registro de pressões parciais e de oposição. Nairn nos relata que a esquerda e a direita no Partido Trabalhista têm estado engajadas, durante quase 60 anos, em um pseudoconflito. Mas ele mal se dá ao trabalho de dizer-nos *em torno* de que girava este conflito. De quem era o sangue, então, que correu debaixo daquelas pontes carregando a história até o tempo presente? Não estamos em condições de julgar a esquerda por suas falhas, a menos que possamos avaliar se ela logrou (ou não) influenciar eventos nesta ou naquela situação real. Se se pudessem demonstrar que a esquerda foi bem-sucedida em influenciar os acontecimentos que efetivamente contribuíram para a derrota do nazismo ou para a independência da Índia do domínio imperial sem um banho de sangue indochinês ou algeriano, poderíamos então persuadir Nairn a controlar seus ímpetos de nojo por um momento?

Seria, é claro, muito melhor que a esquerda tivesse tomado o poder de Estado. Qualquer novato sectário o sabe.

Então, olhemos a história *como* história — homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo, apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação — e não como um texto para fanfarronices do tipo *assim deveria ter sido*. Uma interpretação do trabalho britânico que atribui tudo ao fabianismo e à negligência intelectual é tão inútil quanto uma explicação da Rússia de 1924 a 1953 que atribui tudo aos vícios do marxismo ou ao próprio Stálin. E outra coisa ausente — nosso segundo ponto — é qualquer dimensão sociológica.

Isso pode ser visto no uso esquemático que nossos autores fazem do conceito de *classe*. Em sua apresentação extraordinariamente intelectualizada da história, a classe é travestida com imagens antropomórficas. As classes têm atributos de identidade pessoal, vontade, metas conscientes e qualidades morais. Mesmo quando o conflito aberto está inativo, devemos supor uma classe dotada de uma identidade ideal intacta, adormecida ou dotada de instintos e tudo o mais.

Isso é, em parte, uma questão de metáfora que — tal como vemos nas mãos de Marx — às vezes oferece uma explicação magnificamente viva de alguma regularidade histórica. Entretanto, nunca se deve esquecer que permanece como uma descrição metafórica de um processo mais complexo que acontece *sem* identidade ou propósito. Se, nas mãos de Marx, a metáfora às vezes se extravai, nas de Anderson e Nairn ela vem a substituir a história. Supõe-se

que “ela” (a burguesia ou a classe trabalhadora) permaneça com a mesma e apenas uma personalidade, embora em diferentes estágios de maturidade, durante épocas inteiras, esquecendo-se do fato de estarmos lidando com pessoas diferentes, com tradições em mutação e relações que também se alteram, tanto entre si como em contato com outros grupos sociais.

Pode-se tomar do declínio do cartismo um exemplo de sua interpretação. Este, conclui Anderson, foi “arruinado por sua estratégia e liderança lamentavelmente débeis”, a classe trabalhadora então sofreu uma “extrema exaustão” e, com o seu declínio, “desapareceram por 30 anos o *élan* e a combatividade da classe. Verificou-se então uma incisão profunda na história da classe trabalhadora inglesa”. “Dai em diante ela se desenvolveu — separada mas subordinada — no interior da aparentemente intocável estrutura do capitalismo britânico.”⁵⁰ Como descrição, isso é parcialmente verdadeiro. O fim do cartismo marca um ponto de inflexão muito significativo nos rumos da agitação da classe trabalhadora, uma virada que pode ser encontrada (geralmente mais tarde e nem sempre de forma tão decisiva) na história de outros capitalismos industriais avançados. Mas, se Anderson tivesse levado em consideração alguma versão de nossa “inerte historiografia”, teria pensado que a virada já podia ser detectada alguns anos antes de 1848 e que estava em curso uma mudança de larga envergadura no interior da própria classe trabalhadora.⁵¹ Em termos sociológicos, representou uma parte dessa mudança a separação de diferentes grupos ocupacionais, novos e velhos, qualificados e desqualificados, organizados e desorganizados, metropolitanos e provincianos, momentaneamente unidos pelas grandes agitações que levaram ao clímax cartista de 1839.

Essa mudança pode ser registrada de várias maneiras: a introdução da prática “não política” no interior de certos sindicatos (Associação dos Mineiros, 1842) é uma delas, o novo modelo do movimento de cooperativas de consumidores é outra (Rochdale, 1844). O que se observa é a formação de raízes sociológicas do reformismo extraordinariamente profundas. O que impressionou um observador perspicaz, numa visita a Lancashire na pior fase da depressão de 1842, não foi a fragilidade do “sistema de fábrica”, e sim sua durabilidade: “O sofrimento aqui não afrouxou as ataduras da confiança, milhões de bens dependem de um prego enferrujado ou das cinzas de um cachimbo, e mesmo assim ninguém sente temor pela segurança de seu estoque ou maquinário, embora, no caso de uma *jacquerie* operária, nem toda a força militar da Inglaterra pudesse defendê-los”.

Pelo contrário, a miséria “tem levado os mestres e os homens a aproximar-se cada vez mais e a exibir abertamente sua mutualidade de interesses”. Os trabalhadores passaram a temer, sobretudo, não a máquina, mas sua *perda* — a perda do emprego.⁵²

O ajuste psicológico ao “sistema fabril” implicou ajustes adicionais. Há uma “incisão profunda” não na história, mas na análise de Anderson, ou melhor, na análise do tipo de história por ele aprovada. Porque os trabalhadores, tendo falhado em derrubar a sociedade capitalista, puseram-se a povoá-la de uma ponta à outra. É exatamente nessa “incisão” que se constroem as instituições de classe características do movimento trabalhista — sindicatos, federações, TUC,* cooperativas e tudo o mais —, vigentes até hoje.

* TUC é a sigla de Trades Unions Congress, central sindical inglesa. (N. dos Ts.)

Fazia parte da lógica desta nova direção que cada avanço no interior da estrutura do capitalismo devesse simultaneamente envolver ainda mais profundamente a classe trabalhadora dentro do *status quo*. Os trabalhadores, ao fortalecerem sua posição com a organização nos locais de trabalho, mais se tornaram relutantes em aderir a quixotescos tumultos que poderiam comprometer ganhos acumulados com tanto custo. Cada afirmação da influência da classe trabalhadora no interior da máquina de Estado democrático-burguesa simultaneamente os implicava como sócios na direção da máquina (ainda que como sócios antagonistas). Mesmo os índices do vigor da classe trabalhadora — os recursos financeiros dos sindicatos e das cooperativas — estavam seguros apenas sob a custódia da estabilidade capitalista.⁵³

Não se pode narrar a história inteira. Este foi o rumo tomado e, sob todas as diferenças de expressão ideológica, uma imbricação semelhante das organizações da classe trabalhadora com o *status quo* será encontrada em todas as nações capitalistas avançadas. Não precisamos concordar necessariamente com Wright Mills e afirmar tal fato como a indicação de que a classe trabalhadora só pode ser revolucionária no momento de sua formação,⁵⁴ mas devemos, creio eu, reconhecer que, passado o momento de pico, a oportunidade para um certo *tipo* de movimento revolucionário passa irrevogavelmente — não tanto em função da “exaustão”, mas porque pressões reformistas, mais limitadas, vindas de sólidas bases organizacionais, trazem retornos evidentes. Em grande medida, Nairn, em seu relato dos desenvolvimentos do século XX, freqüentemente se atém aos epifenômenos parlamentares para confundir os com o movimento real, subestimando tanto a intensidade dos con-

flitos reais na base quanto a soma verdadeiramente astronômica de capital humano investida na estratégia de reforma gradual. É esta base sociológica e institucional do reformismo que o tem tornado tão seguro, e nenhuma soma de denúncias — de Hyndman e seus “paliativos”, ou de Nairn com sua “ideologia corporativa” — irá absolutamente perturbá-lo.

A partir dessas formações sociológicas, é possível visualizar três tipos de transição socialista, nenhum dos quais foi, de fato, levado a cabo de forma bem-sucedida. Primeiro, a revolução sindicalista pela qual as instituições de classe deslocam a máquina de Estado existente. (Suspeito que o momento para uma tal revolução, se ela foi algum dia praticável, já passou no Ocidente.) Segundo, por intermédio de um partido político, mais ou menos constitucional, baseado em instituições de classe e com uma estratégia socialista claramente articulada, cujas reformas cumulativas levem o país a um ponto crítico no equilíbrio de classe, sendo a partir daí impressa uma transição revolucionária. Terceiro, por meio de mudanças adicionais de longo alcance na composição sociológica dos grupos constitutivos da classe histórica, acarretando o colapso das velhas instituições de classe e sistemas de valor e a criação de outros novos.

É a segunda possibilidade a que mais tem sido debatida na esquerda britânica, embora, na minha visão, a terceira — ou alguma combinação dela com a segunda — deva ser levada em consideração. É abundantemente evidente que o operariado tem galgado posições de poder no interior da sociedade capitalista.⁵⁵ É óbvio que, “no balanço final de forças”, a “permanente superioridade resultante da classe hegemônica” não está em disputa. É óbvio que, desde há

muito tempo, tem sido uma tarefa da esquerda formar o que Nairn descreve como “uma síntese ideológica e prática que articule o imediatismo das reformas com o ideal mais remoto de uma sociedade socialista”.⁵⁶ É exatamente esta a perspectiva que a antiga Nova Esquerda se colocou, embora nós a chamássemos, algo mais sucintamente, de “táticas reformistas no interior de uma estratégia revolucionária”. É agradável ver toda essa pesada artilharia teórica caindo, finalmente, na mesma área de alvo. Mas, em qualquer caso, seja qual for o método analítico empregado, uma boa porção de tudo isso é apenas brisa quente: formulamos um problema, mas não ficamos mais próximos de sua solução. O trabalho real de análise permanece: a análise sociológica dos grupos em transformação no interior de camadas mensalistas e horistas,* os pontos potenciais de aliança e antagonismo, a análise econômica, a análise cultural, a análise política, não só das formas de poder de Estado, mas também das burocracias do movimento trabalhista. Não obstante nossa abordagem ter sido assistemática e inacabada, considero que estávamos de fato avançando neste trabalho mais do que a nova Nova Esquerda — com sua hostilidade ao “empirismo” (isto é, atenção a fatos inconvenientes) e sua precipitação em costurar a história em moldes pré-desenhados — é capaz de fazê-lo.

* Os ingleses fazem uma distinção entre *salary* (pagamento mensal para trabalhadores não manuais) e *wage* (pagamento por hora para trabalhadores manuais). Optamos por reproduzir a classificação que as indústrias fazem entre mensalistas (trabalhadores de escritório que ganham por mês) e horistas (empregados do setor fabril que recebem por tempo trabalhado). (N. dos Ts.)

Um exemplo do esquematismo de nossos autores será encontrado na noção gramsciana de "hegemonia". "Hegemonia", nos diz Anderson,

foi definida por Gramsci como a dominação de um bloco social sobre outro, não simplesmente por meios de força ou riqueza, mas por uma autoridade social total cuja derradeira sanção e expressão é uma profunda supremacia cultural [...]. A classe hegemônica é o determinante fundamental da consciência, caráter e costumes de um extremo a outro da sociedade.

A isto Anderson adiciona a antítese de uma "classe corporativa". O proletariado inglês emergiu no século XIX como uma classe "distinguida por uma consciência de classe corporativa inimitável e por quase nenhuma ideologia hegemônica".

Este paradoxo é o fato singular mais importante acerca da classe trabalhadora inglesa. Se uma classe hegemônica pode ser definida como aquela *que impõe seus próprios fins e sua própria visão à sociedade como um todo*, uma classe corporativa, ao contrário, é aquela *que persegue seus próprios fins no interior de uma totalidade social cuja determinação global faz exterior a ela*.

Uma resposta curta a isto é: por definição, apenas uma classe dirigente *pode* ser hegemônica e, pela mesma definição, uma classe subordinada *deve* ser "corporativa". Mas Anderson transfere isto para o terreno da aspiração ideológica: "Uma classe hegemônica busca transformar a sociedade em sua própria imagem, inventando novamente seu sistema econômico, suas instituições políticas, seus valo-

res culturais e todo seu modo de inserção no mundo. Uma classe corporativa busca defender e melhorar sua própria posição dentro de uma ordem social aceita como dada".⁵⁷

Dai em diante é possível a Anderson e Nairn empregar termos como "hegemônico" e "corporativo", *exatamente* da mesma maneira que os socialistas costumavam empregar os termos "revolucionário" e "reformista". Não temos um novo instrumento de análise, mas a sofisticação do velho.⁵⁸

Os novos termos podem representar ou não um avanço em relação ao velho. Porém infeliz seriam se o uso forçado do conceito distraísse a atenção das intuições de Gramsci, originais e profundamente enraizadas na cultura (se bem que freqüentemente ambíguas). Gramsci não escreveu sobre classes hegemônicas, mas sobre a hegemonia de uma classe — "a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das assim chamadas organizações privadas, tais como a Igreja, as municipalidades, as escolas etc." Ou, nas palavras de um sensível expositor:

Por hegemonia, Gramsci parece indicar uma situação sociopolítica (em sua terminologia, um "momento") em que a filosofia e a prática de uma sociedade se fundem ou estão em equilíbrio, uma ordem em que um certo modo de viver e pensar é dominante, em que um conceito da realidade é, de ponta a ponta, difundido em uma sociedade em todas as suas manifestações institucionais e privadas, informando com este espírito todo o gosto, moralidade, costumes, princípios políticos e religiosos e todas as relações sociais, particularmente em sua conotação moral e intelectual, o que implica, por fim, um elemento de direção e controle, não necessariamente consciente. Esta hegemonia corresponde a um estado de poder

concebido na terminologia marxista convencional como ditadura de uma classe.⁵⁹

Na realidade, Gramsci estava rompendo com o modelo esquemático ao qual Lênin, no livro *O Estado e a revolução*, havia reduzido a teoria do Estado, restaurando-lhe uma flexibilidade e uma ressonância cultural muito maiores. O poder de classe poderia agora ser visto não mais como uma mera ditadura mal disfarçada, mas em formas muito mais sutis, penetrantes e, conseqüentemente, compulsivas.

Não posso afirmar quanto os conceitos de Gramsci superam plenamente as dificuldades inerentes ao modelo marxista de poder de classe, mas certamente não contém nenhuma autorização para seu emprego à maneira de Anderson e Nairn: *um estado de hegemonia* não pode ser reduzido a uma propensão adjetivadora associada a uma classe. A antítese da hegemonia de uma classe pareceria ser não o corporativismo de uma outra classe, mas o estado de ditadura nua de uma classe que não dispõe de recursos culturais, ou de maturidade intelectual, para deter o poder de outro modo (ou seja, o que Gramsci chamou de "Estado força" ou "estatolatria", uma condição que ele sugeriu seguir-se à Revolução Russa). Estritamente, o conceito pode ser somente relacionado ao poder de Estado, sendo inaplicável a uma classe subalterna a qual, pela natureza de sua situação, não pode dominar o ethos de uma sociedade. Talvez haja a possibilidade de uma classe subordinada se preparar para a hegemonia, gabaritando-se para tal ao exercer uma influência crescente sobre a vida intelectual e moral de uma nação, por meio de suas instituições educacionais, do controle dos órgãos de governo local etc. Porém isto claramente se ajusta mais à tentativa de mediação de um partido polí-

tico (tal como o PCI),* substituindo-se, pois, a classe, e, de repente, entramos em um contexto muito diferente da confiante dominação de classe sugerida por *egemonia*. O máximo que estamos habilitados a dizer é que uma classe subalterna pode apresentar uma hegemonia embrionária, ou exercê-la em áreas muito limitadas da vida social.

O perigo inerente à aceitação de novos termos é o de termos levados a supor que alguma explicação radicalmente nova foi oferecida, quando, na verdade, são apenas novos modos de descrever um conjunto de fatos há muito familiar. E a nova descrição não confere o peso adequado não só ao vigor sociológico do reformismo britânico, mas também às suas realizações reais. Ele é forte porque, dentro de seus gravíssimos limites, tem funcionado. Embora não devamos jamais esquecer a projeção da sombra do imperialismo, a Grã-Bretanha tem sido uma sociedade comparativamente humana. Certos valores democráticos consolidados estão longe de ser expressos no mundo socialista. O poder de barganha dos trabalhadores é forte não só em matéria de salários, mas também sobre um largo espectro de demandas adicionais. A classe trabalhadora britânica entrincheirou-se atrás de uma densa rede de posições defensivas. E se, durante tantas décadas, tem-se recusado a movimentar-se por fora delas para tomar uma postura ofensiva, isto não se deve tão-somente a algum conservadorismo "corporativo", mas também a uma rejeição ativa daquilo que pareceu ser a única alternativa ideológica estratégica, o comunismo.

* Thompson refere-se ao extinto Partido Comunista Italiano, que, no seu último congresso, deu origem ao Partido Democrático da Esquerda e ao Movimento de Refundação Comunista. (N. dos Ts.)

Esta é a mais espantosa lacuna das teses de Anderson e Nairn. O segundo conseguiu o impossível: uma anatomia do trabalho, de 25 mil palavras, durante os últimos 50 anos, em que o comunismo, como influência efetiva, seja ela interna ou externa, nunca aparece.⁶⁰ Isto é o mesmo que escrever *O morro dos ventos uivantes* sem Heathcliffe. * Nossos autores protestaram tanto contra a insularidade dos britânicos que uma cegueira voluntariosa nublou-lhes a visão. Eles deveriam olhar um mapa. Aqui está a ilha, e lá, cruzando-se algumas milhas molhadas, estão os Outros Países. Essas águas por vezes foram atravessadas. Essa cidade, Londres, não fica na região antártica, mas tem sido, ao lado de Paris, Viena e Praga, uma grande capital europeia. Em seu East End têm aportado levas e levas de refugiados e trabalhadores imigrantes. As universidades têm chegado levas e levas de intelectuais emigrados. Por essas águas de lá vieram, nos anos 30, ondas e ondas de refugiados do fascismo; por essas águas lá foram, no início dos anos 40, ondas e ondas de tropas para ajudar na libertação da Europa do sul e do oeste; e por essas águas de lá veio, entre fins dos anos 40 e 50, uma onda a mais de refugiados do Leste Europeu.

O comunismo é uma parte inextricável da história do trabalho britânico nos últimos 50 anos. Não posso esperar indicar aqui a extensão de sua irradiação na vida intelectual e, igualmente, nas "grutas empedernidas" do sindicalismo britânico. Nem mesmo creio que esta influência, em toda sua ambigüidade, já tenha encontrado um intérprete. Aqueles de nós que viveram tal experiência jamais

* Referência ao romance *Wuthering heights*, de Emily Brontë, escrito em 1847 e cujo personagem central é Heathcliffe. (N. dos Ts.)

serão capazes de tomá-la com a distância requerida pela análise. Em certo sentido, o comunismo tem estado presente, desde 1917, como pólo oposto da ala direita ortodoxa do trabalho. O anticomunismo forneceu uma apologia à paralisia, uma capa ideológica para acomodações, os meios principais pelos quais a social-democracia ortodoxa (algumas vezes em ativa ligação com empresários, a imprensa popular ou o Estado) buscou isolar a esquerda. As grandes traições e retrocessos — mais particularmente os posteriores a 1945 (Bevin, Deakin, Gaitskell) — foram acompanhados por um crescendo de propaganda e medidas anticomunistas.

Em outro sentido, o comunismo tem sido sempre o *alter ego* da esquerda sindical e trabalhista. De um lado, é um erro elementar supor que a influência política e industrial do Partido Comunista Britânico — ou seu prestígio intelectual — possa ser estimada com uma contagem de carteirinhas. Uma pista fundamental do circuito rompido entre teoria e práxis será encontrada em algum lugar dessa história quando os militantes de 1920, segundo as orientações de Lênin, agruparam-se nesse destacamento isolado, com sua intensa vida interior, e ingressaram neste modelo de auto-isolamento já fixado pela SDF. Esta história é em si de grande importância, principalmente nos anos 30 e 40, e não menos relevante em termos de consequências intelectuais. E, de outro lado, a incompreensão de Nairn diante da vacilação estratégica e das ambigüidades teóricas da esquerda trabalhista teria sido menor se tivesse examinado as relações peculiarmente íntimas — embora nem sempre cordiais — entre tal esquerda e o Partido Comunista. As grandes crises traumáticas da esquerda nesses 30 anos tiveram seu lugar aqui — os expurgos soviéticos, Espanha, o pacto

germano-soviético, Praga, zhdanovismo, Revolução Húngara —, mas, a despeito disto, a esquerda trabalhista e, mais especialmente, seus sindicatos operaram, por longos períodos, com bases ideológicas e, em alguma medida, organizacionais completamente externas ao Partido Trabalhista.

Estas bases foram mantidas pelo Partido Comunista em sua imprensa, seus sindicatos e na militância no local de trabalho, bem como, de tempos em tempos, em organizações de frentes populares muito mais amplas.

A força dessa relação originou-se não em alguma fraqueza nacional peculiar, mas no condicionamento do contexto histórico e na inserção da Grã-Bretanha dentro dele. Circunstâncias similares, tomando formas diferentes, podem ser observadas nos Outros Países. E, se excetuarmos a Itália, a esquerda dos Outros Países não tem encontrado maiores facilidades para romper com este campo de força ideológico e construir bases independentes autênticas, livres não só da infiltração comunista mas também das reações criminosas obsessivas e da autodramatização do vanguardismo, tão freqüentemente presentes na tradição trotskista. Houve alguma esperança, uma vez, de que nossa Nova Esquerda pudesse, de maneira embrionária, fazer exatamente isto. E o “milagre” do CND, que foi um fenômeno relacionado com a falência moral do PC após 1956, realmente deu origem ao ressurgimento de uma esquerda *independente*. Foi um momento histórico precioso e, à medida que o perdemos, foi uma derrota irrestrita.

Derrotas acontecem. As velhas compulsões ideológicas enfraquecem-se ano após ano, e a chance pode voltar. Todavia a noção de nossos Primeiros Marxistas Brancos de que lhes basta proclamar um “marxismo” indefinido para a *intelligentsia* nativa abandonar seus ritos empíricos primi-

tivos e afluir em sua direção para ser batizada nasce de equívocos particularmente obtusos. Tem havido tráfico marxista nessas costas já há algum tempo, digamos, cem anos. Ele tomou muitas formas. Como um padrão de atração e repulsa, o marxismo e o antimarxismo permitiam nossa cultura, atingindo nosso movimento trabalhista também de modo muito mais amplo do suposto por nossos autores. Não precisamos insistir nas deficiências do marxismo da SDF e do PC. O movimento característico tem sido aquele em que centenas de milhares de pessoas do movimento operário passaram por algum tipo de experiência educacional marxista para emergir, depois de alguns anos — desiludidos com sua irrelevância ou com seu caráter doutrinário —, em alguma variante *marxisant* eclética, articulada ou não, temperada pelo idioma empírico. Talvez 100 mil pessoas tenham passado pela SDF: várias vezes este número deve ter passado através da grande correia de transmissão do PC e seus auxiliares. (As seitas trotskistas de hoje repetem, com mais intensidade faccionária, a mesma experiência.) Se nossos autores deixarem suas revistas parisienses por um momento e se avistarem com a gente real do movimento operário, irão achar muitos deles um tanto mais sofisticados que os *simplici* conservadores de sua imaginação.

Vão se deparar, igualmente, com o encontro de tediosos obstáculos no seu autoproclamado papel de *illuminati*. Quando Anderson afirma que o “marxismo é o único pensamento que uniu rigorosamente a análise estrutural e o desenvolvimento, que o marxismo é simultaneamente pura historicidade (negação de todas as essências supra-históricas) e funcionalismo radical (as sociedades são totalidades significativas)”⁶¹ ele provoca, mesmo entre os bem-dispostos, a vontade de fazer moucos os ouvidos. Quando Nairn

aclama o marxismo "ao mesmo tempo a doutrina natural da classe trabalhadora e a epitome do Iluminismo com as mais altas etapas do pensamento burguês em uma nova síntese",⁶² a platéia começa a arrastar os pés e a tossir. *Este é um velho país europeu*. Já vimos não só a chuva que o novo Deus levou a Outros Países, como também o trovão e o relâmpago — o maldito *défilé*. Por mais de uma geração, os intelectuais britânicos têm feito um pouco mais além de apresentar projetos para a arca.

V

Nossa cultura intelectual é sensível aos conceitos marxistas por centenas de formas. Algumas das mais importantes posições da reação estabelecida foram erguidas na polêmica com o marxismo. A crise de confiança no comunismo lançou uma substancial parte da *intelligentsia* de esquerda dos anos 30 de volta ao refúgio dos velhos padrões de recuo cultural estabelecidos na época da Revolução Francesa. Mas de forma alguma todos daquela geração intelectual — e ainda muito menos aqueles do desencanto de 1956 — assumiram os padrões da omissão. Ao contrário, nossa vida intelectual manifesta, em relação à esquerda, um estranho ecletismo *marxisant* — uma (assistemática e, às vezes, mal articulada) submissão de um marxismo residual ao idioma empírico. Qualquer novo *minúcio* marxista, chegando a estas plagas, deve esperar encontrar não apenas uma oposição muito bem informada, mas também um questionamento profundo por parte daqueles dispostos a lhe dar alguma audiência. E os examinadores têm, em particular, o direito de perguntar em que pontos esse novo marxismo se distingue do de ideólogos stalinistas e pós-stalinistas.

Enfim, pode ser útil isolar certos problemas teóricos relativos ao marxismo e à história levantados neste artigo. Os mais importantes problemas encontrados se referem a um modelo do processo histórico que, sem dúvida, derivou de Marx. Embora nossos autores tenham criado algumas dificuldades por sua própria conta, por causa de sua formação histórica imperfeita ou de sua abordagem superesquemática, outras fraquezas parecem ser inerentes ao próprio modelo. Delas, podemos examinar as seguintes: a questão do modo correto de emprego de *qualquer* modelo; a metáfora da base e superestrutura; a dificuldade na costureira representação do processo "econômico", o conceito de classe; e os problemas levantados por um modelo teleológico com vocação para questões do poder. Uma vez que cada uma delas foi levantada ao longo do percurso, podemos proceder agora com um mínimo de exemplificação.

1) Um modelo é uma metáfora do processo histórico, indicando suas partes significativas, a forma pela qual estão inter-relacionadas e a forma pela qual mudam. Por um lado, a história se mantém irreduzível: permanece sendo *tudo* o que aconteceu. Por outro, a história não se torna história até que haja um modelo. A partir do momento em que as mais elementares noções de causa, processo ou padronização cultural entram em cena, algum modelo é adotado. Será bem melhor se for explicitado. Mas no momento de sua explicitação começa a petrificar-se em axiomas. Nada é mais fácil que levar um modelo *até* o prolífero desenvolvimento da realidade, dele selecionando apenas as evidências que estiverem em conformidade com os princípios seletivos. —> Sugeri que foi isto o que Anderson fez com a Revolução Inglesa. Quase se pode ouvir o estiramento das texturas his-

tóricas quando a vestimenta dos eventos ingleses ("lentes *parcialmente* contingentes mas *predominantemente* inteligíveis") é forçada a cobrir o peitudo modelo de *La Révolution Française*. Ao final, com algumas costuras rompidas, o trabalho é levado a cabo. Sempre pode ser feito. E, ainda, se os primeiros marxistas tivessem se obcecado menos com a Revolução Francesa e se preocupado mais com a Inglesa, o próprio modelo poderia ser diferente. Em vez de um momento de clímax, "a" Revolução, nós poderíamos ter tido um modelo mais cumulativo e referido à época em causa, com mais de uma transição crítica.*

Um perigo ainda maior é que um modelo, por mais flexível que seja o seu emprego, predispõe para que se olhe apenas para *certos* fenômenos e para examinar a história pelas *conformidades*, ao passo que é possível que a evidência descartada esconda novos significados.

Devemos, portanto, prescindir dos modelos? Se o fizermos, deixamos de ser historiadores, ou nos tornamos escravos de algum modelo escassamente conhecido de nós mesmos, lotado em alguma área inacessível de preconceitos. A questão é, em vez disso, como utilizar um modelo com propriedade. A resposta, contudo, não é simples. Mesmo no momento de empregá-lo, o historiador precisa saber encará-lo com um ceticismo radical e manter-se aberto a respostas para evidências para as quais não tenha categorias. Na melhor das hipóteses — vista às vezes nas cartas de Darwin ou Marx —, devemos esperar por um delicado equilíbrio entre os procedimentos sintetizadores e os empíricos, uma disputa entre o modelo e a realidade. Esta é a

* Ver, nesta coletânea, "Modos de dominação e revoluções na Inglaterra" (N. dos Ts.)

tensão criadora no coração do processo cognitivo. Sem essa dialética, o crescimento intelectual não acontece.

Tal dialética está sempre se traduzindo em desequilíbrio. Não podemos levar nada adiante sem aceitarmos um modelo aproximado como suporte de nosso trabalho. E o *hábito* do modelo em tornar-se tão forte, quase sempre reforçado por determinações ideológicas, torna-se impermeável à crítica empírica. Ou, sob o impacto de um "grande fato" após outro, ele se desintegra completamente, e erramos, então, em mares de fenômenos nunca antes navegados. A tradição marxista se dividiu em ambas as direções. De um lado, várias ortodoxias em competição, todas elas esquemáticas; de outro, destroços e lastros de um sistema que aderna em águas empíricas. É geralmente verdade que muito poucos, neste país, examinaram com suficiente audácia e persistência quanto pode ser valioso não revisar nem consertar, mas tentar uma reestruturação radical do modelo.

2) Em 1957, sugeri que um dos pontos cruciais da questão deveria ser buscado na inadequação do modelo de base e superestrutura.⁶³ Não tenho a menor ilusão quanto às minhas incursões na teoria terem sido hábeis ou originais. Reivindico apenas uma certa obstinação: milhares dentre nós percorremos esta estrada intelectual, mas muito poucos deixaram mapas claros ou sinalizaram os falsos desvios.

O intercurso dialético entre ser social e consciência social — ou entre "cultura" e "não-cultura"⁶⁴ — está no coração de qualquer compreensão do processo histórico dentro da tradição marxista. Se porventura deslocado, esvaziamos essa tradição completamente. Quando alcançaram este ponto da estrada, meus colegas, geralmente, abandonaram a tradição (mas eu não posso ver nenhum outro que

compreenda esta dialética), ou procuraram sofisticar o modelo (todavia, não obstante a ênfase nas complexidades etc., o modelo continua a produzir resultados equivocados). Portanto, estamos parados.

Isto pode ocorrer porque estamos lidando com um pseudoproblema. A tradição herdou uma dialética correta, mas a metáfora mecânica por meio da qual se expressa é errada. Esta metáfora da engenharia de construção (semelhante às metáforas de compartimentos e termos de construção apreciados por alguns sociólogos) deve ser, de qualquer modo, inadequada para descrever o fluxo do conflito, a dialética de um processo social mutante. Uma metáfora do reino vegetal ("esta idéia está enraizada neste contexto social" ou "floresceu neste clima") é, muitas vezes, mais funcional, já que inclui a noção de crescimento orgânico, tal como as metáforas biológicas fazem às vezes (as "simbioses", "escleroses" etc. de Anderson). E mesmo que continuem excluindo a dimensão *humana*, as iniciativas da cultura humana, a dificuldade (se seguirmos a metáfora vegetal) não é que a árvore não possa pensar sobre isso, mas, caso pensasse, seu pensamento não poderia mudar — nem imperceptivelmente — o solo onde está enraizada. Enfim, a dialética da dinâmica social não pode ser vinculada a uma metáfora excludente dos atributos humanos. Só podemos descrever o processo social — como Marx mostrou em *O 18 brumário* — escrevendo história. E, mesmo assim, terminaremos apenas com um relato seletivo de um processo *particular*.

Todas as metáforas comumente oferecidas têm uma tendência a conduzir o pensamento para modos esquemáticos e distantes da interação ser-consciência. Em todo caso, quão útil tem sido o modelo base-superestrutura para

o exame de todos os "grandes fatos" do século XX: nacionalismos ocidentais ressurgentes, nazismo, stalinismo, racismo? Embora ofereça um ponto de partida, a análise *real* desses fenômenos tem de tomar formas muito diferentes daquelas em que a "superestrutura" geralmente se apresenta para interferir de maneira totalmente imprópria em sua "base". O modelo tem, de fato, uma tendência embutida ao *reducionismo*, assaz evidente em Anderson: "[...] os termos ideológicos com que a luta foi conduzida eram sobretudo religiosos e, em consequência, até mais dissociados das aspirações econômicas do que os idiomas políticos normalmente são",⁶⁵ e não menos evidente em Nairn: "[...] a consciência real é mediada pelo complexo das superestruturas, apreendendo o que lhes é subjacente apenas de modo parcial e indireto".⁶⁶

O reducionismo é um lapso na lógica histórica por meio do qual eventos políticos ou culturais são "explicados" em termos da afiliação de classe dos atores. Quando uma conexão, ou relação causal, se estabelece entre esses eventos (na "superestrutura") com uma certa configuração de interesse de classe (na "base"), então se pensa que existências de explanação histórica — ou pior, de avaliação — sejam satisfeitas caracterizando-se essas idéias ou eventos como burgueses, pequeno-burgueses, proletários etc. O erro do reducionismo não consiste em estabelecer essas conexões, mas em sugerir que as idéias ou eventos são, em essência, *o mesmo* que o contexto causal; que idéias, crenças religiosas ou trabalhos de arte podem ser reduzidos (como se reduz uma equação complexa) aos "reais" interesses de classe que expressam.

Mas o fato de conhecermos o contexto causal em que um evento histórico se desenvolveu não implica que tal

evento possa, então, ser explicado ou esclarecido em termos causais. Deve-se prestar atenção à autonomia dos eventos políticos ou culturais, os quais, entretanto, são causalmente condicionados por eventos "econômicos". Uma psicologia que reduza a infinita variedade de expressões sexuais (do amor platônico ao estupro nos pântanos Romney) a "sexo" nos diz tudo e nada. E uma história e uma sociologia a reduzir continuamente uma superestrutura a uma base são falsas ou tediosas. A Velha Corrupção permanece Velha Corrupção. Os conflitos religiosos da Revolução Inglesa não foram "aspirações econômicas" diluídas em ilusões, mas conflitos sobre a autoridade e a doutrina da Igreja. Não entenderemos a intensidade do conflito, a tenacidade dos autoritários nem a energia dos puritanos a menos que entendamos que espécie de gente eles eram e, em consequência, o contexto socioeconômico. Mas a mediação entre "interesse" e "crença" não se dava pelos "complexos de superestruturas" de Nairn, e sim *por meio da própria povo*. Os puritanos não apreciavam a autoridade da Igreja porque eram pessoas que já haviam dispensado a autoridade do Estado na vida prática. E os autoritários defenderam a Igreja Estatal com tamanha tenacidade porque sentiram que seu *status* e poder — toda uma maneira de ordenar a vida — estavam escapando de suas mãos e precisavam ser defendidos em algum momento. Se queremos compreender essa mediação, não precisamos de uma metáfora extraordinariamente desajeitada e irrelevante, mas de uma psicologia social sutil e sensível.

3) O problema é encontrar um modelo para o processo social que permita autonomia à consciência social num contexto em que, em última instância, foi sempre determinada

pelo ser social. Pode algum modelo abarcar a dialética humana singular pela qual a história não aparece de maneira voluntariosa ou fortuita, nem *determinada* (no sentido de ser enquadrada por leis necessárias do movimento), nem ilógica (no sentido de que se pode observar uma *lógica* no processo social)? "O que todos fizeram, tudo isto foi intencional, pois os homens o fizeram com inteligência; não era destino, pois o fizeram por escolha; não era por acaso, pois os resultados de seu modo de agir são perpetuamente os mesmos."

Mas também, como Vico igualmente sabia, não era *montado*, porque o resultado foi "completamente oposto [...] aos fins particulares a que os homens haviam se proposto" ⁶⁷ "Esses senhores todos carecem é de dialética", explicou Engels quando, nos seus últimos anos, procurava revisar o modelo esquemático por cujo estabelecimento ele, mais que Marx, foi responsável:

Eles nunca vêm nada além de aqui, causa, ali, efeito. Que isto é uma abstração vazia, que tais oposições polares e metafísicas só existem no mundo real durante as crises, enquanto o vasto processo global procede de forma interativa (embora de forças muito desiguais, o movimento econômico é de longe o mais forte, mais elementar e mais decisivo), e que aqui tudo é relativo e nada absoluto — isto eles nem principiam por ver.⁶⁸

O problema aqui é de dois tipos. O primeiro não concerne tanto à validade do modelo, mas à sua funcionalidade. Se o "movimento econômico" é impelido para uma área de causação última, então, tal como a primeira causa de Bacon, pode ser esquecido na empiria. Se nós o relega-

mos à determinação decisiva (e então apenas na acepção de que relações produtivas acarretam certas fontes de conflito características e inerradicáveis, bem como certos limites que a evolução social não pode transcender), então se pode perguntar quanto ainda — exceto nos momentos de transição entre épocas históricas — este modelo tem alguma relevância real.

Suponhamos contextos de época — feudal, capitalista, socialista — nos quais é possível uma variedade sem fim de formas de poder de Estado, modificações das relações sociais etc. Nunca poderemos adivinhar sua extensão e diversidade porque, sendo a história rica como é, não se pode jamais esgotar as possibilidades. Porém, apesar de o número de variantes ser infinito, só o é dentro das categorias de “espécies” sociais. Da mesma forma que, embora possa existir um número ilimitado de permutações de raças de cachorros e de cruzamentos de raças, todo cachorro é canino (eles cheiram, latem, bajulam os humanos), também todos os capitalistas permanecem capitalistas (nutrem valores aquisitivos; dada sua natureza, precisam explorar o proletariado etc.). A transmutação de uma espécie para outra é o que chamamos de revolução.⁶⁹ Mas, quando nós estamos (como historiadores) no meio de um período histórico, as características de uma época podem, para nós e para as gerações do momento, cair na insignificância se cotejadas com as particularidades locais. Para as pessoas, o que importava não era o fato de ser um capitalismo, mas se era um capitalismo cruel ou tolerável, se os homens eram arremessados em guerras, se estavam sujeitos a inquisições e prisões arbitrárias, ou se era permitida alguma liberdade pessoal e de organização.

A fim de seguir este pensamento, fui além do garantido, pois não suponho (não mais além que Engels) que o

“movimento econômico” seja operativo somente como uma sensação de época. Está aí o tempo todo, não apenas conferindo nitidez a uma época como também às formas características do conflito e do desequilíbrio social no âmago dessa época. Todavia, uma segunda dificuldade se levanta em relação à representação usual do termo “econômico”. Uma parte disto, suficientemente compreendida, é a assimilação crua das forças produtivas e das relações produtivas, cujo apogeu foi alcançado com Stálin. Contudo, mesmo se efetuarmos uma clara distinção, a noção de relações econômicas (oposta às de relações sociais, morais, culturais) se revela como uma categoria analítica e não como uma distinção que possa ser confirmada pela observação empírica.

Produção, distribuição e consumo não são apenas plantio, transporte e alimentação, mas também seu planejamento, organização e desfruto. Faculdades imaginativas e intelectuais não estão confinadas na “superestrutura” e erigidas a partir da “base” das coisas (incluindo homens-coisas). Elas estão implícitas no ato criativo do trabalho que faz o homem homem.⁷⁰

Antropólogos e sociólogos já demonstraram suficientemente os complexos entrelaçamentos das relações econômicas e não econômicas na maioria das sociedades e a interface das satisfações econômicas e culturais. Aqueles historiadores que conseguiram escapar das armadilhas de *Economic History Review* (ou de *Marxism Today*) estão começando a convergir para este ponto. Até o fim do século XVIII, o povo comum da França e Inglaterra aderiu a um profundo sentimento de “economia moral”, em que a sim-

ples noção de um "preço econômico" (isto é, a dissociação entre valores econômicos de um lado e obrigações morais e sociais de outro) para o trigo constituía um ultraje à sua cultura. E alguma coisa desta economia moral resiste em partes da Ásia e África até hoje. Além do mais, na Inglaterra, durou 200 anos o conflito para subjugar o operariado à disciplina dos estímulos econômicos diretos, e o jugo nunca foi mais do que parcial.

As próprias categorias econômicas, a noção de ser possível isolar as relações sociais econômicas das não econômicas, de que todas as obrigações humanas podem ser dissolvidas, exceto o vínculo com a moeda corrente, foram o produto de uma fase particular da evolução capitalista. Caudwell* descreveu o movimento sob um aspecto:

[...] enquanto, nas primeiras civilizações, [a] relação entre os homens é consciente e clara na cultura burguesa, está disfarçada tanto como um sistema livre de relações compulsórias predominantes quanto como um sistema que contém somente relações inconscientes entre os homens e uma coisa [...]. Autonomizando-se de toda restrição social, pareceu justificado ao burguês o ato de reter esta única restrição — a da propriedade privada —, pois esta não lhe parecia absolutamente uma restrição, mas um inalienável direito do homem, o direito humano fundamental.

* Christopher Caudwell: novelista, crítico literário e ensaísta inglês nascido em 1907 e falecido em combate na guerra civil espanhola em 1937. Ligado ao Partido Comunista da Grã-Bretanha, foi um dos pioneiros da crítica literária marxista de língua inglesa. Exerceu forte influência sobre jovens futuros historiadores, como Eric Hobsbawm e o próprio Thompson. (N. dos Ts.)

E mais:

Em todas as relações burguesas particulares, é característico que a ternura seja totalmente expelida, por que a ternura só pode existir entre as pessoas, e no capitalismo todas as relações parecem ser entre o homem e uma mercadoria [...]. O homem está completamente livre, exceto do pagamento do dinheiro. Este é o caráter manifesto das relações burguesas.⁷¹

Deste movimento podemos deduzir um contramovimento, que de fato surgiu com plena expressão na grande crítica romântica do capitalismo (um dos tópicos do livro de Williams, *Culture and society*), de como os homens que se encontravam no universo tangível e mental da "economia política", do qual não parecia haver escapatória, rebelaram-se contra as consequências desta racionalidade desumanizada em nome de valores inconfessos e obrigações humanas sagradas.

Marx e Engels, contudo, tomaram esta economia política como seu antagonista direto e adentraram suas próprias categorias de análise com vistas a derrubá-la. Foram inevitavelmente marcados pelo confronto. Não nos primeiros manuscritos filosóficos de Marx (que partilham muitas posições românticas), mas no seu pensamento maduro, no qual o homem *econômico* revolucionário é oferecido como antítese do homem *econômico* explorado. Mas, em primeiro lugar, isso era deduzir demais a partir de uma fase particular da evolução capitalista. Modos de exploração variaram enormemente, não apenas entre uma época e outra, mas em momentos diferentes no interior de cada uma delas. Não podemos ler Marc Bloch e sair com a visão de que a exploração feudal era, seja qual for o sentido contempo-

râneo, principalmente econômica e oposta àquela militar, política etc. No século XVIII, na Inglaterra, os trabalhadores manufatureiros, mineiros e outros eram muito mais conscientes de ser explorados como consumidores pelos capitalistas agrários e pelos atravessadores do que por seus pequenos empregadores por meio do trabalho assalariado. E, nesse país, as explorações culturais e dos consumidores, hoje, são tão evidentes quanto a exploração “no coração da produção” e talvez mais prováveis de irromper na consciência política. Em segundo lugar, é necessário ser cauteloso no ato de pensar um movimento “econômico” oposto a um movimento cultural, moral etc. Quando William Morris* juntou a crítica romântica à marxista e escreveu sobre a “baixa moral inata” do sistema capitalista, não descreveu uma superestrutura moral derivada de uma base econômica. Ele quis dizer — e demonstrou amplamente seu significado — que a sociedade capitalista estava fundada sobre formas de exploração *simultaneamente* econômicas, morais e culturais. Tome-se a relação produtiva essencial e determinante (propriedade privada dos meios de produção e produção para o lucro), gire-se a e ela se traduz ora num aspecto (trabalho assalariado), ora noutro (um etos avarento) e agora em mais um (a alienação de certas faculdades intelectuais como desnecessárias ao trabalhador no seu papel produtivo).

Mesmo que “base” não fosse uma metáfora inadequada, teríamos de acrescentar, seja qual for seu significado, que não é apenas econômica, mas também humana — uma relação humana característica, involuntariamente contrada no processo produtivo. Não estou questionando o fato de

* Tema do primeiro livro de Thompson, intitulado *William Morris: romântico to revolutionary*, Merlin Books, 1977. (N. dos Ts.)

este processo poder ser descrito em linhas gerais como econômico e, então, o de podermos concordar que o “movimento econômico” mostrou-se o “mais elementar e decisivo” Contudo, minha incursão nas definições pode ter algo além de interesse semântico se dois pontos forem levados em consideração. Primeiro, no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas), é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora; estão, na sua origem, imersos no mesmo nexo relacional. Segundo, ao passo que uma forma de oposição ao capitalismo se constrói sobre o antagonismo econômico direto — resistência à exploração, seja como produtor, seja como consumidor —, outra forma é, exatamente, resistência à tendência inata do capitalismo a reduzir todas as relações humanas às definições econômicas. As duas estão, de fato, inter-relacionadas, mas, de modo algum, não se sabe qual das duas será, ao final, a mais revolucionária. Sugeri que uma forma de ler o movimento da classe trabalhadora durante a Revolução Industrial seria a de um movimento de resistência à anunciação do homem econômico. A crítica romântica é outra espécie de resistência, com implicações revolucionárias. A mais recente e longa luta para conquistar serviços de bem-estar humano é parte do mesmo profundo impulso anticapitalista, embora o capitalismo avançado tenha exibido uma grande capacidade de assimilar suas pressões.⁷² “A miséria do mundo é econômica”, Caudwell escreveu, “mas isto não significa que ela seja dinheiro vivo. Este é um erro burguês.” É um erro no qual os marxistas estão excessivamente dispostos a incorrer. E na conclusão de seu estudo acerca do “Amor”, Caudwell argumentou talvez de modo muito simétrico:

É como se as relações amorosas e econômicas tivessem se agrupado em dois pólos opostos. Toda a ternura não utilizada dos instintos do homem em um pólo, e as relações econômicas no outro, reduzidas a revelar os direitos coercitivos às mercadorias. Esta segregação polar é fonte de uma terrível tensão e dará nascimento a uma vasta transformação da sociedade burguesa.⁷³

Porque, esporadicamente, os homens não desejam apenas satisfações diretamente econômicas, mas também livramento do grotesco disfarce “econômico” imposto pelo capitalismo, para então reassumir uma aparência humana.

4) Não há dúvida de que Anderson pode, caso reflita, aceitar algumas destas sugestões. O fato de ele reconhecer as inadequações do modelo pode ser percebido na ênfase nas complexidades, tanto quanto nas observações reais e nas sutilezas de seu manuseio dos fenômenos políticos. Onde ele e Nairn são mais esquemáticos é no uso do conceito de *classe*. Essas classes que, por séculos inteiros, são recrutadas, enviadas para manobras, marchando de cima para baixo por países inteiros, ostentam pouquíssima relação com as pessoas reais reveladas pelos arquivos, ou com os transeuntes nas ruas à nossa volta. É um jogo histórico contagiante: discutindo seus trabalhos, descobri-me hipostasiando identidades de classe — grandes atribuições personalizadas de aspirações ou de vontades de classe — que sabemos ser, na melhor das hipóteses, expressão metafórica de processos mais complexos, geralmente involuntários.

Não se pode objetar o uso, nas ocasiões adequadas, desta espécie de metáfora personalizada. É a atribuição *accumulativa*, nos seus escritos, de identidade, vontade e, até

mesmo, de noções de um destino particular que levantam suspeitas. Quando, ao se discutir classe, alguém se encontra muito freqüentemente começando frases com “ela”, é hora de recolocar-se sob algum controle histórico, ou então se corre o risco de se tornar escravo de suas próprias categorias. Os sociólogos que pararam a máquina do tempo e, com uma boa dose de pretensão e mau humor conceitual, desceram à casa de máquinas para dar uma olhadela nos contadores que em nenhuma parte puderam localizar e classificar uma classe. Apenas podem encontrar uma multidão de pessoas com diferentes profissões, rendas, hierarquias de *status* e tudo o mais. Decerto têm razão, uma vez que a classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas *a maneira pela qual a máquina trabalha* uma vez colocada em movimento; não este ou aquele interesse, mas a *fruição* de interesses — o próprio movimento, o calor, o ruído estrondoso. Classe é uma formação social e cultural (freqüentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de *uma* classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem *disposição* para se *comportar* como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.⁷⁴

Se usarmos este controle (se continuarmos lembrando que classe como identidade é uma metáfora, útil às vezes para descrever um fluxo de relações), então um diálogo

muito útil pode se abrir entre os historiadores e aqueles sociólogos dispostos a trocar novamente o câmbio do tempo de uma marcha para outra. Se não o usamos, temos instrumentos cortantes de fio realmente assaz cego. Embora possamos imaginar uma certa lógica interna, um arco burguês que se estende do século XII até nossa época, é raramente útil pensar a burguesia em termos tão temporais a ponto de associar William de la Pole,* Oliver Cromwell e o senhor Edward Heath.** Mas o emprego de Nairn e Anderson do conceito de "classe trabalhadora" faz exatamente isto: de 1790 a 1960, somos carregados de ponta a ponta pelo pronomine impessoal, supondo-se uma classe com uma composição sociológica mais ou menos imutável e (depois de 1832) com a mesma cultura coletiva hermeticamente fechada. *Hi* continuidades e semelhanças familiares, mas, para a maior parte dos objetivos, não são as semelhanças de época, mas as discontinuidades, que exigem análises mais aprofundadas. Em geral, é razoavelmente fácil alocar pólos sociais opostos em torno dos quais se congregam lealdades de classe: o *rentier* aqui, o trabalhador industrial ali. Mas, em tamanho e força, esses grupos estão sempre em ascensão ou declínio, sua consciência de identidade de classe é incandescente ou escassamente visível, suas instituições são agressivas ou se mantêm apenas pela força do hábito, ao passo que, entre eles, há aqueles grupos sociais amorfos e sempre cambiantes em cujo interior

* William de la Pole, duque de Suffolk (1396-1452): membro de uma família de comerciantes, cortesão do reinado de Henrique VI, executado por uma suposta traição que teria levado à perda da Normandia. (N. dos Ts.)

** Sir Edward Heath: líder do Partido Conservador em meados dos anos 60, posteriormente primeiro-ministro (1970-1974). (N. dos Ts.)

a linha de classe é constantemente desenhada e redesenhada, nesta ou naquela direção, referente à polarização deles, que esporadicamente se tornam conscientes de seus interesses e de sua própria identidade. A política atém-se, muitas vezes, exatamente a este ponto: como a classe acontecerá? Onde a linha será traçada? E o desenho dela não é (como o pronomine impessoal induz a razão a aceitar) matéria de vontade consciente — ou até inconsciente — "dela" (da classe), mas resultado de habilidade política e cultural. Reduzir classe a uma identidade é esquecer exatamente onde repousa a *agência*, não na classe, mas nos homens.

5) Uma restrição final que, enquanto lia esses autores, adquiriu mais força ao invés de enfraquecer-se concerne não aquilo que o modelo pretende explicar, mas ao que ele não leva absolutamente em consideração. A preocupação é com o poder e, para fins de análise política, isto convém. Porém nem todos os fenômenos humanos podem ser assimilados a categorias de poder ou de classe, e já aqui parece haver uma tendência entre os marxistas em presumir que eles podem ser assim assimilados, ou devem sê-lo. Isto decorre das características teleológicas do modelo e da forma como é comumente empregado. A ambição — poder da classe trabalhadora — está sempre lá, em algum lugar adjacente, e a história — especialmente a da classe trabalhadora — é avaliada somente em termos da obtenção deste objetivo.

Esta é uma questão bastante ampla, mas três comentários podem ser feitos. Primeiro, a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, gerações após gerações de passageiros nascerem, vivem na escuridão e, enquanto o

trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido. A abolição do trabalho fabril para menores de 11 anos ou a instituição do divórcio, bem como a do *penny post*, mal podem ter afetado o modelo de poder; porém, para aqueles que então viviam, isto pode tê-los afetado de modo inexpressivo ou bem perceptivelmente. No esquema de Nairn, as reformas sociais quase não têm lugar, salvo como desvio de aspirações "hegemônicas". Aquelas inflexões mais sutis na qualidade de vida não têm espaço algum. Mas, seguramente, qualquer visão mais madura da história (ou da realidade contemporânea) precisa, de alguma forma, combinar avaliações de ambos os tipos: dos homens como consumidores de sua própria existência mortal e como produtores de futuro, dos homens como indivíduos e agentes históricos, de homens sendo e tornando-se.⁷⁵

Segundo, há outras coisas deixadas de lado. O modelo parece varrer impacientemente para longe experiências e problemas sociais aparentemente muito pouco afetados pelo contexto do poder de classe. Por exemplo, a disciplina do trabalho usada na industrialização parece ter afinidades mesmo em contextos totalmente diferentes, seja ela imposta pela ideologia wesleyana ou stalinista. Novamente, a escala das sociedades industriais avançadas — o investimento maciço e o escopo do controle centralizado — parece restringir certas espécies de iniciativas individuais e distanciar as pessoas do poder, qualquer que seja a natureza deste poder. Problemas desta espécie — e há muitos deles — parecem produzir somente fumaça e zumbidos furiosos

num modelo de poder apto, tal qual um computador, a responder apenas a questões inseridas naquilo que seus circuitos foram construídos para responder. O que vai mal nos exemplos citados não é um modelo que insiste na dialética do ser social e da consciência social, mas um outro que insiste em que esta dialética só pode ser mediada pela classe social e adquirir sua significação a partir dela.

E, finalmente, não escapou à atenção, mesmo nesta ilha empírica, que a tradição marxista não ofereceu defesas muito efetivas contra uma obsessão pouco saudável pelo poder, tanto em termos intelectuais, na assimilação de todos os fenômenos a toscos acessórios de classe, quanto em formas mais "objetivas". Soa estridente a maneira pela qual nossos autores martelam a "classe" e moldam fenômenos culturais a categorias classistas. Há impiedade na sua recusa da experiência inglesa, provocando inquietantes lembranças. Isso é mais facilmente encontrado em Nairn: "[...] eles tenderam a uma impossível e utópica rejeição do capitalismo e do industrialismo (tal como Ruskin e William Morris), ou recuaram para a obscuridade e excentricidade (como os romancistas Meredith e Samuel Butler)." ⁷⁶

Há homens que ouviram *este* tom nos últimos 50 anos e que recuaram para uma obscuridade, de fato, profunda. Foi contra este tom — este som de uma tranca encerrando a experiência e a investigação (e o eco mais remoto de ferrolhos ainda mais objetivos) — que uns poucos dentre nós pilotamos nossas copiadoras em 1956. Se é este o lugar em que estamos em 1965, então o gafanhoto comeu nove anos. Mas se assim fosse e se houvesse algum perigo de esse tom ser confundido com a voz do humanismo socialista, então, se se chegar a isto, alguns de nós guarneceremos as posições de 1956 uma vez mais.

NOTAS

¹ Perry Anderson, "Origins of the present crisis" (daqui em diante "Origins"), *New Left Review* (daqui em diante *NLR*) 23. Tom Nairn, "The English working class", *NLR* 24; "The British political elite", *NLR* 23; "The anatomy of the Labour Party — 1", *NLR* 27, e "The anatomy of the Labour Party — 2", *NLR* 28 (daqui em diante Nairn 1 e 2). [O artigo de Tom Nairn "The English working class" se encontra traduzido no livro organizado por Robin Blackburn, *Ideologia na ciência social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (N. dos Ts.)]

² Nairn, "Crowds and critics", *NLR* 17, p. 31.

³ Idem, "The English working class", *NLR* 24, p. 48.

⁴ Idem — 2, p. 61; 1 e 2, *passim*.

⁵ Idem, "The British political elite", *NLR* 23, p. 22.

⁶ Anderson, "Origins", pp. 40 e 43.

⁷ Nairn, "The English working class", p. 43.

⁸ Anderson, *op. cit.*, p. 40.

⁹ Idem, *op. cit.*, p. 42.

¹⁰ Nairn — 2, p. 49 (*sic*).

¹¹ Idem, "The English working class", p. 43.

¹² Idem — 2, p. 60.

¹³ Nisso eles diferem de Marx, cuja análise abreviada da gênese do capitalismo, em *O capital*, trata largamente do capitalismo agrário, declaran-

do inequivocamente: "[...] no sentido categórico, o *financier* é um capitalista industrial, assim como o manufatureiro" (Dona Torr (*org.*), *O capital*, 1939, 1, p. 774, n. 2).

¹⁴ Nairn, "The British political elite", pp. 20-1.

¹⁵ Presumivelmente, não foi o editor de *Peerage*, mas o mesmo E. Burke, que Marx caracterizou brevemente como "um burguês completamente vulgar" (*O capital*, p. 786, n.).

¹⁶ Eileen Power, *The wool trade in English medieval history*, 1941, pp. 122-3. Dobb lembrou-nos que já tinha havido uma transferência completa na propriedade fundiária — uma mudança no pessoal — entre os reinados de Henrique VII e Jaime I (*Studies in the development of capitalism*, 1946, pp. 181-9, especialmente p. 187). Isso remete à famosa análise de Harrington, em *Oceana*, que conclui: "[...] uma monarquia privada de sua nobreza não tem refúgio sob o céu, mas sob um exército. Portanto, a dissolução desse governo causou a guerra, e não a guerra a dissolução desse governo". O problema geral foi discutido por Sweezy, Dobb, Hilton e outros em *The transition from feudalism to capitalism* (1954).

¹⁷ Cf. o debate de Christopher Hill, "Republicanism after the restoration", *NLR* 3, pp. 46-51.

¹⁸ Nairn, "The British political elite", pp. 21-2.

¹⁹ Cf., por exemplo, nota em Anderson, "Origins", p. 33.

²⁰ Nairn, *op. cit.*, pp. 20-1; Anderson, *op. cit.*, pp. 26, 33 e 51.

²¹ Idem, *op. cit.*, p. 49.

²² Não tenho dúvida de, frequentemente, ter incidido nisto em *A formação da classe operária inglesa*.

²³ Minha objeção aplica-se, com igual força, a tipos ideais de "a" revolução proletária. Ver meu texto "Revolution", in *Out of apathy*, 1960.

²⁴ Ver, especialmente, R. Cobb, *Les armées révolutionnaires, instrument de la Terreur dans les départements*, 1961, I, caps. 3 e 5.

²⁵ Anderson insiste muito no mesmo aspecto em "Origins", p. 47, com ilustrações de Honduras, China confucionista etc. Na sua própria análise, todavia, não lhe dá o peso adequado.

²⁶ Ver *A formação*, pp. 544-5.

²⁷ Ver Royden Harrison, *Before the socialists, studies in labour and politics*, 1965, cap. III.

²⁸ Ver V. Kiernan, "Evangelicalism and the French revolution", *Past and Present*, I, fev., 1952; *A formação*, cap. XI.

²⁹ Anderson, "Origins", pp. 47-8.

³⁰ É divertido constatar que Bagehot é criticado pelo senhor R. H. S. Crossman por partilhar da credulidade de Marx: "[...] ambos sucumbiram à tentação de 'explicar' a política em termos de luta de classes" *The English constitution*, 1964, pp. 30-2.

³¹ Anderson, op. cit. pp. 34-5 e 41.

³² Frank Owen, *Tempestuous journey*, 1954, p. 187. Ver, também, a advertência de Lloyd George aos lordes (nov., 1909): "Os lordes podem decretar a revolução, mas o povo irá dirigi-la. Se eles começarem, surgirão controvérsias que eles mal imaginavam" (p. 183).

³³ Anderson, op. cit., p. 32.

³⁴ *My apprenticeship*, Pelican, 1938, I, pp. 64-9.

³⁵ Anderson, op. cit., pp. 28 e 30.

³⁶ Nairn, "The English working class", pp. 45 e 48.

³⁷ Anderson, op. cit., pp. 40-3.

³⁸ Eles envolvem, eu suspeito, uma confusão realmente mais ampla, entre ideologia e idéias, entre cultura intelectual e universo mental, sistemas de valor e ilusões características de grupos sociais particulares, que penetrou tão profundamente na tradição marxista a ponto de exigir um exame à parte.

³⁹ Bacon, *Advancement of learning*, Everyman, p. 26.

⁴⁰ *The new Atlantis*.

⁴¹ Quando Darwin começou a trabalhar em *The descent of man*, Emma Darwin escreveu resignadamente: "Penso que será muito interessante, mas que não gostarei muito à medida que novamente plantar Deus ainda mais distante".

⁴² William Morris e E. B. Bax, *Socialism, its growth and outcome*, 1893, p. 116.

⁴³ *Life and letters of Charles Darwin*, Nova York, 1896, I, p. 495.

⁴⁴ Nairn, "The English working class", p. 57.

⁴⁵ Marx e Engels, *Selected correspondence*, 1943, pp. 472-3.

⁴⁶ Ver F. Beale, "Les travaillistes et la guerre des Boers", *Le Mouvement*

Social, 45, out.-dez., 1963, pp. 69-70; J. A. Hobson, *The psychology of jingoism*, 1901.

⁴⁷ Anderson, op. cit., p. 35.

⁴⁸ Ver, especialmente, B. Semmel, *Imperialism and social reform*, 1960, cap. III, para a inacreditável história dos "coefficients". E. J. Hobsbawm, em *Labouring men*, 1964, cap. XIV, enfatiza (em termos que podem ser enfiáticos demais) que "as propostas reais da Sociedade, até justamente antes da Primeira Guerra Mundial, eram quase sempre discrepantes em relação à maioria dos outros setores da esquerda política radical ou socialista" (p. 264).

⁴⁹ *Independent Labour Party, report of First Annual Conference*, 1893, pp. 3 e 5. Cf. Nairn — I, p. 50, e seu comentário: "[...] aqui estava o autêntico espírito do trabalhismo; orgulhosamente antiteórico, vulgarmente chauvinista etc.". De fato, Hardie exortou Edouard Bernstein, o fraterno delegado alemão, a replicar da tribuna o ataque de Tillet.

⁵⁰ Anderson, op. cit., pp. 33 e 39.

⁵¹ Ver, por exemplo, Asa Briggs, "Chartism reconsidered", in M. Roberts (org.), *Historical studies*, 1959, II, pp. 42-59.

⁵² W. Cooke Taylor, *Notes of a tour in the manufacturing districts of Lancashire*, 1842, especialmente pp. 7, 43, 64 e 115. Compare-se com Marx: "O avanço da produção capitalista desenvolve uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e hábito, enxerga as condições do modo de produção capitalista como leis auto-evidentes da natureza. A organização do processo de produção capitalista, uma vez plenamente desenvolvida, quebra toda resistência [...]. A compulsão inerte das relações econômicas completa a sujeição do trabalhador ao capitalista" (*O capital*, p. 761).

⁵³ Havia, no começo da década de 1860, nas cidades algodoeiras do sul e leste de Lancashire, 118 lojas cooperativas com um capital de 270.267 libras e um movimento anual de 1,17 milhão de libras; 50 cooperativas manufatureiras com capital nominal de 2 milhões de libras; hipotecas de sociedades construtoras de 220 mil libras ("o grosso desta soma consiste em depósitos da baixa classe média e do estrato superior da classe trabalhadora"); cerca de 500 mil libras em 250 sociedades de amigos e "provavelmente a metade ou mais possuída por sociedades de ofício"; e 3,8 milhões de libras mantidas por 14.068 depositantes (muitos deles trabalhadores qualificados) em cadernetas de poupança (em toda Lancashire). J. Watts, *The facts of the cotton famine*, 1866, pp. 88-9.

⁵⁴ C. Wright Mills, "The New Left", in *Power, politics and people*, 1963, especialmente p. 256: "[...] geralmente parece que apenas em certos estágios (iniciais) da industrialização, e em um contexto político de autocracia etc., os trabalhadores assalariados tendem a tornar-se uma classe para si [...]"; ver também meu "Revolution again", *NLR* 6, especialmente pp. 24-30.

⁵⁵ Anderson, op. cit., pp. 49-50.

⁵⁶ Nairn — 1, p. 64.

⁵⁷ Anderson, op. cit., pp. 39 e 41.

⁵⁸ Ver as críticas dirigidas por Gwyn Williams (*ubi infra*) a Togliatti e sua "crua vulgarização, com classes rivais traçando suas ideologias como uniformes, uma grosseira mutilação das teses de Gramsci"

⁵⁹ Ver, especialmente, A. Gramsci, *Il materialismo storico*, Turim, 1955. Meu italiano é fraco demais para oferecer traduções. Sigo aqui a admirável análise de Gwyn Williams, "The concept of 'egemonia' in the thought of Antonio Gramsci", *Journal of the History of Ideas* XXI, 4, out.-dez., 1960, pp. 586-99. Ver também H. Stuart Hughes, *Consciousness and society*, 1959, pp. 101 e ss.

⁶⁰ Encontrei apenas uma menção à sua influência interna: "[...] após 1941, com a aliança soviética, o comunismo entrou em moda" (Nairn — 2, p. 37).

⁶¹ "Portugal and the end of ultra-colonialism", *NLR* 17, p. 113. Não pretendo fazer uma crítica geral a este estudo, executado com grande habilidade.

⁶² Nairn — 1, p. 43.

⁶³ Ver "Socialist humanism", *New Reasoner* 1, 1957.

⁶⁴ Ver a minha discussão de Raymond Williams, "The long revolution", *NLR* 9-10.

⁶⁵ Anderson, op. cit., p. 28.

⁶⁶ Nairn — 1, p. 44.

⁶⁷ *Autobiography of Giambattista Vico*, Cornell, 1944, p. 55.

⁶⁸ *Selected correspondence*, p. 484.

⁶⁹ Uso estas imagens apenas com o propósito de analogia. É claro que a metáfora com espécies introduz novos enriquecimentos e perigos.

⁷⁰ "Socialist humanism", op. cit., pp. 130-1.

⁷¹ C. Caudwell, *Studies in a dying culture*, 1938, pp. 101 e 151.

⁷² Dois modos de compreender este impulso podem ser vistos em I. Saville, "The welfare state: an historical approach", *New Reasoner* 3, e em Dorothy Thompson, "The welfare state: discussion", *New Reasoner* 4, pp. 125-30. Ver também, evidentemente, os artigos recentes do professor Richard Titmuss.

⁷³ Caudwell, op. cit., p. 157.

⁷⁴ Esrou repetindo a sugestão que fiz no prefácio a *A formação*.

⁷⁵ Isto envolve a questão de julgamentos históricos não aparentes e contingentes (com o que se avalia? Pode alguém descobrir um ponto de vista "verdadeiramente humano" emergente?), auto-revelada, às vezes, na confusão sobre forças históricas, que surgem, nos marxistas, como "objetivamente progressistas", mas subjetivamente muito asquerosas, ou vice-versa. Assim, Anderson ("Origins", p. 29) analisa que a "imensa 'carga' de racionalidade da Revolução foi detonada no além-mar", aceitando o imperialismo mercantil, a economia escravista do Caribe etc. Outros marxistas têm encontrado dificuldades em decidir se *leninists, socialists* e outros eram forças "objetivamente" reacionárias. O problema é amplo demais para ser tratado aqui.

⁷⁶ Nairn — 1, p. 41. [Samuel Butler: poeta satírico inglês (1621-1680) de grande popularidade no período. George Meredith: escritor britânico (1828-1909); suas obras caracterizaram-se por uma minuciosa análise sociológica e um estilo rebuscado; entre elas se encontra *The tragic comedians*, de 1880, sobre a vida e a morte do socialista Lassalle. (N. dos Ts.)]

NOTA SOBRE "AS PECULIARIDADES DOS INGLESES"*

"As peculiaridades dos ingleses" foi publicado originalmente em *The socialist register*, 1965, organizado por Ralph Miliband e John Saville. Recuperei alguns cortes editoriais feitos no texto original. O ensaio provocou uma longa réplica de Perry Anderson, "Socialism and pseudo-empiricism" (*New Left Review* 35, jan.-fev., 1966, pp. 2-42). Este ensaio divide-se em duas partes: (i) uma apaixonada refutação de cada uma das minhas críticas e (ii) um contra-ataque dirigido ao "vazio" e ao "populismo" das minhas idéias. Embora este número da *New Left Review* ("Storm over the left") tenha anunciado a continuidade da discussão, que "se ampliaria para incluir muitas outras contribuições", essa discussão nasceu morta. "Ninguém" se apresentou para defender as minhas, e as de Anderson/Nairn tornaram-se a ortodoxia incontestada da *New Left Review*.

* Extraído de "A note on the texts", in *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978, pp. 403-4. Tradução: Lígia Osorio Silva.

Eu não respondi a Anderson pelas segundas razões. Primeiro, alguns dos meus aliados políticos deixaram claro que me viam como agressor numa polémica incompreensível e divisionista no seio da "esquerda". Eu não penso dessa maneira; se existe uma agressão, ela pode igualmente ser encontrada na exclusão das páginas da revista de muitos de seus fundadores e na recusa tácita de suas posições políticas. Mas, de qualquer maneira, a teoria não pode ser desenvolvida ou testada sem crítica, e crítica deve incluir a identificação direta e de modo polémico das posições alternativas. Para quem tem respeito pelas idéias, é difícil escrever sobre um erro (ou o que se considera um erro) sem adotar um tom mais ríspido. Eu espero sempre ter argumentado de modo racional.

Eu não respondi, em segundo lugar, porque não achei que o artigo de Anderson trouxesse novas questões significativas; e ele também não economizou no tom polémico. Na primeira página, fui acusado de "paranóia e má-fé", "calúnia pífida e desrespeito" e "falsificação grosseira", e essas acusações foram destiladas em abundância ao longo das 40 páginas seguintes, como peixe no *kedgeree*. * Estou certo de que o peixe agradou a muitos paladares, mas o arroz do argumento histórico pareceu-me uma paçoca requeijada. O tom foi o de alguém há muito tempo cercado por um tratamento de muita deferência: questionar a sua autoridade tornou-se escandaloso.

Quanto à primeira parte do ensaio de Anderson — sua resposta às minhas críticas —, apenas três pontos têm interesse: a) eu concordo que as caracterizações teóricas da revolução burguesa do século XVII não são, nem a minha

* Prato indiano. (N. da T.)

nem a dele, adequadas. Parece-me ser esse o ponto fraco de nossos ensaios; b) pode ser verdade (como ele diz) que o meu modo de entender a "hegemonia" de Gramsci seja inadequado. Sem dúvida, ele tem mais autoridade que eu nesse ponto. Entretanto, o problema que concentra as minhas atenções permanece, qualquer que seja a leitura que façamos de Gramsci; c) no meu próprio ensaio, emprego o termo "modelo" (como Anderson indica de passagem) de um modo que, agora, rejeitaria. No entanto, penso que esses "modelos" implícitos podem ser detectados em Anderson, Nairn e em muitos outros escritos "marxistas".

Quanto à segunda parte do ensaio de Anderson — o contra-ataque a mim dirigido —, acho que seria melhor tê-lo deixado de lado naquele momento. Era uma montagem impressionista, composta de citações fragmentadas e fora de contexto (notadamente na "Letter to readers", coluna do *The New Reasoner*); em alguns casos, citações malfeitas, em outros, frases isoladas, escolhidas em lugares diferentes e reunidas como se viessem de um mesmo lugar. Nessa mistura maliciosa, estavam escondidas duas questões importantes: primeiro, a questão sobre a existência de alguma tradição marxista na Inglaterra anterior a Anderson, o caráter e as fraquezas dessa tradição; segundo, a questão do socialismo populista e da política da primeira Nova Esquerda. Eu tratei da primeira questão em *A miséria da teoria*. A segunda, vou discuti-la na introdução ao segundo volume de *Reasoning*.

A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO*

Faz parte das peculiaridades dos ingleses o fato de a história da "gente comum" ter sido algo além — e distinto — da História Inglesa Oficialmente Correta. Em países de fortes tradições populistas ou revolucionárias, a retórica da democracia tem saturado a historiografia. Na História Inglesa Oficialmente Correta, o povo dessa ilha (sob a Lei dos Pobres, a Reforma Sanitária e a Política Salarial) emerge como um dos problemas com que o governo tem de lidar. Até hoje, muitas correntes historiográficas acadêmicas desfaçem sob o jugo normando, e o gérmen de Guilherme, o Bastardo, ocupa as cátedras.

Portanto, até recentemente, a "história operária" tem-se definido mais por seu antagonismo com a ortodoxia do que por qualquer outra coisa. Isso tem representado muito mais do que uma diferença quanto a temas de matérias,

* Artigo extraído de *The Times Literary Supplement*, 7 abr., 1966. Tradução: Antonio Luigi Negro. Revisão: Michael Hall.

podendo ser encontrado nos estilos e métodos usados por marxistas e independentes ligados àqueles. Edouard Bernstein, os Webbs, Theodore Rothstein, os Hammonds, H. N. Brailsford — nenhum desses se encontra em situação acadêmica convencional. E muitos dos que contribuíram, em anos recentes, para o mais notável impeto da história operária foram professores que, como R. H. Tawney, G. D. H. Cole, Dona Torr e o senhor H. L. Beales, tiveram uma — raramente vista — relação ampla e participativa com um público muito além dos bosques das universidades. Eles se aproximaram do Ruskin College, do Left Book Club, do Partido Comunista, da Workers' Educational Association, das primeiras edições populares, da Rationalist Press Association etc. (O professor Asa Briggs, como presidente da citada associação educacional, herda parte dessa tradição.)

Essa foi uma tradição engajada. E pagou por seu engajamento com a falta de recursos universitários. O país do mais antigo movimento operário do mundo não tem biblioteca ou instituição dedicadas ao seu estudo. Apenas nos últimos anos a Transport House* e dois ou três dos maiores sindicatos tomaram seriamente para si a preservação da riqueza documental de seus porões e sedes regionais.

Um comentário sobre o *status* da história operária pode ser extraído das atividades, ao longo de 50 anos, deste talentoso livreiro, Leon Kashnor. Entre as duas guerras mundiais e meados dos anos 50, ele quase inteiramente concentrou sua atenção na elaboração de coleções versando sobre os primórdios da teoria econômica, do jacobin-

* Sede do Transport and General Workers Union, um dos maiores sindicatos ingleses. (N. do T.)

nismo inglês, do cartismo etc. — acervo que vendeu em Moscou, Estados Unidos, Amsterdã, Japão, Austrália e para a Fundação Feltrinelli, em Milão. Nenhuma delas foi vendida nesse país.

Para nossa sorte, Londres é bem servida. Há o grande acúmulo de materiais no Museu Britânico, o acervo Goldsmith da London University e a coleção — originalmente iniciada pelos Webbs e incrementada por uma sucessão de especialistas e bibliotecários — existente na London School of Economics. Mas nenhuma biblioteca local possui material suficiente em condições de competir com o melhor das coleções Kashnor. E qualquer historiador inglês ansioso por se vincular a um estudo comparativo sério faria melhor se comprasse uma passagem para Wisconsin, Columbia, Moscou, Milão (e, para tal, a Fundação Feltrinelli deveria reabrir), ou para o Instituto Internacional de História Social em Amsterdã. Não há, tampouco, o menor sinal de qualquer alteração na situação, a não ser para pior, pois o apetite americano por nossos livros torna-se tão mais feroz quanto, ano a ano, a diminuição de seu fornecimento. Um livreiro londrino que se especialize em tal ramo e cujos preços sejam notórios agora raramente se incomoda quando permite que bibliotecários ingleses dêem uma olhada em seus catálogos. E quando alguns dos manuscritos e livros do cartista e republicano W. J. Linton — um membro da tradição de gravadores radicais que passa de Blake e Bewick para Walter Crane — surgiram no mercado, alguns anos atrás, sofreram um discreto sumiço (indo parar em Milão e nos Estados Unidos).

Apesar de tudo, a história da classe trabalhadora e a do movimento sindical são hoje campos densamente povoados e, nos últimos seis anos, a Society for the Study of

Labour History e sua associada escocesa puseram, lado a lado, especialistas da tradição engajada mais antiga e outros que vêm tal compromisso como algo estranho ou mesmo impróprio. A sociedade deve muito aos primeiros editores do seu *Bulletin*,* professor Sidney Pollard e doutor Royden Harrison, que estabeleceram sua reputação na área de arquivamento documental e trabalho bibliográfico.

Muito dos trabalhos recentes tem consistido no preenchimento de espaços vazios e na correção dos contornos dos mapas deixados pelos Webbs e por G. D. H. Cole (John Saville tem realmente se dedicado, faz alguns anos, ao preparo de um dicionário biográfico do movimento operário, que, aliás, encontrou sua origem nas notas legadas por Cole). Desde 1949, foram publicados nada menos que nove livros sobre a organização nacional ou regional dos mineiros. O estudo exaustivo de J. E. Williams, *The derbyshire miners*, e o trabalho de E. W. Evans sobre o líder dos mineiros de Welsh, *Mabon*, estão entre os mais interessantes. Um certo número de competentes histórias de sindicatos ou indústrias específicas foi adicionado à estante: entre estas, citem-se *The foundry workers* (J. Fyrrh e H. Collins), *The lace-makers' society* (N. H. Cuthbert) e, sobre o NUR,** *The railwaymen* (P. Bagwell). O volumoso *History of labour in Sheffield*, de Sidney Pollard, mostrou o valor de uma abordagem regional ao encarar os sindicatos não da perspectiva do quartel-general nacional ou de seus congressos anuais, mas do interior de um contexto industrial densamente documentado.

* O *Bulletin* foi o periódico da sociedade até o primeiro semestre de 1990, quando cedeu lugar à *Labour History Review*. (N. do T.)

** National Union of Railwaymen. (N. do T.)

Uma influência que pode ser claramente vista em alguns trabalhos contemporâneos é a da "história como relações industriais". Onde as abordagens da velha gloriosa jornada ou "de Tolpuddle a lorde Tom Noddy" se delongam pelo pós-guerra, a nova Delectable City é encarada como uma situação na qual um movimento sindical racional e disciplinado — dirigido por um TUC* automatizado e progressista (que se inclina, em todas as ocasiões indicadas, a qualificados assessores acadêmicos na hora da orientação política) — integra-se completamente a órgãos estatais e patronais, reforçando uma impecável política salarial e controlando os encrenqueiros em nosso meio. Uma dificuldade com esse mito, de resto, com todos os mitos, é que ele só pode ser persuasivo se deixar muita história real do lado de fora. A tempestuosa história das origens dos sindicatos é vista como a dor de um dente de leite nascediço; a manifestação política do recém-criado TUC e dos Conselhos Sindicais** é representada como uma distração indevida da trajetória autorizada. Embora esse esquema possa ser, aqui e ali, detectado no primeiro volume da série e bem documentada nova história do sindicalismo desde 1889, de H. A. Clegg, A. Fox e A. E. Thompson, os autores são cuidadosos o bastante para mantê-lo sob controle. Se há perda com a reduzida perspectiva do contexto político e social do *movimento* operário, há, de outro lado, um ganho compensatório com o entendimento íntimo do contexto industrial e administrativo. Nem é inevitável que o estudo das relações industriais conduza à meta do Estado

* Trades Union Congress, central sindical. (N. do T.)

** Reunião de sindicatos em conselhos locais. (N. do T.)

corporativo wilsoniano. Com objetivo diferente, V. L. Allen maneja parte desse mesmo material histórico. B. Pribicevic trouxe a preocupação de um pesquisador iugoslavo com o controle operário para o exame do movimento dos delegados sindicais de base entre 1910 e 1922 (tal tema geral tem atraído outros pesquisadores de pós-graduação), enquanto talvez o mais original dos novos estudos sobre a história do movimento sindical seja *Trade union growth. Structure and policy*, de H. A. Turner. Nesse estudo dos sindicatos dos trabalhadores da indústria têxtil do algodão de Lancashire, o professor Turner combina, em um novo estilo narrativo, análise estrutural e comparativa. Trata-se de um livro que provoca o leitor a reexaminar conclusões consolidadas para além do próprio tema do autor.

Aqueles que desejam manter-se a par dos trabalhos publicados devem consultar a bibliografia da conveniente edição de bolso de *History of trade unionism*, de H. M. Pelling, ou, para uma análise crítica admirável, devem dirigir-se a "Trade union historiography", de E. J. Hobsbawm (publicado no *Bulletin* na primavera de 1964). *Labouring men*, do doutor Hobsbawm,* com seu fino estudo acerca de "Os trabalhadores ingleses do gás, 1873-1914", é por si só o mais importante livro surgido depois de seu próprio artigo.

Quando passamos da história do sindicalismo para a história do trabalho, o tema perde definição. Pode-se, naturalmente, apontar o acúmulo de trabalho no interior da abrangente área delineada por Cole. (A Historical Association acabou de publicar o útil balanço de F. M. Mather, um

* *Labouring men* foi publicado no Brasil com o título *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (N. do T.)

levantamento das últimas produções acerca do movimento cartista.) Embora isso possa significar a desconsideração de muita pesquisa valiosa feita na área tradicional, pode ser ainda mais convincente sugerir algumas das maneiras pelas quais as velhas convenções da história operária estão agora sendo dissolvidas.

O tema tornou-se tão impreciso em seus contornos que, no exato momento em que a história operária encontra expressão institucional na sua própria sociedade, seu valor terminológico está sendo colocado em questão. Um grupo de interesse vai das instituições do movimento operário (e seus líderes sancionados e sua ideologia) até a cultura do operariado.

O que costumava ser história operária pode, de fato, constituir excelente terreno de teste para a sociologia histórica. Isso não significa — e seria deplorável se o fosse — a desajeitada retomada de uma terminologia mal digerida e de categorias de uma determinada escola sociológica impondo-as ao conhecimento histórico existente. Onde isso acontece, o resultado é danoso para ambas as disciplinas. Trata-se, muito mais, de uma questão de interpenetração mútua. Por meio dela, o historiador encontra novos problemas para pesquisa na produção sociológica contemporânea, ou novos modos de abraçar velhos problemas. Prossegue, ainda, sua pesquisa com uma concepção simultaneamente fertilizada por conceitos sociológicos e arredia diante de categorias sociológicas, obtendo, enfim, resultados que (espera-se) possam, por sua vez, adicionar uma dimensão histórica à teoria sociológica.

No momento, há alguma evidência da existência desse tipo de trabalho na França, Itália e Estados Unidos, e, à parte *Annales E. S. C.*, os periódicos dignos de nota incluem

Comparative Studies in Society and History, Le Mouvement Sociale, Sociologie et Travail e Economic Development and Cultural Change. Um tanto mais empiricamente, isso está ocorrendo também na Inglaterra. Um resultado da dissolução de uma definição institucional de história operária é a renovada e súbita ruína de contornos temporais. No mesmo instante em que historiadores dos séculos XVI e XVII lançam pontes em direção à Revolução Industrial, alguns de nós abandonamos o "ponto de partida" em 1789 ou 1832 e estamos escavando na direção daqueles. Tanto é assim que o estudo de Christopher Hill, "The uses of sabbatarianism", presente em *Society and puritanism in pre-revolutionary England*, debruça-se, por notáveis meios, sobre o tema da ética puritana e da disciplina do trabalho. Tal tema repetiu-se no congresso promovido por *Past and Present* dois anos atrás, ocasião em que Keith Thomas apresentou a sugestiva comunicação "Work and leisure in pre-industrial society". Mas isso guarda relação também com a crescente preocupação dos especialistas em história econômica com os primórdios da disciplina fabril, exemplificada pelos marcantes estudos de N. McKendrick (sobre Wedgwood), na *Economic History Review*, e de Pollard, "The adaptation of labour", constante de seu *Genesis of industrial management*.

Nós apenas começamos: uma vez encarado o problema desse modo, as conexões se propõem por todos os lados. Eu mesmo sugeri ser possível considerar os princípios do metodismo pela mesma perspectiva e, por conseguinte, abandonar a equação de Halévy, que propunha metodismo ou revolução. Tal item se vincula também, mesmo de modo distante, às funções do sabbatismo* e do Movimento

* Observância rigorosa do descanso aos sábados. (N. do T.)

Antialcoolismo da Inglaterra vitoriana, a que Brian Harrison tem por vários anos dedicado pesquisa. E, por meio de um caminho ainda mais indireto, pode também referir-se à interessante pesquisa de Peter Cominos sobre a moral sexual vitoriana, publicada na *International Review of Social History*. Além disso, refere-se — ainda que aqui nos deparemos com um tópico possível de ser definido independentemente — tanto à natureza do distúrbio popular entre o século XVI e o início do XIX (pense-se na recente produção de George Rudé, Barrie Rose, A. J. Peacock, G. A. Williams, D. V. J. Jones e Hobsbawm, entre outros) quanto aos meios nos quais o caráter social da multidão parece mudar à medida que adentramos a Revolução Industrial: velhos padrões de comportamento (como, por exemplo, o clássico motim da fome regulador de preços) cedendo lugar à emergência de novos padrões de agitação institucionalizada.

A esta altura, naturalmente, não só as temporais como também as velhas e simplórias definições devem esvanecer. A disciplina do trabalho ou os motins da fome não devem ser estudados como fenômenos ingleses, do mesmo modo como se deve fazer com o Grand National Consolidated Trades Union ou com a Fabian Society. Os historiadores ingleses estão aprendendo com a historiografia francesa como examinar distúrbios e são agraciados com intérpretes como Rudé e Richard Cobb. (Deveria ser dito, entretanto, que o estudo comparativo é enganador se levado adiante de modo demasiadamente apressado: as similaridades freqüentemente se descolam da história só onde as diferenças são reveladas após cuidadosa pesquisa, e muitos

dos capítulos ingleses do popular *A multidão na história*, de Rudé — aqueles sobre luddismo, cartismo e mesmo os sobre os motins da fome ingleses —, estão baseados em pesquisa deficiente devido ao alto padrão por ele mesmo estabelecido.)

Se retornarmos ao tema da disciplina do trabalho, ou ao das mudanças nos padrões familiares de conduta e lazer e aos valores comunitários durante a industrialização, o campo para o estudo comparativo parece infundável. Basta nos voltarmos para os estudos de Walter Elkan sobre a adaptação ao trabalho em Uganda, ou para a investigação de Beate Salz a respeito do Equador (publicada em *Economic Development and Cultural Change*), para que parelhos com os séculos XVII e XVIII na Inglaterra e Irlanda saltem das páginas. A familiaridade com estudos antropológicos de mercados camponeses e tribais — tal como *Markets in Africa*, de Bohannan e Dalton — impele-nos a revisitar todo o complexo de mercados e feiras da Inglaterra pré-industrial e a vê-lo não só como um nexso econômico, mas também social.

Como, até agora, poucos foram os historiadores capazes de fazer outra coisa senão indicar tal área de comparações — como fizeram o professor Habbakuk, o doutor D. C. Coleman e, de sua parte, os sociólogos americanos: citem-se, entre outros, os professores Hoselitz e Wilbert Moore (que escreveram sobre problemas de adaptação ao trabalho em publicações da UNESCO) —, ela tem sido matéria de poucas e inexatas reminiscências históricas. Muito pior, alguns sociólogos do mundo ocidental estão aptos a socar, dentro de poucas frases confortáveis, mais de uma centena de anos de doloroso conflito transicional, a oferecer homilias aos países em desenvolvimento sobre “raciona-

lidade” e “aspirações de empreendimento e mobilidade” e a desencorajar toda análise solidária com os primeiros momentos dos movimentos operários ao associar-lhe termos supostamente objetivos (mas, na realidade, profundamente carregados de valor), como “sintomas de distúrbio”.

Hoje, essa área de estudo comparativo, além de ser uma das mais desafiadoras, é também uma das que mais requerem a disciplina da história. Amanhã — ou talvez daqui a duas sextas-feiras — esse item entrará repentinamente em voga e poderemos vê-lo na programação cultural da BBC. Nesse ponto, suas credenciais deverão ser examinadas bem de perto, pois provavelmente redundará em prodigiosa proliferação de jargões pretensiosos, enquanto a pesquisa histórica, tediosa e fria, virá mancando atrás vagarosamente. Mas, se a sociologia da industrialização poderia se beneficiar mais da história, a história econômica da Revolução Industrial queda parentemente carente de uma pitada de sociologia.

É claro que alguns dos mais importantes e rigorosos trabalhos no terreno dos aspectos quantitativos da história operária têm aparecido e continuam a aparecer na *Economic History Review* e no *Journal of Economic History*. Minha animosidade contra esses conceituados periódicos já é notória a essa altura. Porém, considerando que têm suas próprias páginas e uma dúzia de departamentos de história econômica (com uma boa metade deles rigidamente orientada para a quantificação do crescimento econômico) pe-los quais podem se defender, posso externar meu argumento uma vez mais. Por meio dos recentes estudos publicados, somos informados de que Speenhamland era uma forma de provisão de bem-estar beneficente lidando com um desem-

prego crônico,* que a sugestão da maciça inflexão dos tecelões de tear manual em direção ao radicalismo e ao cartismo é uma hipótese não testada e que a noção do sofrimento da gente comum durante os cercamentos (*enclosures*) é um exagero sentimental.

Todos esses estudos têm o seu interesse, mas no primeiro caso não há evidência alguma de o autor ter consultado os registros de um supervisor dos pobres, ao passo que, no segundo, nenhum dos relevantes maços depositados no Public Record Office** — que oferecem irresistível evidência da afiliação política dos tecelões — parece ter sido desamarrado. E, no terceiro caso, deve-se notar que nenhum desses departamentos pensou, haveria essa impressão, em décadas de existência, que valesse a pena encorajar um só aluno de pós-graduação a examinar a ampla e extensa evidência (motins contra os cercamentos, petições, cartas anônimas, derrubadas de cercas) de descontentamento popular com os cercamentos.

Em um dado momento, abandona-se a defesa de uma certa visão da história: deve-se defender a própria história. A metodologia quantitativa não deve ser permitido permanecer ílesa quando elimina (como “literário” ou “artístico”) inteiras categorias de evidência. A Revolução Industrial não só acarretou uma alteração na taxa de crescimento econômico, ela também implicou mudanças de longo alcance no modo de vida do povo. Conceitos econômicos, tais como preferência temporal (*time-preference*) e curva de

* Uma referência mais detalhada a Speenhamland pode ser encontrada em *A formação da classe operária inglesa* (vol. I, p. 71). (N. do T.)

** Arquivo Nacional do Reino Unido. (N. do T.)

oferta de trabalho inclinada para trás (*backward sloping labour supply curve*), são (de alguma maneira toscas) tentativas de descrever problemas sociológicos mais amplos.

O doutor R. M. Hartwell escreveu recentemente em um estudo metodológico: “[...] não há nada de útil para o historiador da Revolução Industrial na sociologia”. Se com isso se procura dizer que a única história significativa da Revolução Industrial é a história quantitativa do crescimento, purgado de todo conteúdo social, então tal declaração se autovalida. A simples tentativa de introduzir evidência sociológica deve ser inadmissível, tendo em vista que desafiaria a autoridade da corte, ou, pelo menos, sua pretensão em responder por tudo sob sua alçada. E se isso não compreende bem a intenção, trata-se então, ao menos, de uma impressão advinda da direção geral de muito trabalho eminente e ortodoxo. No prefácio ao volume VI de *Cambridge economic history of Europe*, os organizadores explicam que o primeiro lida com população, expansão territorial, transporte e mudança tecnológica, que o segundo se referirá aos fatores de produção e às funções gerenciais e empresariais, ao passo que o terceiro (e mais distante) volume “será predominantemente dedicado às políticas fiscais e econômicas e também, talvez, às transformações sociais intrínsecas ao desenvolvimento econômico do mundo moderno”. Dentro desse “talvez” temos a pobre e maldita infantaria da Revolução Industrial, sem cujo trabalho e habilidades esta restaria uma hipótese sem comprovação. É extraordinário que a história econômica que, nos jovens idos do professor Postan, era uma ameaça mais substancial à História Inglesa Oficialmente Correta tenha se tornado encarnação contemporânea desta última. Para nossa sorte, o longo e sugestivo ensaio do principal colaborador do

primeiro volume, professor David Landes, opita — assim como Phyllis Deane em seu livro *The first industrial revolution* — por uma visão de algum modo mais ampla que a dos organizadores.

Desenvolvi esse tema da industrialização em um tamanho desproporcional porque pode ilustrar certas questões de método: as potencialidades da história social do trabalho, um vez desligada de seu caráter institucional mais antigo, e de parte da resistência intelectual e oficial. Todavia, outras ilustrações poderiam ter sido tomadas de muitas áreas, pois a história comparativa ainda está começando a tomar forma. Ela trouxe um renovado interesse pelos movimentos milenaristas na Grã-Bretanha do século XIX. J. F. C. Harrison, um cérebro — ai de mim! — evadido para Wisconsin, está completando um estudo comparativo referente ao pensamento owenista e a comunidades na Grã-Bretanha e Estados Unidos. A pesquisa de Henry Collins e Chimen Abramsky sobre o contexto britânico da I Internacional constituiu substancial contribuição para uma discussão internacional.

A história da cultura popular, outrossim, continua a atrair um interesse que leva do estudo histórico ao literário: há sinais de que se possa passar, em breve, do estudo da imprensa operária e das leituras populares para uma (já atrasada) reavaliação do folclore e da balada. Harold Silver e Brian Simon preencheram nosso conhecimento a respeito da influência socialista (owenista) e trabalhista na evolução da educação popular. Outra área emergente é a pesquisa da religião popular — não tanto o amplo estudo nacional ou a história de certas igrejas e seitas, mas mais a microanálise da composição social e do papel efetivo do

metodismo na Cornualha, ou em Shropshire, ou no Exército da Salvação em Londres. A influência da historiografia francesa — notadamente de *Classes laborieuses, classes dirigeuses*, de Chevalier — pode ser observada em várias teses de pós-graduação em curso. É provável que seu resultado seja um importante trabalho no campo da negligenciada história social do século XIX londrino e talvez redun-de também em avanços na área de estudos demográficos e da história social do crime. Além do mais, influências como essa podem ser detectadas em investigações que, à primeira vista, poderiam muito bem se incluir no território convencional da história operária.

Tal qual H. A. Turner, que examina um tema convencional (os sindicatos dos trabalhadores têxteis da indústria do algodão) de modo altamente original, Royden Harrison, em seu livro *Before the socialists*, toma um tema vindo do coração da história operária, apropria-se de toda e qualquer técnica nova que julga válida e adequada ao controle de seu conhecimento histórico e traz novos significados e vigor de volta à análise política. Em um capítulo como "The 10th April of Spencer Walpole", que discute a correlação de forças entre as classes às vésperas da Reform Act de 1867 e as diferentes posições ideológicas sustentadas por seus proponentes e críticos, há não uma imitação, mas um sabor da aguda inteligência do velho Marx.

Harrison, que também escreveu a respeito daqueles porta-vozes do movimento operário que *não* apoiaram o Norte quando da guerra civil americana, pode nos lembrar o outro modo pelo qual a história operária convencional está sendo desconstruída. Há uma preocupação crescente

em investigar as manifestações políticas e sociais não incluídas na linha oficial da evolução do movimento operário. Horatio Bottomley tinha, afinal, tanta influência sobre as idéias de parte dos trabalhadores quanto Ernest Bevin, e, para todo artesão jacobino da Inglaterra do final do século XVIII, havia seguramente meia dúzia que bramava belicosas baladas antigalesas. O emergente corpo de trabalhos na área de darwinismo social (pense-se no notável capítulo de Bernard Semmel, "The co-efficients") fez desse tipo de guerra ante a classe trabalhadora, ou mesmo ante o pecado fabiano, algo não mais sustentável. Igualmente, há um conjunto de posições em que a história operária é inexplicável, a menos que saibamos muito mais coisa sobre aquilo que *não* é história operária. A despeito dos trabalhos de Pelling, Tsuzuki, Poirier, Bealey, Miliband, da senhora Cole, entre outros, referentes às origens do Partido Trabalhista, não podemos realmente entender todo o período entre 1880 e 1914 enquanto não conhecermos melhor os partidos Liberal e Conservador e o trabalhador comum indiferente. Paul Thompson, em um artigo para *Past and Present* a respeito do radicalismo da classe trabalhadora em Londres no final do século, começou a preencher esse vácuo.

Percorri muitos trabalhos e levantei esparsamente os muito diferentes problemas da historiografia do século XX. O que está acontecendo agora com aquilo que costumava ser história operária não é bem uma desintegração, mas uma liberação. Enquanto permaneceu confinada a velhas convenções, era, em certo sentido, um *alter ego* da História Inglesa Oficialmente Correta. Agora que se sente confiante o suficiente para transpor a base defendida por Cole e seus sucessores, tornou-se, porque mais difusa, mais peri-

gosa à Coisa estabelecida constitucionalmente e parlamentar-politicamente. Decerto, na historiografia inglesa moderna, isso significa um impulso vigoroso real. Talvez lhe seja mais saudável se permanecer, de algum modo, não conformista,* mantendo em vista um público extramuros. Em caso contrário, pode vir a ter êxito, engordar e, por sua vez, adotar hábitos normandos.

* O autor usou aqui o termo *disestablished* aludindo ao caráter não oficial das Igrejas dissidentes, que estavam desligadas de questões de Estado. (N. do T.)

MODOS DE DOMINAÇÃO E REVOLUÇÕES NA INGLATERRA*

*Os modelos históricos: crises revolucionárias e
dominação de classe*

Em resposta à primeira questão, gostaria primeiro de mostrar que o modelo proposto por alguns historiadores que reivindicam o marxismo é inadequado para construir uma história marxista da dominação de classe da *gentry* e

* Artigo publicado em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 2-3, 1976. Este texto é o resultado de uma série de respostas de E. P. Thompson a questões colocadas pelos participantes de um seminário ocorrido na École Normale Supérieure (1974-1975) sobre a sociologia da cultura e os modos de dominação. Esta publicação mantém apenas a exposição de Thompson, eliminando um comentário relativamente longo de um dos tradutores franceses, J. C. Chamboredon. Os fragmentos de diversos trabalhos do autor — muitos dos quais fazem parte de obras publicadas em edições brasileiras —, além das perguntas que Thompson respondeu, também foram eliminados. Tradução: Fernando Teixeira da Silva. Revisão: Sergio Silva.

das relações entre esta e a plebe. Isto nos levará a criticar um modelo da evolução histórica por meio de grandes crises e rupturas (modelo “cataclísmico”); uma representação “hegemônica” da dominação de classe; um determinado economicismo (“marxista” e não marxista) que leva a negligenciar a análise da cultura popular; uma história em que as classes são entidades metafóricas e na qual falta uma sociologia das classes e das consciências de classe — processos que são, em suma, característicos das tentativas de reconstrução e de reavaliação da história inglesa feitas por determinadas correntes da Nova Esquerda inglesa. Examinarei, portanto, as diferenças de interpretação dos conceitos de classe e de desenvolvimento na historiografia marxista ou de influência marxista na França e na Grã-Bretanha.

O modelo de desenvolvimento capitalista que Marx construiu em *O capital* está amplamente fundado sobre o caso particular da Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Porém, no que se refere aos aspectos políticos do modelo, ele foi influenciado — e, depois dele, os marxistas o foram — em um nível ainda maior — pela experiência francesa, mesmo que, como demonstra o esquema cronológico abaixo, a evolução política dos dois países seja extremamente diferente.

O modelo “francês” apresenta uma série de crises bem caracterizadas — com uma verdadeira revolução burguesa modelo de imposição hegemônica —,

1789 \Rightarrow (1830) \Rightarrow 1848 \Rightarrow 1870 \Rightarrow 1968 \Rightarrow ,

enquanto o modelo “inglês” se caracteriza por uma dominação contínua de uma burguesia fundiária (*gentry*) que se transforma e se alia ao capital comercial e industrial:

ANOS		
(1640 - 1660)	+	1688) \Rightarrow (1832 + 1867 + 1884) \Rightarrow ?
(Guerra civil; morte do rei)	(Restauração)	(Revolução Gloriosa; evicção de Jaime II, rei católico)

A tipologia política fundada sobre o exemplo francês, à qual desde Lênin se acrescenta a experiência russa de 1917, tende a insistir sobre as rupturas e as fraturas no interior do processo. Esse modelo, que se difundiu pelo mundo em toda a tradição marxista, é particularmente nitido em certas formas recentes dessa tradição.

Isso oferece uma tipologia bastante esquemática da revolução, da formação das classes e da ideologia de classe, que deriva de uma visão de história na forma de rupturas e de confrontações. O segundo modelo é mais duvidoso. Temos efetivamente uma ruptura ou uma fratura, mas são, de algum modo, uma ruptura ou uma fratura ambíguas, como pretendi indicar na fórmula acima, na qual subtraí 1660 de 1640 e somei 1688. Explico-me: 1640: guerra civil e execução do rei, Cromwell e “Commonwealth”^{*} puritana; 1660: restauração do rei; 1688: evicção do rei católico Jaime II e instituição de uma monarquia constitucional sob controle de um Parlamento no qual os interesses fundiários exercem uma influência preponderante e detêm o poder. Mas essa preponderância fundiária provém de transformações que começam muito antes e dão nascimento ao que se pode chamar de uma burguesia fundiária

* Designação do governo sob Cromwell e o Parlamento entre 1649 e 1660. (N. do T.)

(observa-se, com efeito, na Grã-Bretanha, em uma formação econômica e social antiga, a circulação do capital e da terra, o que conduziu à formação de uma *gentry* bastante peculiar e de uma aristocracia diferente, em muitos aspectos, da francesa). Assim, há no esquema inglês uma fase de “longa duração”, um longo período durante o qual é estabelecida uma determinada estrutura política que dura, sem maiores transformações, 150 anos. Em seguida, após uma confrontação muito áspera em 1832, esse sistema é capaz de se modificar, a burguesia industrial e a comercial participam mais estreitamente do poder ao lado da burguesia fundiária; enfim, por admissões sucessivas ao privilégio e ao voto, a evolução do sistema conduz as diferentes partes do povo britânico à participação na estrutura constitucional. Durante esse tempo, naturalmente, o movimento operário fez contínua pressão para entrar nessa estrutura e modificá-la. Para os historiadores que a estudam, essa experiência é extremamente diferente do modelo formado por uma sequência de fraturas, mais familiar ao historiador francês.

Essa descrição é, certamente, elementar. Convém acrescentar, ao menos, alguns outros traços específicos essenciais: o campesinato, como elemento significativo e influente do ponto de vista social, econômico e cultural, não existe na vida inglesa — não falo da Irlanda ou do País de Gales; ele desaparece nesta época e dá nascimento a três grupos: os proprietários fundiários (*gentry*), os grandes arrendatários agrícolas e os trabalhadores sem-terra. E, igualmente, existe uma diferença considerável no que diz respeito ao lugar da Igreja: não há na história inglesa experiência comparável à des cristianização.

A cultura popular e as instituições políticas e jurídicas: mediação ou simples reflexo?

Construir uma historiografia marxista da Inglaterra significa tentar responder, por meio da pesquisa, aos silêncios de Marx. A característica particular do material oferecido ao historiador implica a redefinição das categorias de análise, que se efetua em um movimento dialético do material empírico às categorias.

Reduccionismo econômico

Especialmente, talvez convenha colocar em questão o esquema rígido infra-estrutura-superestrutura: a tradição herdou uma dialética legítima, mas a metáfora mecânica singular pela qual ela se expressa é talvez enganosa. Quando se estabelecem uma conexão ou uma relação causal entre acontecimentos determinados (da ordem da superestrutura) e uma certa configuração de interesses de classe (da ordem da base), pensa-se que as exigências da explicação histórica foram satisfeitas porque esses acontecimentos foram caracterizados como burgueses, pequeno-burgueses, proletários etc. O erro não está em estabelecer essas relações, mas em sugerir que as idéias ou os acontecimentos são, por sua natureza, redutíveis ao contexto causal que os explica. É preciso levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos ou culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos “econômicos”. Uma história ou uma sociologia que reduza incessantemente os fatos da superestrutura à sua base é falsa ou banal. Os

conflitos religiosos da Revolução Inglesa não eram "aspirações econômicas" misturadas a ilusões, mas conflitos em torno da autoridade da Igreja e da doutrina. Não se pode compreender a intensidade do conflito, a tenacidade dos autoritaristas,* nem a energia dos puritanos se não se compreenderem o tipo de homem que eles eram e, em consequência, o contexto socioeconômico desse conflito. A relação entre o "interesse" e a "fé" não se estabeleceu pela mediação de um "complexo de superestruturas", segundo a expressão de um historiador neomarxista, mas pela mediação desses agentes particulares.

Os antropólogos e os sociólogos demonstraram amplamente a imbricação inextricável das relações econômicas e das relações não econômicas na maior parte das sociedades e a maneira pela qual interferem as gratificações econômicas e culturais. Nessas *démarches* da análise histórica ou sociológica (ou política), é essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem "a reboque", seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão, em seu surgimento, presos na mesma rede de relações.

Ao economicismo de um determinado esquematismo marxista corresponde o economicismo de uma determinação da história quantitativa. Em um estudo sobre os motins da fome ao longo do século XVIII e começo do século XIX (que fazem par com a questão de honra antropológica),

* Partido religioso conduzido por membros da alta cúpula da Igreja Anglicana que esteve na origem de perseguições contra os puritanos e cujas posições eram próximas do absolutismo real. (N. dos Ts. franceses J. C. Chamboredon e C. Charles) [Nas notas seguintes, esta referência será indicada como N. dos Ts. E.]

mostrei que tal economicismo conduz a reduções e explicações esquemáticas.*

Crítica a um hiperfuncionalismo marxista: o aparelho jurídico como instrumento de manipulação maquiavélica

Nossa experiência tende a nos fazer resistir à concepção de imposição hegemônica da dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação. Jamais houve época em que a dialética da imposição da dominação e da resistência a essa imposição não fosse central no desenvolvimento histórico. Mas, em nossa história sem ruptura, temos um movimento no qual a pressão vinda de baixo é contida no alto, absorvida, o que conduz a uma modificação da estrutura, seguida por uma nova pressão de baixo. As características particulares da dominação da *gentry* e de sua relação com a plebe impedem a concepção dos aparelhos jurídicos e do Estado como simples instrumentos, flexíveis em todos os sentidos, das vontades da burguesia. O modo particular de dominação da burguesia implicava um Estado frágil e, por consequência, um grande poder da plebe, da arraia-miúda. Dizer que o direito pode ser compreendido como autoridade do Estado repressivo pouco ajuda a compreender o contexto particular observado na Inglaterra do século XVIII. O direito era também uma retórica: definia a imagem que certos elementos da classe dominante faziam de si mesmos, uma imagem profundamente interiorizada. Que se possa encontrar

* Cf. "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII", in *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (N. do T.)

trar juizes corruptos, uma *gentry* que desviava o direito para seus próprios fins, não muda nada quanto a esse fato fundamental. Sem dúvida, o exercício da lei era iníquo e obedecia aos interesses de classe. Mas os governos constitucionais e a retórica da lei tinham penetrado tão profundamente nas atitudes e no estilo da *gentry* que, embora esta última se encontrasse submetida a uma pressão muito forte dos movimentos plebeus,¹ tinha a escolha entre destruir sua própria imagem e abandonar suas posições tradicionais (representações ideológicas e sistema de práticas ao mesmo tempo), produto de 250 anos de existência, recorrendo à imposição direta da força, ou aceitar uma modificação daquela estrutura de dominação e tentar manter suas posições de poder nesse novo quadro. Havia ao menos duas correntes dentro da classe dominante: uma que tendia ao exercício direto da força, como, por exemplo, aquela que se exprime em Peterloo em 1819,^{*} e outra decidida a salvar as formalidades constitucionais, ainda que à custa de

* Em 1819, um comício de aproximadamente 50 mil pessoas em St. Peter's fields, perto de Manchester, marca o ponto culminante das campanhas radicais e operárias em favor da reforma parlamentar. Essa agitação toma a forma de manifestação organizada, demonstração de força pacífica com vista a uma reforma constitucional. A multidão pacífica e sem armas é acutilada com sabre pela milícia montada (*yeomanry*, manufatureiros, negociantes, taberneiros, comerciantes de Manchester) e pela tropa regular (hussardos). Esta "vitória", que fez 11 mortos e aproximadamente 500 feridos, será chamada, por ironia, o "massacre de Peterloo". Ela foi seguida de uma repressão policial e legal. Para uma análise detalhada do acontecimento, suas causas, suas conseqüências e seu significado político, ver *The making of the English working class*, pp. 734-68. (N. dos Ts. E.) Na edição brasileira, ver *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 3, pp. 256-90. (N. do T.)

modificações importantes no papel da classe dominante. Tentei demonstrar, em *Senhores e caçadores*,^{*} que o direito é uma mediação específica e um terreno de oposição de classes e não um simples instrumento ideológico a serviço da dominação da classe dominante.

Cultura popular e fraqueza da Igreja

A perspectiva que adoto aqui implica um ponto de vista particular sobre a cultura popular. Esta não poderia ser compreendida dentro do quadro da imposição hegemônica da dominação de classe. Meu método implica também uma perspectiva um pouco diferente da desenvolvida pelos historiadores franceses. Estes, segundo Fernand Braudel, exploraram sobretudo as determinações da base, demográficas, espaciais, temporais, geofísicas, agrárias, naturais, que pesam sobre a cultura popular. Isso permitiu compreender melhor e nuançar a noção de "mentalidade popular", concebida de certo modo como uma formação involuntária à maneira de um dado geofísico. Meu material de estudo levou-me a privilegiar o aspecto ativo, voluntarista, criador de valores da cultura popular: o povo faz e refaz sua própria cultura. Não há experiência análoga à descristianização na história britânica. A imagem que eu proporia é a da destruição do carisma e da hegemonia cultural e espiritual da Igreja pela revolução puritana. Em seguida, o zelo e a força das seitas puritanas encontram-se enfraquecidos pela restauração da monarquia. E durante

* *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (N. do T.)

aquele período de 150 anos aproximadamente, a indiferença religiosa se desenvolve; não se trata de uma descristianização ativa, mas de uma separação entre a Igreja e uma cultura plebéia pagã ou indiferente, desenvolvendo-se de modo autônomo. Depois, assiste-se a uma tentativa de reconquista do povo britânico, em parte pela Igreja, em parte pelas seitas metodistas e outras seitas não-conformistas. Essa tentativa não vingou senão pela metade e levou a um enfrentamento semelhante ao que se passou na França, onde os deístas anticristãos militantes e os elementos anticristãos opuseram-se à Igreja nas cidades daquela época.

A perda do controle do povo pela Igreja no curso daqueles cem anos explica a emergência de uma cultura popular autônoma. Pode-se observar diversos indícios. Um deles, que eu estudo no momento, é a relação entre os lazeres e as distrações do povo e o calendário ritual da Igreja. Paul Bois, em seu estudo sobre os *Paysans de l'ouest*, escreveu que à sombra da Igreja se travaram todas as relações. Isso não se aplica talvez apenas ao oeste, mas penso que se aplica, até 1750, a toda a França. Estaria pronto a afirmar que dificilmente se encontraria uma região na Inglaterra sobre a qual se pudesse dizer a mesma coisa em 1750. As relações sociais, as relações de lazer, mesmo os ritos de passagem, não estão mais sob o controle e a dominação da Igreja. Há ainda uma aparente obediência em relação a esta última, mas é uma obediência muito pouco profunda. O resultado é o renascimento das festas locais. Cada Igreja, tanto na Inglaterra como na França, tem seu santo e sua festa anual. Na Inglaterra, o calendário ritual da Igreja concentra as festas no inverno, período no qual o trabalho é pouco abundante. Ao longo do século XVIII, as festas são todas deslocadas dos meses de inverno para o

período situado entre o feno e a colheita ou após a colheita, de modo que coincidam com o calendário agrícola. Existem, igualmente, as festas regionais anuais, de maior extensão, chamadas festas da Vigília ou festas dos Juncos.* No princípio, do mesmo modo, elas são integradas ao calendário cerimonial da Igreja. No século XVIII, há uma ruptura com a Igreja: os feriados aumentam, atingindo até dois ou três dias por semana. As pessoas se dedicam a exercícios esportivos brutais, aos divertimentos sexuais, bebem muito — tudo isso escapa completamente ao controle do clero ou dos puritanos, sendo deixado ao único controle dos taberneiros, que vendem a cerveja. Tem-se, assim, uma cultura popular, plebéia, sobre a qual a Igreja tem muito pouca autoridade e que segue uma evolução autônoma. A *gentry*, longe de reprimi-la, tende, em geral, e particularmente a *gentry* tori, a adotar uma atitude permissiva a seu respeito. A *gentry* deseja o apoio do povo, por isso favorece seus divertimentos, e os membros da *gentry* permitem, por vezes, que seus nomes sejam utilizados nas tabuletas dos albergues, das tabernas, das lojas de bebidas. Eles organizam corridas e dão prêmios às distrações populares, ao menos até 1780 (após a Revolução Francesa, não é mais o caso, pois estão assustados).

As classes: *gentry* e plebe

Os membros da *gentry* são os herdeiros e os vencedores da Revolução Inglesa. Eles não constituem uma aristocracia feudal. No que se refere aos indivíduos, houve uma

* Festas anuais do tipo do carnaval. (N. dos Ts. E.)

ruptura dentro das famílias, uma nova *gentry* nasceu. No que se refere à origem do seu dinheiro, tem-se o modelo tradicional de circulação: uma burguesia mercantil ou, mais tarde, industrial, com inclinação para comprar terra e fixar-se na *gentry*, e a *gentry* tende a casar suas filhas entre a burguesia pelo dinheiro. As análises que tentam aplicar um marxismo empobrecido à história inglesa têm dificuldade em aceitar a idéia de uma classe agrária, *rentier* ou empreendedora como verdadeira burguesia. Sem dúvida, faz-se necessário um esforço de acomodação semântica para imaginar uma classe de "burgueses" dispersa no campo e também residindo em suas terras; sem dúvida, é mais fácil ver no capital mercantil "o único núcleo verdadeiramente burguês da Revolução", mas, se afastarmos as associações com o modelo francês que o termo veicula, para não pensarmos senão no modo de produção capitalista, então é necessário seguirmos Marx e considerar os proprietários fundiários e os arrendatários como um núcleo muito poderoso e autenticamente capitalista. Não se pode dizer que a Revolução "tornou possível a transformação da classe dos proprietários fundiários em uma classe fundamentalmente capitalista", porque, onde a lã ou então a produção de bens de consumo para Londres e para os mercados urbanos predominavam, esse processo já estava bastante avançado. Mas tampouco se pode dizer que a Revolução provocou uma aceleração brutal nesse processo: o equilíbrio das forças era tal que as consequências últimas foram retardadas em aproximadamente um século. O que estava em questão, de um lado, era exatamente uma redefinição capitalista do "fundamento do estatuto da propriedade", passagem do "antigo direito" ao "direito natural" e ao direito de aquisição, uma redefinição do modo e da organização da produção pela

passagem da quase auto-suficiência à comercialização de bens visando ao lucro e uma redefinição das relações de produção pela passagem das coações orgânicas do senhor e da corporação às coações atomizadas de um mercado de trabalho livre. Isso ocasionou um conflito de conjunto e uma redefinição em todos os níveis à medida que as concepções organicistas e mágicas da sociedade cediam lugar ao direito natural e que a moral fundada sobre o desejo de adquirir se expandia à custa de uma moral visando à regulação autoritária da economia. E, de outro lado, o movimento real foi extremamente complexo e prolongado, começando (para fixar um ponto de partida cômodo) com as grandes criações de carneiros dos mosteiros do tempo do *Domesday book*,* passando pelo enfraquecimento dos barões durante as guerras, o crescimento do "trabalho livre", os cercamentos das pastagens de carneiros, a apropriação e a redistribuição das terras da Igreja, a pilhagem do Novo Mundo, a drenagem dos pântanos e, em seguida, sob a Revolução e depois dela, o crescimento da quantidade de cercamentos e a recuperação das terras não cultivadas. Uma característica do capitalismo inglês é o movimento de retorno das fortunas à terra. A Revolução confirmou os títulos de uma nova propriedade, mas esta já existia e estava ameaçada pelas tributações arbitrárias da monarquia. Essa propriedade não tinha sanção assegurada pela ideologia autoritária e mágica que sobreviveu às suas origens feudais. Mas, uma vez em marcha a Revolução, uma ameaça completamente diferente contra a propriedade apareceu, vinda

* *Livro do dia do julgamento*, cadastro-geral do reino que Guilherme, o Conquistador, mandou preparar pouco antes de sua morte (1096). (N. dos T. E.)

da esquerda, dos *levellers*. * A Revolução de 1688 permitiu não um compromisso entre o "feudalismo" e o "capitalismo", mas um arranjo exatamente apropriado ao equilíbrio de forças sociais do momento e, ao mesmo tempo, suficientemente flexível para durar. Os beneficiários do entendimento foram precisamente aqueles que estavam representados no Parlamento, isto é, as pessoas que gozavam de uma propriedade substancial e, especialmente, de uma propriedade fundiária. Ao mesmo tempo, uma imunidade limitada e manipulada, além das medidas restritivas como as Corporation Acts e as Test Acts, ** colocou fora do jogo as pequenas manufaturas, artesãos etc. A parte de carisma que a Coroa e a alta aristocracia souberam preservar permitiu manter a ordem social, ao mesmo tempo em que se proibia (e isso graças à dissidência jacobita) *** o restabelecimento da antiga autoridade. A Igreja, obedecendo a um erastianismo^Δ sem grandeza, sob o controle local da *gentry* e exercendo uma influência pouco profunda, de tipo mágico, reforçava a autoridade dos proprietários sobre o povo. Sustentei alhures que a *gentry* constituía uma burguesia agrária e não uma aristocracia que estivesse associada, por um reflexo de medo social, à burguesia industrial. Δ Δ

* Movimento igualitário e radical nascido entre os republicanos em 1615, hostil à monarquia e parcialmente oposto a Cromwell. (N. dos Ts. E.)

** Corporation Acts (1661) e Test Acts (1673, 1678) visavam excluir dos cargos públicos as pessoas que não professassem a religião oficial. (N. dos Ts. E.)

*** Legitimistas partidários da dinastia dos Stuart (Jaime II, derrubado por Guilherme de Orange em 1688). (N. dos Ts. E.)

Δ Doutrina que pregava a dependência da Igreja em relação ao poder temporal. (N. dos Ts. E.)

Δ Δ Cf. "As peculiaridades dos ingleses" (N. do T.)

A polaridade essencial da história inglesa no século XVIII é a oposição entre *gentry* e plebe e não entre *gentry* e burguesia (fenômeno não encontrável senão em certas situações urbanas). A plebe não é uma classe operária. Antes, parece a plebe romana. Ela compreende, de uma maneira ou de outra, o que se designaria na França como pequenos camponeses, onde os pequenos fazendeiros tradicionais existem ainda, artesãos e mercadores das vilas, lojistas (que são, é claro, também artesãos) muito semelhantes aos membros das sessões de *sans-culottes* na França descritos por Soboul. Vimos aparecer esses indivíduos em Londres, em 1792-1795, na Sociedade Londrina de Correspondência, que tinha o modelo dos clubes jacobinos e das sessões. Se se analisa a lista dos membros desta sociedade e se a compara às descrições de Soboul ou às do outro estudo sobre as sessões parisienses, encontram-se as mesmas profissões, os mesmos comércios. *

Seria muito apressado considerar esses indivíduos como "pequenos burgueses": eles existem de fato como pólo oposto ao poder da *gentry*. Ninguém, no século XVIII, teria a idéia de descrever a sociedade como uma sociedade de "uma só classe". ** Havia governantes e governados, os grandes e os pequenos, as pessoas abastadas vivendo de suas propriedades e as sem eira nem beira. Entre elas — onde seria necessário situar as profissões liberais, a burguesia industrial nascente e as classes médias rurais (arrendatários

* Cf. *A formação da classe operária inglesa*, op. cit., vol. I, pp. 15-23 e 111-204. (N. do T.)

** Cf., por exemplo, P. Laslett, *Ce monde que nous avons perdu. Famille, communauté et structure sociale dans l'Angleterre pré-industrielle*. Paris: Flammarion, 1969, pp. 29-52. (N. do T.)

abastados e médios proprietários) —, as relações de clientela e de dependência eram tão fortes que, pelo menos até os anos 60 do século XVIII, esses grupos não pareciam modificar muito a polaridade essencial. Apenas o indivíduo que fosse “independente” da necessidade de se subordinar aos padrões podia ser considerado alguém de posse de uma existência política plena — argumento que se pode invocar em favor da concepção “monoclassista”. Mas uma classe não se define somente pela identidade política. Para Fielding, a divisão evidente entre classes altas e baixas, entre as pessoas civilizadas e as demais, atravessava o país como um corte cultural:

Enquanto as pessoas civilizadas reservavam diversos locais para seu uso próprio, tais como cortes, assembleias, óperas, bailes etc., as pessoas do vulgo, fazendo círculo em volta de uma praça real chamada Cercado dos Combates de Ursos de sua Majestade, * tiveram sempre por quinhão os bailes, as feras, as pândegas [...]. Bem longe de se verem, uns e outros, como “irmãos”, na linguagem cristã, dificilmente se consideravam da mesma espécie.

É um mundo em que patriciado e plebe se opõem. Não foi por acaso que os governantes fizeram referência à Roma antiga para constituir o modelo de sua própria ordem social. Mas uma tal polarização das relações de classe não elimina totalmente a existência política da plebe, que constitui um dos termos inclusos na definição de *res publica*.

* Fielding opõe ironicamente as distrações vulgares, como as lutas de animais (e notadamente de ursos), aos prazeres refinados da ópera e do baile. (N. dos Ts. E.)

Uma plebe, sem dúvida, não é uma classe operária. Seria necessário para isso que ela desse de si mesma uma definição consistente, que tivesse uma consciência de classe se afirmada, objetivos claros, uma organização de classe estruturada. Mas a presença política da plebe, do “populacho” ou da multidão é evidente.² Ela pesava sobre a alta política em um certo número de ocasiões: motins pró-Sacheverell, * agitação a propósito dos direitos indiretos, da taxa sobre a sidra, ebulições patrióticas e chauvinistas, que sustentaram a carreira de Pitt, o Primogênito, e até mesmo de Wilkes e outros; ** a sensibilidade desconfiada de uma multidão libertária defina, no sentido mais amplo, os limites do que era politicamente possível. Não devemos nos limitar à visão habitual que supõe que os trabalhadores estivessem encerrados em solidariedades fraternais ou na consciência “vertical” de cada ofício e crer que isso tornava impossíveis solidariedades mais amplas e uma consciência de classe “horizontal”. O artesanato urbano mantinha em parte um ponto de vista corporativo: cada ofício tinha suas canções, seus livres de lendas; alguns, como os ferreiros e cardadores de lã, conservavam as festas de seu santo padroeiro e suas procissões rituais. Periodicamente, as distinções de ofícios eram encenadas nas festas e na vida

* Pregador julgado e condenado pelos sermões violentamente hostis aos ministros *wilgits*, o que provocou motins da multidão londrina. (N. dos Ts. E.)

** Wilkes (1727-1797), rico londrino, jornalista, conduziu campanha em favor das liberdades e contra o autoritarismo de Jorge III (que subiu ao trono em 1760). Várias vezes eleito e invalidado como deputado na Câmara dos Comuns, foi considerado um mártir da liberdade e foi por algum tempo presidente da Câmara Municipal de Londres. (N. dos Ts. E.)

social. Mais importante, quando se tratava de definir seus interesses econômicos como "produtores", eles se organizavam solidamente no quadro de seu ofício para enviar petições às autoridades do Estado, a fim de obter favores do modelo paternalista. E evidências desse tipo não faltam. Mas supor que a fraternidade do ofício estava necessariamente em contradição com as solidariedades ou objetivos mais amplos é totalmente falso.

Os motins populares: nem explosões selvagens, nem revoluções "racionais"

A característica peculiar das relações entre a *gentry* e a plebe revela-se a partir da análise dos motins populares, massiadamente importantes na história inglesa no decorrer do século XVIII. Pode-se classificá-los em dois grupos: os motins "autônomos" e espontâneos e os motins tolerados.

No primeiro grupo, podem-se classificar os motins de "taxação popular", que se observam em larga escala entre os anos 1709-1740; 1756-1757; 1766-1767; 1782; 1795; e 1800-1801. No curso desses motins procede-se às vendas forçadas do trigo e à destruição dos moinhos; os participantes são, sobretudo, operários de pequenas empresas, trabalhadores em domicílio, mineiros, trabalhadores da lã e da tecelagem, gente das cidades mais do que do campo. Isso não tem nada de movimento agrário, mas pode ser caracterizado como um movimento da pequena indústria manufatureira. Mostrei alhures que se trata não de explosões selvagens da fome, mas de movimentos regradados que visam a uma taxação popular. Do mesmo modo, é o que acontece com os motins a propósito dos pedágios de pas-

sagem, revoltas contra a construção de novas estradas com novos pedágios, ou ainda os motins contra os cercamentos (em uma escala menor, mas sobretudo nos pequenos centros urbanos circundados por terrenos comunais que se pretendia cercar). Enfim, diversos motins com motivos menos importantes mas muito violentos: contra o recrutamento forçado da Marinha; contra as formas de taxaço particulares do licor, da sidra, da cerveja, do gim; em relação ao contrabando, motins conduzidos por centenas de pessoas; em relação à caça furtiva em terrenos fechados, por vezes em grande escala, aldeias inteiras coligando-se contra a aristocracia e a *gentry*.

Por outro lado, há os motins tolerados, a tradição dos motins Igreja e rei,^{*} pelos quais a *gentry* (ou elementos desta), às vezes, insuflava a multidão, para usá-la contra seus inimigos. Podem-se tomar, entre eles, os motins contra os papistas (em Londres, em 1780, os de Gordon são os mais célebres, porém os mais importantes escaparam ao controle), ** os motins contra as seitas não-conformistas, contra os metodistas e, particularmente, nos anos de 1790, os motins contra os partidários da Revolução Francesa, os partidários de Tom Paine, as revoltas "antijacobinas" sustentadas pelas autoridades: molestavam-se alguns adversários, queimava-se Tom Paine em efígie, acendia-se uma fogueira em sinal de regozijo.

Há motins intermediários entre essas duas categorias, difíceis de se agrupar de um lado ou de outro, particular-

* Assim denominados segundo o grito de guerra dos amotinados. (N. dos Ts. E.)

** Cf. *A formação da classe operária inglesa*, op. cit., vol. I, pp. 65-6. (N. do T.)

mente os da multidão londrina, grandes motins e tumultos do tempo de Wilkes, nos anos de 1760, que, de certo modo, eram tolerados porque a cidade estava sob autoridade *whig*, hostil ao rei e ao governo, que se servia da multidão como meio de pressão; mas essas ações ultrapassaram aqueles que as iniciaram. O mais interessante nas situações de motim na Inglaterra é observar em que medida a *gentry* as acolhia com tolerância — uma característica muito particular da vida inglesa que eu gostaria de tentar explicar.

Modo de dominação da gentry

Partirei do paradoxo da tolerância da *gentry* para com a turbulência da arraia-muía, paradoxo que precisa ser compreendido no quadro das relações entre essas duas classes. A atitude permissiva em face da vigorosa cultura popular pagã, uma certa precaução e mesmo uma certa delicadeza na manipulação da turbulência popular ou, ainda, uma certa bajulação estendida aos pobres no que concerne às suas liberdades e seus direitos — tudo isso nos coloca diante de um problema que exige uma análise sutil das relações entre as classes. Isso sugere uma espécie de reciprocidade nas relações entre ricos e pobres; parece que alguma coisa impede a utilização da força contra a indisciplina e a agitação; há, entre os ricos, uma espécie de cuidado em não tomar medidas que alienariam os pobres e, entre estes — ao menos, em certas ocasiões, unidos ao grito de “Igreja e rei” —, o sentimento proveniente das vantagens tangíveis de ganhar e solicitar o favor dos ricos. Essa relação mútua dificilmente pode ser analisada aqui senão como uma

relação de classes (apesar de isso desagradar àqueles que denunciam um anacronismo quando se fala de classe trabalhadora no século XVIII). O preço que a aristocracia e a *gentry* precisaram pagar, em contrapartida à fraqueza da monarquia e do Estado, foi a liberdade da multidão. Essa fraqueza do Estado revelava-se na sua incapacidade de utilizar a força rapidamente, na indulgência que ele manifestava (por razões ideológicas) para com as liberdades individuais e numa burocracia fantasmagórica de tal modo onerada por sinecuras, parasitismo e clientelismo que não tinha, por assim dizer, a mínima existência. Tal é a estrutura em que é preciso situar a reciprocidade das relações entre governantes e governados. Só teria sido possível disciplinar a multidão se existisse uma classe dirigente unificada e coerente que aceitasse repartir amigavelmente os despojos do poder e governar por intermédio do controle sem limites que ela podia exercer sobre os meios de subsistência. Uma tal coesão não existiu em momento algum antes dos anos de 1790, como várias gerações de historiadores demonstraram. As tensões entre a corte e o príncipe, o dinheiro e a terra, são profundas. Até 1750-1760, é necessário fazer distinções no interior da *gentry*. Há uma nítida diferença nas relações dos *whigs* e dos *tories* com a multidão. Enquanto os *whigs* jamais são paternalistas convictos, os *tories* estabelecem uma aliança mais ativa e mais afinada com a multidão. Após a década de 1750, o clima muda. Os conflitos entre a corte e a província se acalmam, de tal modo que se pode falar de um estilo paternalista para toda a *gentry*. Quando de um motim, as diferenças de atitude entre *whigs* e *tories* desaparecem, ao menos as dos juizes de paz. Para manter seu poder sobre os pobres, os juizes devem demonstrar que não são papistas nem puritanos.

Eles devem, ao menos em aparência, oferecer-se como mediadores. Em caso de motim, recorrem à persuasão moral antes de convocar a força.³

Nessas condições, a dominação da *gentry* repousa em parte na encenação da hegemonia cultural. Ela é sublinhada pelo estilo teatral que seus membros dão ao exercício de suas funções oficiais: perucas, bengalas, vestidos, postura, gestualidade e movimentos. Há um estilo retórico muito estudado, particularmente afirmado no ritual da Justiça e das cortes de Justiça. Se a teologia está no centro da ideologia do século XVII, no século XVIII não há nenhuma dúvida de que esse lugar é ocupado pelo direito. Quando dos motins, são os civis e não os militares que intervêm para acalmar a multidão. Dois tipos de fatos são importantes para a dominação cultural exercida pelas autoridades civis sobre o povo: no topo, o ritual das grandes cortes, as sessões, as procissões de juizes pela cidade — procissões realizadas de acordo com um cerimonial muito formal; na base, as baladas, os cantos, as histórias, o folclore dos criminosos, dos enforcados etc. Tyburn* está exatamente no centro da luta ideológica na sociedade do século XVIII. Analisei em "Patrician society, plebeian culture" as características desse estilo de dominação, encenação de uma hegemonia cultural à qual se contrapõe uma tradição subterrânea do terror popular.

As instituições jurídicas e a lei exercem um papel essencial. A classe dominante encontrava uma legitimação, exercendo um poder "constitucional" e dominando por intermédio de um processo verdadeiramente legal; as clas-

* Praça de execuções capitais onde eram erguidos os patíbulos em Londres. (N. dos Ts. E.)

ses dominadas afirmavam a imagem de si mesmas como ingleses nascidos livres, com direito igual perante a lei (o que não é a mesma coisa que o estatuto de cidadão). A dialética repressão-protesto-concessão move-se no interior dessa retórica e dessas formas. A lei não é um simples instrumento de dominação, mas também uma ideologia, a qual legitima a dominação da *gentry*. A hegemonia da *gentry* e da aristocracia no século XVIII não se exprimia, primordialmente, pela força militar nem pelas mistificações de um clero ou da imprensa, mas no ritual das cortes de Justiça.

NOTAS

¹ Na Inglaterra, ao contrário do que se passa na França, os movimentos revolucionários têm origem inicialmente plebéia e não burguesa. A arara-mitida, os artesanos qualificados e, depois, a partir de 1817-1820, o novo proletariado, os tecelões, os operários das manufaturas, estão na origem das primeiras manifestações e organizações de massa, recebendo a colaboração de alguns porta-vozes e algum apoio vindos da burguesia fundiária e da classe média.

² Os trabalhos de George Rudé sobre Londres permitem observar sua influência. Cf. *Wilkes and liberty, a social study of 1763 to 1774*. Oxford: Clarendon Press, 1962; e *Hammerman London, 1714-1780*. Londres: Socker and Warburg, 1971.

³ Isso também provinha, às vezes, de um elemento de simpatia ativa pela multidão, especialmente quando a *gentry* se sentia lesada pelo lucro que os intermediários tiravam de seu rigo ou daquele de seus arrendatários.

FOLCLORE, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA SOCIAL*

Antes de mais nada, quero me apresentar confessando ser, francamente, um impostor. No trabalho a que me dediquei nos últimos dez anos, sobre a história social inglesa do século XVIII, é verdade que me deparei com problemas de recuperação e compreensão da cultura popular e do ritual, problemas possíveis de ser vistos, de modo muito geral, como mais próximos às preocupações da antropologia social que da história econômica. Espero explicar isso mais adiante. Também é verdade que estou cada vez mais propenso a dispor de materiais folclóricos. Mas, certamente, não posso me apresentar a vocês como alguém qualificado em antropologia nem como um acadêmico convencional, especialista em folclore; o meu conhecimento da antropologia

* Tradução de "Folklore, anthropology and social history", *The Indian Historical Review*, nº 2, 1977. Este artigo é uma versão revista da palestra do autor no Congresso de História da Índia, em Calicute, Kerala, em 30/12/1976. Tradução: Antonio Luigi Negro.

logia ocidental é intermitente e eclético e, no que se refere à antropologia e ao folclore indianos, não é nem mesmo rudimentar. Muito do que tenho para dizer pode bem soar como lugar-comum para você, algo assim desnecessário.

Entretanto, talvez ainda haja alguma coisa pendente entre os historiadores da tradição marxista (do Leste e do Oeste), até agora muito relutantes em enfrentar determinados problemas. Como historiador dessa tradição, pretendo expor, na minha conclusão, alguns pontos de autocritica marxista. Porém, em primeiro lugar, gostaria de falar mais amplamente aos colegas historiadores, fazendo uma defesa desse mesmo ecletismo do qual me declarei culpado. Numa recente discussão publicada no *Journal of Interdisciplinary History* (1975), Keith Thomas, autor de *Religião e declínio da magia* (1971), foi advertido por Hildred Geertz exatamente por causa desse pecado. 'Geertz sugeriu que Thomas pegara enfoques emprestados das mais distantes escolas antropológicas, enquanto deveria ter se posicionado, claramente, a favor de uma ou de outra. Sem uma bagagem teórica consistente, tais empréstimos acusam oportunismo empirista ou simplesmente amadorismo. A bruxaria precisava ser elucidada de um jeito ou de outro. Não podemos jogar com diversas categorias alternativas de exposição, derivadas de teorias antropológicas incompatíveis.

Nessa controvérsia, eu no entanto fecharia com Thomas. Estudos antropológicos sobre feitiçaria (ou sobre outras crenças e rituais) nas sociedades primitivas, ou em sociedades africanas contemporâneas mais avançadas, não precisam nos prover com todas as categorias explicativas necessárias para as crenças de bruxaria na Inglaterra elisabetana ou na Índia do século XVIII, onde podemos encontrar sociedades mais complexas e plurais, com vários níveis

de credulidade, sofisticação e ceticismo. Categorias ou "modelos" derivados de um contexto precisam ser testados, refinados e, talvez, redefinidos no curso da investigação histórica. Por ora, devemos abordá-los com uma certa lição. Na minha prática, sigo Thomas e Natalie Zemon Davis de muito perto.² Para nós, o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia. Temos em comum o fato de descartarmos, resolutamente, tanto as categorias de explicação positivistas ou utilitaristas quanto sua infiltração na tradição economicista do marxismo. Mas este trabalho não está concluído. Claramente, diferenças de acentuação podem ser detectadas desde logo, as quais antecipam todo um debate, no interior da antropologia histórica, entre as abordagens funcionalista, estruturalista, simbolista e qualquer outra que apareça. Mas, no meu modo de ver, tais discussões podem ser adiadas até o momento em que, sem precipitações, as pesquisas (incluindo trabalhos comparativos entre diversas histórias nacionais) permitam tirar uma conclusão.

Fui levado a esses problemas no instante em que encerrei *A formação da classe operária inglesa*, em 1963, e decidi orientar as minhas pesquisas para tempos anteriores, para a consciência plebeia e as formas de protesto do século XVIII, como os motins da fome. Isso implicou o abandono do território da Revolução Industrial em favor da exploração do que é, por vezes, chamado de sociedade "pré-

industrial", um termo insatisfatório. Pois a Grã-Bretanha do século XVIII, tal qual a Índia do século XVIII, contava com uma vigorosa indústria manufatureira, não obstante fosse predominantemente artesanal. Mas mover-se da primeira para a segunda sociedade significou mover-se de uma sociedade submetida a um acelerado ritmo de mudança para uma sociedade governada, numa extensão muito maior, pelo costume. Havia práticas agrárias costumeiras, formas costumeiras de iniciação às artes de ofício (aprendizagem), expectativas costumeiras quanto a certos papéis (domésticos ou sociais), modos de trabalho costumeiros e expectativas consuetudinárias, bem como "desejos" ou "necessidades".

Ao considerarmos o costume, somos levados a problemas impossíveis de ser apreciados dentro da disciplina da história econômica. Tampouco as prescrições do hábito, que são transmitidas oralmente, podem ser manejadas como uma subseção da "história das idéias". A cata de fontes sobre os costumes e suas significações, acabei me voltando para as compilações dos folcloristas. Aqui e agora, não é preciso insistir, esse material é altamente insatisfatório. Fiquei tão impressionado com isso — na verdade, preconceitivamente — que (confesso envergonhado), quando escrevi *A formação da classe operária inglesa*, ainda não havia lido *Observations on popular antiquities* (1777), de John Brand. Esse estudo fundamental do folclore estabeleceu um padrão depois seguido pelos folcloristas britânicos durante todo o século XIX — e ainda por alguns observadores britânicos dos costumes indianos. Com sua organização de acordo com "calendário de costumes" e costumes relacionados aos ritos de passagem, sua influência pode ser notada, ainda hoje, em sofisticados estudos etnográficos dos nossos dois países.²

De valia, desde que utilizado com cautela, o material descritivo recolhido pelos folcloristas oitocentistas ainda pode ser útil. Todavia, o costume e o ritual foram frequentemente encarados pelo cavalheiro paternal — e estrangeiro (no caso da Índia) — a partir de cima e por cima de uma fronteira de classe, sendo ainda divorciados de sua situação ou contexto. As perguntas dos folcloristas raramente procuravam saber da sua função ou uso corrente. Antes, os costumes eram vistos como "reliquias" de uma antigüidade remota e perdida, como ruínas desmoronadas de fortificações e povoados antigos. Algumas vezes, foram tomados como traços de uma herança pré-cristã, pagã ou ariana. As formas fraturadas sobreviviam, e a gente "ignara" as repetia mecanicamente, como sonâmbulos, sem noção alguma de seu significado, ou talvez, como nos rituais derivados dos cultos de fertilidade, com uma acitação subconsciente e intuitiva. Sob o impulso das pesquisas linguísticas de Max Müller, a isso acrescentou-se a idéia de averiguar a dispersão de raças e culturas mediante a ferramenta do folclore. Resenhando *Resenches into the early history of mankind, and the development of civilisation* (1865), de Edward Burnett Tylor, Müller afirmou: "o esquema base de uma nova ciência foi delineado, e as reliquias em pedaços do antigo folclore da família ariana foram colhidas nas choupanas da Escócia, nos salões das fiandeiras da Alemanha, nos bazares de Herat e nos mosteiros do Ceilão".³

Como observou Romila Thapar,⁴ esta idéia de uma herança indo-europeia "ariana" comum provocou uma inclinação de simpatia pela cultura indiana entre os etnógrafos e indólogos europeus. Mas suas conseqüências foram menos felizes para os estudos folclóricos. Porque, para Tylor e seus seguidores, o interessante era descobrir até onde os

costumes forneciam uma “prova da ligação com o princípio da história da humanidade” e em que medida esses costumes mostravam quanto os povos que os praticavam “eram consanguíneos, ou se haviam mantido contato, ou sido indiretamente influenciados um pelo outro, ou ambos, a partir de uma origem comum”.⁶ Sobreveio um interesse estritamente classificatório com relação ao costume e ao mito, algo semelhante ao interesse taxonômico de outras ciências oitocentistas. Costumes e crenças foram escrupulosamente examinados de acordo com seus atributos formais e, então, essas propriedades formais foram comparadas transpondo-se imensos abismos culturais e temporais. Em poucas páginas, saltamos dos antigos indianos à Alemanha de Tártio, aos contemporâneos da Groenlândia, até Java e Polinésia, Mongólia e os nativo-americanos mandans e choctaws.⁷ O fim dessa estrada foi finalmente alcançado em *O ramo de ouro*, de sir James Frazer (Londres, 1936).

O descrédito acadêmico no qual essa vertente foi cair arrastou consigo os estudos folclóricos nas universidades britânicas. Na universidade francesa, um eclipse assim não aconteceu, pois, graças à obra de Arnold van Gennep, aqueles estudos se encontraram com a antropologia. Na Grã-Bretanha, porém, os antropólogos têm enxergado no folclore uma investigação antiquada de relíquias míticas e consuetudinárias, descoladas do seu contexto em uma cultura total, sendo então comparadas e sistematizadas de modos incorretos.⁸ A esse estado de desconceituação, adicionaram-se as suspeitas políticas dos estudiosos marxistas e radicais. No início do século XX, as coleções de canções folclóricas, danças e costumes na Inglaterra eram uma causa abraçada por intelectuais de esquerda, mas, nos anos 30, essa simpatia se esvaceceu. O ascenso do fascismo suscitou uma iden-

tificação dos estudos folclóricos com uma ideologia profundamente reacionária ou racista. Mesmo em terreno histórico não tão delicado, o interesse no comportamento costumeiro tende a ser prerrogativa de historiadores com perfil conservador. Pois o costume, por sua natureza, é conservador. Enquanto isso, os historiadores de esquerda se voltaram para movimentos inovadores e racionalistas, fossem seitas puritanas ou os primeiros sindicatos, deixando a sir Arthur Bryant e seus sequazes a celebração da “Alegre Inglaterra” e suas festividades de maio (*maypoles*) e paroquiais, bem como suas relações de paternalismo e deferência.

Esse esboço rápido, que passa por cima de muitas dificuldades com excessiva facilidade, pode indicar o motivo de o folclore ser, nos dias de hoje, tão pouco estudado nas universidades inglesas⁹ e também como pude escrever *A formação da classe operária inglesa* sem ter lido Brand.¹⁰ Nos últimos anos, a vigorosa retomada da atenção a canções folclóricas e ao costume se deu fora das universidades, observando-se somente agora os indícios de sua chegada aos círculos acadêmicos. Em autodefesa, deveria dizer que os problemas postos diante do historiador britânico — quando se fala do uso universitário das fontes folclóricas — são, talvez, muito maiores que os encontrados por aqui, na Índia. Nosso material está morto, inerte e corrompido. O de vocês ainda vive. O folclore na Inglaterra é, na maior parte, uma compilação literária de resquícios dos séculos XVIII e XIX, testemunhos coletados por párocos e educados antiquários, que os reconheciam por detrás da fronteira de classe da condescendência. No trabalho de um especialista indiano contemporâneo, constato que ele coletou, durante a pesquisa em dois vilarejos (um no Rajasthan e outro em Uttar Pradesh), “1.500 canções populares, 200 histórias, 175

adivinhações, 800 provérbios e algumas simpatias”¹¹ Fico roxo de inveja ao escrevê-lo, tal qual qualquer outro colecionador britânico ficaria, que pode-se dar por sortudo se, ao longo de um ano, achar uma canção popular original, ou ainda algumas variantes de canções já conhecidas.

Portanto, o que temos a fazer na Inglaterra é reexaminar o velho material há muito recolhido e fazer novas perguntas, procurando recuperar os costumes perdidos e as crenças que os embasavam. Posso ilustrar melhor o problema se contornar a discussão dos materiais e do método e encerrar os tipos de questões que têm de ser colocados. Quando examinamos uma cultura consuetudinária, tais perguntas podem, freqüentemente, referir-se menos ao processo e à lógica da mudança e mais à reconstrução de estados passados de consciência e à textura das relações domésticas e sociais. Elas têm menos a ver com o vir a ser e mais com o ser. À medida que alguns atores principais da história — políticos, pensadores, empresários, generais — retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que suporta a entrada em cena. Se nos preocupamos apenas com o tornar-se, então há períodos históricos inteiros em que um sexo foi negligenciado pelo historiador, pois as mulheres são raramente vistas como atores de primeira ordem na vida política, militar ou mesmo econômica. Se nos interessamos pelo ser, então a exclusão das mulheres reduziria a história à futilidade. Não podemos entender o sistema agrário dos pequenos produtores sem investigar práticas hereditárias, os dotes e, quando for o caso, o ciclo do desenvolvimento familiar.¹² Por sua vez, essas práticas se apoiam nas obrigações e reciprocidades do parentesco, cuja manutenção e observância serão freqüentemente encontradas nos encar-

gos particulares das mulheres. A “economia” só pode ser entendida no contexto de uma sociedade urdida assim. A vida “pública” emerge de dentro das densas determinações da vida “doméstica”.

Atenho-me, no momento, à recuperação de evidências a respeito de normas e expectativas quanto a relações sexuais e maritais na cultura dos usos e costumes da Inglaterra do século XVIII, um tema sobre o qual muito se escreve, mas de que pouco se sabe. Com efeito, trata-se daqueles aspectos de uma sociedade que aparentam ser tão inteiramente “naturais” aos seus contemporâneos que, usualmente, acabam deixando registros históricos imperfeitos. Daqui a 200 anos, um historiador poderá facilmente atestar como os cidadãos industriais de hoje se ressentiam por não ter dinheiro suficiente — ou o que pensavam dos que o possuíam em demasia —, mas lhe parecerá muito mais difícil reaver nossos sentimentos sobre o dinheiro em si mesmo, como o mediador universal de nossas relações sociais, pois o pressupomos de modo tão arraigado que nem sequer o expressamos. Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas. No seu trabalho de campo, M. N. Srinivas notou que, quando as disputas no vilarejo eram subitamente deflagradas, os “factos normalmente escondidos emergiam na superfície”.

A paixão acesa no calor da disputa induziu os opo-

ntes a dizer e fazer coisas, reveladoras das motiva-

ções e relações, com a mesma clareza de um relâmpago a iluminar, embora momentaneamente, as canhas em uma escuridão noturna [...]. As disputas despertaram a memória do povo e o fizeram mencionar e examinar precedentes [...]. As disputas [...] foram uma rica mina de informações que o antropólogo não podia ignorar.¹³

Então, mesmo um ritual altamente atípico pode nos abrir uma valiosa janela, de onde observaremos as normas. Há uns dez anos, reparei no ritual de "venda" de esposas na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Encontrada entre trabalhadores, fazendeiros e outros, essa prática não pode ser tomada como típica de coisa alguma. No entanto, achei um número satisfatório de casos (cerca de 300) e evidência suficiente para mostrar seu reconhecimento universal pelas "ordens baixas" e que os rituais eram endossados pela comunidade operária como signo de uma transferência legítima de parceiros matrimoniais. Mesmo assim, ainda resta um ritual insólito, razão de comentários e, na verdade, de uma certa sensação.

Este devia se desenrolar de acordo com os conformes: devia ter lugar num mercado público, era anunciado com antecedência, a mulher — com um leiloeiro (normalmente o marido) — adentrava o recinto com uma coleira em torno a seu pescoço ou cintura, as ofertas eram abertas ao público e, finalmente, selava-se a venda com a transferência da corda do vendedor para o comprador. Meu acervo de episódios foi composto parte com pequenas notas de jornal e parte com os registros dos folcloristas. Editores, jornalistas e estudiosos consistiram, em regra, de espectadores externos, contemplando um espetáculo cujo significado extraíram de seus atributos formais, lendo-o como uma

venda. Uma classe média ilustrada que, no século XIX, bradava contra a escravidão ficava profundamente constrangida ao deparar com esse barbarismo em seu próprio meio, no coração da Inglaterra progressista. Sem maiores convicções, uns poucos folcloristas brincaram com a idéia de resíduos anglo-saxões pré-cristãos; um ou dois — e exceções assim são sempre de importância para o historiador — até analisaram a prática com a perspicácia da observação objetiva. No conjunto, porém, condenaram-na com termos os mais rígidos e moralistas.¹⁴

Entretanto, um exame mais detido das evidências tem propiciado enxergar a venda de esposas sob outro ângulo. Na verdade, o ritual era uma forma de divórcio, em uma época na qual o povo da Inglaterra não dispunha de nenhuma outra forma de desenlace matrimonial. Em quase todos os casos, a "venda" se deu com o consentimento da esposa. Na maioria das vezes, o casamento precedente já estava arruinado, e pode-se demonstrar que o pregão ao público era fictício. O comprador da esposa já havia sido combinado e, em muitos casos, era amante dela.

Mais ainda: o marido que vendia a cônjuge — a qual, afetivamente, perdera — comportava-se com uma generosidade mais humana que a encontrada nos atuais processos de separação. A transação era desenrolada ante o olhar da audiência, e o marido cobria a vergonha de ter perdido a mulher, primeiro com a encenação de tê-la posto à venda, depois com um ou outro gesto de liberalidade ou boa vontade. Comumente, ele destinava toda, ou quase toda, a pequena soma angariada com a venda aos brindes à saúde do novo casal, que eram oferecidos na taberna da praça do mercado. Ocasionalmente, o marido cedente mandava tocar os sinos da igreja, pagava o cocheiro de aluguel aos

recém-casados ou lhes dava uma oferta em comida ou vestes.

O ritual se revela, assim, em sua complexidade. À primeira vista, parece-nos uma forma sobrevivente de predação (*bride wealth*), ou talvez um simples ato de compra e venda de bens. Com uma coileira no pescoço, vendida no mercado de animais, a mulher era vista como uma propriedade ou um bicho. Eis o *non plus ultra* da ordem masculina dominante. Num segundo momento, atravessando a forma, quando olhamos para as verdadeiras relações expressas no conteúdo, a situação muda de figura. Qualquer que seja sua origem ou seu simbolismo manifesto, o ritual foi adaptado aos novos propósitos da regulação da troca de parceiros, mutuamente consensual. Embora encontremos maiores evidências de igualdade sexual que o esperado no primeiro momento, a venda de esposas ainda mantém a subordinação feminina. Salvo circunstâncias excepcionais, as mulheres não punham o marido à venda.*

Nesse sentido, o atípico pode servir para sondar as normas. Durante a minha pesquisa, fui entrando em contato com outras sutilezas a propósito dos modos pelos quais o casamento era percebido pelo operariado inglês. Que um ritual público — e vexatório — era empregado para legitimar o divórcio é, paradoxalmente, uma evidência de que o matrimônio não era amplamente desdenhado. O significado de um ritual só pode ser interpretado quando as fontes (algumas delas coletadas por folcloristas) deixam de ser olhadas como fragmento folclórico, uma “sobrevivência”,¹⁵ e são reinseridas no seu contexto total.

* Para maiores detalhes, ver Thompson, “A venda de esposas”, in *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (N. do T.)

Naturalmente, o ritual permeia a vida social e política, assim como a doméstica. Ultimamente, os historiadores têm lançado novos olhares sobre aspectos da vida nos velhos conhecidos: o calendário de rituais e festividades no campo e na cidade,¹⁶ o lugar dos esportes na vida social,¹⁷ os diferentes ritmos de trabalho e lazer antes e depois da Revolução Industrial,¹⁸ a cambiante posição dos adolescentes na comunidade,¹⁹ o mercado ou o bazar (especialmente quando considerado menos como nexos com o econômico e mais como elo com o social: um centro aglutinante de notícias, fofocas, rumores) e o significado simbólico das formas de protesto popular.²⁰ Os historiadores da tradição marxista influenciados pelo conceito gramsciano de hegemonia também têm investigado com novos olhos as formas de dominação e controle da classe dominante. Muito raramente — e, neste caso, apenas por pouco tempo — uma classe dominante exerce, sem mediações, sua autoridade por meio da força militar e econômica direta. As pessoas vêm ao mundo em uma sociedade cujas formas e relações parecem tão fixas e imutáveis quanto o céu que nos protege. O “senso comum” de uma época se faz saturado com uma ensurdecidora propaganda do *status quo*, mas o elemento mais forte dessa propaganda é simplesmente o fato da existência do existente.

Ao esmiuçar as formas desse controle no século XVIII, progressivamente me vi adepto da noção de teatro. Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do pro-

testo e do ridículo. Sugerir que o controle ou a dominação podem se revestir da roupagem teatral não significa dizer (como já disse) que seja “imaterial, frágil demais para ser analisada, sem substância”. “definir o controle nos termos da hegemonia cultural não significa renunciar ao intento da análise, mas arquitetá-la para os tópicos necessários: as imagens de poder e autoridade e as mentalidades populares de subordinação”²¹

Na Inglaterra do século XVIII, a lei oferece o mais formidável teatro de controle, e Tyburn e outras praças públicas de execução, as mais dramáticas ocasiões. Vale apontar aqui o contraste entre métodos quantitativos e qualitativos de análise do crime, ou “violência”, e da repressão. Os historiadores que têm atuado nessa área, empregando técnicas estatísticas quantitativas apropriadas à história econômica, concentraram seus esforços em contabilizar as agressões, os agressores (e por aí vai). Esforços consideráveis foram, ainda mais, despendidos com a polêmica das — um tanto dúbias — quantidades da “violência” ou “desordem”. Existem problemas bem grandes aqui. Por exemplo, o das categorias legais do “crime”, que mudam com o aperfeiçoamento da eficácia policial. Claro, os melhores estudiosos são cômicos desses problemas e desenvolvem meios para levar tais variáveis em consideração. Apesar disso, mesmo quando são manuseadas com cuidado, acabamos com um conhecimento muito limitado. Pois a importância simbólica da violência — tanto faz que seja a violência do Estado e da lei ou a violência do protesto — não necessariamente possui uma correlação direta com quantidades. Cem pessoas podem perder a vida em um desastre natural e o fato não provocará nada além de piedade; um homem pode ser espancado até a morte

numa delegacia policial e o fato dará origem a uma onda de protestos que irá transformar a política de uma nação. Reparemos nas consequências dos “massacres” de Peterloo e de Jallianwala Bag: nesses dois casos, na perspectiva histórica, os episódios assumem o caráter de uma vitória das vítimas. Em ambos, a subsequente onda de indignação popular, habilmente explorada pelas vítimas (nos inquéritos, nos julgamentos, nas investigações, em atos de protesto), resultou em um consenso que inibiu a repetição de ações repressivas similares, induzindo, em acréscimo, uma ligeira divisão entre as autoridades executivas. Nem o terror nem o contraterror revelam seu significado numa pesquisa puramente quantitativa, pois as quantidades devem ser vistas dentro de um contexto total, e isso inclui o contexto simbólico, que atribui valores diferentes a tipos distintos de violência.

Portanto, a atenção às formas e aos gestos do ritual pode fornecer significativas contribuições ao conhecimento histórico. E certas formas só podem ser inteiramente compreendidas se recuperarmos as crenças da cultura consuetudinária. Por intermédio do terror do *example*, Tyburn, o sítio central das execuções da Londres setecentista, é assim um supremo exemplo do teatro do controle de classe. Não há o menor exagero metafórico em descrevê-lo como um teatro. Claramente, era percebido assim no seu próprio tempo, e dava-se imensa atenção à cerimônia de execução e à publicidade advinda com os exemplos.²² Nessa época, a publicidade dependia de recursos locais: das multidões presentes à procissão dos condenados até o patíbulo, dos subsequentes disse-que-disse nos mercados e nas oficinas, da venda de folhetos com as “últimas palavras antes da morte” das vítimas. Com a ampliação dos meios de publi-

cidade centralizada no século XX, então, quem sabe até uma pequena amostra possa redundar em efeito ainda maior. Os recursos da imprensa de circulação de massas, do rádio ou da TV, magnificam o evento, aumentando o volume do controle do terror. Tome-se como exemplo o extraordinário impacto, sobre toda uma nação, da execução de dois indivíduos: os Rosenbergs.

Privado o Estado do século XVIII de meios similares, lançava-se mão de maneiras de agravamento do terror contra os transgressores. Durante muitos séculos, a punição prevista para certos delitos implicava não só execução, mas também a mutilação *post mortem*. O corpo de contrabandistas ou de saltadores de estrada era pendurado em correntes próximas aos locais do crime até seus ossos branquearem ao sol. Piratas eram suspensos nas docas; a cabeça dos traidores era espetada em estacas a encimar os portões das ruas de maior movimento, e aí ficava por anos e anos; depois, adotou-se o método mais "racional" de confiar, como se presas fossem, o corpo dos assassinos e outros malfetores a cirurgias dissecadores. Contra esse tipo de pena agravante, Peter Linebaugh demonstrou que os amigos dos condenados agitavam as massas ao redor do patíbulo.²³ Mas só podemos entender a indignação provocada por tal tipo de penalidade se entendermos também que a mutilação do cadáver (a negação de um "sepultamento cristão") era, certamente, terror em demasia, uma deliberada ruptura das autoridades com os mais sensíveis tabus populares. Para entender a natureza desses tabus — o respeito, arraigado em superstições, pela integridade dos cadáveres —, Linebaugh extraiu evidências dos hábitos funerários compilados pelos folcloristas. Ao dar um novo uso a essas evidências, ele, por sua vez, transformou dados que eram

apenas antigüidades inertes em ingrediente ativo da história social.

Espero que não seja mais necessário sustentar a defesa em favor de uma atenção renovada pelas fontes do folclore. Não se trata de usá-las acriticamente, mas de empregá-las seletivamente quando do exame de questões frequentemente desconhecidas pelos antigos folcloristas. Contudo, ao colocarmos a história social numa relação com a muito mais sofisticada disciplina da antropologia, então claramente nos deparamos com dificuldades teóricas ainda maiores. Supõe-se algumas vezes que a antropologia possa fazer descobertas não apenas acerca de sociedades particulares, mas sobre as sociedades em geral, que funções ou estruturas básicas tenham sido reveladas e que, por mais sofisticadas ou disfarçadas que possam estar nas sociedades modernas, ainda fundamentem as formas modernas. Entretanto, a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.²⁴ Como observou Marc Bloch, "para o grande desespero dos historiadores, os homens deixam de mudar seu vocabulário toda vez que mudam seus costumes" — e isso é verdadeiro também para o vocabulário das formas rituais.²⁵

Vou ilustrar o que digo tecendo considerações a respeito de uma passagem do trabalho de um historiador que, como eu, escreve a partir da tradição marxista. Em um talentoso estudo sobre a periferia londrina no fim dos Oitocentos, *Outenst London*,²⁶ Gareth Stedman Jones apresenta o capítulo chamado "A deformação do dom". Analisando as atitudes da classe média ante a pobreza e a carida-

de, ele lança mão de conceitos de Weber e Marcel Mauss, propiciando um entendimento apropriado do "significado social da doação caritativa": "em todas as sociedades tradicionais conhecidas, o dom tem desempenhado uma função central na manutenção do *status*. Do trabalho de sociólogos e antropólogos sociais, é possível isolar três traços estruturais inerentes, em maior ou menor medida, ao ato da doação".

O primeiro deles seria a idéia do sacrifício — principalmente para Deus —, ou de um ato de graça do doador. Depois, as dádivas são símbolos de prestígio, implicando a subordinação do receptor. Por fim, o destinatário é inserido sob uma obrigação — e aqui o dom "serve como método de controle social". Uma vez "adequadamente entendidos", Stedman Jones passa a apresentar uma análise das atitudes relacionadas à pobreza (e da ideologia da Charity Organisation Society) nos termos da "deformação da dádiva", suscitada pela "separação das classes" — as distâncias social e geográfica entre ricos e pobres —, a qual destruiu a "integridade original da relação da dádiva", com seus "elementos de prestígio, subordinação e obrigação".

Gostaria de examinar esse raciocínio bem de perto. Primeiro, há uma sugestão de uma constante e primeira relação — o "ato de doar" —, a qual, "em todas as sociedades tradicionais conhecidas", possui "três traços estruturais". O primeiro destes não parece ser nada estrutural. As noções tanto da caridade como uma graça quanto do sacro pedinte (não em si mesmo, mas de alguém cuja precisão dá origem à graça do doador) revestem-se de expressões muito diversas no interior de contextos religiosos e ideológicos distintos, mesmo nas sociedades tradicionais. E sobrevivem nas sociedades modernas nas mais variadas

formas (por exemplo, católica, hindu ou budista). Embora o protestantismo seja, em geral, resistente àquelas noções (e sua "deformação", ou drástica limitação, possa ser coincidente com a ascendência capitalista), elas podem parecer em épocas relativamente recentes, como no caso do "Velho mendigo de Cumberland", de Wordsworth.

Enquanto, de porta em porta,
esse velho homem se arrasta, os aldeões nele
enxergam um testemunho que une
atos passados e encargos de caridade...*

Estou mais propenso a ver os outros dois traços em termos estruturais, haja vista que prestígio, subordinação, obrigação e controle social acarretam uma coincidência entre as relações envolvidas no "ato de doar" e o contexto de estruturas sociais particulares que, apesar de grandes mudanças, ainda poderiam conservar traços universais. No entanto, ainda devemos saber o motivo de esses traços — e apenas eles — serem tratados com prioridade heurística. Desejamos, com isso, sugerir a existência de um nível estrutural mais profundo, revelado pelos achados antropológicos no estudo de sociedades "tradicionais" e que precede qualquer função a ser subsequentemente descoberta? Pois outros traços da ação da dádiva podem ser facilmente apresentados. Daí a descrição proposta ser "a partir de cima", ao passo que, "a partir de baixo", pode-se desvendar outros aspectos, muito diferentes e mais calculados. O pedinte ou o pobre podem visar a extrair dos ricos tudo o que é pos-

* While from door to door/ this old man creeps, the villagers in him/
behold a record which together binds/ past deeds and offices of charity...

sível; eles sabem que a recusa da dádiva provoca a culpa em quem a nega e que esta é terreno fértil para semear ligeiras insinuações de represálias físicas ou mágicas. O beneficiado com as ofertas não precisa sentir-se em obrigação com o doador nem reconhecer seu prestígio (salvo os tributos necessários de uma presumível deferência) — e o grau de subordinação assegurado pela caridade pode depender de um cálculo das vantagens em jogo.

Dai que, ainda assim, esses traços parecem ser considerados de modo não dialético. A estrutura, em qualquer relação entre ricos e pobres, sempre corre em mão dupla, e essa mesma relação, quando girada e vista em perspectiva inversa, pode expor uma heurística alternativa. Contudo, se temos em mente um contexto moderno definido — a Inglaterra do século XVIII, por assim dizer —, o ato de doar ainda pode sugerir outros aspectos. O prestígio — a notoriedade da benevolência — segue sendo eminentemente presente. Pense-se nas elaboradas oferendas de carne devendo (e outras caças) que os aristocratas administradores de parques davam à *gentry* dependente e ao clero. Porém as doações dos ricos aos pobres se tornaram extremamente complexas. Algumas delas já eram mediadas pelas Poor Laws, uma arena permanente de conflito, disciplina e protesto. Podemos enquadrar em um dos três traços arrolados por Stedman Jones o tão característico jogo de empurrar e empurrar de indigentes e mulheres pobres grávidas entre os supervisores de paróquias limitrofes? Outras ofertas, como as propinas aos eleitores, são uma forma direta e transparente de compra de influência. Presentes outros, como o pagamento em espécie dos fazendeiros a seus empregados braçais diaristas, ou como os “donativos” aos servos (isto é, gratificar com roupas, alimentos ou “gorjetas” provenientes

res dos visitantes da casa-grande), são, igualmente, formas diretas de redução do pagamento em moeda e de reforço da dependência e subordinação. Quem sabe a mais importante doação de todas — caridade e alimento subsidiado em tempos de carestia — seja imposta (como já demonstrarei)²⁷ diretamente aos ricos pelos pobres, por meio de uma prática de amoninamento e de ameaça de recurso ao mottum altamente desenvolvida, dorada de aspectos estruturais próprios. Finalmente, há exemplos de generosidade desinteressada relativos à minoritária tradição do paternalismo benevolente que, embora possam ser referidos àqueles três traços estruturais, não podem ser, após um exame detido, inteiramente encaixados em seu interior. Assim, durante o Natal e outras festas, os vizinhos que dão de beber e comer a seus próximos desafortunados podem ter expressado outras solidariedades comunitárias (“estruturais”?) que nos levam a um campo de análise diferente.

Em poucas palavras, se há alguma constante — o dom —, devemos dizer que foi totalmente “deformada” pelo século XVIII. A tese de Stedman Jones sugere uma constante repentinamente fraturada na Londres dos anos de 1860. Logo, entre outros assuntos, passa por cima da dissolução das obras de caridade da Igreja durante a época Tudor, das Poor Laws elisabetanas, da vergonhosa apropriação das fundações caritativas pelos interesses privados no século XVIII, da complexa relação estrutural entre ricos e pobres (evidenciada pelos motins da fome), da crise nacional que se fez acompanhar da Poor Law de 1834, e por aí vai. Porém, mesmo se ele revisasse seu argumento e tornasse o processo mais extenso, minha objeção central se manteria de pé: não existe essa constante do “ato de doar”, com caracteres constantes, passível de isolamento

dos contextos sociais particulares. Na verdade, há de se encontrar a *estrutura* na particularidade histórica do “conjunto de relações sociais”²⁸ e não em um ritual ou em uma forma particulares isolados dessas relações. Na história, novos fenômenos acontecem, e sua organização estrutural diante do conjunto muda à medida que muda a estrutura das sociedades. Esse modo de transpor conclusões da pesquisa antropológica para a história é errado.

Só que, ao dizer isso, minha crítica soa pouco generosa. Não apenas por ter conferido um peso indevido a uma sugestiva passagem de duas páginas, a qual jamais pretendeu arvorar-se de tal peso, mas ainda porque, ao introduzir um modelo sincrônico do “ato de doar”, Stedman Jones conseguiu com que vissemos, em novas formas, a relação advinda com a caridade dos anos de 1860, estimulando-nos à ampla reflexão comparativa acerca das funções da caridade em diferentes contextos históricos. Inúmeras histórias das caridades ou das Poor Laws têm sido escritas sem, de fato, levantar as críticas questões do presépio, subordinação e controle social (ou controle de classe, de minha preferência). Em seus piores momentos, apresentam os doadores exclusivamente conforme seus próprios termos, nas intenções que professam, auto-imagem e justificações ideológicas. Stedman Jones pode ter apresentado uma explicação um tanto rígida, mas, induzindo esse tipo de reflexão, abriu caminho a uma análise séria e de novo tipo. Portanto, minha crítica deve ser inadequada. Se não podemos transpor resultados sincrônicos desse jeito — como tipos ideais, funções constantes, estruturas universais profundas —, mal descobriremos o âmago de um contexto particular sem o recurso a uma tipologia destas, tanto para trazê-lo à tona quanto para discuti-lo.

Vi-me levado a refletir sobre isso no meu atual trabalho a propósito da “*rough music*”, ou *charivari*.²⁹ Eis-me, então, examinando outro ritual “fronteiriço” que joga luz sobre as normas. As cerimônias expõem um infrator das normas da comunidade às formas mais públicas de insulto, humilhação e, algumas vezes, ostracismo. Conduzindo as vítimas em asnos ou fazendo-as montar em varas, queimando sua efigie, tocando “música” estridente diante de suas casas com chaleiras de lata, chifres de animais e tudo o mais, ainda recitavam velhas rimas obscenas. Tenho afirmado que essas formas têm a sua importância, não como, diferentemente das sugestões de Lévi-Strauss, estruturas universais, mas particularmente pelo fato de as funções imediatas do ritual serem dinâmicas. Os tipos de infratores submetidos à *rough music* não são os mesmos de um país para o outro, ou de um século para o próximo. Daí que, novamente, tenho de opor-me ao achado antropológico de apresentar o *charivari* com uma função, ou significado, constante e transcultural.³⁰ Portanto, a importância desses rituais reside no fato de que, identificados quais tipos de conduta (sexual, marital, pública) ofendem a comunidade, revelam-se também as normas dessa comunidade.

Todavia, mesmo assim, ainda careço, em muitos assuntos, do norteamento da antropologia social e me ressinto, também, de dispor de uma desenvoltura nessa disciplina muito além da que possuo. Se o que acontece dentro das formas muda, estas continuam importantes, e elas próprias informam o simbolismo derivado do sistema cognitivo oculto pertencente a uma comunidade. (A expulsão do mal ou do “outro” por meio de um barulho estridente é um dos modos simbólicos mais antigos e mais constantes.) Assim como Stedman Jones deve refletir sobre o “ato de doar”,

devo pensar sobre o ato do ostracismo, a expulsão do "outro", as maneiras pelas quais uma norma é delimitada. Nesse sentido, um diálogo com a antropologia se faz insistentemente preciso.

Nos exemplos utilizados, devo pedir desculpas por ter recorrido, quase exclusivamente, a materiais ingleses. Buscar uma tradução para os termos indianos só revelaria minha própria ignorância. Devo deixá-la a vocês. Fui informado da disseminação do *charman* no cotidiano dos vilarejos indianos e da possível sobrevivência do vexatório ritual da montaria do asno em regiões do norte da Índia. Não tenho dúvidas de que as antigas tradições de caridade e de mendicância ritual na Índia oferecem exemplos de mediações sociais que requerem uma recuperação mais detalhada e uma análise mais sutil que a que tenho apresentado. Naturalmente, o tipo de fontes que devemos usar será diverso. Suspeito que tanto os historiadores britânicos quanto os indianos se defrontam com um problema similar: aqueles que procederam ao registro das evidências que devemos empregar frequentemente não conseguiram adentrar o significado do que anotavam. A grande distância de classe da *gentry* britânica diante de seu próprio povo, ou de outros países, não requer maiores comentários. Mas sugere-se frequentemente que a tradição brâmane, em muitas ocasiões, também fracassou em decifrar todos os significados da cultura do indiano pobre.³¹ Aos administradores britânicos, as defesas desses pobres soaram constantemente como passividade ou "fatalismo". Porém, no interior desse fatalismo, podia existir uma sabedoria de sobrevivência. Como diz o provérbio chinês, "não subas na carruagem grande, só te cobrirás de poeira", ou, como se diz no norte da Índia, "quem no céu cospe na boca cai"³²

Se necessitamos desse diálogo com a antropologia, ainda há alguns problemas quanto ao modo pelo qual deve ser conduzido. A equação vem facilmente à cabeça: assim como a história econômica pressupõe a disciplina da economia, a história social (no seu exame sistemático das normas, expectativas e valores) deve pressupor a disciplina da antropologia social. Não podemos pesquisar rituais, costumes, relações de parentela sem interromper o processo histórico de tempos em tempos, submetendo-os a uma análise estrutural sincrônica e estática.

Digamos que haja algo de verdadeiro nessa equação. No entanto, permanece fácil demais. A economia e a história econômica se desenvolveram em estreita parceria intelectual. Contudo, mais recentemente, a uma história social emergente foi oferecida (ou, mais repetidamente, teve de solicitar, diante de alguma indiferença) uma parceria com disciplinas sociais que são, em parte, explicitamente anti-históricas. Pense-se na influência de Durkheim, Radcliffe-Brown, Talcott Parsons e Lévi-Strauss. Mais ainda, uma certa antropologia social é, igualmente, antieconômica, ou, para ser mais preciso, inocente de categorias econômicas avançadas. Quer dizer, embora leve em consideração a "vida material" proposta por Fernand Braudel,³³ seu tema tradicional a deixa empobrecida e, por vezes, ativamente resistente ao "econômico". Mas não devemos esperar um "avanço" na história social sistemática fazendo ouvidos moucos para a história econômica. Por fim, a história socioeconômica já dispõe de seus próprios conceitos e categorias — dentre estes, da maior importância na tradição marxista, os conceitos de capitalismo, ideologia e classe social, que são conceitos históricos, surgidos da análise de processos diacrônicos, de comportamentos regularmente repe-

titivos ao longo do tempo, os quais, por essa razão, sofrem a resistência e mesmo a total incompreensão (no caso de classe) das disciplinas sincrônicas.

Quero com isso frisar que, embora a relação entre história antropológica social e história social deva ser encorajada, não pode ser de qualquer tipo. Um terceiro integrante é necessário como mediador e, geralmente, seu nome é filosofia. Se tentarmos formar pares com partes dessas disciplinas arranjando encontros entre elas — apresentando a história econométrica positivista ao estruturalismo lévi-straussiano —, então poderemos estar certos de que enlace algum acontecerá.

Cada vez mais, isso vem sendo apontado por pesquisadores de ambas as disciplinas. Todavia, a essa altura, devemos suspender a pretensão de falar pelo conjunto da nossa disciplina para apenas fazê-lo a partir da nossa posição específica. No meu caso, devo definir minha relação com a tradição marxista. Não poderia me valer de certos conceitos sociológicos familiares a não ser que, em primeiro lugar, fossem revestidos com uma ambivalência dialética. Um “ato de doar” deve ser simultaneamente visto como um “ato de ganhar”, o consenso social, como hegemonia de classe; o controle social (muito freqüentemente) como controle de classe; e algumas (ainda que nem todas) regras como necessidades. Entretanto, outrossim, se desejo efetuar uma junção não apenas com a “antropologia social” mas também com a antropologia marxista, estou convencido de que devo abandonar o conceito, curiosamente estatístico, de “base” e “superestrutura”, pelo qual, na tradição marxista dominante, a “base” vem identificada com o “econômico”, afirmando uma prioridade heurística das necessidades e comportamentos econômicos diante das normas

e sistemas de valores. Numa só voz, podemos afirmar que “O ser social determina a consciência social” (uma assertiva que ainda pede exame e qualificação escrupulosos). Enquanto isso, deixamos aberta, para uma investigação comum, a questão de sabermos quanto é significativo, em qualquer sociedade, descrever o “ser social” independentemente tanto das normas e estruturas cognitivas primárias quanto das necessidades materiais em cujo entorno se organiza a existência.

Podemos concluir examinando esse problema com um pouco mais de cuidado. Em geral, o materialismo histórico abraçou um modelo subjacente de sociedade que, para fins analíticos, pode ser encarado como horizontalmente estruturado segundo uma base e uma superestrutura. O método marxista tem dirigido a atenção primeiro para o modo de produção e suas consequentes relações de produção, sendo isso comumente interpretado como revelador de um marcante determinismo “econômico”. Com grande sutileza, esse modelo tem sido incorporado amiúde por historiadores tementes a advertências tais como as de Engels em sua famosa carta a Bloch.³⁴ Nos últimos anos, tem-se verificado uma ênfase renovada na interação recíproca da base com a superestrutura, na “autonomia relativa” de elementos da superestrutura e na determinação econômica apenas “em última instância”. E também se verificaram um refinamento e uma qualificação adicionais com a noção de “determinação”.

O que está radicalmente errado, no entanto, é a analogia, ou a metáfora, com que principiamos e, ainda, o emprego de uma categoria muito limitada, o “econômico”. Mesmo Marx não se serviu dessa analogia de modo repetido, embora o tenha feito, uma vez, em uma síntese sensivelmente importante de sua teoria, a qual se mostrou in-

fluente.³⁵ Mas devemos nos recordar que, em outras ocasiões, ele lançou mão de analogias bem diversas para o processo histórico. Nos *Grundrisse*, ele escreveu: “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas relações que atribuem posição e influência a qualquer outra produção e suas relações. É uma iluminação geral, em que são imersas todas as cores e que modifica suas tonalidades particulares. É um éter especial a definir a gravidade específica de tudo o que dele se destaca”.

No lugar da noção de primazia do “econômico” (mais “real”) — com que as normas e a cultura são vistas como reflexos secundários —, o que essa passagem enfatiza é a simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em *todos* os sistemas e áreas da vida social. Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subsequentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história. Estou colocando em questão — e os marxistas, se quiserem abrir um diálogo honesto com os antropólogos, *devem* colocar em questão — a idéia de ser possível descrever um modo de produção em termos “econômicos” pondo de lado, como secundárias (menos “reais”), as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção. Uma divisão teórica arbitrária como essa, de uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante

*. Aparentemente, Thompson usa sua própria tradução. (O texto em português aqui apresentado foi traduzido dessa passagem.) Depois, ele convida o leitor a consultar outra tradução para o inglês, ligeiramente diversa. Marx, *Grundrisse*. Penguin, 1973, pp. 106-7. Em espanhol, ver Marx, *Líneas*, 1977, primeira metade, p. 30. (N. do T.)

alguns momentos. Mas não passa de uma idéia na cabeça. Quando procedemos ao exame de uma sociedade real, seja qual for, rapidamente descobrimos (ou pelo menos deveríamos descobrir) a inutilidade de se esboçar respeito a uma divisão assim. Incluídos os marxistas, os antropólogos têm insistido longamente sobre a impossibilidade de se descrever a economia de sociedades primitivas independentemente de tanto dos sistemas de parentesco segundo os quais estas se estruturam quanto das obrigações e reciprocidades de parentela que são tão endossadas quanto impostas pelas normas e pelas necessidades.³⁶ Mas é igualmente verdade que, nas sociedades mais avançadas, distinções daquele mesmo tipo não são válidas. Mal podemos começar a descrever as sociedades feudal ou capitalista em termos “econômicos”, independentemente das relações de poder e dominação, dos conceitos de direito de uso ou propriedade privada (e leis correspondentes), das normas culturalmente sancionadas e das necessidades culturalmente formadas características de um modo de produção. Nenhum sistema agrário fica em pé após um dia sem os complexos conceitos de direito de uso, de acesso e de propriedade. Onde devemos colocar esses conceitos: na “base” ou na “superestrutura”?³⁷ Onde haveremos de colocar os costumes hereditários — patrilineares ou matrilineares, parcerias ou indivisíveis — que são tenazmente transmitidos de maneiras não “econômicas” e que, ainda assim, repercutem profundamente na história agrária?³⁸ Onde colocar os ritmos habituais de trabalho e lazer (ou festas) das sociedades tradicionais, ritmos intrínsecos ao próprio ato de produzir e, não obstante, usualmente ritualizados pelas instituições religiosas e de acordo com crenças religiosas, seja na sociedade católica ou na hindu? Não há maneira em

que eu consiga achar possível descrever a disciplina de trabalho puritana ou metodista como elemento da "superestrutura" e daí posicionar nalguma "base" o trabalho em si.

Por mais sofisticada que seja a idéia, por mais sutil que tenha sido o seu emprego nas mais várias ocasiões, a analogia "base e superestrutura" é radicalmente inadequada. Não tem conserto. Está dotada de uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar, classificando atividades e atributos humanos ao dispor alguns destes na superestrutura (lei, arte, religião, "moralidade"), outros na base (tecnologia, economia, as ciências aplicadas), e deixando outros ainda a flunar, desgraçadamente, no meio (lingüística, disciplina de trabalho). Nesse sentido, possui um pendor para aliar-se com o pensamento positivista e utilitarista, isto é, com posições centrais não do marxismo, mas da ideologia burguesa. A boa sociedade pode ser simplesmente criada (tal como na teoria stalinista) a partir da construção de uma "base" industrial pesada; isso dado, uma superestrutura cultural irá, de algum modo, construir-se sozinha. Numa variante mais recente, a althusseriana, com sua ênfase na "autonomia relativa" e na "determinação em última instância", os problemas do materialismo histórico e cultural são deixados sem solução, assim como embaralhados e elididos. Como a hora solitária da última instância não soa nunca, podemos, ao mesmo tempo, prestar uma pia reverência à teoria e tomar a licença de ignorá-la em nossa prática.

Evidentemente, não sou o primeiro marxista a expressar objeções assim.³⁹ Na verdade, as objeções ficaram agora tão aparentes que é de se esperar que um ou outro dos meus colegas marxistas, antes de farejar o ar em busca da "heresia", acompanhe-nas cuidadosamente. Se a manutenção

de sua existência depende da continuidade de uma analogia mal elaborada, um sistema vivo de pensamento político e histórico está na iminência de entrar em crise. O problema da categoria "economia" levanta, novamente, questões adicionais. Todos pensamos saber o que queremos dizer com o termo, mas os historiadores não precisam do lembrete sobre sua evolução comparativamente recente. Mesmo assim, na Inglaterra setecentista, "*economy*" podia ser utilizado para denominar a regulação e o ajuste de todos os assuntos de uma casa (e, analogamente, de um Estado), sem particularmente se referir àqueles temas materiais e financeiros hoje designadores do "econômico". Se nos voltarmos para a história britânica antiga, ou para outras sociedades em vários estágios distintos de desenvolvimento, descobriremos que "economia", na sua acepção moderna, é uma idéia para a qual não existe uma palavra e que não dispõe de um conceito correspondente preciso. A religião e os imperativos morais permanecem inextricavelmente imbricados com as necessidades econômicas. Uma das ofensas contra a humanidade implicadas pela sociedade de mercado plenamente desenvolvido, e por sua ideologia, tem sido, exatamente, a de definir todas as relações sociais coercitivas como "econômicas" e de substituir pelos afetivos pelos mais pessoais (mas não menos compulsórios) os do dinheiro.

Disso decorre que as categorias explicativas "econômicas", que podem ser adequadas para sociedades industrializadas, são freqüentemente menos apropriadas para a compreensão de sociedades mais antigas. Naturalmente, isso não significa dizer que não haja espaço para uma história econômica de sociedades pré-industriais ou pré-capitalistas, mas serve para nos recordar que as expectativas e mo-

tivações das pessoas que viveram aquela época não podem ser entendidas em termos econômicos anacrônicos. Mais sutilmente, o mesmo problema reaparece no interior do próprio capitalismo industrial. Quando Marx contestou a economia política burguesa predominante em seu tempo, assim como sua tese guia sobre a natureza do homem econômico aquisitivo, ele contrapôs a ambas o proletariado, ou o homem econômico explorado, que estava destinado a vir a ser o homem revolucionário (via luta econômica). Porém, embora isso não seja senão uma parte do pensamento de Marx, carregou com um economicismo pesado as subsequentes teorias e estratégias dos pensadores e partidos marxistas. Estes geralmente se esqueceram da ofensa primeira do capitalismo, a de cotar todas as relações em termos exclusivamente econômicos. Com efeito, muitos dos maiores movimentos populares dos séculos XIX e XX só podem ser entendidos como uma demanda dos explorados por uma humanidade (seja seus direitos em lei, como homens e mulheres "livres", como cidadãos, seja seus direitos de voto e de associação, ou seus direitos à independência nacional, seja ainda sua condição e auto-estima no trabalho) que perpassa os limites de qualquer definição econômica menos abrangente.

Se recuso tanto a analogia da base e superestrutura quanto a prioridade interpretativa atribuída ao econômico, em que sentido me insiro na tradição marxista? Somente, eu temo, no sentido em que Karl Marx, em si, inseria-se. Pois não há dificuldade em demonstrar quanto as versões reducionistas e economicistas do marxismo estão distantes do pensamento de Marx.

"Sem produção não há história", insistiu R. S. Sharma oportunamente.⁴⁰ Mas devemos dizer também: "sem cul-

tura não há produção" Dois erros arraigados na tradição marxista foram confundir o tão importante conceito de modo de produção (no qual as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo) com uma acepção estreita de "econômico" e o de, identicamente, confundir as instituições, a ideologia e a cultura faccionária de uma classe dominante com *toda* cultura e "moralidade". Há modos pelos quais sua cultura e instituições podem ser proveitosamente examinadas como "superestruturas", mas esse método de análise se torna muito menos atrativo quando nos voltamos para a cultura, as normas e os rituais do povo sobre quem aquelas classes exerciam seu domínio, pois são comumente tidos como intrínsecos ao modo de produção em si, à reprodução tanto da vida mesma quanto dos meios materiais da vida.

Então, em que sentido ainda podemos sustentar que "o ser social determina a consciência social"? E, além do mais, é verdade que podemos dizer que a determinação se mantém, "em última instância", "econômica"? Se não podemos descrever o ser social independentemente dos conceitos e normas essenciais à existência, à reprodução da vida e aos meios de vida, como podemos classificar o ser e a consciência em duas categorias diversas? Só podemos fazê-lo se descartarmos a noção de econômico em seu sentido contemporâneo limitado e retornarmos à plena acepção de um modo de produção. Este, que é o objeto central da análise de Marx, ainda nos oferece as conseqüentes relações de produção (que também são relações de dominação e subordinação) nas quais homens e mulheres nascem ou involuntariamente ingressam. Isso fornece a "iluminação geral, em que são imersas todas as cores e que modifica suas

tonalidades particulares". Nas sociedades modernas, as relações de produção encontram expressão na formação e luta (ocasionalmente, no equilíbrio) das classes. Entretanto, classe não é, como gostariam alguns sociólogos, uma categoria estática: tais e tais pessoas situadas nesta e naquela relação com os meios de produção, mensuráveis em termos positivistas ou quantitativos. Classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão "econômica" quanto "cultural": é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. Disso decorre que a determinação "em última instância" pode abrir seu caminho igualmente tanto por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a *experiência* de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no senso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres.

Essas questões são difíceis, e talvez fosse o caso de discuti-las com mais rigor e alento. Em poucas palavras, as relações entre o "ser social" e a "consciência social" seguem agora: em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas. Esse é o "senso comum" do poder, saturando a vida cotidiana e se expressando — mais ou menos conscientemente — na abrangente cúpula de hegemonia da classe dominante e nas

suas formas de dominação ideológica. O "teatro" do poder é apenas uma forma dessa dominação.

Contudo, no interior e por baixo desse arco, há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Nesses contextos, não se pode conceber o ser social à parte da consciência social e das normas. Não há sentido algum em atribuir o prevalemento de um sobre outro. Os historiadores podem reconstruir os diferentes modos de vida, seus valores correspondentes, de grupos e ocupações particulares: a "independência" do artesão, os diversos valores comunitais do aldeão, do coureiro, da comunidade dos tecelões. Em alguns momentos, a cultura e os valores dessas comunidades podem opor-se ao abarcante sistema de dominação e controle. No entanto, por longos períodos, esse antagonismo pode ser desarticulado e inibido. Com frequência, há esse tipo de "corte": o aldeão tem sua autoridade reconhecida localmente, mas aceita a inevitável organização do mundo exterior nos moldes da hegemonia dos poderosos. Ele se ressentirá amargamente do proprietário de terras e do usurário, mas segue acreditando em um rei justo ou na equidade do czar. Fato comum, até o protesto pode vir a ser legitimado nos termos do sistema dominante apropriando-se de sua retórica e chegando a conferir-lhe um novo propósito. Os poderosos são injustos ou descuidados, devem ser lembrados de suas obrigações e devem intervir para impedir que subordinados ou comerciantes de gêneros alimentícios explorem o povo. Somente em circunstâncias excepcionais as pessoas realmente vão além da sua experiência local, de seus valores vividos e apresentam um desafio mais amplo.

A pressão do ser social sobre a consciência social se revela, agora, não tanto por meio da clivagem horizontal base e superestrutura, mas por meio de a) *congruências*, b) *contradição*, c) *mudança involuntária*. Por congruências, entendo as regras “necessárias”, as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas *vivem* relações produtivas particulares. Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o *status quo*. Qualquer sistema de produção conforma as expectativas segundo a linha da menor resistência, visando à conformidade com suas regras. Por contradição quero dizer, primeiro, o conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local e ocupacional daqueles da sociedade “envolvente”. Em segundo lugar, conflito são as maneiras pelas quais o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna uma experiência vivida, dando origem à manifestação de valores antagonistas e a uma ampla crítica do “senso comum” do poder. Por mudança involuntária me refiro às mudanças ulteriores na tecnologia, demografia e por aí vai (a “vida material”, segundo Braudel: novas lavouras, novas rotas comerciais, a descoberta de novas reservas de ouro, mudanças na incidência de epidemias, novas invenções mecânicas), cujas involuntárias repercussões afetam o modo de produção em si, alterando, perceptivelmente, o equilíbrio das relações produtivas.

Possivelmente, isso ainda pode ser tomado como uma alteração na “base”. Porém mudanças involuntárias dessa ordem jamais reestruturaram ou reorganizaram um modo de produção assim, espontaneamente. Talvez introduzam novas forças em cena e modifiquem a correlação de poder e riqueza entre classes sociais diversas. Mas a consequência da reestruturação das *relações* de poder, das formas de dominação e da organização social tem sempre sido um desdobramento

do conflito. A transformação da vida maternal determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem *vivenciadas* na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas.

Na minha própria atividade, descobri que não posso lidar com as congruências e com as contradições do processo histórico mais profundo sem observar os problemas revelados pelos antropólogos. Estou bem ciente do fato de outros historiadores terem chegado à mesma conclusão, muito antes de mim, sem terem enxergado a necessidade de justificar a ampliação dos métodos e fontes históricos com esse tipo de dissertação teórica. Apenas a esboço devido à minha impressão acerca da relutância dos historiadores da tradição marxista em acrescentar esse alargamento necessário, parecendo-me que essa resistência deriva de uma contrariedade teórica subterrânea, fundamentada na noção altamente restritiva do que seja “a economia” e numa analogia infeliz. Se ajudei a identificar o lugar onde mora a dificuldade, então meu propósito foi alcançado. Se não, vocês então me perdoem por pensar em voz alta.

NOTAS

¹ Keith Thomas, *Religião e declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

² Natalie Davis, *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Originalmente publicado em 1975.)

³ Com maior comodidade, é possível consultar o livro de Brand em suas edições posteriores (1813, 1849 etc.), revistas e ampliadas por sir Henry Ellis. O termo *folklore* não foi usado antes de 1846, quando William John Thoms o adotou. Para sua trajetória subsequente, ver M. Dorson, *The British folklorists. A history*. Londres, 1968.

⁴ Max Müller, "On manners and customs", in *Clips from a German workshop*. Londres, 1867, vol. II, p. 260.

⁵ Romila Thapar, *The past and the prejudice*. Nova Déli, 1975.

⁶ Tylor, *Researches into the early history of mankind, and the development of civilization*, p. 273. Ele preferia "etnólogo" a folclorista.

⁷ Müller, op. cit., pp. 265-70. Entretanto, Müller era um forte crítico dos intentos imprecisos e pouco eruditos de traçar analogias entre os costumes e mitos indianos e europeus. Ver "Folk-lore", uma resenha atroz de *Curiousities of Indo-European tradition and folk-lore*, de W. K. Kelly. Londres, 1863. No lugar de comparações superficiais, Müller sustenta, deve-se seguir a pista das narrações e mitos de cada continente até sua fonte original na antiguidade ariana, e, aí, "vejamos como a mesma concepção

e os mesmos mitos se expandiram gradualmente e se diversificaram sob os brilhantes céus da Índia e nos bosques da Alemanha"

⁸ As usuais reservas dos britânicos contra o folclore foram reafirmadas, anonimamente, em "The study of folklore", *Times Literary Supplement*, 16 set., 1969.

⁹ Digo inglesas e não britânicas porque as tradições nacionais e celtas têm recebido, como era de se esperar, crescente atenção nas universidades da Escócia, País de Gales e Irlanda, podendo-se citar tanto as atividades da Escola de Estudos Escoceses, na Universidade de Edimburgo, quanto a influência em diversas universidades galesas dos estudos da vida do povo (*folk-life*), sob a inspiração do doutor Iorwerth Peate.

¹⁰ O pioneiro estudo de G. C. Homans, *English villagers of the thirteenth century* (Nova York, 1941), não teve desdobramentos por muitas décadas. Recentemente, foi formado o Centre for Folk-Life Studies, na Universidade de Leeds. Sinais desse novo interesse se vêem em C. Phythian-Adams, *Local history and folklore* (Standing Conference of Local History, 26 Bedford Square, Londres, WCI, 1975).

¹¹ Shab Lal Srivastava, *Folk culture and oral tradition*. Nova Déli, 1974, p. 8.

¹² Ver, *inter alia*, Jack Goody, "The evolution of the family", in Peter Laslett e Richard Wall (orgs.), *Household and family in past time*. Cambridge, 1972; Jack Goody, "Inheritance, property and women: some comparative considerations", in Jack Goody, John Thirsk e E. P. Thompson, *Family and inheritance*. Cambridge, 1976; Lutz Berkner, "The stem family and the developmental cycle of the peasant household", *The American Historical Review*, 1972; S. I. Tambiah, "Dowry and bridewealth and property rights of women in South Asia", in Jack Goody e S. I. Tambiah, *Bridewealth and dowry*. Cambridge, 1973.

¹³ M. N. Srinivas, *The remembered village*. Nova Déli, 1976, p. 42.

¹⁴ Para um interessante exemplo de tal condenação, ver *Hostages to India, or the life story of the Anglo-Indian race*. Calcutá, 1936, pp. 78-9.

¹⁵ Com efeito, o pleno ritual da venda pública de esposas não era, provavelmente, nenhum tipo de sobrevivência, mas próprio do século XVIII.

¹⁶ Phythian-Adams, "Ceremony and the citizen: the communal year at Coventry, 1450-1550", in Peter Clark e Paul Slack (orgs.), *Crisis and order in English towns, 1500-1700*. Londres, 1972.

- ¹⁷ Robert Malcolmson, *Popular recreations in English society, 1700-1850*. Cambridge, 1973. Ver também o sugestivo artigo de Gerald Sider, "Christmas mumming and the New Year in outpost Newfoundland", *Past and Present*, maio, 1976.
- ¹⁸ Keith Thomas, "Work and leisure in pre-industrial societies", *Past and Present*, dez., 1964; Christopher Hill, "The uses of sabbatarianism", in *Society and puritanism in pre-revolutionary England*. Londres, 1964; E. P. Thompson, "Time, work-discipline and industrial capitalism", *Past and Present*, dez., 1967; Douglas Reid, "The decline of Saint Monday", *Past and Present*, maio, 1976; Herbert Gutman, *Work, culture and society in industrializing America*. Nova York, 1976.
- ¹⁹ Keith Thomas, *Rule and misrule in the schools of early modern England*. University of Reading, 1976.
- ²⁰ Michelle Perrot, *Les ouvriers en greve*. Paris, 1974; William Reddy, "The textile trade and the language of the crowd at Rouen, 1752-1771", *Past and Present*, fev., 1977.
- ²¹ E. P. Thompson, "Patrician society, plebeian culture", *Journal of Social History*, 1974. Ver também "Patricios e plebeus", in *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 77-9.
- ²² Ver Douglas Hay, "Property, authority and the criminal law", in Douglas Hay, Peter Linebaugh e E. P. Thompson, *Albion's fatal tree*. Londres, 1975.
- ²³ Peter Linebaugh, "The Tyburn riot against the surgeons", in Douglas Hay, Peter Linebaugh e E. P. Thompson, *Albion's fatal tree*. Londres, 1975, pp. 65-117.
- ²⁴ Ver Keith Thomas, "History and anthropology", *Past and Present*, nº 24, 1963; E. P. Thompson, "Anthropology and the discipline of historical context", *Midland History*, nº 3, Birmingham University, primavera, 1972.
- ²⁵ Marc Bloch, *The historian's craft*. Manchester, 1954, p. 35.
- ²⁶ Oxford, 1971.
- ²⁷ E. P. Thompson, "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII", in *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ²⁸ Ver a sexta tese de Marx sobre Feuerbach.
- ²⁹ E. P. Thompson, "Rough music", in *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Originalmente publicado em 1972.)

- ³⁰ Claude Lévi-Strauss, *Mythologiques. I — Le cru et le cuit*. Paris: Plon, 1964.
- ³¹ Ver os comentários autocríticos de Srinivas acerca dos limites de uma "perspectiva de casta alta de uma sociedade aldeã", em *The remembered village*, pp. 197-8, passim.
- ³² S. L. Srivastava, op. cit., p. 279.
- ³³ *Capitalism and material life, 1400-1800*. Londres, 1973.
- ³⁴ Engels a Bloch, 21/9/1890; Engels a Mehring, 14/7/1893. *Marx-Engels selected correspondence*. Londres, 1936, pp. 475-7 e 510-3.
- ³⁵ Na introdução à *Crítica da economia política*.
- ³⁶ Ver, por exemplo, Maurice Godelier, *Perspectives in marxist anthropology*. Cambridge, 1977; Jack Goody, *Production and reproduction*. Cambridge, 1976.
- ³⁷ E. P. Thompson, *Soubers e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 348-61.
- ³⁸ Ver Goody, Thnsk e Thompson (orgs.), *Family and inheritance*.
- ³⁹ Desde há muito, Raymond Williams tem levantado objeções similares. Ver seu muito lúcido tratamento dos problemas de base e superestrutural e da determinação em *Marxismo e literatura* (Zahar, 1979). Minhas próprias objeções foram expressas com maior vagar em "As peculiaridades dos ingleses" e em "Open letter to Leszek Kolakowski" (*The poverty of theory and other essays*).
- ⁴⁰ "Problems of social formation in early India", Presidential Address, *Proceedings, Indian History Congress*, trigésima sessão, Aligarh, 1975.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE CLASSE E "FALSA CONSCIÊNCIA"*

Por me encontrar em desacordo com muitos outros marxistas (ou também não marxistas) que se ocupam com o tema da classe e da consciência de classe, pode ser proveitoso, para os fins dessa discussão, formular algumas observações de forma sintética e, talvez, de maneira um pouco seca. De fato, levar a efeito uma demonstração de

* Original extraído dos *Quaderns Storici*, nº 36, 1977. Parcialmente publicado no artigo "Class struggle without classes?", sem tradução conhecida para o português, e excluído de "Patrícios e plebeus", artigo que condensa "Class struggle without classes?" e "Patrician society and plebeian culture" (publicado em sua última coletânea, *Cartunes em co-muni*), o texto traduzido traz, na íntegra, a intervenção de Thompson no seminário Formação e Mudança das Consciências Plebeia e Proletária entre os Séculos XVIII-XX, realizado em junho de 1977 na Universidade de Constança (na então Alemanha Ocidental). Para efeitos de cotejo, foi utilizada a versão para o espanhol de Josep Montes Pérez, publicada em *Historia Social*, nº 10, 1991. As notas assinaladas com N. do T. E. são de Pérez. Tradução: Antonio Luigi Negro.

cada uma dessas minhas observações naturalmente pediria uma intervenção bem mais ampla e complexa.

1) "Classe", na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportaram de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação "madura" das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional. Somos, então, levados a teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, certos "estágios" de desenvolvimento etc.

2) Contudo, a esta altura, ocorre que, com excessiva frequência, a teoria prevalece sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar. É plausível supor que a classe seja levada em consideração não no quadro do processo histórico, mas abstratamente. Ainda que não admitamos que isso se dê apenas no terreno mental, uma grande parte do discurso sobre as classes ocorre, em realidade, assim. Ou melhor, modelos ou estruturas são teorizados pressupondo-se que neles se verifiquem definições objetivas de classe, como, por exemplo, a da expressão de relações diversas de produção.

3) Deriva deste falso modo de pensar a noção de classe se como uma categoria estática, tanto sociológica quanto heurística. Em ambos os casos, embora diferentes, servimo-nos de categorias de tipo estático. Em uma difundida tradição sociológica, geralmente de cunho positivista, classe pode ser reduzida a uma pura e simples medida quantitativa: tantas pessoas nesta ou naquela determinada

relação com os meios de produção, ou, em termos mais grosseiros, "x" ou "y", tantos assalariados, tantos "colárimos-brancos" e por aí vai. Segundo uma tradição ligeiramente distinta, essa definição de tipo estático pode ser adotada para a crítica da noção marxista de classe. Por exemplo, os assalariados não se comportam de modo condizente com sua condição proletária, ou mesmo alguns deles, quando interrogados, não sabem definir-se ou afirmam pertencer ao "estrato médio". Ou, ainda mais, classe é aquilo que a classe diz *supor* representar em uma resposta a um questionário. Mais uma vez, classe como categoria histórica, em seu comportamento através do tempo, resulta excluída.

4) Gostaria de afirmar que classe como categoria histórica pertence ao preciso e dominante uso marxista. Creio poder demonstrar que muitas vezes, no próprio Marx — e, especialmente, em *O capital* —, é esta a acepção dominante, mas este não é o lugar para fornecer provas segundo uma autoridade filológica. Esse é, de qualquer modo, o pressuposto de muitos, se não todos, da tradição histórica marxista inglesa, sobretudo os da velha geração. Seja como for, restou bem claro nos últimos anos que classe como categoria estática tem conquistado peso em setores muito relevantes de todo o pensamento marxista. Nos termos econômicos correntes, trata-se tão-somente de uma categoria gêmea daquela sociológica positivista. De um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem corresponder e a "consciência" que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção. Em uma forma comum, geralmente leninista, isso fornece uma boa justificativa para uma política de "substitutos", como aquele de uma "vanguarda" que saberia mais que a própria

classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa mesma classe. Em uma forma alternativa, mas muito mais sofisticada, com Althusser, temos de novo uma categoria profundamente estática, uma categoria que encontra a própria definição apenas em uma totalidade estrutural estática. Malgrado esta sofisticação teórica, malgrado o fato de essa teoria refutar o processo histórico *empírico* real da formação da classe, os resultados são muito próximos dos da versão economicista vulgar. Ambos apóiam-se em uma análoga noção de "falsa consciência", mesmo que a teoria de Althusser e outras entre as mais sofisticadas do "marxismo ocidental" tendam a apresentar um arsenal teórico mais amplo com que explicam a dominação ideológica e a mistificação da consciência.

5) Se retornarmos à classe como categoria historiográfica, poderemos ver historiadores dispondo do conceito com dois significados diferentes: a) com referência ao conteúdo histórico correspondente, empiricamente observável, e b) como uma categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa. No meu modo de ver, tal conceito pode ser adotado com propriedade em ambos os sentidos. Todavia, confusões geralmente surgem quando nos deslocamos de uma acepção para outra.

No primeiro caso, é óbvio que classe no seu uso moderno guarda relação com a sociedade capitalista industrial do século XIX. Isto é, somente no seu uso moderno a classe se torna utilizável para um sistema de conhecimento da sociedade que vive nesse período. Por isso, o conceito não só nos permite organizar e analisar a evidência, mas está também presente, com um novo sentido, na *evidência mes-*

ma. Podemos, desse modo, observar, na Grã-Bretanha, como na França ou na Alemanha, instituições de classe, partidos de classe, culturas de classe etc. Essa evidência histórica, por sua vez, deu origem, à medida que se desenvolveu, ao mais maduro conceito de classe e o marcou, em um certo nível, com sua própria especificidade histórica.

No outro caso, a especificidade histórica, anacrônica, deve ser levada em conta quando lançamos mão do conceito na análise de sociedades anteriores à Revolução Industrial. De fato, a correspondência da categoria com a evidência histórica torna-se então muito menos direta. Se a classe não é admitida no sistema de conhecimento das próprias pessoas e se elas se nomeiam e levam adiante suas batalhas históricas em termos de "estados", de "ordens" etc., então, ao descrevermos tais conflitos em termos de classe, devemos nos esquivar de toda tendência a interpretar os segundo concepções de classe posteriores.

O fato de se manter o uso da categoria heurística de classe, não obstante as dificuldades indicadas, não deriva da perfeição do conceito, mas da carência de categorias alternativas adequadas à análise do processo histórico evidente e universal. Por esse motivo não podemos, no idioma inglês, falar de "luta de estados" ou "luta de ordens" no momento em que o recurso à "luta de classes" foi, não sem dificuldades, notavelmente bem-sucedido quando operado por estudiosos da Idade Antiga, medieval ou protomoderna, ali onde tais historiadores, no seu manuseio particular, introduziram suas advertências e qualificações específicas do conceito em seus próprios campos históricos.

6) Isso sublinha, portanto, o fato de a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de "luta de

classes" A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à "classe", e muito pouco, ao contrário, à "luta de classes". Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter por sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagonísticos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotarmos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fizermos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim, pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, *daí* derivando a luta de classes.

Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado no sentido literal e mecânico. Uma vez que uma consciência de classe madura tenha se desenvolvido, os jovens podem ser "socializados"

em um sentido classista, e as instituições de classe prolongam as condições para sua formação. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismo de classes que não correspondam mais a um antagonismo de interesses. Mas tudo isso faz parte da complexidade que habitualmente encontramos na nossa análise histórica, especialmente a contemporânea. A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes.

No belíssimo estudo de Temma Kaplan sobre a Andaluzia,* que supera todas as críticas que eu poderia levantar, um estudo que é uma exposição lucidíssima de um processo real de formação das classes, vê-se, aliás, uma afirmação indicadora das dificuldades encontradas: "O proletariado pode tornar-se consciente de si mesmo somente desenvolvendo a consciência de classe, ao passo que a burguesia, contra quem luta, já é consciente de si" (p. 27). Ora, a dificuldade não reside na proposição conclusiva. Antes, eu mesmo insisti no fato de a classe não poder ser individualizada independentemente das *relações* com outros grupos sociais e classes e reconheço que a relação deva ser recíproca. Mas a dificuldade reside na primeira proposição de Kaplan. Pois, se o proletariado é verdadeiramente privado da consciência de si mesmo como proletariado, então não pode se definir assim. Para um historiador, e espero poder afirmar que isso vale para um historiador marxista,

* *Orígenes sociales del marxismo en Andalucía*. Barcelona: Crítica, 1977 (N. do T. E.)

atribuir o termo "classe" a um grupo privado de consciência de classe, ou de cultura de classe, e que não age nessa direção é uma afirmação destituída de significado. Podemos dizer: "os pobres, ou a plebe, podem vir a ter consciência de si apenas como proletariado", tal é a sequência histórica da formação de uma classe. Se, de fato, esse pobre ou essa plebe se alinham com outros grupos (proprietários de terra, mercadores, Estado) de um ponto de vista classista e se possuem uma consciência correspondente, que não é a de um "proletariado" maduro ou de classe operária, logo o problema histórico começa com a análise e definição deste específico processo de formação da classe (como muito bem faz Temma Kaplan). Por meio de análises e definições similares, logramos descobrir as insuficiências escondidas sob o uso do termo "classe operária", podendo reexaminá-lo.

Tenho certeza de ser culpado pelas mesmas faltas de Temma Kaplan, mas, eventualmente, mesmo Marx algumas vezes o foi. Tudo o que posso dizer é: estou procurando agora deixar de ser culpado. O meu texto apresentado ao Davis Centre faz um acerto de contas com problemas análogos, e nele explico por que prefiro, para a Inglaterra do século XVIII, o termo "plebe", como também por que dou uma prioridade heurística à luta de classes (e àquilo que chamo de "campo de forças") em detrimento da classe. Nem me parece que o ponto em questão seja, em absoluto, de importância secundária. Se creio que, de fato, um certo dado histórico não está de acordo com as costumeiras categorias de classe, então, em vez de golpear a história para salvar as categorias, devemos instigá-las com novas análises. Por muitas décadas, os historiadores foram intimidados pelo fracasso de grandes teóricos; é tempo de insisti-

rem muito decididamente para que a teoria leve em consideração os resultados historiográficos.

7) Suponho que ninguém possa pensar, por tudo isso, que eu corrobore a idéia de a formação da classe ser independente de determinações objetivas, nem que eu sustente que classe possa ser definida como simples fenômeno cultural, ou coisa semelhante. Isso seria, creio, desmentido pela minha própria prática de historiador, como pela de muitos outros. Resta o fato de essas determinações objetivas pedirem um exame muito escrupuloso. Todavia, em primeiro lugar, nenhum exame das determinações objetivas e, mais do que nunca, nenhum modelo eventualmente teorizado podem levar à equação simples de uma classe com consciência de classe. A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do "conjunto de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a "verdadeira" formação de classe em um certo "estágio" do processo. Em uma análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível de geralmente redundar em perigo dada sua tendência em direção a uma estase conceitual. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente.

Em segundo lugar, muito da teoria marxista e, igualmente, embora em menor parte, muito da historiografia marxista foram distorcidos pelo exame da classe segundo as categorias de "base" e "superestrutura". As forças e as

relações produtivas nos forneceriam a "base" (que se supõe real e objetiva), e delas a consciência de classe emergiria como uma superestrutura "derivada".

Aqui não é o lugar para sublinhar uma vez mais as minhas antigas e freqüentemente manifestas objeções a este tipo de procedimento, objeções retomadas recentemente na parte final de *Senhores e caçadores* (1975), para não falar de Raymond Williams, que expressou, nos últimos 20 anos, posições muito próximas das minhas, recentemente recapituladas com muita lucidez e nitidez em seu *Marxismo e literatura* (1977). Já o demonstrei anteriormente e resta-me somente repetir que, no meu modo de ver, a desafortunada analogia, ou metáfora, apresenta uma tendência reductiva inerente. E por mais sofisticada que seja a primeira, a última jamais será superada, de modo que continuarei a insurgir-me contra uma — totalmente irreal — semelhante classificação das atividades e características entre dois campos considerados como primário e derivado.

Essa analogia, mesmo uma vez à sombra, quando aplicada às classes, fornece-nos uma classe — ou uma "classe em si" — no nível da base que se traduz em consciência de classe — ou "classe para si" — quando, porventura, desemboca no nível da superestrutura. Se esta não dá origem a uma direção própria, devemos então introduzir o conceito de "falsa consciência". A classe está ali, mas, mistificada, não conhece a si mesma nem seus próprios e verdadeiros interesses. Para dizê-lo mais elaboradamente: essa teoria pode dar lugar a uma teoria das classes que evoca Platão, pois oferece um modelo de desenvolvimento por etapas da formação da classe com o qual a história deveria conformar-se, e, caso a evidência se oponha, ou se corta a parte válida ou se introduz a "falsa consciência". Na Inglaterra,

já expressei a opinião pela qual o excelente historiador John Foster teria caído neste tipo de concepção leninista-platônica. E quando Gareth Stedman Jones, na sua intervenção preparatória a este encontro, refere-se à consciência política dos cartistas, não nos termos em que se deu (coisa sobre a qual ele pouco teria a dizer), mas nos termos daquilo que deveria ter sido, até ele alcança um autêntico resultado do gênero "platônico".

8) Resultará claro que o conceito de "falsa consciência", se referido a uma classe, não o vejo com simpatia. No melhor dos casos, é uma afirmação destituída de significado e, no pior deles, é uma construção teórica absurda, em torno da qual partidários das *élites* — que sabem bem, muito melhor que os protagonistas, como a história deve ser — insinuam-se continuamente por ocasião de discussões e seminários universitários.

Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é "algo" ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica. Até aquela dispar e móbil entidade que é a multidão ou a plebe da Inglaterra do século XVIII possuía uma noção de seus direitos de legalidade e de respeito, que foram investigados pelos historiadores. Se a noção de seus próprios direitos e a própria consciência fossem outras e diversas de suas atitudes, então teria tido lugar um outro tipo de classe, como de fato começou a haver depois de 1816. Mas dizer que uma classe se em seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido.

Pode nascer uma dificuldade da palavra "consciência". Se aplicada a uma coletividade muito ampla, como uma classe, designa uma cultura global desprendida da forma-

ção. Ela não pode ser nem "verdadeira" nem "falsa". É simplesmente o que é. Numa acepção mais limitada, porém, pode servir para indicar a política ou a estratégia dominante, numa relação com outras classes, conduzida por seus líderes, partidos, por outras instituições. Nestes termos mais circunscritos, podemos talvez recuperar a noção de falsa consciência no sentido escrito por Engels a Mehring (em 14 de julho de 1893): "A ideologia é um processo operado pelo assim chamado pensador de maneira consciente, com uma falsa consciência, portanto. Os reais intentos que o impulsionam lhe são mantidos desconhecidos. De outro modo, não se tratará, de modo algum, de um processo ideológico"

Neste sentido estritamente ideológico (que, além do mais, demanda um uso mais limitado do termo "ideologia" do que o corrente), parece-me que opera um conceito histórico pontual e muitas vezes apropriado. Uma vez que estamos considerando aqui as ilusões e deformações ideológicas características, a estrutura profunda da ideologia característica deste período, é possível que a teoria política dominante de uma classe esteja informada por essas ilusões características ou seja sujeita ao domínio dessas "falsas" idéias. Mas se trata de uma operação muito específica de análise histórica e intelectual. Não podemos ir além, pensando que, se essas ilusões fossem superadas, se, enfim, a consciência fosse "desmistificada", daí emergiria uma "verdadeira" consciência, da qual poderíamos extrair, conforme um modelo platônico dissimulado, um projeto daquilo que a consciência deveria ser. Para esta, as classes mesmas e suas ações deveriam ter sido diversas. Isto é, suas relações com as outras classes mudariam nitidamente, novos conflitos se manifestariam à medida que ela adquirisse

ou perdesse a adesão de outros grupos e que mudasse de estratégia, partidos, instituições. Resumindo: teríamos um tipo diverso de luta de classes.

Ou ainda, para dar mais um exemplo, os intelectuais sonham amíúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a "falsa consciência" da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a inteira *intelligentsia*, podemos falar de "falsa consciência"? Ao contrário, tais conceitos terminam por ser muito comuns para ela.

OUTROS ESCRITOS E ENTREVISTAS
DE THOMPSON

Livros e artigos

A FORMAÇÃO da classe operária inglesa, 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A MISÉRIA da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

"AN OPEN letter to Leszek Kolakowski", in *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978, pp. 303-402.

"AN ORRERY of errors", in *Reasoning one*. Londres: Merlin Press, set., 1978.

"ANTHROPOLOGY and the discipline of historical context", *Midland History* 1, 3, 1972.

"CAUDWELL", in R. Milliband e J. Saville (orgs.), *Socialist register*, 1977. Londres: Merlin Press, 1977.

COSTUMES em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DOUBLE exposure. Londres: Merlin Press, 1985.

- "EL DELITO del anonimato", in *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979, pp. 172-238. Original: "The crime of anonymity", in Douglas Hay, Peter Linebaugh e E. P. Thompson, *Albion's fatal tree*. Harmondsworth: Penguin Books, 1975, pp. 255-308.
- "EL ENTRAMADO hereditario: un comentario", in *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979, pp. 135-72. Original: "The grid of inheritance: a comment", in Edward Thompson, Jack Goody e Joan Thirsk, *Family and inheritance*. Londres: Cambridge University Press, 1976, pp. 328-60.
- EXTERMINISMO e guerra fria. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- "LA ECONOMÍA 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII", in *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979, pp. 62-134. Original: "The moral economy of the English crowd in the eighteenth century", *Past and Present*, nº 50, fev., 1971, pp. 76-136.
- "LA POLÍTICA de la teoría", in Raphael Samuel (org.), *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Crítica, 1984, pp. 301-17.
- "LA SOCIEDAD inglesa del siglo XVIII: lucha de clases, sin clases?", in *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979. Original: "Eighteenth-century English society: class struggle without class?", *Social History* III, 2, maio, 1978.
- Making history. Writings in history and culture*. Nova York: New Press, 1994.
- "ON HISTORY, sociology, and historical relevance", *British Journal of Sociology* 27, 2, 1976.
- "OUTSIDE the whale", in *The poverty of theory & other essays*. Nova York: Monthly Review Press, 1978, pp. 211-43.

- "PATRICIAN society, plebeian culture", *Journal of Social History*, vol. VII, nº 4, 1974.
- "ROMANTICISM, moralism and utopianism: the case of William Morris", *New Left Review*, nº 99, 1976.
- "ROUGH music: le charivari anglais", *Annales E. S. C.* 27, p. 2, 1972.
- SENHORES e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THE HEAVY dancers. Londres: Merlin Press, 1985.
- THE POVERTY of theory & other essays. Nova York: Monthly Review Press, 1978.
- THE ROMANTICS. *England in revolutionary age*. Nova York: New Press, 1997.
- THE SYKAOS papers. Londres: Bloomsbury, 1988.
- "TIEMPO, disciplina de trabajo y capitalismo industrial", in *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979, pp. 239-393. Original: "Time, work-discipline and industrial capitalism", *Past and Present*, nº 38, 1967, pp. 56-97.
- WILLIAM MORRIS: *romantic to revolutionary*. Londres: Merlin Press, 1977.
- WITNESS against the beast. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WRITING by candlelight. Londres: Merlin Press, 1980.
- ZERO option. Londres: Merlin Press, 1982.
- Em colaboração com outros autores
- "AGENDAS for radical history", *Radical History Review*, nº 36, 1986.

ALBION's fatal tree. Londres: Allen Lane, 1975.
 THOMPSON, Dorothy (org.). *The essential E. P. Thompson*.
 Londres: Merlin Press, 2000.

Entrevistas

- "East and Europe belong to the same culture", *The Listener*,
 13 jun., 1985.
 "EUROPEAN nuclear disarmament. An interview with E. P.
 Thompson", *The Socialist Review*, nº 58, 1981.
 "INTERVISTA a E. P. Thompson", *Quadranti Storici*, nº 92,
 1996.
 "UNA ENTREVISTA con E. P. Thompson", in *Tradición,
 revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica,
 1979, pp. 294-318. Original: "An interview with
 E. P. Thompson", *Radical History Review*, vol. III,
 nº 4, mar., 1976, pp. 4-25. Republicada em MAHRO
 (The Radical Historians Organization). *Visions of
 history*. Manchester: Manchester University Press,
 s.d., pp. 5-25.

<i>Título</i>	As peculiaridades dos ingleses e outros artigos
<i>Autor</i>	E. P. Thompson
<i>Coordenador geral</i>	Márcio Nogueira
<i>Gerente de produção</i>	Carlos Roberto Laman
<i>Supervisão de revisão</i>	Katia de Almeida Rossini
<i>Preparação dos originais</i>	Ana Paula Gomes
<i>Revisão</i>	Vilma Aparecida Albino
<i>Edição eletrônica</i>	Eva Maria Maschio de Moraes Rossana Cristina Barbosa
<i>Design de capa</i>	Adailton Clayton Santos
<i>Formata</i>	14 x 21 cm
<i>Tipologia</i>	Galliard BT
<i>Papel</i>	off set 75 g/m ² - miolo
<i>Número de páginas</i>	Cartão Supremo 250 g/m ² - capa 289
<i>Legenda</i>	Editora da UNICAMP

Editora da UNICAMP
 Caixa Postal 6074
 Cidade Universitária - Barão Geraldo
 CEP 13083-970 - Campinas - SP - Brasil
 Tel./Fax: (19) 3788-7728/7786
 www.editora.unicamp.br
 vendas@editora.unicamp.br